



# instituto socioambiental

Relatório Anual de Atividades

# 2009

PLANO TRIENAL 2008 – 2010



PENSO, LOGO COEXISTO.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009



## QUEM SOMOS

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

## LINHAS DE AÇÃO

O ISA está estruturado em Programas que têm por base as seguintes linhas de ação:

- ✓ Defesa dos direitos socioambientais
- ✓ Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas
- ✓ Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais
- ✓ Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental
- ✓ Fortalecimento institucional dos parceiros locais

Para saber mais sobre o ISA consulte  
[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

### CONSELHO DIRETOR:

Neide Esterci (presidente, até setembro), Marina Kahn (presidente em exercício a partir de setembro), Adriana Ramos, Ana Valéria Araújo, Sérgio Mauro (Sema) Santos Filho

### SECRETÁRIO EXECUTIVO:

Sérgio Mauro Santos Filho

### SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS:

Adriana Ramos, Enrique Svirsky

### COORDENADORES DE PROGRAMAS E ATIVIDADES PERMANENTES:

André Villas-Bôas, Antenor Bispo de Moraes, Cícero Cardoso Augusto, Beto Ricardo, Fany Ricardo, Guilherme Tadaci Ake, Leila Maria Monteiro, Márcio Santilli, Maria Ines Zanchetta, Nilto Tatto

### APOIO INSTITUCIONAL:



Icco – Organização Intereclesiástica para  
Cooperação ao Desenvolvimento



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

#### São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo – SP – Brasil  
tel: (11) 3515-8900  
fax: (11) 3515-8904  
isa@socioambiental.org

#### Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 Brasília – DF – Brasil  
tel: (61) 3035-5114  
fax: (61) 3035-5121  
isadf@socioambiental.org

#### Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro - Centro  
69010-230 Manaus – AM – Brasil  
tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502  
isamao@socioambiental.org

#### Boa Vista

Rua Presidente Costa e Silva, 116 – São Pedro  
69306-670 Boa Vista – RR – Brasil  
tel: (95) 3224-7068  
fax: (95) 3224-3441  
isabv@socioambiental.org

#### S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro  
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil  
tel/fax: (97) 3471-1156  
isarn@socioambiental.org

#### Canarana

Rua Redentora, 362, Centro  
78640-000 Canarana – MT – Brasil  
tel/fax: (66) 3478-3491  
isaxingu@socioambiental.org

#### Eldorado

Rua Jardim Figueira, 55 - Centro  
11960-000 Eldorado – SP – Brasil  
tel: (13) 3871-1697  
isaribeira@socioambiental.org

# SUMÁRIO

Apresentação .....	5
--------------------	---

## **Atividades Permanentes**

Administração .....	9
Comunicação.....	13
Desenvolvimento Institucional.....	15
Documentação.....	20
Geoprocessamento.....	21
Informática .....	24

## **Programas**

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas.....	27
Programa Política e Direito Socioambiental .....	34
Programa Rio Negro .....	42
Programa Vale do Ribeira .....	77
Programa Xingu .....	100

## **Tema**

Povos Indígenas no Brasil .....	117
---------------------------------	-----



# Apresentação

O ano de 2009, para o ISA, representou não só um período de crescimento das suas atividades e de reafirmação de sua missão e de suas linhas de atuação, como também um rico período em reflexões sobre sua estratégia e prioridades para os anos que virão. A reunião de final de ano adotou um novo formato que propiciou maior participação e interatividade de toda a sua equipe e incentivou uma avaliação mais profunda do que fizemos e pretendemos fazer no futuro. Como principal consequência disto, decidimos estabelecer um processo de discussão durante 2010 que repensará nossa atuação a partir de uma nova centralidade do tema da mudança climática, que envolverá toda a instituição.

Prosseguimos no cumprimento de nossa missão através de um grande conjunto de programas e projetos (mais de uma centena), e algumas ações requereram particularmente nossa atenção. A construção da hidrelétrica de Belo Monte voltou com força ao debate nacional e fez com que o ISA intensificasse sua participação, especialmente a partir das audiências públicas de setembro. A equipe do ISA dedicou boa parte do tempo a acompanhar essa movimentação, a apoiar as comunidades locais e a disseminar informações.

O ISA acompanhou de perto as tentativas de modificação no Código Florestal e de desmonte da legislação ambiental, articulando parcerias, propondo ações e mobilizando a opinião pública visando manter as conquistas e propondo melhorias.

No Parque Indígena do Xingu, nossa equipe envolveu-se diretamente nas conferências locais e depois na conferência regional e nacional de educação indígena. Capacitação na instalação e manutenção de sistemas solares junto à algumas etnias do PIX foram ações realizadas e ainda o apoio à aldeias em relação à estratégia de controle de queimadas. A Campanha Y Ikatu Xingu marcou vários tentos como o fortalecimento da Rede de Sementes do Xingu, a recuperação de áreas degradadas nas cabeceiras do Xingu por meio da tecnologia inovadora de semeadura direta e adubação verde.

Como coordenador da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), o ISA lançou o mapa Amazônia 2009 com Territórios Indígenas e Unidades de Conservação

dos países amazônicos, único instrumento informativo deste tipo a reunir informações georreferenciadas de toda Bacia.

O Programa Monitoramento de Áreas Protegidas lançou o mapa atualizado da Amazônia brasileira 2009 e no tema Povos Indígenas no Brasil (PIB) colocou no ar o “Pibinho”, site sobre povos indígenas no Brasil voltado para crianças e adolescentes.

No alto Rio Negro, o debate sobre formação superior indígena começou no “seminário da arrancada”, o primeiro de quatro a serem realizados em São Gabriel da Cachoeira. Descendo o rio, os destaques, entre outros, foram o levantamento socioambiental participativo nas comunidades de Barcelos, no Médio Rio Negro, e uma pesquisa sobre peixes no Tiquié.

No Vale do Ribeira, a II Feira de Troca de Sementes contou com a participação de quilombolas e agricultores familiares. Dez mutirões para repovoar juçara foram realizados e o Mel do quilombo de Porto Velho deu mais um passo com a compra de equipamentos para a Casa do Mel. A Campanha Cílios do Ribeira contabilizou muitos mutirões de plantio em áreas degradadas no Rio Ribeira de Iguape com expressiva participação das comunidades e dos jovens das escolas locais.

Embora certamente tenha sido a mais penosa de nossas ações neste ano de 2009, o encerramento em junho do Programa Mananciais, por falta de recursos, foi concluído cumprindo seus compromissos. O Abraço Guarapiranga 2009 foi realizado em junho com a participação do ISA, que também apoiou o lançamento de cinco publicações sobre os Mananciais de São Paulo em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, cujos conteúdos tinham sido desenvolvidos pela equipe do programa em 2008.

Todas estas realizações nos fizeram reafirmar e confiar na justiça de nossa missão, na adequação a ela de nossas linhas de atuação e na eficácia de nossas ações, sem que isto, no entanto, nos levasse à acomodação. Ao contrário, ao propormos uma nova centralidade das mudanças climáticas em nossa atuação, reafirmamos nossa opção por atualizar permanentemente nossa estratégia, nossas prioridades e nossas modalidades de ação, evoluindo de acordo com as necessidades da conjuntura para efetivamente construirmos um mundo sustentável e justo.



# ATIVIDADES PERMANENTES





# ADMINISTRAÇÃO

## O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Canarana (MT) e Eldorado (SP). Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando a atender as legislações fiscal, contábil e trabalhista, as regras do Instituto e os acordos com as coordenações dos projetos e programas, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe. A administração está assim estruturada:

- ▶ **Núcleo de Gestão de Contratos** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.
- ▶ **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, tesouraria, fiscal, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.
- ▶ **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.
- ▶ **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - compras, controle patrimonial, comercialização de produtos, logística, apoio e serviços administrativos – participação em eventos, reservas e compras de passagem, recepção, telefonia, portaria, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação.

## Equipe

### ▶ SÃO PAULO - SP

#### • Coordenação

**Guilherme Tadaci Ake** (administrador de empresas, coordenador); **Fabio Massami Endo** (bacharel em Ciências Contábeis, coordenador adjunto).

#### • Setor de orçamento e finanças/financeiro contábil

**Sandra Mara Ribeiro** (bacharel em Ciências Contábeis, supervisora de contabilidade); **Mauro Antonio de Oliveira** (auxiliar financeiro); **Renata Pereira Braga** (técnica contábil, assistente financeiro); **Sonia Bezerra de Macedo** (estudante de administração, auxiliar financeira); **Sidney Nasser Carvalho dos Santos** (auxiliar administrativo); **Danilo Santos Freire** (auxiliar administrativo).

#### • Setor de Pessoal

**Donizete Cordeiro de Sousa** (especialista em Recursos Humanos, supervisor de recursos humanos – até março); **Waldiney Guimarães de Oliveira** (gestor bancário e financeiro, assistente financeiro contábil – novembro) e **Solange Fontes Teodoro** (técnica em gestão de pessoas, estudante de direito, assistente de pessoal, a partir de outubro).

#### • Setor de serviços gerais e suprimentos

**Carlos Alberto de Souza** (administrador de empresas, supervisor de serviços gerais); **Simone Alves Pereira** (assistente de compras); **Francisco Cleonilton Moreira de Souza** (zelador); **Waldemir Brolio** (administrador de empresas, auxiliar administrativo); **Luciana Andrade dos Santos** (receptionista); **Rosana Aparecida Lino Andre** (auxiliar de serviços gerais); **Veronice Cardoso Matos** (auxiliar de serviços gerais, a partir de agosto).

#### • Secretaria Executiva

**Maria Martha Mota Coelho** (estudante de Gestão de Políticas Públicas, assistente de secretaria executiva).

### ▶ BRASÍLIA - DF

#### • Gestão administrativa - Programa Política e Direito Socioambiental

**Linda Cristina Khan** (secretária executiva); **Francisco das Chagas Oliveira do Nascimento** (assistente financeiro); **Carlos Alexandre Rodrigues da Silva Alves** (auxiliar administrativo); **Maria Pereira dos Santos** (auxiliar de serviços gerais).

### ▶ MANAUS - AM

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Marcílio Cavalcanti** (agrônomo, supervisor de administração).

### ▶ SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Francimar Lizardo dos Santos** (supervisor de administração); **Joás Rodrigues da Silva** (auxiliar administrativo); **Margarida Murilo Costa** (zeladora).

### ▶ BOA VISTA-RR

#### • Gestão administrativa - Programa Rio Negro

**Matthieu Lena** (administrador); **Sidinaldo Lima dos Santos** (auxiliar administrativo); **Marcolino da Silva** (auxiliar de serviços gerais).

### ▶ CANARANA-MT

#### • Gestão administrativa - Programa Xingu

**Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci** (bacharel em Matemática, assessora administrativa até agosto); **Cleudemir Peixoto** (pedagoga, auxiliar administrativa, a partir de setembro); **Erica leglli** (auxiliar de serviços gerais); **Sadi Elsenbach** (motorista).

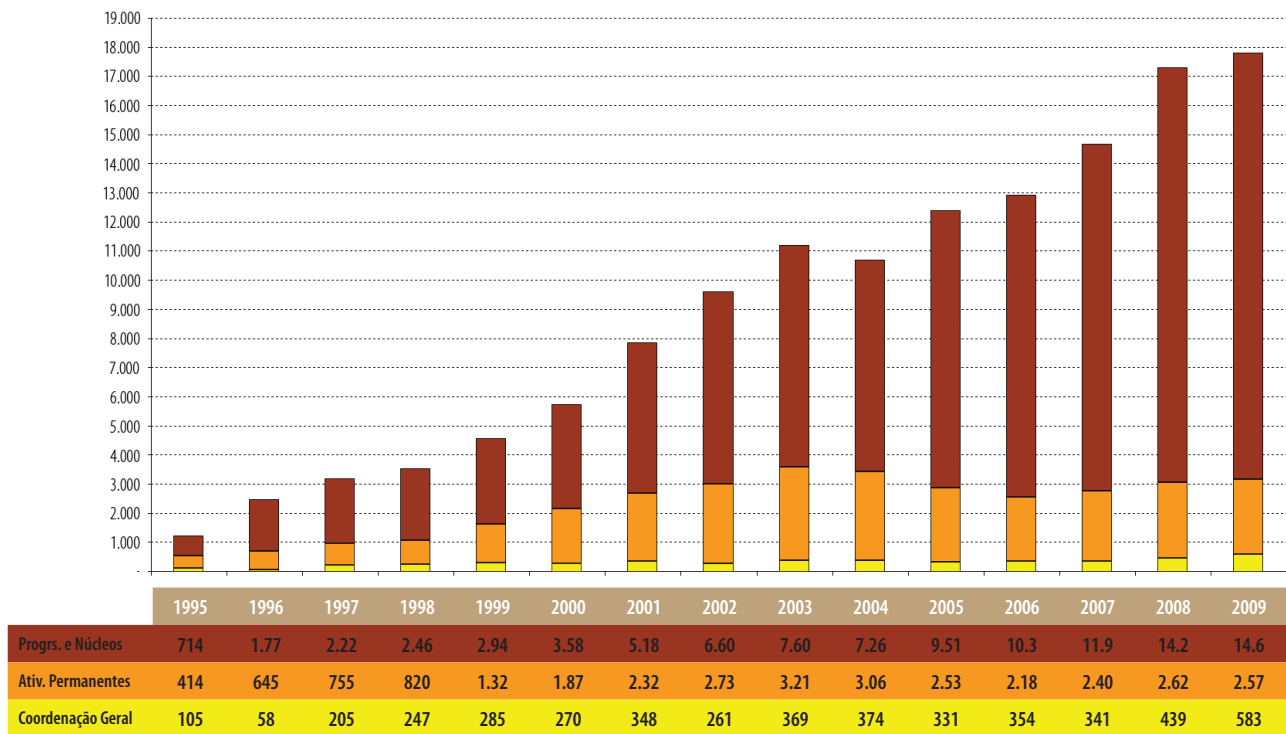
### ▶ ELDORADO - SP

#### • Gestão administrativa - Programa Vale do Ribeira

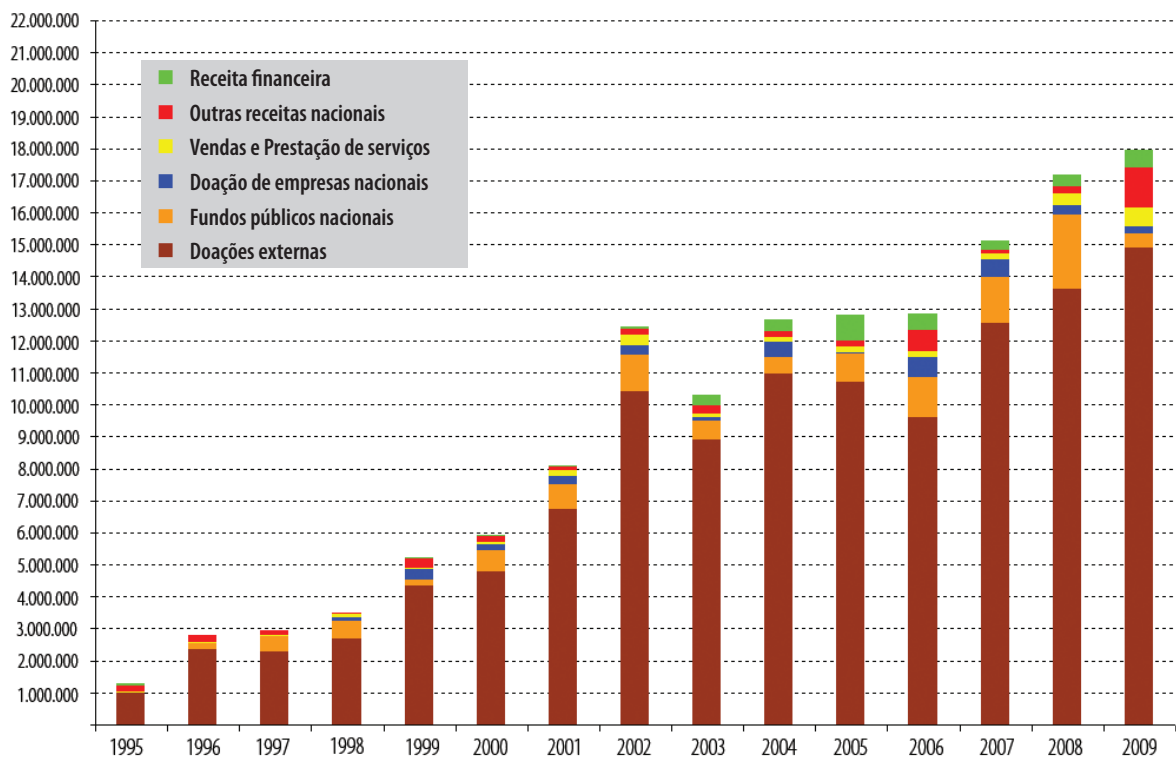
**Silvani Cristina Alves** (administradora, assessora administrativa); **Nautica Pupo Pereira de Moraes** (auxiliar de serviços gerais).

## Balanço geral

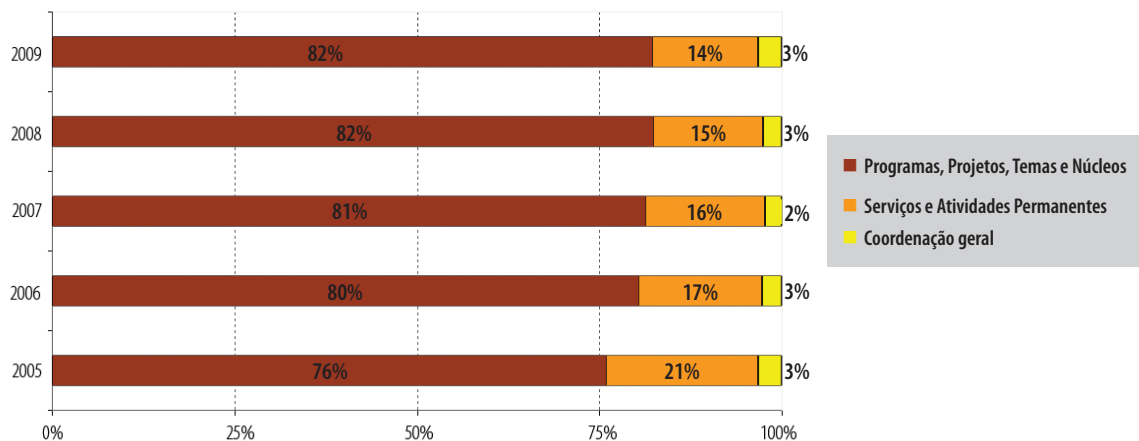
### EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR ÁREA 1995-2009 (em mil R\$)



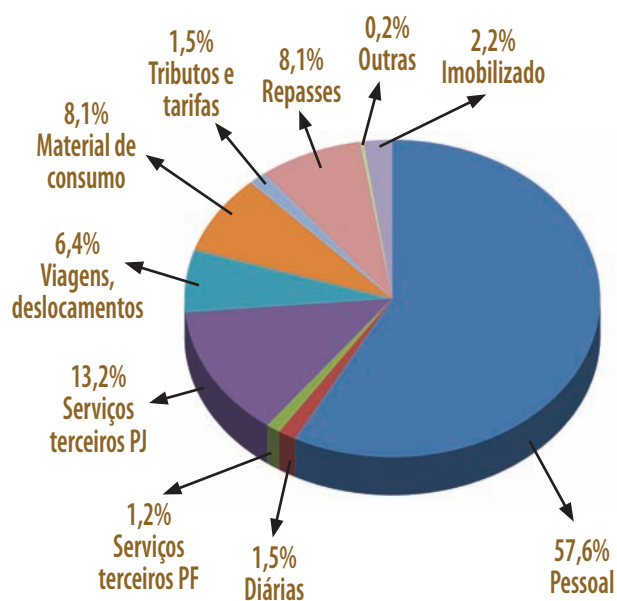
### EVOLUÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS 1995-2009 (em mil R\$)



## DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS POR ÁREA 2005-2009



## GASTOS POR NATUREZA DE DESPESA 2005-2009



## DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS 2005-2009

	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>33</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	<b>60</b>	<b>52</b>
Contratos	54	74	104	112	130
Institucional	3	3	4	5	3
Xingu e Campanha Y Ikatu Xingu*	11	16	44	47	50
Política e Direito Socioambiental**	10	10	7	10	22
Rio Negro	12	14	12	14	20
Vale do Ribeira	5	13	13	13	18
Mananciais da RMSP	9	9	14	12	9
Raisg	0	0	0	0	4
Monitoramento de Áreas Protegidas	2	2	3	3	2
Povos Indígenas no Brasil	1	3	1	1	2
Mudanças Climáticas	0	0	1	4	0
Iniciativa Amazônica	0	0	2	3	0
Capacitação	1	1	1	0	0
RCA	0	1	0	0	0
Almanaque Brasil Socioambiental	0	2	2	0	0

\* O total de contratos em 2007, 2008 e 2009 da Campanha Xingu, consideramos os subcontratos do consórcio Governança Florestal-EC e Fundo Xingu. \*\* Mudanças Climáticas e Iniciativa Amazônica estão considerados no PPDS.

**QUANTIDADE POR UNIDADE**

	2007	%	2008	%	2009
<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>	2	50%	3	33%	4
Secretaria Executiva	2		3		4
<b>ATIVIDADES PERMANENTES</b>	41	2%	42	14%	48
Administração	21		21		24
Comunicação	8		6		6
Informática	5		5		6
Documentação e Informação	4		4		4
Desenvolvimento Institucional	1		4		3
Geoprocessamento	2		2		5
<b>PROGRAMAS / NÚCLEOS</b>	87	16%	101	-2%	99
Xingu	26		31		26
Rio Negro	26		24		32
Monitoramento	7		13		13
Vale do Ribeira	12		13		13
Mananciais	9		8		0
PPDS	7		6		10
Mudanças Climáticas			3		
Iniciativa Amazônia			2		
PIB	0		1		
Capacitação organizações					
Y' Ikatu Xingu					
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>12%</b>	<b>146</b>	<b>3%</b>	<b>151</b>

\* Funcionários, prestadores de serviço e estagiários.

**NÍVEL DE INSTRUÇÃO**

	Qtde	%
Ensino Fundamental Completo	5	3%
Ensino Médio Completo	16	11%
Ensino Médio Incompleto	2	1%
Ensino Superior Incompleto	31	21%
Ensino Superior Completo	64	42%
Pós Graduação	10	7%
Mestrado	20	13%
Doutorado	3	2%

**FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR**

Distribuição por carreiras	Qtde	%
Biologia	5	4%
Ciências Sociais	16	13%
Administração de Empresas	15	12%
Comunicação Social	5	4%
Engenharia Agrônoma	6	5%
Geografia	5	4%
Direito	9	7%
Sistema da Informação	5	4%
Engenharia Florestal	2	2%
Ciências Contábeis	3	2%
Arquitetura e Urbanismo	1	1%
Ecologia	3	2%
Letras	1	1%
Pedagogia	5	4%
Psicologia	1	1%
Economia	1	1%
Educação Artística	1	1%
Engenharia cartográfica	1	1%
Engenharia Eletrônica	1	1%
Antropologia Social	4	3%
Estudos Sociais	1	1%
Filosofia	1	1%
Ciências Ambientais	1	1%
Gestão Ambiental e Agroflorestal	1	1%
Historia	2	2%
Ciências Biológicas	11	9%
Outros	14	14%
	<b>121</b>	<b>100%</b>

**TIPO DE CONTRATAÇÃO**

**72,19%** CLT  
**15,23%** Prestador de Serviços  
**12,58%** Estagiário

**GÊNERO**

**49%** Feminino  
**51%** Masculino

**TEMPO DE ISA**

**44%** até 2 anos  
**26%** de 2 a 5 anos  
**19%** de 5 a 10 anos  
**12%** mais de 10 anos

**FAIXA ETÁRIA**

**3%** até 20 anos  
**26%** de 20 a 30 anos  
**44%** de 30 a 40 anos  
**19%** de 40 a 50 anos  
**8%** de 50 a 60 anos  
**1%** mais de 60 anos

# COMUNICAÇÃO

## O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público externo, parceiros e colaboradores, responsável pela produção e divulgação de informações no site e por e-mail junto à mídia especializada privilegiando temas de interesse do Instituto Socioambiental (ISA), direcionados a diferentes públicos. Em 2009, as notícias socioambientais começaram a ser divulgadas no Twitter do ISA. Atende ainda às demandas da imprensa, orienta, encaminha e, por outro lado, propõe pautas socioambientais.

Produz e edita o *Boletim Socioambiental* – resumo das atividades do instituto, enviado a parceiros e financiadores, boletins eletrônicos com notícias e pautas para a imprensa, elabora de projetos gráficos, faz editoração eletrônica e produz materiais de apoio a eventos do ISA.

O objetivo é divulgar ao público em geral as ações focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, em defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e que sirvam de referência para propor novos modelos de sustentabilidade socioambiental e alternativas às políticas públicas.

## Equipe

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); Ana Cristina Silveira (bacharel em Comunicação Social/Editoração, editora de arte); Eduardo Utima (licenciado em Artes Plásticas, web designer); Kátiuscia Nora-Sotomayor (jornalista, editora); Maria Inês Zanchetta (jornalista, editora e assessora); Vera Feitosa (editora de arte).

## O que foi feito

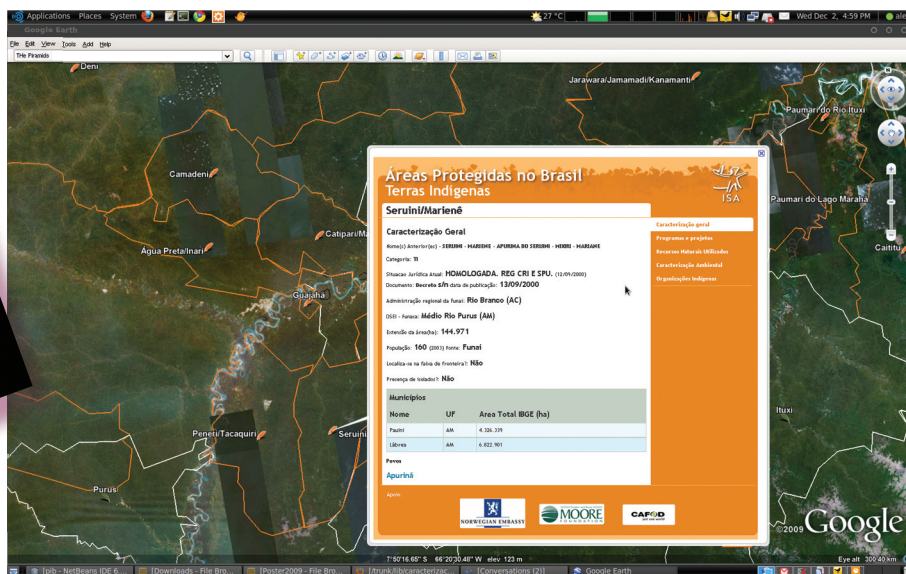
▶ Elaboração e envio de oito boletins eletrônicos para a mídia especializada e mailings regionais com notícias publicadas no site do ISA e nos sites da Campanha Cílios do Ribeira e Campanha contra barragens. Doze boletins da Campanha Y Ikatu Xingu, um da Campanha con-

tra Barragens, um da Campanha Cílios do Ribeira e um da Campanha De Olho nos Mananciais além da produção e envio de 30 releases. Em junho de 2009, o ISA deixou de coordenar a Campanha de Olho nos Mananciais, em função da desativação do Programa Mananciais, embora o site específico continue hospedado no portal do instituto.

- ▶ Colaboração no site Campanha Cílios do Ribeira com notícias e informes;
- ▶ Elaboração de projetos gráficos, editoração e acompanhamento gráfico de nove livros e uma revista, além de informativos e materiais de divulgação diversos como banners, adesivos e outros;
- ▶ Produção de 197 notícias/reportagens socioambientais (incluindo quatro artigos Direto do ISA)
- ▶ Atualização de mailings de imprensa;
- ▶ Manutenção e produção de conteúdo para o site do ISA;
- ▶ Campanha institucional Penso, Logo Coexisto, criada pela Agência NBS, parceira Pro Bono do ISA, veiculada em 2009
- ▶ A partir de janeiro, o ISA entrou no Twitter e até o início de 2010 contabilizava 1.442 seguidores e 181 tweets.

## WEB

- ▶ Nova versão do site da Raisg
- ▶ Caracterização de TIs no Google Earth
- ▶ Caracterização de UCs no Google Earth
- ▶ Criação de Blog para o Laboratório de Geoprocessamento
- ▶ Versão do site do ISA para dispositivos móveis
- ▶ Site do Abraço Guarapiranga 2009
- ▶ Site colaborativo para a Rede Rio Negro
- ▶ Versão web do Cadastro Institucional
- ▶ Versão em inglês do site do PIB
- ▶ Criação do site Pib Mirim
- ▶ Criação do Blog do isa@cop15



## PRODUÇÃO GRÁFICA

### ▶ Livros:

- Uhiri A – A terra floresta yanomami
- Doc ISA 10 É pagando que se preserva? Subsídios para políticas de compensação por serviços ambientais
- Doc ISA 11 O que eu faço com este mato?
- Doc ISA 12 Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais
- Impactos e oportunidades das mudanças climáticas para a agricultura do Mato Grosso
- Registro da cultura musical dos povos indígenas Yudja e Panará
- Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira
- Pamiri-Masã – Revitalizando as culturas indígenas dos rios Uaupés e Papuri
- Plante as árvores do Xingu e Araguaia 2
- Água e esgoto na Grande São Paulo, português e inglês (*não publicado ainda*)

▶ Outras publicações: Mapa Amazônia 2009 Raisg, versão português/ espanhol e espanhol/inglês; • Mapa Amazônia brasileira 2009 (Arpa); 3 boletins ISA; 3 boletins da AEITY (Associação Escola Indígena Tukano Yupuri); folder ISA, português, inglês e espanhol; folder da Campanha Cílios do Ribeira; folder do Programa Monitoramento; folder do Programa Povos Indígenas no Brasil; folder Fundo Xingu Educadores; Agenda ISA 2010; Pôster Raisg Amazônia sob Pressão para a COP 15

## Indicadores

- ▶ 197 Notícias Socioambientais
- ▶ 1.748.604 visitas ao site (aumento de mais de 94% em relação a 2008), com base em relatório do Google Analytics) assim distribuídas:
  - Socioambiental = 479.635
  - Cílios do Ribeira = 13.621
  - Ikatu Xingu = 27.478
  - Mananciais = 203.396
  - PIB = 973.780
  - Pibinho = 50.694
- ▶ 117.404 downloads;
- ▶ 357 solicitações por parte de veículos de imprensa
- ▶ 382 inserções do ISA na mídia;
- ▶ 55 entrevistas para rádio e tevê – destaques para três inserções no **Jornal Nacional** e duas no **Jornal das Dez da Globo News**.

## Avaliação

O encerramento do Programa Mananciais e da Campanha De Olho nos Mananciais no início de 2009, implicou a redução de notícias, pautas e boletins eletrônicos com informações sobre o tema. Da mesma forma, reduziu-se o número de inserções do ISA na mídia porque o instituto não tinha mais fontes sobre o tema. As solicitações de imprensa foram direcionadas a outros parceiros. Mesmo assim, o site da Campanha contabilizou mais de 200 mil acessos durante o ano de 2009, já que reúne uma grande quantidade de estudos, documentos e informações sobre água, saneamento e a situação dos mananciais que abastecem a região metropolitana de São Paulo.

A Campanha institucional criada pela agência NBS, *Penso, logo coexisto*, foi a prioridade de 2009, e mote de comemoração dos 15 anos do ISA. Novos materiais de divulgação foram elaborados – pôsteres, anúncios, vídeos, postais e camisetas, além de veiculação de anúncios em mídia impressa.

De acordo com o relatório da NBS, em maio, a Revista Caras que circulou em todo o Brasil, à exceção de SP, ES e RJ trouxe um anúncio de página inteira do ISA. Entre maio e dezembro de 2009, uma vinheta de 15 segundos, sem som, foi veiculada pela Rain e TV Minuto em 15 pontos de São Paulo e Rio de Janeiro, em bilheterias de cinema, livrarias, bancas de jornal e cafés, incluindo todas as lojas da rede Fran's Café. A Bee Media distribuiu postais com a campanha em pontos de distribuição cujo fluxo estimado foi de 838.600 pessoas.

A demanda por opiniões e análises do ISA em relação a temas como código florestal, povos indígenas, Usina de Belo Monte, foram os destaques do ano, o que rendeu ao ISA três entrevistas para o **Jornal Nacional** da TV Globo e duas para o **Jornal da Dez** da Globo News, passando ainda pelos telejornais da TV Record e TV Brasil.

	2005	2006	2007	2008	2009
Notícias socioambientais	258	195	201	233	193
Direto do ISA	01	01	09	0	04
Boletins eletrônicos					
ISA	22*	11	09	5	08
'Y Ikatu Xingu	12*	20	23	30	12
Campanha Barragens	–	–	–	6	01
Cílios do Ribeira	–	–	–	9	01
De Olho nos Mananciais	–	–	–	13	01
Pautas socioambientais	14*	18	28	34	30
Visitas ao site	1.236.368	1.338.427	1.673.170	898.422**	1.748.604
ISA na mídia					
Geral	379	360	753	581	382
Só Rádio e Tevê	67	33	73	86	55

\* A partir de junho. \*\* A partir de 2008, o ISA passou a usar as informações do Google Analytics para contagem de acessos por ser considerado um dos mais precisos. Daí a diferença para menos em relação a anos anteriores.

## Perspectivas

O debate sobre a reestruturação do ISA tendo como eixo central a questão das mudanças climáticas coloca novos desafios para a Comunicação como a criação de novos veículos de divulgação destinados a informar e sensibilizar para o tema. Entre eles, está sistematizar análises e informações acumuladas nos últimos anos, de forma que estejam disponíveis para consulta do público em geral e criar canais específicos no site, com documentos, referências bibliográficas, publicações para downloads, vídeos e informativos – impressos e eletrônicos.

O foco é dar mais visibilidade ao ISA e contribuir para que venha a se tornar referência sobre o tema da mesma forma que já é para povos indígenas e políticas socioambientais.

## Melhores momentos

- ▶ Coletiva de imprensa sobre a Usina de Belo Monte com a participação do cacique Raoni e do cantor britânico Sting.
- ▶ Inauguração de blog do ISA no portal do Globo Amazônia.
- ▶ Participação do ISA na COP 15 por meio de blog criado para essa finalidade.
- ▶ Campanha institucional *Penso, Logo Coexisto*.



# DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

## O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

## Equipe

Geni Aparecida Toffoli (estudante de Biblioteconomia, auxiliar de desenvolvimento institucional, até outubro); Josy Andrade dos Santos (estudante de Administração de Empresas, auxiliar de desenvolvimento institucional); Margareth Nishiyama (arquiteta, assessora de planejamento e desenvolvimento institucional); Moisés Pangoni (administrador de empresas, assessor de planejamento e desenvolvimento institucional).

## O que foi feito

- ▶ Prospecção de oportunidades junto a órgãos públicos nacionais, fundações e agências nacionais e internacionais;
- ▶ Assessoria na formulação, formatação e encaminhamento de propostas a instituições financiadoras;
- ▶ Acompanhamento constante do processo de negociação, desde a submissão até a efetivação da contratação dos projetos;
- ▶ Monitoramento dos compromissos e obrigações contratuais;
- ▶ Assessoria na formatação e encaminhamento de relatórios de acordo com as obrigações contratuais;
- ▶ Interlocução com parceiros e financiadores, sobre questões relativas aos contratos firmados;
- ▶ Apoio aos demais setores do ISA para produção de publicações, contatos interinstitucionais e reuniões, seminários e exposições.

## Projetos monitorados em 2009

	apresentados em negociação <b>12</b>	apresentados e não contemplados <b>18</b>	aprovados aguardando contratação <b>6</b>	contratados em 2009 <b>28</b>	contratados antes de 2009 <b>90</b>	total <b>154</b>
	Área	Projeto				Agência
1	RB	Superação da Pobreza e Valorização Cultural: Novas Perspectivas para os Quilombolas no Vale do Ribeira				AECID
2	RB	Cultura y Territorio: La contribución de la cultura quilombola (descendientes de esclavos) para a organización del paisaje en la Floresta Atlántica				AECID
3	XG	Xingu: corazón de la sociobiodiversidad del Brasil				AECID
4	RB	Reflorestamento de matas ciliares nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira				AES ELETROPAULO
5	XG	Adequação Socioambiental da Agropecuária Fazenda Brasil				AGROPECUÁRIA FAZENDA BRASIL
6	DI	Trienal 2008-2010				AIN
7	MM	Publicação sobre o status da situação do saneamento básico na região metropolitana de São Paulo				AIN
8	RB	Superação da Pobreza e Valorização Cultural: Novas Perspectivas para os Jovens Quilombolas no Brasil				AIN/OD
9	PPDS	Clean Energy Platform in Brazil				AIN
10	RB	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Rio Ribeira de Iguape (SP)				ASSOCIAÇÃO NUCLEO OIKOS
11	XG	Autonomia no processo educacional - Xingu e Panara				AVON/FUNDO VIVA O AMANHÃ
12	XG	Design of Management and Benefits Sharing Structure for an Indigenous People's REDD project of the Southeastern Amazon				BANCO MUNDIAL
13	RB	Capacitação da comunidade local em temas relacionados, direta ou indiretamente, ao ecoturismo em 4 sub-regiões identificadas na área de influência dos parques estaduais pertencentes ao projeto de ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo				BID
14	MAP	Desarrollo de un Sistema de Información Georeferenciada para Pueblos Indígenas en el área de influencia de IIRSA				BID/IIRSA
15	RB	Mata Ciliar Quilombola: Recuperando e Garantido a Qualidade da Água, Através da Restauração de APP's				BNDES
16	XG	Consolidação da apicultura entre os Kawaiwete do Parque Indígena do Xingu				BRAZIL FOUNDATION
17	XG	Aprimoramento da Produção e Gestão do Artesanato das Aldeias Moitara e Tuba Tuba.				CAIXA CULTURAL
18	RN	Construção da "Maloca Escola" da etnia Tukano/ Yepapiropora				CAFOD
19	PI/MAP	Monitoramento da Situação e da Sustentabilidade das Terras Indígenas no Brasil				CAFOD
20	RN	Oficina sobre Consumo e Renda – Projeto Banco Tukano Kumuro				CAFOD
21	XG	Formação continuada de Agentes Indígenas no PIX: valorizando as iniciativas socioambientais locais				CAFOD



apresentados em negociação 12		apresentados e não contemplados 18		aprovados aguardando contratação 6		contratados em 2009 28		contratados antes de 2009 90		total 154	
22	RN	Oficinas temáticas sobre a produção de artesanato na Escola Tukano Yapuri					CAFOD				
23	RN	Projeto Arquitetônico Escolas Indígenas no Rio Negro					CAFOD				
24	RN	Livro sobre educação escolar Yanomami: Construindo um sistema próprio de ensino					CAPEMA/CGEEI/MEC				
25	RB	Levantamento das famílias atingidas e ameaçadas pela barragem do Tijuco Alto					CESE				
26	PPDS	Oportunidades e desafios da implementação da convenção 169 da OIT sobre povos indígenas					CESE				
27	PPDS/RB	Assessoria jurídica para a defesa dos direitos territoriais coletivos dos povos indígenas do Xingu e dos quilombos do Vale do Ribeira					COMISSÃO EUROPEIA				
28	XG	Shared forest governance in Xingu river headwaters region					COMISSÃO EUROPEIA				
29	RB	Planejamento territorial integrado e desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais do Brasil e de Angola					COMISSÃO EUROPEIA				
30	RB	Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas no Vale do Ribeira					COMISSÃO EUROPEIA				
31	XG	Direitos Inteiros para populações extrativistas da Terra do Meio: Integração territorial, acesso a direitos e valorização de culturas tradicionais de populações das Reservas extrativistas do Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, Pará, Brasil.					COMISSÃO EUROPEIA				
32	PPDS	Criando bases para o exercício do direito dos povos indígenas à consulta prévia no Brasil					COMISSÃO EUROPEIA				
33	PPDS	Construindo espaços permanentes de comunicação e de incidência sobre governança florestal integrada, no Brasil e na região Amazônica					COMISSÃO EUROPEIA				
34	PPDS	Estudo de Viabilização Jurídica do Projeto de Desmatamento Evitados em Terras Indígenas da Bacia do Xingu					CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL				
35	XG	Projeto Articulação da Cadeia Produtiva de Óleos de Copaíba e Andiroba na Região da Terra do Meio, no Oeste do Pará					DED - SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SOCIAL				
36	PPDS	Carbon credits and indigenous territories in the Amazon Basin					ED				
37	XG	Consolidação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio no estado do Para, Proteção e Fiscalização do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Panara					ED/ BLUE MOON				
38	XG	To create the basis for long term sustainability of the Xingu Protected Areas Corridor					ED/ GBMF				
39	PPDS	Compensated reduction in Brazil					ED/ ROBERTSON				
40	PPDS	Projeto Iniciativa Mudanças Climáticas					ED/ ROBERTSON				
41	PPDS	Identificação e disseminação dos Impactos das mudanças climáticas em áreas-chave da Amazônia					EMBAIXADA BRITÂNICA				
42	PPDS	Produção de Hotsite sobre a Amazônia Brasileira					EMBAIXADA BRITÂNICA				
43	XG	Projeto de Apoio a consolidação das Escolas Indígenas do Parque Indígena do Xingu (Médio e Baixo ) e TI Panara					EMBAIXADA DO CANADÁ				
44	PPDS	Seminário "Pagamento por serviços ambientais e propostas de aplicação aos povos indígenas, comunidades tradicionais e áreas mananciais"					EMBAIXADA DA FINLÂNDIA				
45	XG/RN	Capacitação de Associações Indígenas no Xingu e Rio Negro 2008-2009					EMBAIXADA DA NORUEGA				
46	PIB/MAP	Monitoramento da Situação das Terras Indígenas no Brasil e Disponibilizarão de Informações sobre os Povos Indígenas no Brasil 2009					EMBAIXADA DA NORUEGA				
47	XG/RN	Capacitação de Associações Indígenas no Xingu e Rio Negro 2009					EMBAIXADA DA NORUEGA				
48	PIB/MAP/RN/XG	PROJETO TRIENAL ISA - 2010 A 2012: Informações Qualificadas sobre Povos e Terras Indígenas para Políticas Públicas, Combate ao Preconceito, e Parceria com Organizações Locais no Xingu, Rio Negro e Yanomami					EMBAIXADA DA NORUEGA				
49	RN	Projeto Institucional Yanomami 2009					EMBAIXADA DA NORUEGA				
50	MM	Diagnóstico Socioambiental Participativo da Cantareira (043/2003)					FEHIDRO				
51	MM	Capacitação de Organizações da Sociedade Civil da Região do SCBH-CG em Gestão e Elaboração de Projetos Socioambientais (191/2006)					FEHIDRO				
52	MM	De Olho nos Mananciais I (192/2006)					FEHIDRO				
53	MM	Capacitação de Representantes do CBH-AT e seus cinco SCBHs na Utilização de Ferramentas de Geoprocessamento (313/2004)					FEHIDRO				
54	MM	Seminário de avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga (314/2006)					FEHIDRO				
55	MM	Diagnóstico Socioambiental Participativo da Região do Subcomitê Juqueri-Cantareira (315/2004)					FEHIDRO				

apresentados em negociação 12		apresentados e não contemplados 18	aprovados aguardando contratação 6	contratados em 2009 28	contratados antes de 2009 90	total 154
56	MM	Avaliação da implementação das propostas de ação e recomendações resultantes do Seminário Billings 2002 (325/2004)			FEHIDRO	
57	MM	De Olho nos Mananciais II (006/2007)			FEHIDRO	
58	RB	Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira (119/2006)			FEHIDRO	
59	RB	Programa de Educação Ambiental - Ribeira Sustentável (007/2008)			FEHIDRO	
60	RB	Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à Conservação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape			FEHIDRO	
61	XG	Agriculture and culture in the Xingu Indigenous Park: Facing challenges			FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION	
62	PPDS	Publicação "Carbon stock of indigenous peoples in the Amazon"			FOREST TRENDS	
63	DOC	Digitalização da Hemeroteca do ISA			FUNDO DE DIREITOS DIFUSOS/MJ	
64	RB	Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira (069/05)			FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
65	XG	Recuperando as nascentes e matas ciliares: um exemplo de concertação intersetorial (066/06)			FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
66	XG	Fomento a Cultura Florestal no Cerrado Matogrossense através da Formação de Agentes Multiplicadores			FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
67	RB	Planejamento territorial estratégico: Uma ferramenta de gestão para a sustentabilidade dos territórios quilombolas			FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
68	GEO	RAISG – Fortalecimento e articulação das organizações participantes			FUNDAÇÃO AVINA	
69	GEO	Fortalecimento de iniciativas e articulações na Amazônia Latino-Americana			FUNDAÇÃO AVINA	
70	RN	Apoio à participação do ISA no programa LEAD – Desenvolvimento de uma plataforma de energia limpa para Amazônia			FUNDAÇÃO AVINA	
71	RB	Desenvolvimento de alternativas de mercado para o artesanato tradicional e da palha da bananeira para as comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo			FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	
72	RB	Projeto de desenvolvimento da atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira			FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	
73	XG	Continuidade ao apoio a Campanha 'Y Ikatu Xingu			FUNDAÇÃO BLUE MOON	
74	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu: Formação de Rede de Sementes do Xingu			FUNDAÇÃO BLUE MOON	
75	XG	Scaling up forests restoration in the Xingu			FUNDAÇÃO DOEN	
76	XG	Second Xingu Meeting			FUNDAÇÃO DOEN	
77	XG	To create, implement and follow up pilot projects for models of ciliary (riparian) forests			FUNDAÇÃO DOEN	
78	PPDS	A luta pela afirmação de direitos socioambientais			FUNDAÇÃO FORD	
79	PPDS	Projeto Inovar para Avançar: Propondo novas formas de salvaguarda aos direitos intelectuais coletivos dos povos indígenas			FUNDAÇÃO FORD	
80	RB	Planos de Manejo do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia Itatins			FUNDAÇÃO FLORESTAL/ PETROBRAS (REPLAN)	
81	RB	Elaboração do Módulo 7, sub-módulos 7A e 7C das Unidades de Conservação do Mosaico da Juréia			FUNDAÇÃO FLORESTAL PETROBRAS (REPLAN)	
82	RN/MAP	Amazônia Socioambiental: consolidação das áreas protegidas na Amazônia Brasileira			FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE	
83	RN	Diagnóstico Socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços ambientais no extremo norte da Amazônia brasileira			FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE	
84	PPDS	Pacto para o Desmatamento Zero na Amazônia Brasileira			FUNDAÇÃO PACKARD	
85	XG	Social strategies to fight against deforestation			FUNDAÇÃO PACKARD	
86	PPDS	Oportunidades y Desafíos para la implementación de la Convención 169 de la OIT			FUNDAÇÃO PACHAMAMA	
87	XG	Projeto de apoio à consolidação do Mosaico de UCs da Terra do Meio, com ênfase nas 3 Reservas Extrativistas			FUNDO VALE	
88	VR	Projeto de Reflorestamento de matas ciliares nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira			FRIGORÍFICO MARBA	
89	XG	Apoio a Projetos pilotos de combate a incêndios no Parque do Xingu			GUARANY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	

apresentados em negociação 12		apresentados e não contemplados 18	aprovados aguardando contratação 6	contratados em 2009 28	contratados antes de 2009 90	total 154
90	RB	Tecendo com fibra			GRUPO SANTANDER BRASIL	
91	RN	Organizações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Alto e Médio Rio Negro			HORIZONT 3000	
92	RN	Gestão e Ordenamento Territorial da Bacia do Rio Negro (2008-2010)			HORIZONT 3000	
93	XG	Campanha 'Y Ikatu Xingu			ICATU HARTFORD SEGUROS S/A	
94	DI	ISA Trienal 2008-2010			ICCO	
95	PPDS	Iniciativa Mudanças Climáticas			ICCO	
96	RB	Projeto de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira			ICCO	
97	XG/RN/ PPDS	Improving sustainable trade in timber and other forest products and services from the Amazon Basin			ICCO / IDH	
98	RB	Programas de Fortalecimento da Capacidade			ICCO/PSA	
99	PPDS	Atlas of Pressures (Atlas de Pressões) on Indigenous Territories in Brazilian Amazon/ Atlas of Pressures (Atlas de Pressões) on Indigenous Territories and Conservation Units in Brazilian Amazon/ Hydro-energetic Pressures (Pressões Hidroenergéticas) on Indigenous Territories in Brazilian Amazon : analysis and future scenarios			INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION	
100	RB	Reflorestamento de Matas Ciliares nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira			INICIATIVA VERDE	
101	RN	Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural no Rio Negro			INSTITUTO ARAPYAU DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
102	XG	O poder da Sociodiversidade do Xingu: desvendando um lado do desenvolvimento			INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE	
103	XG	Rede de Sementes do Xingu: uma alternativa de geração de renda valorizando a diversidade socioambiental			INSTITUTO VENTURA	
104	XG	Promoting best environmental practices in large-scale agriculture and ranching operations in Mato Grosso			IPAM/PACKARD	
105	RN	Um Patrimônio Invisível: documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro/AM			IPHAN	
106	XG	Identificação de sítios e histórias ancestrais dos povos Kaiabi, Yudja, Kisêdjê e Panará			IPHAN	
107	RN	Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauarete, Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupes e Papuri, Distrito de Iauarete, Município de São Gabriel da Cachoeira/AM			IPHAN	
108	XG	Ampliando e consolidando a produção de mel indígena no Xingu			ISPN/PPP -ECOS	
109	RB	Desenvolvimento Econômico e Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira através da Conservação, Recuperação e Manejo Sustentável dos Recursos da Mata Atlântica			MAIS-RETE	
110	RB	Assessoria às associações quilombolas do Vale do Ribeira para a gestão de projetos e empreendimentos comunitários			MDA/AEGRE	
111	RB/XG	ATER socioambiental: fortalecimento da atividade artesanal de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira e formação de reeditores de ATER na Bacia do Xingu			MDA/ATER	
112	XG	Restauração Florestal e Recuperação de solos na região da Bacia do Xingu e BR 163 no Mato Grosso			MDA/INCRA	
113	RB	Fomento ao Circuito Quilombola			MDA/PRONAF	
114	RN	Projeto Magistério Yarapiari: Formação de professores Yanomami			MEC-SECAD-FNDE	
115	XG	Projeto Político Pedagógico em miúdos: língua, espaço de aprender e a construção da territorialidade no Xingu			MEC-SECAD-FNDE	
116	RB	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP)			MINC LEI DE INCENTIVO A CULTURA / PETROBRAS	
117	XG	Registro da Cultura Musical dos Povos Indígenas Yudjá e Panara			MINC/FNC	
118	RB	Cine Clube Aldeia Cultural - Eldorado (SP)			MINC/ PONTO DE EXIBIÇÃO AUDIOVISUAL	
119	RN	Ponto de Difusão Digital - São Gabriel da Cachoeira (AM)			MINC/ PONTO DE EXIBIÇÃO AUDIOVISUAL	
120	XG	Projeto de Implantação de Pontos de Cultura com 08 povos do Parque Indígena do Xingu e TI Panará			MINC/ PONTO DE CULTURA INDÍGENA	
121	XG	Apoio à Campanha Y Ikatu Xingu			NATUKAPILAR	
122	XG	Carbono Socioambiental do Xingu – Edital Natura 2008			NATURA	
123	XG	Carbono Socioambiental do Xingu - Edital Natura 2009			NATURA	
124	DI	Agenda Socioambiental 2010			NATURA	

apresentados em negociação 12		apresentados e não contemplados 18	aprovados aguardando contratação 6	contratados em 2009 28	contratados antes de 2009 90	total 154
125	RB	Uso de ferramentas de informação e comunicação na formação de jovens de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, como mecanismo de fortalecimento de sua identidade cultural e promoção social.			OI FUTURO	
126	RB	Projeto de conservação, recuperação e uso sustentável das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira			PDA/MA	
127		Cantareira em Rede – Mobilização e Proposição de Ações Socioambientais			PDA/MA	
128	XG	Agricultura e Conservação das Matas Ciliares			PDA/PADEQ	
129	RB	Oficina de Planejamento Estratégico e Elaboração de Projetos para fomentar os Circuitos Turísticos Quilombola no Vale do Ribeira - São Paulo			PNUD	
130	RN	Projeto de Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro			PREMIO ITAÚ-UNICEF 2009	
131	RN	Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do rio Negro, noroeste amazônico 2008-12			RFN	
132	XG	Programa Xingu Socioambiental 2008-12			RFN	
133	PPDS	Valorização da diversidade socioambiental brasileira como estratégia de desenvolvimento 2008-12			RFN	
134	RN	Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do rio Negro, noroeste amazônico 2008-12			RFN	
135	RN	Projeto de Educação Intercultural – PEI			RFN	
136	XG	Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais – Componente bacia do Xingu 2008-2010			RFN	
137	RN	Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais – Componente Corredor Norte 2008-2010			RFN	
138	PPDS/ GEO	Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais – Componente Governança 2008-2010			RFN	
139	RN	Diversidade Socioambiental na Amazônia: governança, proteção e manejo de recursos naturais – Componente Gestão Territorial Yanomami			RFN	
140	PPDS	Realizing Rights Technical Brief : Brazil			RIGHTS RESOURCES INICIATIVE	
141	RB	Fortalecimento dos processos participativos de Gestão e Comercialização das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira			SEBRAE	
142	RB	Projeto Cidadania Quilombola no Vale do Ribeira			SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH	
143	RB	Fortalecimento das manifestações culturais quilombolas através de incentivo a processos e práticas culturais voltados a promoção sociocultural dos jovens quilombolas do Vale do Ribeira			SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA - SP	
144	XG	Y Ikatu Xingu Campaign - “Save the good water of Xingu”			SWISS-RE	
145	XG	Projeto de restauração florestal TFT/Jyrsk			TFT/JYRSK	
146	XG	Curso de Formação em Gestão para Agentes Indígenas no Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará			TERRE DES HOMMES - HOLANDA	
147	XG	Adequação ambiental e gestão florestal municipal			TNC	
148	XG	Levantamento dos Recursos Naturais Potenciais da Terra Indígena Panara e Formação de Agentes Indígenas de Manejo de Recursos Naturais do Parque do Xingu (PIX)			TNC/ USAID	
149	XG	Unidade de fontes responsáveis na Amazônia			TNC/USAID	
150	XG	Produção Responsável nos Estados do Pará e Mato Grosso			TNC/USAID	
151	XG	Consultoria para realização de Diagnóstico Socioambiental na região do Xingu no Estado do Mato Grosso			UNESCO	
152	RN/XG	Formação de crianças e jovens indígenas na Amazônia			UNESCO/CRANÇA ESPERANÇA	
153	RB	Diagnóstico e Delimitação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá			VITAE CIVILIS	
154	MAP	Mapa “Amazônia Brasileira 2009 – edição especial Arpa”			WWF-BRASIL	

# DOCUMENTAÇÃO

## O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. Sua ação está baseada, em grande parte, no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos, envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma rede de instituições, o que exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas.

## Equipe

Beatriz Cyrineo Pereira (estudante de Letras, estagiária); Claudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação).

## O que foi feito

### ▶ ACERVO AUDIOVISUAL

Fotos digitalizadas e processadas	28.543
Fitas de Vídeo e DVD's	1.758

### ▶ ACERVO TEXTUAL

Docs/Livros processados	21.855
Docs/Livros pré-processados	6.578

### ▶ DIGITALIZAÇÃO ACERVO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

	Arquivos em PDF	Páginas digitalizadas
Documentos	1.768	16.879
Notícias	2.345	2.549
Total	4.113	19.428

### ▶ BANCO DE NOTÍCIAS

Notícias digitalizadas e processadas	26.075
--------------------------------------	--------

### ▶ CADASTRO INSTITUCIONAL

Pessoas e Instituições	25.392
Cadastros atualizados	4.029

### ▶ MANCHETES SOCIOAMBIENTAIS

Assinantes	7.316
------------	-------

### ▶ ATENDIMENTO

	Acervo textual	Acervo audiovisual	Total
Interno	244	282	526
Externo	116	66	182
Total	360	348	708

### ▶ COBERTURAS FOTOGRÁFICAS

Manifestação contra a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto em Adrianópolis, Paraná; Seminário Interno sobre Código Florestal; II Feiras de Sementes de Eldorado, no Vale do Ribeira.

### ▶ MALA-DIRETA DIVULGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONVITES E PUBLICAÇÕES

Agenda Socioambiental 2010; Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores; Amazônia 2009: Áreas Protegidas e Territórios Indígenas; Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira; Boletim Socioambiental; Cartilha Campanha Cílios do Ribeira; Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais; Encarte Campanha 'Y Ikatu Xingu; É pagando que se preserva?; Livros sobre os mananciais de São Paulo; O que eu faço com esse mato?; Plante as árvores do Xingu e Araguaia; Site PIB Mirim.

### ▶ PERIÓDICOS

Há 660 coleções de periódicos, sendo 569 delas coleções fechadas (encerradas) e 91 ativas.

### ▶ PESQUISA FOTOGRÁFICA E TRATAMENTO DE IMAGENS

Agenda Socioambiental 2010; Registro da Cultura Musical do Povo Indígena Yudja; Registro da Cultura Musical do Povo Indígena Panará; Urihi-A: a Terra-Floresta Yanomami.

### ▶ OUTRAS ATIVIDADES

Agendinha ISA 2009; Atualização do Especial Raposa Serra do Sol; Dossiê Brasil Sustentável.

## Melhores momentos

A continuidade do processo de digitalização do acervo do ISA. Este ano, realizamos a digitalização dos documentos e notícias sobre Unidades de Conservação.

# GEOPROCESSAMENTO

## O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do Instituto Socioambiental (ISA) – em desenvolvimento ou em fase de planejamento – bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

## Equipe

### ► Núcleo

**Cícero Cardoso Augusto** (engenheiro cartógrafo, coordenador); **Alexandre Degan** (geógrafo, analista de geoprocessamento); **Rosimeire Rurico Sacó** (geógrafa, analista de geoprocessamento).

### ► Analistas de geoprocessamento por Programas

**Alicia Rolla** (geógrafa, Monitoramento de Áreas Protegidas); **Ana Carolina Rezende Rodrigues** (engenheira agrônoma; Xingu, até setembro); **Carolina Born Toffoli** (geógrafa, Vale do Ribeira, até julho); **Maria Fernanda Prado** (bióloga, Vale do Ribeira, a partir de julho); **Marisa Gesteira Fonseca** (bióloga, Xingu, a partir de abril); **Rafael Fernando Honório** (estudante de geografia, estagiário, Xingu, até março); **Daniela Lavignatti** (estudante de geografia, estagiária, Xingu, a partir de abril); **Renata Aparecida Alves** (ecóloga, Rio Negro); **Thomas Jean Georges Gallois** (estudante de geografia, estagiário, Monitoramento de Áreas Protegidas).

## O que foi feito

### ► PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS

- Participação Seminário “Raisg - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada”, Lima, Peru;
- Participação em oficina técnica com equipe Raisg, outubro, ISA, São Paulo;
- Feira de Geotecnologias - Geobrasil, São Paulo;
- Congresso de Software Livre Latinoware, outubro, Foz do Iguaçu/PR;
- Participação no Seminário Interno sobre Código Florestal;
- Participação nas mini-oficinas de Zoneamento das RDS Barra do Una e Despraido, no Vale do Ribeira e litoral sul;
- Oficina técnica da Raisg, com ênfase em Sensoriamento da Raisg, maio, Imazon, Belém/PA;
- Capacitação interna em ferramentas de geoprocessamento, maio, São Paulo;
- Encontro de usuários sobre focos de calor, outubro, Inpe, Cachoeira Paulista/SP.

### ► PROGRAMA RIO NEGRO

- Rotina de manutenção do SIG do programa:
  - atualização e sistematização dos dados oficiais do Estado e dos parceiros como Foirn, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Rede Rio Negro, e dados de campo das equipes do Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié e Rio Uaupés e TI Yanomami;
  - levantamento, download e mosaicagem de imagens de satélite;
  - treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe;
  - elaboração de mapas e disponibilização de dados para notícias socioambientais, relatórios, projetos e apresentações;
  - atendimento a pedidos externos (por exemplo, a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, o Exército, pesquisadores associados, entre outros).
- Participação na produção de informações cartográficas e apoio técnico à publicação dos resultados do “II Seminário Rede Rio Negro” e na elaboração de SIGs, mapas e cartas-imagem de trabalho para o II Seminário de Ordenamento Territorial em Barcelos.

### ► MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Plotagens de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs);
- Atualização e manutenção da base georreferenciada de áreas protegidas nas escalas de de 1:250.000 e 1:1.000.000;
- Implementação de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor - Inpe;
- Estruturação e criação de Web Services para a caracterização de TIs;
- Obtenção, processamento e análise dos dados de desmatamento na Amazônia em 2008, produzidos pelo INPE;
- Atualização e manutenção da base georreferenciada de áreas protegidas;
- Apoio técnico na revisão das informações para o banco de áreas protegidas na web;
- Elaboração de mapas para o site de Povos Indígenas Mirim;
- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para o programa;
- Replotagem da base de áreas protegidas da Amazônia Legal, na escala 1:250.000.

### ► RAISG - REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para a rede;
- Definição, aprovação e ajustes da estrutura do modelo de dados espaciais;
- Organização e sistematização de dados espaciais de acordo com o modelo de dados proposto;
- Atualização de informações para o blog <http://www.Raisg.socioambiental.org>;
- Consolidação das bases cartográficas e temáticas;
- Cômputos e análises de áreas protegidas para uso em mapas;
- Elaboração e produção do mapa Raisg Amazônia 2009.

#### ▶ PROGRAMA XINGU

- Análises comparativas dos sistemas de monitoramento florestal na Bacia do Rio Xingu e elaboração de relatório técnico;
- Capacitação da estagiária Daniela Lavignatti;
- Monitoramento contínuo de disponibilidade de imagens Landsat e Cbers HRC e processamento das mesmas;
- Obtenção, processamento e análise de dados secundários, tais como: geologia e geomorfologia da Secretaria de Planejamento (Seplan-MT); obtenção e avaliação dos dados do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento – Siad 2002-2008; avaliação e cálculos dos dados de vegetação secundária do Inpe;
- Análises sobre desmatamento na Bacia do Xingu com dados do Inpe, Ministério do Meio Ambiente e ISA e elaboração de apresentação de slides;
- Pesquisa e testes de procedimentos de correção geométrica e fusão dos sensores HRC e CCD do satélite CBERS2B, que resultaram na definição dos métodos a serem utilizados;
- Elaboração e atualização periódica do Boletim de Alertas de Desmatamento e Degradação em Municípios e Terras Indígenas - “De Olho no Xingu”;
- Catalogação e processamento de segmentos de imagens de radar SAR/R99B;
- Processamento de imagens para uso no treinamento sobre Claslite e realização de testes de avaliação do programa;
- Levantamento de dados preliminares do Prodes 2009 e cálculos do desmatamento nas cabeceiras do Rio Xingu;
- Organização de dados georreferenciados do Programa Xingu;
- Georreferenciamento de mapas da Oficina de Reconhecimento das Iniciativas Socioambientais Locais;
- Estudo sobre projeção do uso e cobertura do solo no Parque Indígena do Xingu (PIX) nos próximos 30 anos;
- Disponibilização de informações para a equipe, tais como: cálculos de áreas das fitofisionomias no PIX, Panará e Kayapó; análise de dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) no PIX; revisão de cálculos e mapas para documento sobre Carbono Socioambiental do Xingu;
- Elaboração de diversas figuras e mapas, incluindo: mapa de ações do Programa Xingu; mapa da aldeia Moygu; figura das formações savânicas na Bacia do Rio Xingu; mapa de alertas de degradação SAD no PIX; mapa de desmatamento nas cabeceiras em 2008, mapa da expedição de vigilância da comunidade Ikpeng e figura das áreas de atuação do ISA;
- Disponibilização de diversos arquivos vetoriais e matriciais para a equipe e para parceiros;
- Atualização do mapa simplificado de desmatamento no corredor de biodiversidade do Xingu.

#### PROJETO PANARÁ

- Processamento de imagens e confecção de mosaico Landsat 2009.

#### CAMPANHA Y IKATU XINGU

- Confecção de mosaico de imagens Landsat TM do ano 2009 das cabeceiras do Rio Xingu;
- Processamento de imagens Landsat TM, CBERS2B CCD e HRC e Landsat ETM+ ortoretificadas que recobrem os municípios de São José do Xingu, Querência, Canarana e Santa Cruz do Xingu para o ano de 2009;
- Mapeamento de áreas alagáveis de São José do Xingu e de Canarana;
- Mapeamento do Uso e Cobertura do Solo de São José do Xingu, incluindo trabalho de campo e plotagem de diversos mapas de apoio;
- Levantamento de legislação e literatura sobre áreas alagáveis para aperfeiçoamento do mapeamento, resultando na elaboração de nova máscara de Área de Preservação Permanente (APP) das cabeceiras do Rio Xingu;

- Levantamento e análise de dados do meio físico e socioeconômico de Querência, São José do Xingu e Canarana, redação de relatórios sobre os três municípios;
- Elaboração de apresentações de slides sobre meio físico e dados socioeconômicos de Canarana e São José do Xingu.

#### TERRA DO MEIO

- Confecção de mosaico de imagens Landsat TM do ano 2009 da Terra do Meio;
- Análise do desmatamento em áreas protegidas da TM em junho e julho com base em dados SAD;
- Reuniões sobre coleta de dados, com repasse de informações técnicas para a equipe de campo;
- Atualização e disponibilização de mapas;
- Elaboração do arquivo vetorial sobre a localização de famílias das Resex Iriri e Riozinho do Anfrísio;
- Organização dos dados espaciais da Terra do Meio;
- Análise do desmatamento e vegetação secundária em áreas críticas.

#### ▶ PROGRAMA VALE DO RIBEIRA

- Participação em reuniões do programa no município de Eldorado;
- Preparação do material para apresentação e participação no Encontro sobre “Mapeamento Sociocultural”;
- Participação no Seminário sobre Pagamentos por Serviços Ambientais e Sistemas Agroflorestais no município de Registro (com duração de dois dias);
- Elaboração de diversos mapas para reuniões, trabalhos de campo e parceiros.

#### ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAS (APRM)

##### *Alto Juquiá - São Lourenço*

- Participação em reuniões, com destaque para: Vitae Civilis para planejamento preliminar do projeto Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM e definição das atividades da segunda tarefa do TR do projeto da APRM; Câmara Técnica - APRM para apresentação do ISA, do projeto e dos serviços cartográficos a serem prestados no âmbito do Projeto APRM; Instituto Pólis e Vitae Civilis para organizar as atividades de análise dos dados da APRM e para estruturação dos dados referentes à evolução do uso do solo e processos de ocupação da área; Câmara Técnica APRM AJ-SL para apresentação dos resultados preliminares da atividade 1; Reunião CT AJ-SL, apresentação e validação dos resultados; Vitae Civilis, planejamento das próximas atividades (Atividades 2 e 3 do TR);
- Preparação dos produtos da tarefa 1 do TR;
- Coleta de dados levantados junto a Prefeitura de Jucitaba;
- Visita ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para levantamento de dados para APRM;
- Elaboração do relatório parcial de atividades do projeto da APRM AJ-SL;
- Trabalho de campo em Jucitaba e São Lourenço para checagem dos dados de uso e ocupação do solo .
- Organização dos dados do banco do ISA para a área da APRM;
- Levantamento de dados nos principais órgãos e instituições (IPT, IG, IGC, IBGE, DAEE, Sabesp, Cetesb, Prefeituras, MMA etc);
- Criação dos limites espaciais do limite da APRM a partir da hidrografia e curvas de nível;
- Nova delimitação da APRM ajustada com os parâmetros definidos em reunião com CT-APRM AJ-SL ;
- Registro de duas imagens de satélite Landsat TM do ano de 2008 para realização do mapeamento de uso e ocupação do solo;

- Treinamento em laboratório para classificação das imagens dos anos de 1990, 1999 e 2008 da área da APRM;
- Classificação do uso e ocupação do solo da APRM AJ-SL para os anos de 1990, 1999 e 2008.

#### CIRCUITO TURÍSTICO QUILOMBOLA

- Trabalho de campo no Quilombo Mandira - Circuito Quilombola;
- Trabalho de campo para levantamento de dados para o projeto Planejamento Territorial da Comunidade de São Pedro e Circuito Turístico Quilombola (duração de dois dias);
- Organização dos dados turísticos das comunidades envolvidas no projeto;
- Mapeamento das atividades turísticas levantadas nas comunidades envolvidas no projeto.

#### REPOVOAMENTO JUÇARA

- Plotagem das áreas de repovoamento do palmito juçara;
- Confecção dos mapas de repovoamento do palmito para 13 comunidades envolvidas nestas atividades;
- Participação no Seminário para Apresentação dos Resultados do Projeto Juçara na Comunidade de Ivaporunduva.

#### PLANEJAMENTO TERRITORIAL – QUILOMBO DE SÃO PEDRO

- Trabalho de campo para coleta de dados base para o projeto Planejamento Territorial;
- Sistematização dos dados levantados em campo ;'
- Planejamento das atividades de Planejamento Territorial Estratégico;
- Participação em reuniões;
- Participação da elaboração do Projeto de Planejamento Territorial de São Pedro enviado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA.

#### PROJETO BANANA ORGÂNICA – IVAPORUNDUVA

- Coleta de dados dos bananais orgânicos em campo;
- Geração de mapas para subsidiar as atividades relativas ao monitoramento das áreas.

#### ▶ PROGRAMA MANANCAIAIS

- Mapas para publicação sobre saneamento em inglês;
- Análise de dados preliminares do Projeto Cantareira PDA;
- Atualização de dados para o CD da publicação Juquery-Cantareira em Arcexplorer;
- Organização dos dados espaciais para o programas de mananciais;
- Várias reuniões técnicas com a Terceira Via.

#### ▶ COMUNICAÇÃO

- Elaboração de mapas inseridos em Notícias Socioambientais: APA Quilombos e Comunidade de Bombas, RESEX Renascer, localização dos casos de malária no Médio RN, localização de áreas desafetadas para criação de UCs federais em Rondônia; localização de áreas com focos da gripe H1N1 em áreas Yanomami. Mapas para a publicação Serviços Ambientais

#### ▶ NÚCLEO DE GEOPROCESSAMENTO

- Implementação de um novo servidor em ambiente Linux que suportará a nova estrutura de armazenamento de dados espaciais, bancos de dados corporativo e os serviços de disponibilidade de informação através de Web Services;
- Reestruturação do modelo de dados atual para a nova estrutura de armazenamento.

## Indicadores

- ▶ Mapas impressos em papel e em formato digitais utilizados pelos programas do ISA em suas atividades e distribuídos entre outras instituições e parceiros;

	digital	impresso
Monitoramento	43	19
Rio Negro	196	370
Terra do Meio	-	178
Xingu	95	265
Ribeira	84	223
Raisg	-	6
Mananciais	10	1
Yanomami	5	71
PPDS	14	-
SE	1	16
Total	448	1.149

- ▶ Sete mapas foram vendidos ou doados para outras instituições, governo, pesquisadores etc.
- ▶ Os atendimentos à solicitação de usuários totalizam 24.

## Avaliação

Mesmo com a equipe reduzida, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender a demandas não previstas, internas e externas, fornecendo informações e orientações.

Foi possível também promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento, mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, bem como fazer uma avaliação da capacidade de atendimento atual de demandas solicitadas.

## Perspectivas

- ▶ Viabilizar a organização dos dados analógicos existentes para digital;
- ▶ Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente a equipe;
- ▶ Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- ▶ Continuar alimentando o blog da Raisg para acúmulo de informações técnicas e memória;
- ▶ Estudos para absorção de novas tecnologias e satélites com o objetivo de atender as novas demandas dos programas e projetos (videografia, IRS, CBERS-2B, Google Earth, Alos, Spot).

## Produtos

- Mapa da Amazônia Brasileira – 2009
- Mapa da Amazônia 2009 – Áreas Protegidas e Territórios Indígenas – Raisg
- Atualizações: Mapa Terras Indígenas no Brasil; Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira; Estatísticas de terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil; Análises de dados geográficos e estatísticos para Programa Xingu e Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs).



# INFORMÁTICA

## O que é

Atividade permanente que reúne as rotinas necessárias à manutenção operacional dos sistemas informatizados do ISA, em condições adequadas às necessidades das equipes de trabalho da sede em São Paulo e dos escritórios em Brasília, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Canarana e Eldorado.

## Equipe

**Antenor Bispo de Morais** (administrador de empresas, coordenador); **Adriana Araújo dos Santos** (analista de sistemas, analista de suporte); **Danielson Silva Queiroz** (estudante de sistemas de informações, estagiário, de agosto 2009 até dezembro); **Jackson Rodrigues Noleto** (estudante de sistemas de informações, estagiário, até agosto); **Luiz Carlos da Silva** (estudante de sistemas de informações, estagiário, a partir de março); **Mateus Damico** (estudante de engenharia da computação, estagiário, a partir de março); **Oséas Pires Marques** (estudante de sistemas de informações, ass. tec. informática, a partir de janeiro).

## O que foi feito

- ▶ Manutenção nos computadores da rede do ISA em Manaus e São Gabriel da Cachoeira;
- ▶ Aumento do link de internet em São Paulo: de 2Mb para 4Mb;
- ▶ Atualização dos equipamentos de rede na sede em Brasília:
  - aquisição de um servidor de dados operando no modo de virtualização;
  - aquisição de um storage para armazenamento de documentos;
  - aquisição de uma nova máquina de backup para unificar o padrão de backup entre São Paulo e Brasília.

- ▶ Aquisição de um novo servidor para acesso a Internet (interno e externo);
- ▶ Implantação do novo sistema de e-mail com o pacote de colaboração Zimbra;
- ▶ Capacidade instalada

Total de usuários	152
Total de computadores	202 (111 desktops; 91 notebooks)
Servidores	13

- ▶ Capacidade de armazenamento

	Total	Usado
Boa Vista	132 Gb	8,40%
Brasília	492 Gb	53,66%
Manaus	132 Gb	92,44%
São Gabriel da Cachoeira	132 Gb	90,15%
São Paulo	5,41 Tb	61,34%

- ▶ Suporte/Serviços de rede

Atendimentos/Suporte	5.314
Mensagens processadas nos servidores de e-mail	5.165.505
Quantidade de caixas postais (e-mails e grupos)	230

**P**ROGRAMAS



# MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

## O que é

O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas colabora com o Ordenamento Territorial do Brasil por meio da pesquisa, análise e divulgação dos processos de criação e efetivação de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). Além disso, atua propositivamente, participando de fóruns, redes e consultas que influenciam as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental. Esse trabalho iniciou-se no antigo CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em 1983, com o monitoramento de TIs no Brasil e foi ampliado, em 1992, para as UCs e outras áreas públicas. O CEDI é uma das organizações que deram origem ao ISA.

As atividades baseiam-se na pesquisa diária de dados referentes a Áreas Protegidas, no acompanhamento da política nacional ambiental e indigenista e na publicação de informações qualificadas e georreferenciadas sobre TIs e UCs. O monitoramento e indexação dos dados georreferenciados são mediados por um Sistema de Informação de Áreas Protegidas, que possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal), temáticos (Áreas Protegidas, Notícias, Pesquisas, Projetos, Pressões e Ameaças, Processos Judiciários e Atos Legislativos, entre outros) e em diferentes níveis de profundidade (?). Isso contribui na produção de reflexões e análises sobre as diversas situações das Áreas Protegidas, relativas, por exemplo, à características ambientais, como a proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal; à gestão e administração territorial; aos projetos realizados por comunidades (agrobiodiversidade, educação, gestão territorial); ao histórico de pressões antrópicas (desmatamento, mineração, obras de infra-estrutura), entre outros.

O trabalho realizado pelo Programa Monitoramento em cooperação com o Laboratório de Geoprocessamento foi a base para a articulação e criação da Raisg - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, que reúne instituições de oito países amazônicos para consolidar uma base de dados qualificada sobre a região, que permita a produção de conhecimento e subsidie os atores locais. O ISA coordena a rede e é responsável pela consolidação, sistematização e padronização dos dados.

## Parcerias e fontes de financiamento

- Embaixada da Noruega; Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento; Fundação Gordon e Betty Moore.

## Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alicia Rolla (geógrafa, coordenadora adjunta); Carlos Eduardo Marinelli (biólogo, analista de pesquisa socioambiental); Gabriella Contoli (socióloga, produção web); João Ricardo Rampinelli Alves (programador web); Majóí Gongora (antropóloga, analista de pesquisa socioambiental); Marcelo Lopes Oliveira (programador web); Moreno Saraiva Martins (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Rogério Duarte do Pateo (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Sílvia de Melo Futada (bióloga, analista de pesquisa socioambiental).

*Estagiários:* Ana Luísa Sertá Almada Mauro (Ciências Sociais); Bruno Marianno (Gestão Ambiental); Lia Taruiap Troncarelli (Gestão Ambiental); Simo-

ne Moerdauí (Ciências Sociais); Tatiana Amaral Sanches Ferreira (Ciências Sociais); Thomas Jean Georges Gallois (Geografia).

*Retaguarda institucional:* Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador de geoprocessamento); Alex Piaç (bacharel em Marketing, analista web); Alexandre Degan Perussi (geógrafo, analista de geoprocessamento); Eduardo Utima (Artista Plástico, web designer e desenvolvedor web).

## Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento sobre o reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- Análise e divulgação de informações sobre áreas protegidas em documentos, livros e na internet.

## O que foi feito

- ▶ Compilação e qualificação de bases temáticas de pressões sobre as TIs e UCs (desmatamento, obras de infraestrutura, petróleo e gás, mineração, hidrelétricas);
- ▶ Mudança da escala da base cartográfica de UCs e TIs da Amazônia Legal (355 TIs e 291 UCs), de 1:1.000.000 para 1:250.000, visando maior definição dos perímetros e o ajuste dos detalhes de rios e igarapés;
- ▶ Reunião com a prof. Bertha Becker para contribuição de subsídios na elaboração do Macro Zoneamento Econômico Ecológico da Amazônia Legal;
- ▶ Reuniões e encaminhamentos de parceria com o CRIA-Centro de Referência em Informações Ambientais (gestor da iniciativa Species Link de digitalização e disponibilização das informações de coleções biológicas de espécies brasileiras) para: avaliação de compartilhamento dos respectivos sistemas de informações; elaboração de produtos comuns; desenvolvimento de algoritmos estatísticos para tabulação de indicadores; sistema de carga de informações e avaliação da estrutura de dados do Species Link visando integração com as Caracterizações de TIs e UCs;
- ▶ Reunião de trabalho com a Google Earth Outreach, para disponibilização de informações na ferramenta Google Earth.
- ▶ Desenvolvimento dos seguintes sistemas de informação web:
  - Sistema de Notícias: Interface web para inserção de notícias referentes a questões que incidem sobre Áreas Protegidas. Durante o desenvolvimento deste sistema foram importadas mais de 1900 imagens de arquivo de notícias, além de mais de 600 arquivos (PDF), todos relacionados à íntegra de notícias antigas (anterior a dez./2000).
  - Sistema de Organizações Indígenas: Interface web para sistematização e detalhamento sobre organizações indígenas.
  - Sistema de Projetos: Interface web para sistematização, detalhamento e análises sobre projetos que foram ou estão sendo realizados em Áreas Protegidas.
  - Sistema de Pesquisas: Interface web para sistematização, detalhamento e análises sobre pesquisas que estão sendo ou foram realizadas em Áreas Protegidas.

- Sistema de Povos Indígenas: Interface web para sistematização de informações sobre povos indígenas e populações tradicionais, com ênfase nos primeiros, priorizando informações sobre demografia e localização.

- Sistema Judiciário: Interface web para sistematização, detalhamento e análise para acompanhamento jurídico das Áreas Protegidas.

Tal estrutura visa a disponibilização das informações via internet, além de realização de análises mais detalhadas sobre os diversos aspectos e questões que giram em torno das Áreas Protegidas.

- ▶ Integração das demandas dos programas do ISA para o Projeto do Fundo Amazônia

## Indicadores

- ▶ Capacidade de monitorar e influenciar as políticas públicas, a partir da disponibilização de informações qualificadas sobre TIs e UCs;
- ▶ Atendimento satisfatório das demandas do público e das equipes do ISA;
- ▶ Capacidade de elaborar informações e disponibilizá-las por meio do website do ISA e publicações impressas.

## Avaliação

No ano de 2009 o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas ampliou sua capacidade de acompanhar fatos e processos relativos às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, principalmente a partir da conversão para web do Sistema de Informação sobre Áreas Protegidas e do início de parcerias para o compartilhamento do Sistema, que será finalizado em meados de 2010. Isso permitirá ao ISA potencializar a captura de informações primárias (coletadas localmente) mediante a abertura do Sistema a um amplo conjunto de parceiros, que serão diretamente envolvidos nos processos de sistematização de dados e produção de resultados. Todo desenvolvimento tem demandado mais tempo do que o estimado, pois,

uma vez que revisamos e melhoramos o sistema, várias demandas dos usuários vão sendo incorporadas, o que resultará em um sistema mais completo e abrangente.

## Perspectivas

Com o objetivo de dinamizar cada vez mais o acesso e a análise sobre as informações, em 2010 serão desenvolvidas interfaces para geração de relatórios e exportação de dados para análises externas. Os relatórios terão como universo as áreas protegidas e os dados temáticos relativos a elas: pesquisas, notícias, projetos, organizações, povos, informações jurídicas etc.

Em paralelo ao desenvolvimento das interfaces de relatório, serão realizadas melhorias em todos os sistemas já existentes, a fim de incorporar demandas de programas do ISA bem como de parceiros externos, formando assim uma plataforma de colaboração e geração de informações.

Por fim, está previsto o desenvolvimento e aplicação do sistema de indicadores de integridade socioambiental para áreas protegidas, que viabilizará uma análise transversal sobre todas as áreas protegidas.

A implantação e disponibilização do Sistema de Áreas Protegidas serão complementadas nos próximos anos por sua inclusão em uma plataforma para produção colaborativa de informações sobre a região amazônica que integrará informações estruturadas, dados qualitativos e informações geográficas em um espaço virtual único. Essa plataforma já está sendo concebida no âmbito de um projeto a ser encaminhado ao Fundo Amazônia/BNDES.

## Produtos

- ▶ Mapa Amazônia Brasileira 2009
- ▶ Mapa Amazônia 2009 (Raisg)



# Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

## O que é

Trata-se de um conjunto de rotinas de pesquisa e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às TIs no Brasil, que são analisadas e disponibilizadas para o público através dos sites do PIB e ISA, na seção “Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil” e também em análises customizadas, seja para outros programas do ISA ou para parceiros indígenas e não-indígenas.

Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs, sobre ações no Judiciário contra elas; incidência de projetos de infraestrutura, dados sobre recursos provenientes de financiadores diversos (públicos e privados), informações sobre as principais pressões que ameçam sua integridade, além de um quadro detalhado dos projetos e parcerias desenvolvidos em cada uma delas. O resultado é um panorama do uso dos recursos por suas populações, complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo notícias da mídia local e nacional, que permite a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

## Linhas de ação

- ▶ Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das TIs;
- ▶ Pesquisa sobre a existência de ações no Judiciário contra TIs específicas;
- ▶ Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- ▶ Sistematização dessas pesquisas no Sistema de Banco de Dados de Áreas Protegidas (Sisarp)
- ▶ Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e na internet.

## O que foi feito

- ▶ Em relação a políticas públicas que envolvem direitos territoriais indígenas monitoradas sistematicamente, as seguintes atividades foram realizadas:
  - Acompanhamento diário das informações sobre a demarcação de TIs pelo Governo Federal.
  - Identificação e sistematização de dados sobre novas TIs reivindicadas pelos povos indígenas.
  - Pesquisa diária de dados de ações judiciais movidas por fazendeiros, prefeituras e estados contra os processos de demarcação de TIs.
  - Plotagem de nove novas TIs.
  - Organização de seminário com a participação de pesquisadores dos programas regionais do ISA e convidados de outras instituições para discussão de um conjunto de indicadores de integridade socioambiental das TIs.
  - Sistematização de notícias sobre pressões e ameaças em Terras Indígenas (obras de infraestrutura, garimpo, arrendamento etc).
  - Cadastramento de notícias publicadas entre os anos de 1950 e 2000, pertencentes ao acervo de notícias do ISA, que foram digitalizadas em 2008. Desde abril de 2009 foram cadastradas notícias referentes aos seguintes povos indígenas: Aikanã, Amanayé, Anambé, Apinajé, Apurinã,

Aranã, Arara, Arara do Rio Branco, Araweté, Ashaninka, Asurini do Tocantins, Asurini do Xingu, Atikum, Avá-Canoeiro, Aweti, Bakairi, Baniwa, Bororo, Canela, Cinta Larga, Deni, Desana, Enawenê-nawê, Fulni-ô, Galibi do Oiapoque, Gavião Parkatêjê, Gavião Pykopyjê, Guajá, Guajajara, Guarani, Guató, Ikolen, Ikpeng, Iranxe Manoki, Javaé, Jenipapo-Kanindé, Jiripanço, Juma Ka’apor, Kadiwéu, Kaiabi, Kaimbé, Kantaruré, Kambiwá, Kamaiurá, Kalapalo, Kalankó e Kanamari.

- Digitalização da série completa do *Aconteceu Povos Indígenas no Brasil* de 1980 a 2000, que soma nove (9) volumes, e os três volumes publicados na década de 1980 sobre os povos do Javari, do Amapá/Norte do Pará e do Sudeste do Pará. Também foram digitalizados o *Manual para Administração de Organizações Indígenas* e *Gestão de associações no dia-a-dia*. Todas essas obras estão esgotadas e estão disponíveis para download no site do ISA.

- ▶ Em relação a políticas públicas que envolvem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos indígenas monitoradas sistematicamente, as seguintes atividades estão sendo realizadas:
  - Cadastramento semanal dos convênios firmados entre associações indígenas, organizações indigenistas e municípios com órgãos federais, tendo como fonte o site “Transparência Brasil”; cadastramento diário dos convênios firmados entre associações indígenas, organizações indigenistas e municípios com órgãos fede\*, tendo como fonte o Diário Oficial; cadastramento dos contratos firmados entre associações indígenas e agências internacionais de financiamento. No período coberto por este relatório foram cadastrados 402 convênios cujas atividades serão realizadas diretamente em Terras Indígenas, no montante total de R\$ 118.871.790,81. Na distribuição regional desses recursos, destaca-se a região do Mato Grosso do Sul, com grande número de convênios (30) e maior montante de recursos – R\$17.605.983,88. A saúde indígena é o tema responsável pelo maior volume de recursos federais destinados a Terras Indígenas. No Brasil todo foram firmados 203 convênios nesse tema no valor de R\$70.714.356,80.
  - Cadastramento diário de notícias referentes às Terras Indígenas e ao tema Povos Indígenas no Brasil. Foram cadastradas 9.420 notícias relacionadas ao Tema Povos Indígenas no Brasil. Deste total, 5.210 notícias foram publicadas entre os anos de 1950 e 2000 e pertencem ao acervo de notícias do ISA digitalizadas em 2008. As demais 4.210 notícias cadastradas foram publicadas no período de referência do relatório. A região mais referenciada nas notícias cadastradas foi o Mato Grosso do Sul, o que expressa o maior desafio da política indigenista no Brasil atualmente, que é o caso da demarcação de Terras Indígenas nesse estado.
  - Sistematização dos dados levantados para organização do perfil da governança das associações indígenas no Brasil. No período foram cadastradas 47 novas Organizações Indígenas no Sistema de Informações.
  - Acompanhamento, em conjunto com o PPDS, das discussões referentes a construção de uma Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (Pngati). O programa de Monitoramento de Terras Indígenas participou de duas das cinco reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável pela elaboração da Pngati. Participam do GTI representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Justiça e representantes indígenas, em número paritário. Também a Apib

(Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e o Ministério da Defesa são convidados permanentes da composição do GTI. ONGs foram chamadas para prestar assessoria em assuntos técnicos pertinentes ao tema. Durante as reuniões foi formulada uma proposta base para uma Portaria com a Pngati. Essa proposta será levada para cinco consultas públicas, iniciadas em novembro de 2009 e com término previsto para junho de 2010.

- Análise e Desenvolvimento do subsistema de Organizações Indígenas com reestruturação integral na taxonomia de informações atreladas às organizações.

## Perspectivas

- ▶ Para ampliar informações sobre Organizações Indígenas criamos uma página na internet para que elas e parceiros possam atualizar diretamente os seus dados. A ação usará as ferramentas de comunicação utilizadas pelo Programa de Monitoramento.
- ▶ Relacionar os indicadores no sistema de TIs para apresentar, na seção de Caracterização das TIs, a situação social e ambiental das comunidades e as pressões e ameaças sobre o futuro das Terras Indígenas.
- ▶ Elaboração de um subsistema para Projetos de Lei e Projetos de Emendas Constitucionais contra TIs específicas e contra o atual procedimento.
- ▶ Implantação do “ciclo 2” de desenvolvimento do sistema de Bancos de dados SisArp (Sistema de Áreas Protegidas):
- ▶ Criação de interface de relatórios para exportação de dados e realização de análises.
- ▶ Ajustes em todos os sistemas a partir de demandas das equipes do ISA e parceiros externos.
- ▶ Aplicação de um sistema de indicadores de integridade socioambiental nas Terras Indígenas.

# Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

## O que é

Trata-se da compilação, sistematização e divulgação de dados georreferenciados sobre UCs federais do Brasil e estaduais da Amazônia Legal. Essas informações abrangem: os instrumentos legais de criação e definição de limites; os instrumentos de gestão como planos de uso e manejo; a criação de conselho gestores e aprovação de seus regimentos; a situação fundiária com as diferentes formas de regularização cabíveis a cada categoria (concessão de direito real de uso, desapropriação etc); os projetos realizados nas UCs e seu entorno imediato, que contribuam para o manejo e gestão do território e alternativas para melhoria da qualidade de vida; a capacitação comunitária e o acesso à informação. Com isso pretendemos avaliar o grau de implementação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, assim como o grau de assessoria às populações tradicionais e as fragilidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, compreendendo o contexto que envolve cada uma das UCs. Uma das importantes fontes de informação são as notícias da mídia e de órgãos ambientais relacionadas a cada UC, pelas quais se pode também avaliar a pressão e ameaças no entorno ou no interior dessas áreas. O acompanhamento diário de mais de 60 fontes da mídia nacional e local permitiu um acúmulo de milhares de notícias, que conjuntamente com o restante dos temas monitorados, perfaz mais de 66 mil notícias, imediata e integralmente disponibilizadas em nossos sites (sistemas de caracterização de UC, TI e Povos Indígenas do Brasil) no portal do ISA, possibilitando, além da divulgação e acompanhamento, também a reconstrução histórica dos fatos ocorridos.

## Linhas de ação

- ▶ Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- ▶ Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- ▶ Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros e na internet.

## O que foi feito

- ▶ No monitoramento e pesquisa de informações:
  - Pesquisa e sistematização de dados da rotina (diários): atos normativos do Executivo, gestão, administração das UCs;
  - Monitoramento do Diário da Justiça Federal, a fim de adensar as informações de processos criminais e administrativos que possam entre outros, detalhar situações de pressões fundiárias ou aos recursos das UCs: desmatamento, invasão, obras não licenciadas;
  - Monitoramento de instrumentos do Legislativo (Projetos de Leis e Decretos, Mandados de Segurança, entre outros) que versem diretamente sobre o Sistema Nacional de Áreas Protegidas ou sobre alguma Unidade de Conservação específica, seja para fragilizá-los (redução de limites, compensação ambiental, alteração de categoria etc.) ou fortalecê-los.
  - Acompanhamento diário de mais de 60 fontes da mídia nacional e local: Foram cadastradas mais de 2.150 notícias diretamente vinculadas a UCs, além de outras relacionadas aos temas: política ambiental, biodiversidade e Amazônia. Destas notícias sobre UCs, destacam-se os temas: manejo,

turismo ambiental, desmatamento e madeira, educação ambiental, fauna, biodiversidade e queimadas; sendo que a Floresta Nacional (Flona) Bom Futuro (RO), Flona Jamanxim (PA) Parque Nacional (Parna) do Iguaçu (PR), Parna da Tijuca (RJ) e Flona Saracá Taquera (PA) foram as mais citadas.

- Atualização sistemática da base de dados georreferenciados, relativos a alterações de limites e criação de \*UCs bem como sobreposições com outras Áreas Protegidas;
- Revisão, adequação e padronização permanente das informações no banco de dados;
- Pesquisa e elaboração de textos de caracterização das UCs;
- Manutenção e atualização permanente da estrutura da Caracterização Socioambiental das UCs na Amazônia Legal Brasileira (<http://www.socioambiental.org/uc/>), interface web que disponibiliza uma versão simplificada dos dados do Sistema de Informação de Áreas Protegidas, acrescido de uma estrutura de mapas online para permitir que o usuário localize as UCs;
- Aquisição de documentos de referências para as UCs e para a temática da conservação na Amazônia – fronteiras agrícolas, madeiras – e incorporação à Documentação (DOC/ISA);
- Ampliação da rede de colaboradores responsáveis pela gestão de UCs ou pesquisadores em UCs, visando obter informações sobre a criação, implantação e fiscalização das áreas e de políticas nacionais relativas, com evidência para a APA Algodão-Maindeua e as Resex Renascer e Baixo Jauaperi (esta última em processo de criação);
- Elaboração de cômputos de quantitativos absolutos e de extensão territorial das UCs e publicações, cruzamento de informações e análises para divulgação na mídia, colaboradores, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros.
- Triagem de material do acervo do Setor de Documentação do Instituto Socioambiental e encaminhamento para digitalização a fim de divulgação web. Esta atividade resultou em mais de 19.000 páginas digitalizadas, entre notícias, relatórios, instrumentos legais e outros materiais;
- Plotagem de 291 UCs na nova base cartográfica

Taylor Nunez/Arquivo ICMBio



Parque Nacional Serra da Mocidade, em Roraima.



► Na disponibilização de informações:

- Elaboração de Notícias Socioambientais sobre o Tema ou sobre alguma UC específica e divulgação por meio de site e mailing.
- Concepção e desenvolvimento do site de Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira e Biodiversidade do ISA; desenvolvimento de estrutura, filtragem e preparação de informações a serem publicadas, integração com sistema de informações e de geoprocessamento existentes e implementação de soluções;
- Preparação de material a ser disponibilizado no site, como documentos de referência, leis e outros instrumentos citados ou de referência, pesquisa e elaboração de textos;
- Mapeamento e captura de material multimídia relacionado às Amazônia/UCs para inserção e disponibilização, inserção dos vídeos no canal Youtube ISA devidamente criado para fornecer tal suporte aos sites e hotspots institucionais, totalizando até o momento aproximadamente 20 vídeos;
- Realização de parcerias para cessão de fotos para o site com: 'The California Academy of Science'; Assessoria de Comunicação do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/MMA - Brasília); Coordenação Regional 4 do ICMBio (Belém/PA); Naturatins (TO); SEMA (AC); Projeto TAMAR (MMA);
- Realização de parcerias com pesquisadores e personalidades atuantes no cenário político ambiental para elaboração de análises críticas gerando textos e depoimentos em áudio a serem disponibilizados no site
- Aquisição, edição e indexação na Galeria de Imagens do ISA de mais de 450 fotos relacionadas às Unidades de Conservação, a serem divulgadas no site em desenvolvimento;
- Troca de mais de 310 emails com usuários, a fim de esclarecer informações ou ceder documentação solicitada, através de email da 'Caracterização Socioambiental de UCs';
- Mais de 210.600 *pageviews* da 'Caracterização Socioambiental de UCs', o que sugere uma estimativa de 100.000 visitantes.

► Na construção de um sistema de indicadores para avaliação das UCs

- Complemento do Banco de Dados das parcerias com instituições atuantes junto ao tema UCs;
- Identificação de Perfis de Parcerias e de Estratégia de Aproximação junto a instituições atuantes no tema UCs da Amazônia;
- Levantamento de literatura sobre Ferramentas de Avaliação/Monitoramento de Gestão de UCs.
- Articulação para Construção de Cooperação Técnica com a UniCEUB (por extenso) para Banco de Dados do Monitoramento de UCs.
- Articulação com a CGPIMA/Funai sobre a Gestão Territorial Integrada das Áreas Protegidas do Araguaia.
- Cinco reuniões com Programas Regionais do ISA, para apresentação da proposta do Programa Monitoramento de abertura do Sistema de Áreas Protegidas a parceiros e consolidação de um sistema de avaliação das UCs: 1) apresentação das atividades sobre o monitoramento de UCs para integração de visões e entendimentos com outros programas do ISA; 2) discussão da base conceitual da proposta de construção do sistema de monitoramento de UCs da Amazônia; 4) apresentação dos resultados gerais das visitas e reuniões com instituições dos diferentes setores da sociedade que trabalham com o tema UCs no Distrito Federal e nos nove estados da Amazônia Legal e 5) apresentação e homologação da proposta final de Modelagem da Dinâmica Socioambiental de UCs da Amazônia.
- Realização de visitas a doze potenciais instituições parceiras (de governo e ONGs) com sede em Brasília e nos nove estados da Amazônia.3) apre-

sentação da proposta de aproximação junto às instituições atuantes na Amazônia para as reuniões pelo Distrito Federal e Amazônia Legal;

- Elaboração da Modelagem Conceitual da Dinâmica Socioambiental de UCs da Amazônia, ajustada posteriormente como resultado dos seminários.
- Reuniões bilaterais com instituições de Brasília e da Amazônia Ocidental (ICMBio, Ibama, TNC, WWF, GTZ, IUCN, UNEP, CEUC/SDS-AM), a partir dos produtos das primeiras visitas e reuniões para construção de parcerias.
- Convocação de um GT de Avaliação da Construção do Sistema de Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia, com a realização de duas reuniões.
- Realização de duas Oficinas Regionais (Manaus e Belém) para "Construção do Sistema de Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia"
- Realização do Seminário "Bases para Construção de um Sistema de Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia"
- Readequação da Proposta de Monitoramento a partir dos avanços do Seminário e das oficinas regionais sobre o Sistema de Monitoramento da Sustentabilidade Socioambiental de UCs da Amazônia.

► Na conversão, melhoria e revisão do Sistema de Áreas Protegidas:

- Finalização do desenvolvimento para subsistema de UCs no Sistema de Áreas Protegidas e elaboração de proposta para continuidade e aprofundamento do desenvolvimento de estrutura, incluindo novas informações e alterando a relação entre outras já existentes;
- Limpeza de dados para validação do Subsistema Projetos e encaminhamentos operacionais e de articulação interna a fim de homogeneizar biblioteca única para as instituições recorrentes ao Sistema de Áreas Protegidas com o Cadastro Institucional;
- Análise e desenvolvimento de Subsistema de Notícias relacionadas a Áreas Protegidas, com a possibilidade de importação (upload) de arquivo contendo a íntegra da notícia e arquivos e fotos a ela relacionados;
- Análise e Desenvolvimento de Subsistema de Projetos relacionado às Áreas Protegidas com reestruturação integral na relação entre os Projetos e os Financiadores, Parceiros, Proponentes e Executores;
- Análise e Desenvolvimento de Subsistema de usuários e perfis de acesso, o qual permitiu que pessoas externas ao ISA pudessem acessar as informações sobre TIs, UCs, notícias etc;
- Análise e Desenvolvimento de Subsistema de Povos, sistema voltado para inclusão e detalhamento de informações demográficas e de localização;
- Análise e Desenvolvimento de sistema de carga de dados que permitiu a importação das seguintes categorias de informações relacionadas: aos municípios (oriundas do IBGE); a áreas fora da AM Legal e áreas no Oceano; intersecção entre municípios e Áreas Protegidas; importação de 600 arquivos (pdf) contendo a íntegra de notícias publicadas antes de 31/12/2000 e de 2.700 fotos atreladas a notícias publicadas entre 01/01/2001 até 30/06/2009;
- Publicação dos subsistemas desenvolvidos a fim de facilitar o acesso aos demais programas do ISA e à rede de colaboradores externa. Essa atividade demandou extensa apropriação dos dados e de possíveis produtos oriundos do subsistema à médio prazo; limpeza dos dados, por meio de revisão conceitual e ortográfica; alteração das regras de negócios, entre outros).

► Na participação e organização de eventos:

- *Monitoramento da Biodiversidade: construção de uma proposta para unidades de conservação da Amazônia.* Seminário promovido pelo MMA, ARPA e ICMBio. Brasília-DF, 10-12 fev/2009.

- 4º Encontro da Rede Terra do Meio. Promovido pela Rede Terra do Meio. Palestra sobre o tema: "Etapas de Implementação e Consolidação de UCs". Altamira-PA, 04-05/mar/2009.

- Código Florestal: avaliação e tendências. Seminário Interno do ISA. Participação na organização. São Paulo-SP, abr/2009.

- Construção de Metodologia para o Planejamento Estratégico de Mosaicos de Áreas Protegidas. Oficina promovida pelo WWF-Brasil, GTZ, ELAP-Escola Latina Americana de Áreas Protegidas e FCBC-Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano de Bolivia. Palestra sobre o "Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA: novas perspectivas para Unidades de Conservação". Brasília-DF, 02-04/abr/2009.

- Biota 10: avaliação e planejamento estratégico. São Paulo-SP, jun/2009.

- Curso Introdutório sobre Gestão de Unidades de Conservação na Amazônia. Instrutor responsável pelo tema "Gestão do Conhecimento: estratégias e práticas". Manaus-AM, 16-25/jun/2009.

- Workshop Geoparque - Estratégia de Geoconservação e Projetos Educacionais. São Paulo-SP, jul/2009.

- Resultados e lições aprendidas da Cooperação Brasil-França para a gestão ambiental na Amazônia. Belém-PA, ago/2009.

- Rede Análise de Impactos Sociais de Áreas Protegidas. Encontro promovido por IEB e WWF. Brasília-DF, set/2009.

- VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Congressista e expositor. Curitiba-PR, set/2009.

- III Seminário Mosaico de Áreas Protegidas. Curitiba, set/2009.

- Simpósio Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS). Belém-PA, nov/2009.

- Curso Introdutório de Gestores de Unidades de Conservação da Amazônia. Realizado pelo IPÊ e WWF-Brasil para gestores federais e estaduais dos estados do MT, AM, RO, RR, TO. Instrutor responsável pela disciplina de "Gestão do Conhecimento: estratégias e práticas". Manaus-AM, 02-11/nov/2009.

- Curso Introdutório de Gestores de Unidades de Conservação da Amazônia. Realizado pelo IPÊ e WWF-Brasil para gestores federais e estaduais dos estados do GO, AM, RR, DF, AC, TO, AP. Instrutor responsável pelas disciplinas: "Gestão do Conhecimento: estratégias e práticas" e "Avaliação da

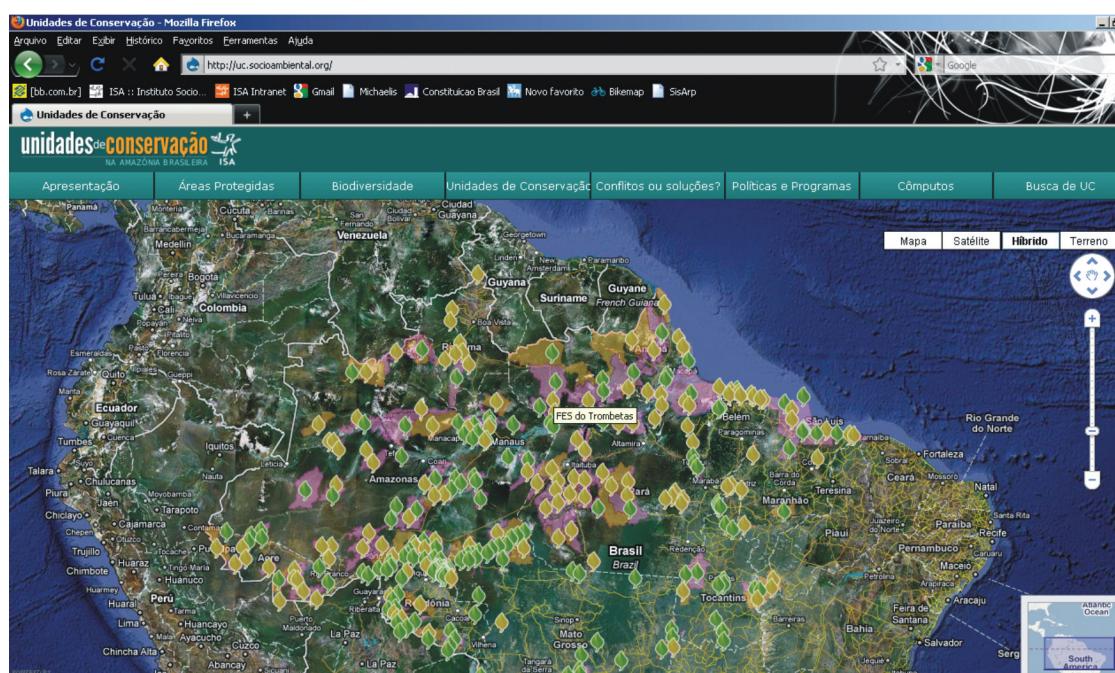
efetividade de manejo e monitoramento da gestão". Brasília-DF, 16-25/nov/2009.

- Avaliação de Impactos Sociais de Áreas Protegidas. Seminário realizado pelo IEB e WWF-Brasil. Expositor no Painel 1: Algumas Perspectivas Analíticas, com o tema Indicadores de Efetividade Socioambiental de Unidades de Conservação. Belém-PA 24-28/nov/2009.

- Contribuição das Áreas Protegidas para a Economia Nacional. Seminário promovido pela DAP/MMA. Brasília-DF, 27/nov/2009.

## Perspectivas

- ▶ Lançamento do site de Unidades de Conservação no primeiro semestre de 2010.
- ▶ Disponibilização dos documentos digitalizados do setor de Documentação, principalmente as notícias antigas;
- ▶ Definir e aprimorar o uso das ferramentas de relacionamento com o usuário, como twitter e mailing, bem como aprofundar-se no perfil do usuário atual e futuro a fim de potencializar a estratégia de comunicação e difusão crítica das informações;
- ▶ Ampliar as informações monitoradas sistematicamente sobre UC, ampliação já iniciada em 2010, com as pesquisas realizadas;
- ▶ Encerramento do "ciclo 2" de desenvolvimento do sistema, iniciado em março de 2010, com aperfeiçoamentos e novidades;
- ▶ Publicação da interface de relatórios para exportação de dados e realização de análises, concepção e desenvolvimento iniciado em março de 2010;-
- ▶ Produção de análises sistemáticas sobre a implementação e fragilidades das UCs da Amazônia Brasileira
- ▶ Aplicação piloto do sistema de indicadores de sustentabilidade socioambiental nas regiões da Terra do Meio e no Médio Rio Negro.
- ▶ Finalização do protocolo de monitoramento das UCs.
- ▶ Publicação sobre o processo de construção e resultados do Sistema de Indicadores.



Homepage do site de Unidades de Conservação que entrará no ar em 2010.

# POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

## O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais. Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

## Parcerias e fontes de financiamento

► **Financiadores** CI Conservação Internacional Brasil; Fundação David & Lucile Packard; Fundação Ford; IIE Institute of International Education, Inc.; RFN Fundação Rainforest da Noruega; ED Defesa do Meio Ambiente; Embaixada Britânica; Icco Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento; Fundação Avina; Fundação Pachamama; Cese/Icco Coordenadoria Ecumênica de Serviço; União Européia; Embaixada da Finlândia; AIN Ajuda da Igreja da Noruega; Programa IDH Dutch Sustainable Trade Initiative/Icco.

► **Parcerias** Amigos da Terra - Amazônia Brasileira; CI Conservação Internacional Brasil; Instituto Ethos; Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; ICV Instituto Centro de Vida; Imazon Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Apremavi Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí; RMA Rede de ONGs da Mata Atlântica; MST Movimento dos Sem-Terra; Via Campesina; GTA Grupo de Trabalho Amazônico; Moab Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; SBE Sociedade Brasileira de Espeleologia; TNC Conservação da Natureza; WWF Brasil; Forest Trends.

## Equipe

Márcio Santilli (filósofo, coordenador); Raul Silva Telles do Valle (advogado, coordenador adjunto); Adriana Ramos (jornalista, secretária executiva adjunta); Ana Paula Caldeira Souto Maior (advogada, assessora de políticas públicas); Barbara Fontoura Simões Pires (estudante de direito, estagiária, a partir de abril); Erika Magami Yamada (advogada, assessora jurídica, a partir de abril); Fernando Mathias Baptista (advogado, assessor jurídico, até maio); Francisco Nascimento (técnico em contabilidade, assistente técnico administrativo); Henry de Novion (biólogo, assessor de políticas públicas, até maio); Katiuscia Nóra-Sotomayor (jornalista, editora); Larissa Peixoto Carvalho (estudante de direito, estagiária, até junho); Leonardo José Borges Amorim (estudante de direito, estagiário, a partir de setembro); Natalie Unterstell (administradora, técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); Priscila Paz Godoy (advogada, assessora jurídica, a partir de fevereiro); Saulo Andrade (biólogo, técnico em desenvolvimento e pesquisa socioambiental).

**Colaboradores:** Biviany Rojas Garzon (cientista política e advogada, consultora e colaboradora do ISA na promoção para a implementação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho — OIT no Brasil); Gustavo Vieira (jornalista, apoiou a elaboração de publicações sobre mudanças climáticas).

## O que foi feito

### DEFESA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

#### ► Reconhecimento, demarcação e recuperação de Terras Indígenas (TIs)

O PPDS acompanha os processos de demarcação ou regularização de Terras Indígenas nas regiões onde o ISA trabalha (Xingu e Rio Negro), assessorando as comunidades parceiras, bem como processos paradigmáticos e de repercussão nacional, como o caso da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

- Apoio jurídico e político às comunidades indígenas da Raposa-Serra do Sol no julgamento da ação popular no STF

O ISA teve uma atuação de destaque no caso judicial relativo à demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. Defendeu, junto ao STF, os interesses das comunidades indígenas do Barro, Maturuca, Jawari, Tamanduá, Jacarezinho e Manalai, elaborando e apresentando sua defesa no âmbito da Ação Popular.

Em março de 2009, o julgamento foi finalizado. O desfecho foi favorável com relação à demarcação, mas trouxe condições que restringem a posse permanente da terra e o usufruto exclusivo dos recursos naturais. Poucas semanas depois do julgamento, ocorreu a retirada integral dos ocupantes ilegais da área.

Para comemorar a decisão, histórica em todos os sentidos, o ISA elaborou e publicou, em setembro, um boletim sobre a participação indígena no julgamento no qual registramos a importância de, ao final de 30 anos, os povos desta terra indígena poderem pensar, pela primeira vez, no seu futuro com liberdade e autonomia. Há ainda um dossiê especial produzido sobre o caso em <http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>.



- Monitoramento do processo administrativo de demarcação de Terras Indígenas na bacia do Rio Negro

Durante o período do projeto continuamos a apoiar os parceiros locais do ISA no acompanhamento dos procedimentos de demarcação de Terras Indígenas junto à Funai, notadamente dos casos Marabitanas/Cué-Cué e Médio/Baixo Rio Negro.

O PPDS apoiou a equipe do Programa Rio Negro do ISA na assessoria às organizações indígenas do Rio Negro na interlocução de lideranças com a equipe e dirigentes da Funai responsáveis pelo andamento dos processos de demarcação, contribuindo para que, em julho, fosse firmado um Termo de Cooperação Técnica para promover um novo modelo de gestão de Terras Indígenas, visando à implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a valorização da diversidade socioambiental da Bacia do Rio Negro.

- Apoio às comunidades indígenas do Xingu na defesa judicial de seus territórios

- Pesquisa sobre processos judiciais contra a demarcação de TIs na Justiça Federal: para atender ao objetivo específico de monitoramento de ações judiciais que ameaçam o direito dos povos indígenas da Bacia do Xingu, o ISA decidiu realizar um amplo levantamento de ações judiciais em curso sobre TIs no Estado do Mato Grosso, com o objetivo de obter informações que auxiliem a compreender como a Justiça Federal vem decidindo sobre casos relativos ao tema. Isso contribuirá para formar um juízo sobre a atuação do Judiciário como um todo, o que será divulgado à sociedade. Esses dados estarão disponíveis no sistema de banco de dados do ISA.

- Acompanhamento das ações judiciais referentes à demarcação das TIs Kaiabi, Batelão, Apiaká-kaiabi e Wawi: atuação do ISA contribuiu para a qualificação da defesa dos direitos territoriais indígenas em coordenação com os demais órgãos públicos atuantes. Trabalhou-se no sentido de aproximar as comunidades indígenas tanto do Ministério Público como dos advogados públicos que cuidam dos casos, bem como buscou-se mantê-las constantemente informadas do andamento dos processos. Em alguns casos mais graves, o ISA oferece assessoria jurídica para a defesa judicial direta de seus interesses.

As atividades de intervenção tiveram maior enfoque nos casos das TIs Batelão (Kaiabi) e Wawi (Kisêdjê). Contra a demarcação da TI Batelão, correm duas ações na justiça: Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas (nº 2004.36.00.009616-7/MT) e Ação Ordinária de anulação de atos administrativos c/c Declaratória de posse e domínio privado (nº 2006.36.00.014901-3/MT). Quanto à TI Apiaká- Kaiabi, existem três ações correndo na justiça: Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas (nº 2004.36.00.002130-5), Ação Declaratória (nº 2004.36.00.008794-2), Ação de Reintegração de Posse (nº 2007.36.00.008821-5).

- Ação judicial pela recuperação da terra dos Gavião da Montanha

Há quase trinta anos o extinto Núcleo de Direitos Indígenas, uma das organizações que deram origem ao ISA, ajuizou ação visando a recuperação do território dos Akratikatejê (Gavião da Montanha), inundado durante a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí pela Eletronorte (ELN). Atualmente, a ação judicial é irrecurável e encontra-se em fase de execução da sentença.

Paralelamente ao processo judicial, os advogados do ISA iniciaram uma negociação com a ELN para acelerar a aquisição das terras escolhidas pelos Akratikatejê. Ocorre que, em razão das dificuldades em acompanhar um processo situado em local onde o ISA não tem qualquer base – Marabá/PA – e da complexidade inerente à análise de cada uma das variáveis pertinentes à escolha da terra, os Gavião da Montanha e os advogados do ISA entenderam por bem terminar a relação de parceria, para que o processo pudesse ser agilizado. A comunidade, então, nomeou outro advogado para representá-la nessa fase final do processo de reconquista da terra, embora os advogados do ISA continuem à disposição para auxiliá-los no que for necessário.

- ▶ Apoio aos Yanomami

Em 2009, o ISA incorporou o programa de apoio ao povo Yanomami que era executado pela antiga CCPY. Nesse contexto, o PPDS passou a apoiar, pontualmente, algumas de suas demandas relativas à boa gestão de seu território. Atuamos nos dois maiores problemas da Terra Indígena Yanomami: garimpo – uma das advogadas do ISA participou de reuniões que resultaram em uma ação deflagrada pela Polícia Federal e o Exército contra o garimpo, em outubro; e a invasão das terras por fazendeiros na região do Ajarani - os membros da diretoria da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e o PPDS se reuniram com o Coordenador Geral de Assuntos

Fundiários da Funai para tratar do assunto. Foi levantada a possibilidade de usar o caso Yanomami, julgado na Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos (CIDH), para pressionar o governo brasileiro a concluir a retirada dos não índios do Ajarani.

- ▶ Monitoramento do PL de Mineração em Terras Indígenas

Não houve qualquer avanço na discussão ou no processo de aprovação do PL de mineração em Terras Indígenas. O Ministério de Minas e Energia (MME) iniciou uma discussão pública sobre a reforma no regime geral de mineração e, com isso, perdeu sentido empurrar a aprovação de um projeto baseado em um sistema que deverá ser modificado. Como até o momento o projeto de lei sobre o novo Código de Mineração sequer foi enviado pelo Poder Executivo, há poucas possibilidades de que o PL de mineração em TIs venha a ser aprovado – e discutido – em 2010.

- ▶ Intervenção nas ações judiciais relativas à Hidrovia Tocantins-Araguaia

Os advogados do ISA vêm representando a Comunidade Indígena Xavante de Areões e Pimentel Barbosa em duas ações judiciais relativas à construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia. Ambas tiveram resultados negativos em primeira instância, mas aguardam o julgamento dos recursos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. No âmbito administrativo não houve grande movimentação, pois o licenciamento ficou paralisado todo esse tempo.

Em 2009, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Tocantins-Araguaia, que tem o poder de orientar o uso de tais recursos na bacia de referência e que não autoriza, pelo menos até 2025, a construção de uma hidrovia no Rio Araguaia e seus afluentes (incluindo o Rio das Mortes). Imediatamente o documento do plano foi apresentado ao relator das duas ações no TRF e, diante do fato novo, os advogados do ISA requereram a antecipação do julgamento das ações. O relator ainda não se manifestou quanto ao pedido e ainda não há data para o julgamento.

- ▶ Congresso Nacional: discussão sobre aplicação do Direito de Consulta Prévia

No Senado Federal foram realizadas algumas reuniões com assessores de senadores para discutir a aplicação do direito de consulta prévia pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, no caso de proposições que afetem povos indígenas.

Ainda no âmbito do Legislativo foi elaborado e distribuído parecer a vários senadores, sobre propostas de decretos legislativos que autorizam aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas, especificamente sobre três proposições referentes ao Estado de Roraima, indicando a necessidade de realização de consulta prévia aos povos afetados, além da regularidade no procedimento administrativo junto à ANEEL.

- ▶ Participação na CNPI: discussão sobre a entrada de terceiros em Terras Indígenas e licenciamento ambiental de obras que impactam TIs

O ISA é como membro suplente na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), e como tal participou mais ativamente de alguns processos que lidam diretamente com seu objeto de trabalho.

Em 2009, iniciou-se a discussão sobre uma minuta de decreto para regulamentar a entrada de terceiros em Terra Indígena, apresentada pelo Ministério da Justiça. A posição do ISA foi de reforçar que o poder de autorizar a entrada de pessoas é das comunidades indígenas.

Um outro tema no qual trabalhamos com maior intensidade, no âmbito da CNPI, foi o licenciamento ambiental de obras que impactam Terras Indígenas. O ISA avaliou que era necessário fazer uma ampla consulta com

as comunidades indígenas de todo o País, para explicar o que é o direito de consulta, quais suas conseqüências etc. Para 2010 serão realizados seminários e oficinas regionais com o objetivo de identificar os empreendimentos e atividades que vêm afetando povos e territórios indígenas. E também levar informação às comunidades de base sobre os procedimentos legais e os direitos envolvidos nessas decisões administrativas, de forma a debater uma regulamentação apropriada para a matéria, baseando-se na proposta apresentada pelo ISA.

► **Participação nas oficinas de elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)**

O PPDS vem monitorando e repassando informações sobre os trabalhos do GTI criado em março, composto por membros do Ministério do Meio Ambiente, da Justiça (Funai) e representantes indígenas para elaborar uma Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas. O Programa de Monitoramento do ISA participou de duas reuniões do GTI e produziu material que será disponibilizado em conjunto com outras informações sobre os trabalhos do GTI e as consultas regionais que começaram a ser realizadas em novembro e se estenderão até junho de 2010. A divulgação das informações busca engajar pessoas do ISA e organizações indígenas parceiras que podem contribuir participando das reuniões regionais.

#### DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

► **Monitoramento e intervenção em projetos de alteração do processo de licenciamento ambiental**

● **Monitoramento do PLP nº 12/03**

O Governo Federal, em 2008, enviou ao Congresso Nacional um projeto substitutivo ao PLP nº 12/03, que visa regulamentar o art. 23 da Constituição Federal, que trata da competência comum da União, Estados e Municípios na proteção do meio ambiente, o que inclui o licenciamento ambiental. O objetivo central era definir os critérios para a identificação do órgão competente para licenciar determinado empreendimento. Regulamenta, porém, outros assuntos de suma importância.

Apesar do interesse do governo em aprová-lo, a bancada ruralista conseguiu impedir sua votação durante um bom tempo.

Identificamos ser esse um assunto estratégico, e participamos de reuniões, no âmbito do Congresso Nacional, que discutiram as modificações no projeto, que foi aprovado em dezembro de 2009. Demos publicidade ao processo e chamamos atenção da sociedade para a importância do assunto.

● **Participação no GT da Câmara dos Deputados para discutir PL sobre Licenciamento Ambiental**

Foi formado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados um grupo de trabalho para sugerir propostas a um dos projetos em tramitação (PL nº 3729/04), que é o mais abrangente de todos. O ISA passou a participar de suas reuniões, apresentando uma proposta centrada na inclusão de novas regras que garantissem maior transparência e espaço de participação à sociedade civil no âmbito do procedimento administrativo de licenciamento ambiental. Em dezembro o relator apresentou seu substitutivo, que incorporou diversos pontos da proposta feita pelo ISA, mas o projeto ainda não foi votado, sequer na comissão.

● **Discussão sobre audiências públicas no Conama**

Há alguns anos tramita no Conselho Nacional do Meio Ambiente- Conama uma proposta de revisão da Resolução nº 09/87, que regulamenta o processo de realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental. Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promoveu uma reunião pública para discutir a proposta. O ISA se manifestou no

sentido de que a resolução deveria tratar de princípios gerais e de outros momentos de participação social, notadamente consultas públicas para a elaboração do Termo de Referência (TR) e para a emissão/renovação da Licença de Operação. Defendeu também que, para os casos que exigem Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elas devem ser obrigatórias, assim como a consulta para elaboração do TR. A proposta de resolução ainda não foi votada pelo Conama, e encontra-se nesse momento na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, sem data para votação.

► **Reclamação contra o novo decreto de compensação ambiental de obras de significativo impacto ambiental**

ISA e Amigos da Terra - Amazônia Brasileira propuseram, em junho de 2009, Reclamação nº 8465 perante o Supremo Tribunal Federal em face do Decreto nº 6.848, de 14/05/09, que diminuiu o valor da compensação financeira devida por empreendimentos de significativo impacto ambiental. O decreto trouxe duas surpresas. A primeira é que voltou a vincular o valor da compensação ao custo da obra, e não à magnitude do impacto, contrariando decisão do STF. Além disso, passou a estabelecer um teto para a compensação, de 0,5%. O pedido liminar não foi concedido e a ação ainda não tem data para ser julgada. Veja mais em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2882>; <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2916>

► **Ação pela derrubada do decreto federal que permite a destruição de cavernas**

No final de 2008, o Governo Federal editou o Decreto nº 6.640, que, ao alterar vários pontos do Decreto nº 99.556/90 (única legislação nacional que trazia regras de proteção ao patrimônio espeleológico brasileiro) passou a permitir que cavernas – e outros tipos de cavidades naturais subterrâneas – pudessem ser permanentemente destruídas por atividades econômicas como mineração, loteamentos ou construção de hidrelétricas. O ISA, em parceria com a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), ingressou em maio de 2009 como amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4218, proposta pelo Procurador-Geral da República, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Em agosto de 2009, foi editada pelo MMA a Instrução Normativa nº 2, que estabeleceu a metodologia para a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas. Diante disso, o ISA e a SBE encaminharam ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav), pedido de informações referente aos processos administrativos de licenciamento ambiental sob a égide da IN nº 2.

► **Monitoramento e campanha contra a Medida Provisória nº 458 (transformada em Lei Federal nº 11952/09) que trata da venda e doação de terras públicas na Amazônia**

Em março de 2009 a Presidência da República enviou ao Congresso Nacional a MP nº 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia. Com a aprovação pelo Congresso, com várias modificações, foi iniciada uma campanha pelo veto por parte do Presidente Lula, de algumas de suas medidas mais polêmicas. O ISA participou ativamente dessa campanha, enviando carta ao Presidente (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2914>) com pedidos de veto e abrigando em seu site uma campanha virtual (<http://www2.socioambiental.org/cyberacao/mp-458>). Essa campanha teve alguns resultados positivos, pois alguns dos piores pontos foram vetados (ver em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2917>), mas o principal foi mantido.

► **Monitoramento das tentativas de modificação do Código Florestal brasileiro**

A pressão por mudanças na legislação florestal, sobretudo no Código Florestal, aumentou consideravelmente em 2009. Sabendo que o tema ganharia importância ao longo do ano, o ISA organizou um seminário interno, para debater propostas para a modificação da lei.

- GT no MMA para discutir a regulamentação da lei

Dessa pressão surgiu uma agenda de conversas entre o MMA e algumas organizações da agricultura familiar, lideradas pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que resultou em uma proposta com 22 pontos para alterar a legislação, que foi publicamente anunciada pelo MMA como “base de uma aliança entre ambientalistas e agricultura camponesa”. Esse documento, no entanto, além de não haver sido negociado com qualquer organização do movimento socioambientalista, tem vários problemas de conteúdo. Assim, o ISA liderou a elaboração de um documento de análise dessas propostas, no qual também são apresentadas outras para aperfeiçoamento da legislação. Esse documento foi apresentado à Presidência da República, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no final de julho, resultando na abertura de uma agenda, no âmbito do MMA, para elaborar a regulamentação de pontos específicos da lei. Participamos ativamente dessa agenda, e também auxiliamos a vinda do Coordenador da Rede de ONGs da Mata Atlântica para as reuniões no MMA, devido à sua importância no tema e falta de recursos próprios para vir.

Paralelamente o ISA continuou participando da Aliança Camponesa Ambientalista, que congrega movimentos sociais do campo e organizações ambientalistas. Nesse âmbito se iniciou um estudo sobre medidas complementares ao Código Florestal, que pudessem facilitar sua aplicação. Essa demanda foi levada ao MMA, que, em comum acordo com as organizações, criou um Grupo de Trabalho (GT), que congregava organizações socioambientalistas, entre elas o ISA, e da agricultura familiar, além de funcionários do próprio ministério. Esse GT se centrou nos seguintes pontos: averbação da Reserva Legal (RL) e manutenção de uso agrícola da agricultura familiar em Áreas de Preservação Permanente (APPs) para determinadas situações. Em julho de 2009, o MMA, atropelando a discussão em andamento, acabou publicando três Instruções Normativas: uma para regulamentar a metodologia de recuperação de APPs e RL, outra para autorizar o uso de espécies nativas plantadas, e a terceira para regulamentar o manejo econômico da RL. O ISA apresentou suas críticas ao MMA quanto a essa questão.

A equipe do PPDS debruçou-se sobretudo, na elaboração de um decreto que esclarecesse e facilitasse a forma de identificação, delimitação e registro da RL. A discussão incluía também a regulamentação da figura da cota de reserva legal. A minuta foi finalizada e acordada entre todos os participantes, e, após ajustes feitos pelo próprio MMA, enviada à Casa Civil da Presidência da República, para que fosse oficializada. O decreto não foi sancionado até o final do ano, em função da disputa entre MMA e Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e da possibilidade do próprio Governo Federal encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de alteração na lei.

O ISA participou também da elaboração e do processo de aprovação de uma proposta que visa regulamentar a ocupação agrícola em APPs por agricultores familiares. O MMA encaminhou ao Conama uma minuta de resolução, que havia sido previamente negociada com as organizações da sociedade. Participamos da reunião da Câmara Técnica de Biomas que aprovou o texto com algumas modificações. Em função de uma oposição da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) o texto não conseguiu ser aprovado até o final de 2009.

- Criação de Comissão Especial na Câmara dos Deputados e participação do ISA

Paralelamente às tentativas do MMA em regulamentar a lei, foi instalada, no Congresso Nacional, uma comissão especial para analisar algumas das várias propostas de alteração legal. O PPDS monitorou as reuniões dessa comissão, e participou como palestrante em uma das audiências públicas promovidas, na qual defendeu os pressupostos da legislação vigente e apresentou propostas de como modernizá-la sem enfraquecê-la. Participamos ainda de diversas reuniões com outras organizações da sociedade civil, bem como com parlamentares, tanto para avaliar o andamento dos trabalhos como para traçar estratégias comuns de atuação.

Como forma de divulgar nossa opinião sobre os projetos em andamento e os efeitos que podem ser causados à política florestal brasileira, o ISA participou de uma grande audiência pública promovida pela Procuradoria Geral da República. E ainda de um debate na televisão. Nessa mesma linha, diversos artigos e notícias foram publicadas no site do ISA, além de um artigo em uma revista especializada do setor florestal, defendendo a modernização da legislação, mas sem retrocessos.

- Tentativa de aprovação do PL nº 6424 na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados

Como os trabalhos da Comissão Especial devem terminar apenas em 2010, os ruralistas resolveram tentar um atalho e aprovar na Comissão de Meio Ambiente, onde também tinham maioria, um projeto sobre o mesmo assunto, mas com o conteúdo totalmente elaborado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Esse projeto prevê anistias para usos irregulares, impedindo a recuperação florestal onde necessário, e flexibilizações na proteção das florestas hoje existentes, como analisamos em artigo (<http://www.socioambiental.org/nsa/direto>) e notícia (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2992>) publicados no site. Atuamos junto à mídia e aos parlamentares, em conjunto com outras organizações – sobretudo o Greenpeace e a SOS Mata Atlântica – para que o projeto não fosse votado, pois havia sério risco de ser aprovado. Conseguimos, ao final, que sua votação fosse adiada para 2010, quando a composição da comissão pode mudar.

Porém, no final do ano o Presidente Lula acabou adiando por mais dois anos o prazo para aplicação da penalidade pela não recuperação de RL ou APP e também vai perdoar as sanções administrativas aplicadas a todos que se cadastrarem em um sistema federal que hoje não existe. O ISA fez e publicou uma análise desse decreto, e, como o próprio Ministro do Meio Ambiente consentiu com sua elaboração e redação, a decepção por seu posicionamento foi manifestada publicamente.

Para destacar a atuação do ISA nesse tema durante o ano, a equipe do PPDS atendeu a 96 solicitações de imprensa e 38 Notícias Socioambientais foram publicadas no site sobre o assunto (Código Florestal/Ataque à legislação ambiental).

- ▶ Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais

O projeto de lei sobre Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), embora conceitualmente correto – porque destina o programa nacional de PSA a agricultores familiares e populações tradicionais – incorre na mesma falha dos demais projetos. Ou seja, a falta de definição de fontes de recursos. O PL não teve nenhum andamento legislativo no segundo semestre de 2009 e não há grandes perspectivas de que seja aprovado ainda em 2010. O ISA acompanha seu andamento.

- ▶ Concepção e lançamento de campanha contra o desmonte da política ambiental brasileira

O ISA puxou a criação de uma campanha contra o desmonte da política ambiental brasileira. Liderou a elaboração de uma nota pública, divulga-

da no dia do meio ambiente, que foi assinada por 44 organizações socioambientalistas, incluindo todas as principais ONGs nacionais e internacionais com trabalho no País. Além disso, uma campanha cibernética entrou no ar no site, permitindo aos cidadãos manifestar seu descontentamento contra o desmonte em andamento. Houve pouco mais de 3.000 adesões durante o tempo em que a campanha ficou no ar.

#### ► Monitoramento das ações judiciais em curso

- Ação Civil Pública – declaração de nulidade das licenças expedidas para a construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande

Em 2004, a Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica (RMA) e outros, representados por advogado do ISA, ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) na Justiça Federal de Florianópolis para declarar a nulidade das licenças expedidas para a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Em novembro de 2009, foi proferida a sentença do caso, ainda não publicada, extinguindo o processo com julgamento do mérito com base no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Os autores recorreram da sentença, até porque o referido termo não é o objeto da ACP.

- Ação Civil Pública – Mata Atlântica – espécies em extinção

Em 2000, o ISA propôs uma Ação Civil Pública contra o Ibama, visando conter grave dano ambiental ocasionado por conduta do órgão, que emitira autorizações de transporte, exploração e corte seletivo de espécies nativas ameaçadas de extinção e integrantes do Bioma Mata Atlântica, sem que tivessem sido realizados estudos comprobatórios da viabilidade ecológica, genética e econômica de sua exploração.

Somente em 2009, ainda em primeira instância, foi publicada sentença que julgou extinto o processo em decorrência da falta de interesse de agir superveniente do ISA, por conta da edição da Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. O ISA irá recorrer da decisão, já que o Ibama tem o poder-dever de obedecer a lei aplicável à época da propositura da ação. A sentença também condenou o Ibama na elaboração e execução de projeto de conservação e de reflorestamento, em áreas críticas no Bioma Mata Atlântica, com espécies nativas declaradas em extinção, além dos honorários advocatícios sobre o valor da causa em favor do ISA.

#### ► Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto

Durante o período de realização desse projeto não foi outorgada a licença prévia para o empreendimento. A razão principal, inicialmente, foi a existência de um óbice jurídico inafastável, o Decreto Federal nº 99556/90, que proibia taxativamente a destruição de cavernas e cavidades naturais subterrâneas.

O decreto foi modificado no final de 2008, como já explicado anteriormente. Em 2009 ele foi regulamentado, estabelecendo critérios para definição do grau de relevância das cavidades para fins de autorização de supressão. Provavelmente a licença será outorgada até o final de 2010. Permanecemos monitorando, com visitas regulares à sede do Ibama para obter as informações atualizadas do caso.

#### ► Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e cobrança de lisura no processo administrativo

Em maio de 2009, a empresa pública Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), entregou o EIA/RIMA da hidrelétrica de Belo Monte ao Ibama, que, após vários pedidos de complementações, marcou audiências públicas para discutir o projeto. A equipe do PPDS assessorou os movimentos sociais de Altamira na preparação das audiências, repassando

conhecimento e informações sobre os objetivos e o formato dessas reuniões.

Em outubro, em parecer cheio de contradições, a Funai deu seu aval para a obra. O ISA analisou o parecer e publicou uma notícia apontando a grave contradição entre a análise técnica feita pelos funcionários do Ibama e a decisão de sua diretoria. Elaboramos um informe ao relator especial da ONU para Povos Indígenas, James Anaya, denunciando a violação aos direitos das comunidades afetadas.

Em fevereiro de 2010, mesmo com a existência de outros pareceres técnicos reafirmando a impossibilidade de se liberar a licença prévia, a diretoria do Ibama assina a LP nº 342/10, considerando ser ambientalmente viável o empreendimento.

Com o apoio de outras organizações o ISA elaborou um informe que foi entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), focado na falta de consulta adequada aos povos indígenas afetados, e ainda, uma notificação extrajudicial, endereçada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informando-o dos problemas na licença e dos graves prejuízos que poderão ocorrer com a construção da obra. Outras ações estão sendo elaboradas e serão executadas ao longo de 2010.

#### ► Participação na Rede Observatório do Clima (OC)

A Rede OC integra várias ONGs ambientais para discussão e avaliação das questões climáticas do Brasil, que tem como principal objetivo pressionar o poder público, de forma a ampliar a discussão climática e propor políticas públicas.

#### ► Participação em eventos relacionados a mudanças climáticas e Redd

### PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO JURÍDICO

#### ► Lançamento do livro *Doc ISA.12: Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil*

Em junho houve o lançamento da publicação sobre a Convenção 169 da OIT, fruto do seminário realizado no final de 2008 com apoio da RFN. Esse livro, dedicado a difundir os conceitos e princípios da Convenção 169 no país, contém artigos de diversos especialistas sul-americanos em direitos indígenas e as memórias do seminário, além de um compêndio com legislação e artigos de diversos países sul-americanos.

#### ► Lançamento do livro *Doc ISA.10: É pagando que se preserva? Subsídios para políticas de compensação por serviços ambientais*

Lançamos a publicação sobre PSA, denominada “É pagando que se preserva? Subsídios para políticas de compensação por serviços ambientais”. Ela foi distribuída para os principais órgãos ligados a formulação de políticas ambientais, agrícolas e econômicas, assim como para universidades,



ONGs e movimentos sociais. Disponível também em ([http://www.socioambiental.org/loja/detalhe\\_produto.html?id\\_prd=10327](http://www.socioambiental.org/loja/detalhe_produto.html?id_prd=10327))

► **Discussão sobre a Lei da Mata Atlântica com quilombolas e autoridades públicas do Vale do Ribeira**

Em maio, o ISA realizou o Seminário sobre a Lei da Mata Atlântica, que contou com a presença de várias lideranças de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira com as quais o Programa Vale do Ribeira trabalha, e algumas autoridades públicas do Estado de São Paulo responsáveis pela fiscalização da aplicação da lei (veja mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2888>). Além de explicações sobre a lei e seu funcionamento, foram debatidos pontos específicos de interesse dos quilombolas, como a licença ambiental para a abertura de roças e o uso comercial de espécies nativas. Foram identificados pontos problemáticos, onde o governo estadual não vinha cumprindo o disposto na lei e foi estabelecida uma agenda para cuidar dessas questões.

Após o seminário, Raul Telles do Valle, coordenador adjunto do PPDS, participou de debate em São Paulo, organizado em conjunto com o MMA, para discutir a aplicação da lei junto a populações tradicionais (veja em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&codigo=4779>). Esse seminário ajudou a popularizar o tema e a pontuar os desafios para a aplicação da lei junto a essas populações.

Ainda como consequência do seminário, as equipes do PPDS e do Programa Vale do Ribeira, participaram da discussão de uma minuta de resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA/SP), que visa regulamentar a autorização para abertura de roças tradicionais pelas comunidades quilombolas. Até o final do ano, no entanto, a proposta não havia sido aprovada, e haviam reuniões finais agendadas para o início de 2010.

► **Seminário sobre Serviços Ambientais no Vale do Ribeira**

Iniciamos uma discussão sobre o assunto junto a alguns parceiros locais, sobretudo no Vale do Ribeira. Para tanto, organizou-se um seminário sobre PSA, realizado em Registro/SP, no mês de outubro. O evento foi importante para apresentar à população da região o assunto e discutir as oportunidades existentes, inclusive com relação a uma legislação estadual de São Paulo que está em elaboração. Houve expressiva participação de agricultores familiares e quilombolas, foi lançada a idéia de se realizar projetos-piloto na região, sobretudo por meio do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

► **Organização do seminário Vulnerabilidades do Brasil às Mudanças Climáticas: Contribuições para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas**

No seminário, realizado em abril, com pesquisadores de regiões vulneráveis da Foz do Amazonas e Semi-Árido discutiu-se o que pode ser feito nessas regiões para fins de adaptação.

► **Publicação Estudo “Redd e territórios indígenas na bacia amazônica” e “Brasil: Titularidade sobre créditos de carbono gerados por atividades florestais em Terras Indígenas”**

Em função das discussões havidas no âmbito internacional sobre os prós e contras da realização de projetos de desmatamento evitado (Redd) em Terras Indígenas, e de um ainda relativo desconhecimento do contexto jurídico no qual estes projetos se inseririam, tanto no Brasil como nos demais países amazônicos, o ISA realizou e publicou dois estudos analíticos acerca da matéria. A conclusão é que, do ponto de vista jurídico, tanto no Brasil como na maior parte dos países amazônicos (com exceção do Peru), projetos desse tipo só poderiam ser realizados pelos próprios povos que habitam o território, e que não há risco de que venham a ser expulsos de suas terras em função da implantação, por parte dos Estados Nacionais, de

políticas preservacionistas. Os estudos completos estão em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3015>.

► **Publicação “Impactos e oportunidades das mudanças climáticas para a agricultura do Mato Grosso”**

A publicação foi a consolidação das discussões do seminário de mesmo nome, realizado em setembro de 2008 em Cuiabá. O evento contou com mais de 200 pessoas, englobando todos os atores, e em todos os níveis da agricultura do Estado de Mato Grosso.

**ASSESSORIA INSTITUCIONAL E ASSESSORIA AOS PARCEIROS LOCAIS**

► **Assessoria jurídica na negociação e elaboração do contrato firmado entre Natura, ISA, ICV E Imaflora para a realização do projeto Carbono das Nascentes do Xingu no âmbito do programa Natura Carbono Neutro 2008**

O projeto Carbono das Nascentes do Xingu tem como principal objetivo criar condições para produtores recuperarem as Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas, que integram suas propriedades localizadas na região das cabeceiras do Rio Xingu, no Mato Grosso. Foram firmados contratos de parcerias entre o ISA e o ICV, bem como entre o ISA e o Imaflora, e contratos entre o ISA e produtores rurais interessados em desenvolver as atividades de recuperação de suas áreas degradadas, utilizando a metodologia do instituto e os recursos advindos do projeto pela cessão de créditos de carbono. Cada contrato foi elaborado pela assessoria do ISA, que também atuou junto aos cartórios das comarcas de Canarana, Vila Rica, Querência e São José do Xingu, para solicitar o registro do compromisso de parceria ambiental e o reconhecimento das áreas de APPs junto à matrícula do imóvel.

► **Organização de workshop para o projeto Carbono Socioambiental do Xingu**

Discussão para estabelecimento de um programa de pagamento por serviços ambientais e divisão das atividades de cada instituição. Com parceiros como Conservação Internacional (CI) Instituto de Pesquisas da Amazônia (IIPAM), The Nature Conservancy (TNC) e outros.

► **Associação Kawaiwete**

No início de setembro de 2009, na aldeia Capivara no Xingu, o ISA participou de uma reunião, cuja pauta foi em síntese: emissão de carbono, mudança climática e discussão do Estatuto da Associação Indígena Kawaiwete.

► **Participação nas Oficinas de Fogo realizada no âmbito da AXA (Associação Xingu-Araguaia) em quatro assentamentos na região do Xingu**

Foram realizadas atividades de prevenção, combate e alternativas ao uso do fogo em regiões suscetíveis.

► **Estabelecimento de uma pré-agenda de trabalho com queimadas e usos alternativos ao fogo em assentamentos e Terras Indígenas**

Agenda de trabalho a longo prazo na região do Xingu com a questão do fogo e formação de brigadas nas próprias comunidades.

► **Contrato de co-edição entre ISA e Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação (IRD)**

Análise da minuta de contrato de co-edição entre o ISA e o IRD para a edição inédita do livro *Urihi a. A terra-floresta yanomami*. Em síntese, o objeto do contrato é a co-edição, de caráter científico e tecnológico, do livro acima, baseada na obra *Yanomami: A Forest People*, dos autores Bruce Albert e William Milliken, publicada em inglês em 1999 pelo Royal Botanic Gardens, Kew. Os direitos de tradução, adaptação e edição para a



língua portuguesa foram cedidos a Bruce Albert do IRD, em língua portuguesa, para fins de distribuição e comercialização.

## Avaliação

Em 2009, confirmou-se a hipótese que havia sido aventada no final de 2008: nesse final de mandato do Presidente Lula – em função dos acordos políticos efetuados para garantir sua sustentação política, e de uma reação natural dos setores conservadores da sociedade, vários agora aliados do governo, aos avanços obtidos nas últimas duas décadas no campo dos direitos socioambientais – passou-se de uma posição de conquista ou consolidação de novos direitos, para a defesa dos direitos já conquistados, mesmo aqueles que ainda não consolidados. Ou seja, as ONGs e movimentos sociais ligados à temática socioambiental passaram, no geral, de uma atitude de colaboração para avançar, existente no início de 2003, primeiro ano do governo, para uma atitude de resistência para não retroceder. Da proposição para a defesa.

Em 2010 haverá eleições gerais e um novo cenário pode até se configurar, mas não é provável. Os dois principais candidatos – que têm maiores chances de ganhar – compartilham uma mesma cartilha macroeconômica e possivelmente sustentarão seus governos com a mesma base política. Nesse sentido, a garantia de direitos a povos indígenas, populações tradicionais e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado possivelmente continuará sendo vista como uma ameaça ao desenvolvimento, e não como uma condição.

No campo dos direitos indígenas, o precedente do caso Raposa-Serra do Sol pode ser visto como um possível divisor de águas no que tange à demarcação e gestão de terras. Os setores conservadores veem essa decisão como o início do fim das demarcações de terras, que tanta “insegurança jurídica” traz aos grandes proprietários rurais. Da mesma forma setores do governo federal enxergam essa decisão como uma declaração de poder do Estado ante a suposta “ameaça” representada pelas Terras Indígenas à soberania e ao desenvolvimento nacional. Segundo essa visão, a terra pode até ser garantida aos povos indígenas, mas eles não terão o poder de decidir o que fazer com seus recursos naturais e como geri-la, pois estarão sempre submetidos ao “interesse nacional”, seja ele representado pela possibilidade de exploração mineral ou pela possibilidade de intervenção, a qualquer momento, das Forças Armadas.

Acreditamos que em 2010 e nos próximos anos será estratégico trabalhar junto ao STF, precedentes judiciais que possam concretizar e detalhar as condicionantes colocadas na decisão da Raposa-Serra do Sol. Sabemos que há divergências na Corte, mas que alguns ministros – como Gilmar Mendes, presidente do Supremo até abril de 2010 – vão tentar fazer do caso um fato consumado, modificando a jurisprudência acumulada até o momento, amplamente favorável à garantia de direitos territoriais aos povos indígenas. A decisão de novos casos no STF seguramente influenciará a decisão de casos em primeira instância, inclusive aqueles que seguimos. Sobre tudo se for confirmada a tese do “fato indígena”. A CNA tentou aprovar uma Súmula Vinculante (SV) com a tese, mas o tribunal rejeitou, por entender que a matéria não só não é pacífica, como contraria a jurisprudência existente. Seguramente haverá outras tentativas equivalentes nos próximos tempos.

Mas, ao mesmo tempo em que novos desafios se impõem, oportunidades também surgem. Em 2009 foi aprovada a Lei Nacional de Mudanças Climáticas, pela qual o País assume metas de redução de emissões que supõem, entre outras coisas, redução nos desmatamentos (sobretudo na Amazônia) e adoção de tecnologias mais limpas (sobretudo na agropecuária e transportes). Isso, em tese, deveria facilitar a implementação de

uma política abrangente de gestão de terras indígenas, que hoje guardam grandes estoques de carbono e têm a possibilidade real de gerar bem-estar social sem destruí-los, assim como uma política mais consequente de licenciamento ambiental ou de uso de nossas florestas. Pode ser uma oportunidade a ser explorada. Porém, ficará mais difícil questionar, sob qualquer aspecto, a construção de hidrelétricas, em qualquer lugar e para qualquer finalidade, pois foi incluído nas metas o cumprimento integral do plano de expansão do setor elétrico, que prevê o barramento de todos os principais rios amazônicos, entre eles o Xingu, assim como os rios que restaram no Sul e Sudeste, entre eles o Ribeira.

## Perspectivas

Para 2010 esperamos:

- ▶ Avaliar as consequências para os direitos indígenas, tanto no campo legislativo quanto judicial, do julgamento pelo STF da demarcação da Raposa-Serra do Sol;
- ▶ Manter o monitoramento das ações judiciais que ameaçam as terras dos povos indígenas do Xingu, mantendo-os informados e apoiando-os numa correta defesa de seus interesses e direitos;
- ▶ Manter o monitoramento das ações judiciais em curso, buscando decisões favoráveis, sobretudo na relativa ao decreto de cavernas e a de compensação ambiental;
- ▶ Interferir positivamente na aprovação de uma lei sobre Pagamento por Serviços Ambientais, para que tenhamos um marco legal que permita recompensar aqueles que atuam em prol da conservação ambiental;
- ▶ Manter o monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto e de Belo Monte;
- ▶ Trabalhar contra uma alteração negativa na legislação florestal, mantendo o debate com a sociedade sobre a importância do tema, bem como ajudar a construir políticas que apoiem, com medidas de incentivo e premiação, a correta aplicação da legislação hoje existente;
- ▶ Trabalhar para que sejam aprovados os projetos que aprimoram a legislação de licenciamento ambiental, e contra as que preveem diminuir garantias de proteção;
- ▶ Trabalhar no detalhamento da meta brasileira de redução de emissões de Gases Efeito-Estufa, compreendendo seu alcance e apoiando a criação de um mecanismo de monitoramento social de seu cumprimento;
- ▶ Manter o apoio aos parceiros locais nos temas de interface.

## Melhores momentos

- ▶ Apoio jurídico e político às comunidades indígenas da Raposa-Serra do Sol no julgamento da ação popular no STF
- ▶ Reclamação contra o novo decreto de compensação ambiental de obras de significativo impacto ambiental
- ▶ Ação pela derrubada do decreto federal que permite a destruição de cavernas
- ▶ Concepção e lançamento de campanha contra o desmonte da política ambiental brasileira
- ▶ Participação na CNPI: discussão sobre entrada de terceiros em terras indígenas e licenciamento ambiental de obras que impactam
- ▶ Monitoramento e campanha contra a medida provisória nº 458 (transformada na lei federal nº 11952/09) que trata da venda e doação de terras públicas na Amazônia
- ▶ Monitoramento das tentativas de modificação do Código Florestal brasileiro

- ▶ Discussão sobre a lei da Mata Atlântica com quilombolas e autoridades públicas do Vale do Ribeira
- ▶ Projeto de lei de pagamento por serviços ambientais e lançamento do livro *Doc ISA 10 É pagando que se preserva? Subsídios para políticas de compensação por serviços ambientais*;
- ▶ Lançamento do livro *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil*.

## Produtos

- ▶ Livro *Doc ISA 10 É pagando que se preserva? Subsídios para políticas de compensação por serviços ambientais*.
- ▶ Livro *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: Oportunidades e desafios para sua implementação*.
- ▶ Estudos *Redd e territórios indígenas na Bacia Amazônica e Brasil: titularidade sobre créditos de carbono gerados por atividades florestais em Terras Indígenas*.
- ▶ Livro *Impactos e oportunidades das mudanças climáticas para a agricultura do Mato Grosso*.
- ▶ Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira.



# RIO NEGRO

## O que é

Tem por objetivo geral contribuir para o desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Negro, com o reconhecimento e respeito aos direitos coletivos dos povos indígenas e com a valorização da diversidade socioambiental. A Bacia do Rio Negro – que ocupa uma área de cerca de 70 milhões de hectares – é a maior bacia de águas pretas do mundo. Apresenta grande diversidade socioambiental. Suas paisagens únicas estão bem conservadas no eixo do Rio Negro e já ameaçadas pela economia predatória no eixo do Rio Branco. A maior parte da Bacia do Rio Negro está situada em território brasileiro, entre Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas, mas se estende pela Colômbia, Venezuela e Guiana, o que impõe estratégias de cooperação transfronteiriça em rede. Na parte brasileira da bacia, são 32 povos indígenas, várias terras indígenas já oficialmente reconhecidas e em processo, assim como formações florestais únicas e várias unidades de conservação ambiental. Os projetos que compõem o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA) propõem soluções integradas para: (1) o reconhecimento, proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas; (2) a criação e consolidação de outras áreas protegidas na formação de mosaicos; (3) áreas urbanas.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ► Parcerias Prioritárias

- Foirn Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas
- HAY Hutukara Associação Yanomami

► **Financiadores** AIN Ajuda da Igreja da Noruega; Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento; Embaixada da Noruega; Fapeam Fundação de Apoio à Pesquisa no Amazonas; Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000/Aliança pelo Clima Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Iphan Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional; RFN Fundação Rainforest da Noruega; Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Projeto Criança Esperança.

### ► Parcerias Locais e Cooperação Técnica

3TIIC Três Tribos Tukano do Igarapé Castanho; Aami Associação de Artesãos do Médio Içana; Aatizot Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona del Tiquié; Abric Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari; Aceh Associação da Comunidade Escolar Herieni; Aceik Associação do Conselho da Escola Indígena Kaayakaapali; Acep Associação do Conselho da Escola Pamáali; Acimet Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié; ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; Acir Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas; Acira Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari; Acirc Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho; Acirp Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto; Acirx Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié; Acitru Associação das Comunidades Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié; Acwa Associação Comunidade Waimiri Atroari; Aeik Associação da Escola Indígena Kalidzamai; Aeitua Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona; Aeity Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri; Aeitym Associação da Escola Indígena Tukano Yepa Mahsa; Aeitypp Associação



da Escola Indígena Tukano yepa Piro Porã; Aep Associação da Escola Paraattana; Aibad Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni; AIFP Associação Indígena de Floresta e Padauri; AILCTDI Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito Iauaretê; Amibi Associação das Mulheres Indígenas da Bacia do Içana; Amitrut Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié; Apiarn Associação dos Produtores Indígenas do Alto Rio Negro; APMC-EIN Associação Pais e Mestres Comunitários Escola Indígena Nazaré; APMC-Hipana Associação Pais e Mestres Comunitários Escola Indígena Hipana; Asekk Associação da Escola Kumuno W u'u Kotiria; Asiba Associação Indígena de Barcelos; Assai Associação dos Artesãos Indígenas; Associação dos Artesãos e Manejadores Indígenas Apurinã "DO 45"; Ariart Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; Avive Associação Vida Verde da Amazônia; Ayrca Associação dos Yanomami do Rio Cauboris; CABR Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco; CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; CAIBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; Cedam Centro de Estudos em Direito Ambiental da Amazônia; Ceeei/AM Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas; Cepta/Ibama Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Cerci Centro de Estudo de Revitalização da Cultura Indígena; CIR Conselho Indígena de Roraima; Coidi Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; Coitua Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo; Comagept Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro; Ecoex Associação Ecológica dos Agroextrativistas do Baixo Rio Branco Jauaperi; EIBC Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali; Embaixada da Noruega; Escola Eenawi; Escola Enu Irine Idakine Tariana; Escola Estadual Indígena São Miguel; Escola Heriene; Escola Hipana; Escola Kaayakaapali; Escola Khumuno Wu'u Wanano; Escola Maadzero; Escola Paraattana; Escola Waliperadenai; Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); Fundação Rainforest dos Estados Unidos; FVA Fundação Vitória Amazônica; Grupo de Artesãos Tukano do Rio Tiquié; GTA Grupo de Trabalho Amazônico; Hutukara Associação Yanomami (HAY); ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Inpa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto Iraquara; IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação; MMA/PDPI Ministério do Meio Ambiente/Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas; Neai/Ufam Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena/Universidade Federal do Amazonas; Núcleo Inskiran da Universidade Federal de Roraima (UFRJ); NuTI/ MN/UFRJ Núcleo de Transformações Indígenas/ Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Oela Oficina Escola de Luteria da Amazônia; Oibi Organização Indígena da Bacia do Içana; Oicai Organização Indígena Coripaco do Alto Içana; Oids Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável; Opan Operação Amazônia Nativa; Opinp Organização dos Povos Indígenas Paumari; PWA Programa Waimiri-Atroari; RCA Rede de Cooperação Alternativa; SDS Secretaria de

Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Seduc Secretaria Estadual de Educação do Amazonas; Semed Secretaria Municipal de Educação e Desporto de São Gabriel da Cachoeira; SI Survival International; UFSCar Universidade Federal de São Carlos; Umai União das Mulheres Artesãs Indígenas; Umira União das Mulheres Indígenas do Rio Ayarí; Unib União das Nações Indígenas Baniwa; Unicamp Universidade Estadual de Campinas (Projeto de agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia); Vídeo nas Aldeias; Wariró Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro; Wataniba Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela); WWF/Brasil.

## Equipe

**Carlos Alberto (Beto) Ricardo** (antropólogo, coordenador); **Adeilson Lopes da Silva** (ecólogo, assessor do programa); **Aloísio Cabalzar Filho** (antropólogo, assessor do programa); **Ana Maria Antunes Machado** (pedagoga, assessora do projeto de educação Yanomami); **Andre Luiz Martini** (antropólogo, assessor do programa); **Andrezza Silva de Andrade** (jornalista, gerente do Espaço Público da subsele ISA-SGC); **Camila Sobral Barra** (antropóloga, analista de desenvolvimento de pesquisa socioambiental); **Carla Dias** (bióloga e antropóloga, assessora do programa); **Clarisse do Carmo Jabur** (assessora do projeto de educação Yanomami); **Dafran Macário** (biólogo, assessor do programa de gestão territorial); **Elizabeth Moraes** (estudante secundarista, estagiária do Espaço Público da sub-sede ISA-SGC); **Fernando de Freitas Vicente** (administrador de empresas, gerente de projeto); **Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos** (supervisor de administração em São Gabriel da Cachoeira); **Francis Miti Nishiyama** (jornalista, assistente da coordenação); **Giseli Deprá** (historiadora, assessora do projeto de educação Yanomami); **Gustavo Tosello Pinheiro** (administrador, assessor do programa); **Hanna Limulja** (antropóloga, assessora do projeto de educação Yanomami); **Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva** (auxiliar de administração em São Gabriel da Cachoeira); **Laise Lopes Diniz** (pedagoga, assessora permanente do componente baniwa/coripaco); **Lidia Montanha Castro** (pedagoga, coordenadora do projeto de educação intercultural Yanomami); **Lucia Alberta Andrade** (educadora e antropóloga, coordenadora do projeto Formação Superior Indígena); **Lucineide Lima** (auxiliar de serviços gerais em Boa Vista); **Marcílio Cavalcanti** (agrônomo, administrador escritório Manaus); **Marcolino da Silva** (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Marcos Wesley de Oliveira** (coordenador do programa de gestão territorial); **Margarida Murilo Costa** (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); **Marina Antongiovanni da Fonseca** (bióloga, assessora do programa); **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, administrador do ISA Boa Vista); **Melissa Santana de Oliveira** (antropóloga, assessora permanente do componente tuyuka); **Octavio Luiz Rodrigues Rebello** (administrador de empresas, gerente de projeto); **Pieter van der Veld** (agrônomo, assessor do programa); **Renata Alves** (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); **Sidnaldo dos Santos** (auxiliar administrativo em Boa Vista).

### ▶ Pesquisadores Associados

**Almir de Oliveira** (arquiteto); **Bruce Albert** (antropólogo, IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação); **Ciro Campos** (biólogo, bolsista (PCI-DTI/CNPq), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - núcleo Roraima); **Eduardo Viveiros de Castro** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro); **Flávio C. T. Lima** (ictiólogo, MZ/USP Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo); **Flora Dias Cabalzar** (antropóloga, USP); **François-Michel Le Tourneau** (geógrafo, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique da França, pesquisador associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB); **Geraldo Andreello** (antropólogo, UFSCar); **Glenn Shepard Jr.** (antropólogo e ecólogo, MPEG); **Helder Perri Ferreira** (lingüista);

**José Ribamar Bessa Freire** (jornalista e historiador, UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro); **Judite Gonçalves Albuquerque** (educadora, Unemat Universidade do Estado de Mato Grosso); **Kristine Stenzel** (lingüista, Universidade do Colorado); **Laure Emperaire** (etnobotânica, IRD); **Lúcia Hussak van Velthem** (antropóloga, MCT Ministério da Ciência e Tecnologia); **Ludivine Eloy** (geagrônoma); **Luis Antonio Garcia** (matemático); **Luiza Garnelo** (médica e antropóloga, Ufam - Universidade do Amazonas e Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz); **Manuela Carneiro da Cunha** (antropóloga, Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento); **Marta Azevedo** (antropóloga e demógrafa, Unicamp); **Maurice Tomioka Nilson** (geógrafo, Inpa); **Paulo Maia** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Pedro Rocha** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Ralme Gischewski Borges** (apicultor); **Robin Wright** (antropólogo, Unicamp); **Walmir Cardoso** (astrônomo, PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

## Linhas e Estratégias de Ação

O programa está estruturado em cinco linhas de ação:

- ▶ Desenvolvimento do Programa/Coordenação/Rede;
- ▶ Pesquisas, documentação e mapeamento;
- ▶ Manejo Sustentável de Recursos Naturais;
- ▶ Educação e Cultura;
- ▶ Apoio ao fortalecimento institucional da Foim e associações filiadas e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos comunitários.

Com a nova organização do trabalho da equipe, ocorrida em 2005, que passou a atuar dividida entre os rios/regiões, optamos por reorganizar o relatório de atividades, dividindo-o dessa mesma forma. Assim, as linhas de ação citadas acima são transversais a quase todos os rios e regiões em questão.

Dessa maneira, o relatório está dividido nas seguintes partes:

- ▶ Desenvolvimento do Programa/Coordenação
- ▶ Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural
- ▶ Manaus
- ▶ Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos
- ▶ São Gabriel da Cachoeira
- ▶ Rio Içana
- ▶ Rio Tiquié
- ▶ Rio Uaupés
- ▶ Roraima

Especificamente nas áreas dos rios Içana, Tiquié e Uaupés, onde os projetos do PRN estão sendo implantados há mais tempo, os três eixos principais de ação são os seguintes:

1. escolas indígenas
2. manejo ambiental
3. alternativas de produção sustentáveis, com ou sem renda

## Eixos de trabalho por áreas de atuação

	São Paulo	Brasília	Manaus	Médio RN: Sta. Isabel do Rio Negro e Barcelos	São Gabriel da Cachoeira	Rio Içana	Rio Tiquié	Rio Uaupés	Roraima
Desenvolvimento do Programa/ Coordenação	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisas, documentação e mapeamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Manejo Sustentável de Recursos Naturais						X	X	X	X
Educação e Cultura		X			X	X	X	X	X
Apoio ao fortalecimento institucional de organizações indígenas e ao desenvolvimento e aprimoramento de projetos comunitários	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Transversalmente a esses eixos de trabalho, estratégias gerais têm sido privilegiadas:

- ▶ Incentivar os conhecimentos indígenas (“recuperação”, documentação e proteção);
- ▶ Apoiar a pesquisa (do ponto de vista do diálogo de conhecimentos);
- ▶ Favorecer os intercâmbios de experiências, conhecimentos e práticas entre os índios (e com a Equipe do PRN por meio deles);
- ▶ Provocar interfaces técnicas e de gestão com “os de fora”;
- ▶ Assessorar os arranjos e rearranjos institucionais das organizações indígenas;
- ▶ Documentar exaustivamente todos os processos em curso: agilizando sistematização e circulação de conhecimentos.

▶ Principais “agentes” com quem o PRN trabalha:

1. professores
2. agentes de manejo
3. alunos jovens das escolas
4. lideranças das associações
5. “técnicos” agrícolas
6. artesãos
7. “velhos” conhecedores
8. “comunidades”

# Desenvolvimento do Programa/Coordenação

## O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro (PRN), com as funções de: elaborar, atualizar e implementar o planejamento estratégico do programa; desenvolver e manter relações interinstitucionais apropriadas, em especial com as parcerias; identificar oportunidades, gestão do portfólio de projetos, formular e encaminhar projetos; elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do programa; propor e viabilizar desdobramentos futuros; disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do programa utilizando os meios regulares do Instituto Socioambiental (ISA); conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do programa e deste com a estrutura do ISA; articular e mobilizar uma rede de pesquisadores/colaboradores e instituições externas.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000; Instituto Arapyaú; RFN.

## Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Fernando Luis de Freitas Vicente; Francimar Lizardo dos Santos (Sucy); Francis Miti Nishiyama; Marclio de Souza Cavalcante; Marcos Wesley de Oliveira, Matthieu Jean Marie Lena, Octavio Luiz Rodrigues Rebello.

## O que foi feito

### ► RELAÇÃO COM O ISA GERAL

- Acompanhamento de alguns processos de interesse geral do ISA durante todo o ano como: criação de campanhas institucionais do ISA pela agência de publicidade NBS; constituição de um Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional para formular e viabilizar o projeto Passagem da Cidadania, que visa aproximar física e programaticamente instituições afins da sociedade civil, com sedes na cidade de São Paulo. As instituições-membro do GT, formado por ISA, Instituto Arapyaú, Instituto Ethos, Escola da Cidade e Instituto São Paulo Sustentável, teriam suas sedes em um conjunto de imóveis localizados num mesmo quadrilátero, no centro de São Paulo;
- Coordenação da agenda de trabalho do PRN com os demais setores do ISA (Administração, Comunicação, Geoprocessamento, Informática, Política e Direito Socioambiental);
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais;
- Interface entre o PRN e demais áreas e programas do ISA no que se refere ao planejamento, realização e monitoramento de atividades e de recursos humanos e financeiros.

### ► IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES, FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE PROJETOS

- Rearticulação das negociações entre a Natura e os Baniwa no âmbito do projeto de Educação Baniwa, resultando na celebração de um convênio de apoio institucional à Escola Pamáali;
- Interlocução permanente com representantes das organizações que apóiam o PRN: Lars Lovold, Anna Bjørndal e Torkell Leira (RFN), Brunhilde Haas de Saneaux (Horizont3000), Georgia Pessoa e Paul Little (Fundação

Moore), Ana Gita de Oliveira/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Kristian Bengtson (Embaixada Real da Noruega); Guilherme Leal e Anamaria Schindler (Instituto Arapyaú). A coordenação do PRN realizou contatos com representantes do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento, Aliança Pelo Clima, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Embaixada Real da Noruega, Ajuda da Igreja da Noruega (AIN), Funbio; Consulado da República Tcheca.

- Elaboração de proposta do PRN para o projeto do ISA a ser apresentado para o Fundo Amazônia

- Negociações iniciais com o Instituto Semeia, sediado em São Paulo, para quem elaborou-se uma proposta de apoio institucional ao Programa Rio Negro.

### ► PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- Reunião "Cooperación Transfronteriza en la Amazonía - Encuentro de Contrapartes", promovido pela RFN com apoio de FORMABIAP, em Iquitos, Peru (março);

- Assembléia de Wataniba em Caracas (abril);

- Evento Experts em Biodiversidade, organizado pela Natura.

### DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A BACIA

- Visita dos chefs Pascal Barbot (L'Astrance, França) e Alex Atala (D.O.M., Brasil) a Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no âmbito do projeto Valorização de Produtos Regionais e da Culinária do Rio Negro, como parte dos eventos cancelados do Ano da França no Brasil.

- Apoio à visita do ex-prefeito de São Carlos (PT/SP), Newton Lima, acompanhado pelo cientista político Alexandre Fuccille, assessor do atual prefeito de S. Carlos, Oswaldo Barba (PT/SP). Este evento visou dar início a uma aproximação que poderá estabelecer uma agenda estratégica de cooperação em gestão local, entre a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e a de São Carlos.

- Implementação da linha de ação Formação Superior Indígena Sustentável no Rio Negro, com o apoio do Instituto Arapyaú. No âmbito desta linha de ação, realizou-se o Seminário de "Arrancada" do processo de consulta sobre formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no rio Negro

- Território Rio Negro da Cidadania Indígena, com Foirn, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

- Estabelecimento do Termo de Parceria entre Foirn, Funai e ISA, inaugurando uma nova proposta de gestão compartilhada, onde os índios decidem conjuntamente o destino dos recursos para as Administrações Regionais da Funai.

- Participação da reunião de planejamento estratégico da Foirn em fevereiro e, em novembro, participação no seminário para avaliar este planejamento estratégico, além de discutir a sustentabilidade futura da Foirn.

### ► ADMINISTRAÇÃO DAS SUBSEDES EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, MANAUS E RORAIMA

As subsedes do ISA em São Gabriel da Cachoeira e em Manaus atuam na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do PRN. Nestes espaços, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas e de suporte às equipes em atividades de campo, executa a manutenção de instalações e equipamentos, assessora organizações

parceiras, realiza representação institucional, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados.

## Indicadores (TROCAR Bullets)

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de convênios e colaboradores;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas.

## Avaliação

O ano de 2009 foi marcado pela redefinição de expectativas sobre as possibilidades de parceria com a prefeitura de S. Gabriel da Cachoeira, pela consolidação da incorporação da equipe Pró-Yanomami ao PRN/ISA e pela mudança da base residencial de boa parte da equipe de campo do Rio Negro.

Pela primeira vez em mais de cem anos, a prefeitura de S. Gabriel da Cachoeira passou a ser administrada por dois indígenas, eleitos em 2008, ambos ex-diretores da Foirn e com uma longa trajetória no movimento indígena. Este fato aliado ao Plano Diretor elaborado entre 2006 e 2008 alimentou altas expectativas por parte das instituições da sociedade civil, entre elas o ISA. Infelizmente isso não ocorreu. O prefeito eleito "importou" de Manaus boa parte da sua equipe de governo, desprestigiou o Plano Diretor, se distanciou da Foirn e do ISA.

A equipe Pró-Yanomami e o escritório do ISA em Boa Vista (RR) se integram ao ISA, sob uma coordenação adjunta específica do PRN, com bons resultados, embora uma parte da equipe também esteja em transição e não tenha sido possível dar um salto de qualidade nas condições da infraestrutura.

É comum neste tipo de trabalho que o ISA faz em nível regional, ciclos de disponibilidade das equipes de campo. Gente jovem se dedica intensamente às atividades de campo por alguns anos, geralmente logo após concluir sua formação acadêmica básica, mas depois de alguns anos querem voltar ou sair para estudar, estabilizar suas relações afetivas e viver nas grandes cidades. Nem sempre é possível remanejar essas pessoas dentro da equipe do Programa ao qual pertencem ou mesmo dentro do ISA. Não há uma política de pessoal definida para enfrentar essa situação recorrente.

No Médio Rio Negro, entre S. Isabel e Barcelos, a situação do ordenamento

territorial avançou muito menos do que o esperado. Da mesma forma que o fortalecimento da Rede Rio Negro.

Vale ressaltar o início do apoio do Instituto Arapyaú, fruto de uma aproximação estratégica para apoiar a formulação e implantação de um programa de formação "superior" indígena no Rio Negro.

## Perspectivas

- Redefinir o quadro de disponibilidades das pessoas da equipe, especialmente aquelas dedicadas ao trabalho de campo no Rio Negro;
- Consolidar a parceria estratégica com o Instituto Arapyaú e iniciar uma efetiva parceria com o Instituto Semeia Brasil;
- Prorrogar a execução do atual contrato com a Fundação Moore até dezembro de 2010;
- Viabilizar um novo contrato para o componente de ordenamento territorial do Médio Rio Negro;
- Viabilizar o extenso programa de sistematização e publicação de resultados das atividades do PRN nos últimos anos;
- Preparar uma nova geração de projetos que permitam viabilizar as continuidades, desdobramentos e novidades do PRN para 2011/2013, em coordenação com o planejamento estratégico do ISA
- Avançar no ordenamento territorial da Bacia do Rio Negro, especialmente quanto ao reconhecimento pelo governo federal das pendências de demarcação de Terras Indígenas.
- Implementação do projeto "Diagnóstico Socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços ambientais no extremo norte da Amazônia brasileira"

## Melhores momentos

- Renomados "chefs", como o brasileiro Alex Atala (Restaurante D.O.M) e o francês Pascal Barbot (três estrelas do guia Michelin), visitaram São Gabriel da Cachoeira para conhecer os ingredientes da culinária local, retirados da rica agrobiodiversidade do Rio Negro e realizaram encontros com chefs locais como Dona Brazi e Conde Aquino.
- Foirn e ISA deram o primeiro passo no processo de consulta e mobilização de instituições e pessoas interessadas na construção coletiva de um programa de formação superior voltado para a formulação de respostas às demandas das comunidades indígenas do Rio Negro e para a inserção dos conhecimentos indígenas nos debates sobre as problemáticas socioambientais do mundo contemporâneo.

# Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro

## O que é

Esta linha de ação visa desenhar e implementar um programa de formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural, no Rio Negro, como um espaço inovador e estratégico para o desenvolvimento sustentável dessa extensa região da Amazônia, com forte presença indígena e de áreas protegidas. As ações estão sendo coordenadas pelo ISA e a Foirn juntamente com a sua base de organizações regionais e escolas indígenas. A primeira fase desta linha de ação consiste na organização, análise, divulgação de materiais relacionados a três eixos temáticos (I – Manejo do mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas; II – Narrativas de origem e territorialidades no Rio Negro; III – Desenvolvimento e gestão territorial indígena), que reúnem a maior parte do material acumulado no desenvolvimento dos projetos no Alto Rio Negro. Para esses três eixos convergem grande parte dos esforços e resultados alcançados no âmbito da parceria ISA-Foirn-associações/comunidades indígenas. Trata-se de iniciativas que investem nas possibilidades do desenvolvimento sustentável a partir do diálogo intercultural, com ênfase na perspectiva indígena. A abordagem desses eixos temáticos visa tanto sistematizar pesquisas em andamento há anos como propor um conjunto de questões a serem desenvolvidas por outros grupos de pesquisa na região, e que farão parte do programa de formação superior. Ao mesmo tempo, a equipe estará dedicada a articulações, consultas e contatos visando a estruturação e formalização da formação superior. A segunda fase refere-se ao início da primeira turma na formação superior indígena e intercultural.

## Equipe

Aloisio Cabalzar, Adeilson Lopes da Silva, André Martini, Beto Ricardo, Carla Dias, Laise Lopes Diniz, Lucia Alberta de Andrade (coordenadora), Melissa Santana de Oliveira, Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos, Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva, Octavio Luiz Rodrigues Rebello.

*Colaboradores:* Marta Azevedo (Unicamp/ISA); Flora Cabalzar

## Parcerias e fontes de financiamento

Foirn, Acep, Acaipi, Acimet, Atriart, Aeitu, Aeity, Aeitypp, EIBC, CPDEK, Cepi, Cerci, Coidi, Fundación Gaia Amazonas, Instituto Arapyauú, Oibi.

## O que foi feito

▶ As articulações da equipe do projeto se deram em diversos momentos, citados a seguir, com o objetivo de divulgar o projeto, explicar o seu objetivo e organizar uma grande lista de potenciais colaboradores com esta discussão no Rio Negro. As articulações acontecem, em sua grande maioria, no decorrer da participação em eventos que focam a temática da educação escolar indígena e, principalmente, o ensino superior indígena.

- Workshop nas trilhas e redes do saber: Universidade e Educação Superior Indígena, promovido pelo Laboratório de Geografia Humana e Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas/Ufam, realizado no período de 1º a 5 de junho de 2009 em Manaus. Neste evento foi possível reunir informações sobre as experiências interessantes para fazer parte do acervo que está sendo organizado para subsidiar

a discussão sobre formação superior no Rio Negro. Além disso, contatar potenciais parceiros;

- II Conferência Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, realizada no período de 24 a 26 de junho, no Instituto Federal do Amazonas, Campus São Gabriel da Cachoeira/AM. Neste evento, foi possível fazer uma articulação com os professores indígenas de várias calhas do Rio Negro, que estavam presentes na sede do município, sobre o projeto e convidá-los para o Seminário de "Arrancada". Além disso, foi possível conversar pessoalmente com alguns diretores da Foirn sobre encaminhamentos logísticos a serem feitos, visando assegurar a participação das principais lideranças do Rio Negro no primeiro seminário

- Reuniões do Território Etnoeducacional do Rio Negro – TEERN (01/07/09) em Brasília – discussão do termo operacional; 30/07/09 em Manaus – discussão temática dos programas/projetos de licenciaturas ofertados e a ofertar no Rio Negro).

- Congresso do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas: realizado de 14 a 17 de julho no Centro Comunitário da Universidade de Brasília. Este evento contou com a presença de acadêmicos e profissionais indígenas de todas as regiões do país, além de profissionais e pesquisadores não indígenas de diversas universidades, outras instituições governamentais e não-governamentais que trabalham com a questão indígena. O objetivo da participação no evento foi acompanhar as discussões feitas pela delegação do Rio Negro, explicar aos participantes o projeto de formação superior indígena.

- Reunião sobre licenciatura indígena – convocada pela Coordenação de Educação Escolar Indígena/MEC – realizada em 3 de agosto na Maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, contou com a presença de 100 pessoas entre professores indígenas, lideranças e demais convidados. O objetivo da reunião, que antecedeu o Seminário de "Arrancada", foi explicar as diferenças existentes entre os diversos programas de formação de professores em licenciatura existentes em São Gabriel da Cachoeira, ofertados pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Instituto Federal do Amazonas, Campus de São Gabriel da Cachoeira (IF/AM). A discussão foi muito importante para esclarecer os que participariam do seminário de arrancada, que o enfoque não seria discutir a formação de professores.

- Reunião com os diretores do IF/AM, campus de São Gabriel da Cachoeira, Paulo Nascimento e Elias Brasilino, em agosto e outubro, para pensar em uma formação superior que tenha a filosofia indígena e cujo poder pedagógico fique nas mãos dos povos indígenas, para que tenham autonomia de organizar um curso que atenda às suas demandas e tenha a colaboração/parceria de institutos superiores renomados.

- Seminário Nacional de Políticas para o Ensino Médio - organizado pela SEB/MEC, de 22 a 24 de setembro em Brasília, contou com a participação de lideranças indígenas do Rio Negro, que relataram as questões que emperram a implantação de um ensino médio diferenciado, que leve em conta os projetos de vida das comunidades indígenas. A outra questão que permeou este seminário foi o diálogo do ensino médio com a formação superior.

- Articulação para a continuidade da formação dos Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs): vários participantes do Seminário de "Arrancada"



pediram o apoio do ISA e da Foirn para a continuidade da formação. Como o MEC estava com o edital para projetos inovadores aberto, nos reunimos várias vezes com a Foirn para elaborar e enviar uma proposta para a realização de cinco oficinas de formação, que foi aprovado pela comissão de avaliação. Portanto, em 2010, os APIs poderão continuar sua formação.

- Seminário de educação escolar indígena em Barcelos/AM, organizado pela Asiba, entre 3 e 5 de novembro. O evento se propôs a levar a discussão sobre a educação diferenciada ao município, onde o diálogo político sobre as questões indígenas são bem difíceis, uma vez que os poderes constituídos se apresentam contra as demandas solicitadas pelos povos indígenas. Seja com relação às questões fundiárias ou outras políticas específicas. Neste evento foram apresentadas as experiências da educação escolar indígena que acontecem em São Gabriel da Cachoeira/AM, abrangendo o Ensino Fundamental, Ensino Médio e, recentemente, a discussão para a elaboração de uma proposta específica de curso para a Educação Superior que atenda as demandas das comunidades indígenas.

- Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (16 a 20/11 – Luziânia/GO) – evento organizado pelo MEC, Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, União Nacional dos Secretários Municipais de Educação e pela Rede de Cooperação Alternativa, do qual o ISA faz parte. Este evento foi de grande importância para os povos indígenas, pois os 710 participantes propuseram uma política nacional que atendesse as peculiaridades de cada uma das 230 etnias que vivem no Brasil. A conferência possibilitou avanços significativos no diálogo entre os povos indígenas e os poderes constituídos, com a criação de um sistema próprio de educação e a possibilidade de reorganizar a política de educação escolar indígena em etnoterritórios a serem definidos por cada povo indígena.

- Seminário sobre clima da Rede de Cooperação Alternativa (RCA), de 23 a 25/11, em Brasília-DF, com o objetivo de discutir os temas que estão em evidência no mundo inteiro, como mudanças climáticas, REDD, Serviços Ambientais, Pagamento de Serviços Ambientais, Mercado de Carbono e Fundo Amazônia. O evento apresentou questões que poderão ser melhor aprofundadas no seminário temático sobre mudanças climáticas.

▶ Seminário de “Arrancada” do processo de consulta sobre formação superior indígena no Rio Negro. Realizado entre 4 e 8 de agosto, na Maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, deu início à mobilização de um conjunto de pessoas e instituições interessadas em participar de um processo de consulta para a formulação e implantação de um programa de Formação Superior Indígena no Rio Negro. Contou com a participação de mais de 70 pessoas, incluindo professores, pesquisadores e lideranças indígenas, pesquisadores e representantes de instituições não indígenas, além de órgãos governamentais. O seminário levantou diversas questões que poderão contribuir para organizar um programa de formação que atenda aos atuais desafios das comunidades indígenas do Rio Negro. Entre elas estão a forma como se dará a formação; o diálogo entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos científicos da universidade; o compromisso das instituições e pesquisadores presentes com a proposta e quais os primeiros encaminhamentos para organizar o desenho institucional do programa.

## Indicadores

- ▶ Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias;
- ▶ Número de colaboradores;

- ▶ Interesse positivo demonstrado pelos participantes;
- ▶ Publicações sobre os temas do projeto;
- ▶ Seminários realizados.

## Avaliação

Com as atividades realizadas foi possível identificar algumas questões que precisam ser mais bem trabalhadas em outras oportunidades:

- ▶ O Seminário de “Arrancada” possibilitou uma conversa muito boa, com muito avanço, deu para se ter uma idéia de como a proposta irá se configurar, respeitando as autonomias regionais das escolas e outros projetos;
- ▶ Como as expectativas criadas foram muito grandes é necessário ir logo pensando na viabilização institucional da proposta;
- ▶ É necessário ampliar a consulta às comunidades indígenas do Rio Negro;
- ▶ É preciso contatar potenciais parceiros da proposta.

## Perspectivas

- ▶ Realizar o I Seminário Temático Manejo do Mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas, previsto para abril de 2010;
- ▶ Elaborar o web site do Programa Rio Negro, incluindo um blog específico para tratar do projeto de formação superior e trocar experiências
- ▶ Criar rede de colaboradores;
- ▶ Elaborar plano de viabilidade futura e continuada da proposta do curso;
- ▶ Publicações da série “Conhecimentos Indígenas, Pesquisa Intercultural”
- ▶ Ampliação da conversa sobre a proposta no âmbito das regiões administrativas por meio de consultas itinerantes;
- ▶ Aproveitar os outros espaços para ampliar o debate, no caso dos municípios do Médio RN;
- ▶ Traçar uma primeira proposta de desenho institucional a partir das discussões do seminário;
- ▶ Intercâmbio com outras experiências em formação superior existentes em outros países e no Brasil;
- ▶ Conhecer e descrever experiências positivas de outras universidades;
- ▶ Sistematizar as ofertas de ensino superior oferecidas no Rio Negro;
- ▶ Facilitar o intercâmbio dos pesquisadores parceiros nas escolas indígenas;
- ▶ Continuar conversas no CNPq, CNE (Conselho Nacional de Educação), Secad/MEC (Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/MEC) sobre a regulamentação de processo (programas) de formação autônomo, específico;
- ▶ Informativo do seminário, traduzido para as três línguas co-oficiais de São Gabriel da Cachoeira;
- ▶ Criar a comissão de referência para continuar debatendo as questões;
- ▶ Fazer oficinas para descrever os processos de pesquisas interculturais das escolas indígenas;
- ▶ Colaboração de profissionais que conheçam a legislação sobre criação de uma universidade.

## Melhores momentos

- ▶ Seminário de “Arrancada” do processo de consulta sobre formação superior indígena no Rio Negro ;
- ▶ Participação na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, marco na história da política indigenista brasileira.

# Manaus – Rede Rio Negro

## O que é

Trata-se do conjunto de ações que visam à construção de uma rede de interlocução de atores que desenvolvem suas atividades na Bacia do Rio Negro. Pretende-se com a Rede Rio Negro abrir um espaço de referência para o diálogo e a elaboração de propostas para a gestão compartilhada do território da bacia rumo ao desenvolvimento racional e socioambientalmente sustentável da região. A construção da Rede passa pelo mapeamento das iniciativas, conflitos e atores da região, pela caracterização socioambiental da bacia, pela elaboração e realização de encontros estratégicos e pelo desenvolvimento de ações compartilhadas que resultem na melhoria da qualidade de vida e a conservação na bacia.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ▶ Financiador

RFN Fundação Rainforest da Noruega

### ▶ Parcerias

Fundação Gaia da Colômbia; Organizações não-governamentais atuantes no Amazonas e em Roraima; Prefeitura Municipal de Manaus; Técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Wataniba da Venezuela.

## Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Marina Antongiovanni da Fonseca; Renata Alves.

*Colaboradores:* Adriana Ramos (jornalista, PPDS); Carlos Eduardo Marinelli (biólogo, assessor do PMAP); Rogério Duarte do Pateo (antropólogo, assessor do PMAP); Sílvia Futada (bióloga, assessora do PMAP); Vera Feitosa (editora de arte, produção gráfica).

## O que foi feito

- ▶ Incremento no mapeamento de iniciativas, conflitos, ameaças e questões que merecem atenção em andamento na Bacia do Rio Negro para a elaboração da segunda versão do mapa socioambiental da bacia;
- ▶ Envolvimento direto de cerca de 60 pessoas pertencentes a mais de 30 lugares e/ou instituições distintas nos trabalhos de mapeamento socioambiental da bacia;
- ▶ Elaboração do site experimental da Rede Rio Negro para divulgação de informações socioambientais da bacia;
- ▶ Consolidação da parceria entre a Rede Rio Negro, Cedam (Centro de Estudos em Direito Ambiental) e as associações e comunidades do Baixo Rio Branco e Rio Jauaperi;
- ▶ Incremento na base de dados demográficos e de infraestrutura das comunidades da bacia;
- ▶ Parceria da Rede Rio Negro na realização do II Seminário Sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- ▶ Realização do Seminário “Bases, Potencialidades e Riscos para o Turismo Sustentável na Bacia do Rio Negro”;

- ▶ Elaboração do II Boletim Rio Negro Socioambiental com impressão prevista para 2010;
- ▶ Realização de estudos de avaliação da atividade de pesca esportiva como alternativa econômica para a bacia;
- ▶ Comitativa do Rio Negro participa da IV Reunião da Canoa Grande, de 25 a 28 de agosto em Leticia, na Colômbia. A mineração é eleita como tema da vez no contexto transfronteiriço.

## Perspectivas

- ▶ Avançar na caracterização socioambiental da bacia;
- ▶ Aprimorar o mapa socioambiental da bacia;
- ▶ Fortalecer a participação do setor privado nas conversas em Rede;
- ▶ Promover discussões setoriais sobre os temas mais relevantes da bacia na atualidade;
- ▶ Elaborar um estudo sobre economia da Bacia do Rio Negro;
- ▶ Consolidação do banco de dados georreferenciado para o compartilhamento das informações da Bacia do Rio Negro;
- ▶ Geração de informações demográficas para algumas áreas da bacia.
- ▶ Atualizar o documento base sobre a Bacia do Rio Negro

## Melhores momentos

- ▶ Realização do seminário “Bases, Potencialidades e Riscos para o Turismo Sustentável na Bacia do Rio Negro”;
- ▶ Envolvimento de lideranças comunitárias do Baixo Rio Negro na Rede.

# Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

## O que é

Linha de ação que articula pesquisas, levantamento de dados e suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro tendo por objetivo principal apoiar o ordenamento territorial na região, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Atualmente essa atuação se dá em seis frentes: 1) Fortalecimento Institucional: Assessoria antropológica e administrativa às associações indígenas locais: Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Acimrn (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Acirp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto) Aifp (Associação Indígena de Floresta e Padauri) contribuindo na elaboração de projetos e na organização de eventos e oficinas; 2) Ordenamento Territorial: Assessoria Antropológica à Foirn e às associações de base para mobilização dos atores sociais a fim de realizarem um planejamento articulado do ordenamento territorial na região, com ênfase na demarcação de Terras Indígenas e construção de um mosaico de Áreas Protegidas (APs); 3) Pesquisa participativa, realizada entre Acimrn, ISA, Iphan e Pacta, sobre a agrobiodiversidade e conhecimentos associados nas comunidades e núcleo urbano de Santa Isabel com fins de subsidiar o processo de registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Imaterial. 4) Levantamento Participativo Socioambiental em Barcelos: Levantamento a partir de entrevistas domiciliares e mapeamento em grupo das áreas de uso e ocupação tradicional, das áreas ricas em recursos (principalmente fibras vegetais e recursos hídricos) e das regiões foco de interesses múltiplos, entre moradores das comunidades, pescadores comerciais e empresas de turismo. Ademais, as entrevistas domiciliares funcionam também como um cadastro dos grupos familiares que alimentarão o banco de dados do PRN/ISA e da Asiba; 5) Elaboração de Termos de Conduta e Acordos para uso e acesso dos recursos, tendo em vistas os conflitos decorrentes de interesses divergentes entre moradores e empreendedores da pesca comercial e do turismo de pesca e da falta de regulamentação e ordenamento do uso dos recursos e 6) Extrativismo da Piaçaba: Levantamento e mapeamento das relações comerciais envolvendo as comunidades da região, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de alternativas de comercialização e assessoria antropológica para articulação e elaboração de projetos que favoreçam a ampliação da rede de artesanatos locais;

Essas ações pretendem contribuir com o fortalecimento das associações de base facilitando a mobilização, as discussões e a participação no ordenamento territorial, considerando o fato de que a região foi apontada como sendo de altíssima importância para a conservação da biodiversidade (ver Resultados do Seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Macapá (AP), setembro de 1999 no site do ISA - [http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index\\_html](http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index_html)), com recomendações para criação de Áreas Protegidas, sem, contudo, até o presente momento, ter consolidado qualquer tipo de estatuto fundiário.

## Equipe

Camila Sobral Barra, Carla Dias, Gustavo Tosello e Renata Alves

## Parcerias e fontes de financiamento

Acir; Acimrn; Asiba; Acirp; Aifp; Aibad; Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (Caibrn); Foirn; Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro (Comagept); Pacta (Projeto de pesquisa da agrobiodiversidade no Rio Negro/Am. e Jurúá/Ac.); IPHAN; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Gordon & Betty Moore e Horizont3000.

## O que foi feito

### ► FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Reuniões com a Acimrn e Asiba para apoio à articulação política do movimento indígena no Médio Rio Negro, acompanhamento de rotinas administrativas, planejamento de eventos e elaboração de projetos;
- Realização de uma oficina de informática com diretores e lideranças da Acimrn e Asiba;
- Elaboração e distribuição do Boletim Rio Negro Socioambiental acerca do I Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro para os órgãos do poder público local em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, associações e cooperativas e parceiros e instituições governamentais e não-governamentais em Manaus e Brasília;
- Assessoria para realização da Assembleia Geral da Acimrn em Santa Isabel do Rio Negro;
- Assessoria antropológica para a realização do planejamento de atividades da Foirn;
- Assessoria antropológica à reunião do Conselho Diretor da Foirn;
- Assessoria e coordenação de recadastramento de associados da Asiba nas comunidades indígenas de Barcelos e na sede municipal, em parceria com os pesquisadores indígenas do Levantamento Participativo Socioambiental;
- Realização de oficina com diretoria da Asiba, em Barcelos, sobre gestão de projetos e administração geral da associação;
- Assessoria à Acimrn, Asiba e Foirn para implementação dos Pontos de Cultura, no âmbito do projeto com o Minc, em parceria entre ISA, Foirn e Rede dos Povos da Floresta.

### ► ORDENAMENTO TERRITORIAL

- Aprofundamento de pesquisa etnográfica como base para o entendimento das relações sociais locais, pontos de pressão e ameaças, unidades de recursos e possibilidades de elaboração de um programa de gestão territorial, com vista à demarcação de Terra Indígena (exercícios cartográficos realizados com representantes das comunidades)
- Assessoria para Acimrn, Asiba e Foirn na realização de diversos encontros e viagens de lideranças indígenas de Santa Isabel e Barcelos para interlocução com a Funai, presidência e DAF (Diretoria de Assuntos Fundiários) para discussão do processo de demarcação das Terras Indígenas (TIs) da região (disponibilização de recursos, base cartográfica e orientação técnica) e com SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Amazonas); ARPA e DAP/MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ICMBio para sensibilização e construção de agenda colaborativa para

elaboração de uma proposta para o Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;

- Assessoria para discussão do processo de demarcação das TIs Cué-Cué / Marabitanas - articulação entre Foirn e Funai;
- Articulação e participação na Mobilização Geral dos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro em Barcelos, *vide NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2921>*;
- Articulação com Rede Rio Negro para organização do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- Realização do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro (em Barcelos) em parceria com Foirn e Rede Rio Negro (IPÊ, WWF e FVA), com a presença de aproximadamente 150 pessoas entre lideranças e representantes de comunidades de Santa Isabel e Barcelos, representantes do poder público municipal de Barcelos, DAF e CGID/Funai, DAP, Arpa e ICMBio/MMA, Incra/AM., SDS/AM., TRNCI e Aquabio, *ver NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3006>*.

#### ► SISTEMA AGRÍCOLA DO RIO NEGRO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

- Continuação da orientação de pesquisadores indígenas ligados à diretoria da Acimrn para a realização do projeto de pesquisa no município de Santa Isabel: comunidades e perímetro urbano;
- Articulação entre os membros da Acimrn, pesquisadores indígenas do sistema agrícola, equipe de pesquisadores do Pacta (Projeto de pesquisa sobre a agrobiodiversidade e conhecimentos associados) e Iphan por meio de reuniões e visitas em Brasília e Santa Isabel;
- Assessoria à Acimrn e pesquisadores do Pacta para a realização de duas oficinas de trocas de saberes: a) Sistema Alimentar, um patrimônio invisível e b) Patrimônio imaterial e bens culturais, ministradas por Esther Katz e Lucia van Velthen, respectivamente;
- Organização e participação de reuniões para apresentação do projeto de registro e articulação política entre Acimrn e demais representações indígenas do Rio Negro, tais como Foirn, Acir e Asiba. Tendo em vista o caráter compartilhado dos conhecimentos associados ao sistema agrícola do rio Negro e possível programa de salvaguarda que deve abranger boa parte do rio Negro e não apenas Santa Isabel, onde fica a sede da Acimrn, organização indígena que protagonizou o pedido de reconhecimento ao Iphan;
- Organização e participação do Seminário sobre Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Imaterial, ocorrido na Maloca da Foirn, em maio de 2009, com a participação de representantes de associações do alto rio Negro, diretores da Foirn, Acimrn, Asiba, prefeitura de São Gabriel, Sepror /AM, Idam, pesquisadores do Pacta e Iphan;
- Assessoria e participação do Seminário sistemas agrícolas locais como patrimônio cultural, realizado em novembro, em Brasília e promovido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação - IRD, no âmbito do Ano da França no Brasil, *conforme publicado na NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3010>*;
- Assessoria à Acimrn para início da exposição itinerante de fotos, fruto deste projeto de pesquisa, em Santa Isabel: sede do município e comunidades do entorno;
- Elaboração de relatório final para projeto com o Iphan, incluindo a produção preliminar de um vídeo, curta, de 12 minutos.

#### ► LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO SOCIOAMBIENTAL EM BARCELOS

- Elaboração e coordenação em parceria com pesquisadores indígenas da Asiba a fim de melhorar a caracterização do perfil da população de cada comunidade, situação sócio-econômica das mesmas, os tipos de conflitos por acesso aos recursos naturais existentes nas sub-regiões e atualização do cadastro familiar indígena de associados da Asiba, *conforme publicado em NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2863>*;
- Contratação de consultor para desenvolvimento de Banco de Dados que gere relatórios e cruzamento de dados possibilitando análises qualitativas;
- Etnografia e mapeamento detalhado do modo de uso dos recursos pesqueiros e extrativistas para subsidiar uma radiografia ampla das redes de relações de troca e comércio, reconhecimento das áreas de conflito e invasão por acesso aos recursos.

#### ► TERMOS DE CONDUTA E ACORDOS PARA USO E ACESSO AOS RECURSOS

- Realização de oficinas com os moradores das comunidades para primeira fase de elaboração de documentos propositivos com regras, condutas e compensações por impactos socioambientais a serem acordados com empreendedores de pesca comercial e turismo de pesca esportiva nas áreas dos rios Preto e Padauri e Aracá e Demeni;
- Mapeamento cartográfico, com representantes das comunidades dos rios Preto e Padauri, Aracá e Demeni, das áreas: de uso e ocupação tradicional; ricas em recursos e usadas pelas agências de turismo e embarcações de pesca comercial (geleiros);
- Contratação e orientação de dois consultores para realização de pesquisas acerca: a) perfis das agências de turismo de pesca esportiva e lugares de prioritários para atuação e b) das redes sócio-econômicas de comercialização de peixe comestível, cujas fontes de recursos localizam-se, prioritariamente, nos rios Padauri, Preto, Aracá, Demeni, Jurubaxi, Quiuíni e Caurés;
- Articulação e assessoria para realização de reuniões de lideranças indígenas com setores governamentais (SDS e Aquabio) para iniciar discussões e agenda de trabalho para elaboração de acordos e termos de conduta em áreas de uso e ocupação tradicional e consequente diminuição de conflitos por acesso aos recursos.

Ângela Moraes/Asiba



Mapeamento de áreas de uso e fontes de recurso dos rios Preto e Padauri.

## ▶ EXTRATIVISMO DA PIAÇABA

- Continuação do mapeamento participativo da localização e extensão das unidades de recursos extrativistas controladas por padrões e/ou comunidades.
- Levantamento das redes sociais de aviação e parentesco que envolvem os moradores das comunidades.
- Assessoria para elaboração de projetos voltados para o artesanato da Piaçaba e comercialização justa.
- Assessoria e articulação para realização dos encontros dos colegiados locais do Território Rio Negro da Cidadania Indígena (TRNCL), garantindo a participação da população local, e assessoria para elaboração e acompanhamento dos projetos do Proinf / MDA a serem executados pela Asiba, Acimrn e Comagept.
- Assessoria à implementação e compras de equipamentos do projeto aprovado pelo PDPI sobre valorização da agricultura e artesanato indígena com foco na ampliação da rede de artesãos associada à Asiba e alternativa ao sistema de aviação e imobilização por dívidas
- Articulação junto à equipe do Programa de Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade / MMA para os estudos da cadeia produtiva da piaçaba e intercâmbios com iniciativas em curso no sul da Bahia
- Articulação junto a Conab para estreitar parceria dela com a Asiba tendo em vistas a viabilização de pagamento de subsídio para a piaçaba, no âmbito do Programa de Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade do MMA.

## Indicadores

- ▶ Projetos elaborados pelas associações Acimrn e Asiba aprovados;
- ▶ Fortalecimento político e aumento da credibilidade local das associações Acimrn e Asiba via primeiras fases de implementação dos Pontos de Cultura;
- ▶ Novo GT de identificação de TI criado com participação das lideranças indígenas e coordenação de antropólogo indicado pelo movimento indígena;
- ▶ Editoração, publicação e ampla divulgação do Boletim Rio Negro Socioambiental, número 01;
- ▶ Boa repercussão, em nível regional e no âmbito do próprio Iphan, do projeto de reconhecimento do sistema agrícola do rio Negro como patrimônio imaterial;
- ▶ Levantamento preliminar de expectativas em relação ao programa de salvaguarda do sistema agrícola do rio Negro;
- ▶ Atualização e incremento da base de dados georreferenciada do PRN/ISA, principalmente para a região de Barcelos;
- ▶ Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos e recadastramento de associados da Asiba (em andamento);
- ▶ Numerosa presença de representantes das comunidades e de setores do governo estadual e federal no II Seminário de Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- ▶ Mapeamento preliminar das interseções de propostas positivas para o Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- ▶ Mapa detalhado e atualizado das áreas de uso, fontes de recurso e conflitos das comunidades dos rios: Negro, Uneuixi, Jurubaxi, Preto, Padauri, Caurés, Quiuini, Aracá e Demeni;
- ▶ Início de articulação entre Programa Aquabio, SDS/Am e Associações indígenas de base para os processos de formulação de termos de conduta e acordos de uso;

## Avaliação

As pesquisas, os levantamentos de dados (cadastros, mapeamentos e entrevistas) e o suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro são diagnósticos importantes e fatores decisivos, tendo em vista o ordenamento territorial como principal objetivo desta linha de ação. A população indígena desses municípios, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, apresenta um potencial interessante no que concerne à capacidade de articulação e organização, incluindo mulheres e jovens no movimento indígena. Entretanto, o movimento indígena na região encontra sérias dificuldades de atuação devido à grande desvalorização do conhecimento tradicional e das identidades indígenas ocasionadas pelo histórico de contato com a sociedade não-indígena e perpetuadas, em grande medida, pelo poder público local e pela própria sociedade civil.

Neste sentido, nossa forma de agir – nos levantamentos, mapeamentos e assessoria em articulações – busca sempre valorizar o conhecimento local e as trajetórias de vida, fórmula que nos parece dar expressivos resultados no que tange ao aumento de credibilidade local da Asiba e Acimrn e melhora da auto estima das pessoas envolvidas nos processos de pesquisa sobre o Sistema Agrícola do rio Negro, bem como no Levantamento Socioambiental em Barcelos.

Afora a importância da valorização do sistema agrícola para conservação de patrimônio biocultural, conservação ambiental e segurança alimentar, vale ressaltar, que este processo de pesquisa participativa, visitas às comunidades e articulação em torno do tema do registro do sistema agrícola fortaleceu a Acimrn no âmbito do próprio movimento indígena e em Santa Isabel, onde ela tem se legitimado, cada vez mais, como instituição da sociedade civil. O mesmo pode-se dizer para os pesquisadores indígenas de Santa Isabel, que tiveram suas trajetórias de vida positivamente alteradas com o envolvimento no projeto, aumentando auto-estima e engajamento na sociedade local.

Certamente, estes processos e seus desdobramentos de médio prazo serão complementares a outro grande e importante projeto que ISA, Foirn e associações de base vêm executando. Trata-se de promover um ambiente participativo para a elaboração de um Plano/Mapa de ordenamento territorial, incluindo os territórios indígenas a serem reconhecidos oficialmente,<sup>1</sup> na região de Santa Isabel e Barcelos, onde boa parte do território não tem estatuto de terras e destinação de uso de recursos. São aproximadamente nove milhões de hectares, considerados como de alta diversidade socioambiental, e até o presente momento sem providências concretas de criação de Áreas Protegidas.

Os dois Grupos Técnicos (GTs) de identificação de TIs criados pela Funai, (Portarias: no12, 12 de janeiro de 2007 e no476, de 29 de maio de 2007) foram, ambos, considerados inconclusivos e arquivados por inadequações técnicas e insuficiências teóricas. A Funai cumpriu então com o compromisso assumido com as lideranças indígenas e criou o novo GT de Identificação para Barcelos (Portaria no. 1.309 de 30 de Outubro de 2009) e garantiu que o novo GT para Santa Isabel do Rio Negro será publicado no início de 2010. Desta maneira, é indispensável a continuidade do acompanhamento regular do ISA e da Foirn nas ações de apoio às associações indígenas locais e no trabalho de articulação com as comunidades que elas

<sup>1</sup> Desde 1998 o movimento indígena do médio rio Negro reivindica o reconhecimento de seus territórios de uso e ocupação tradicional. O governo federal por meio da implementação de um programa de saúde especial indígena, da Funasa, reconheceu, em 2004, que a população é indígena. Entretanto, apenas em 2007 a Funai criou Grupos de Identificação para identificação de Terras Indígenas na região de Santa Isabel e Barcelos e até o presente momento tais processos não foram concluídos.

representam, na elaboração de documentos de reivindicação e na animação de uma rede de lideranças e instituições que podem influenciar positivamente o processo, para evitar que a demora e um primeiro resultado negativo desmobilizem a população. Nesse sentido, mantemos a interlocução permanente com os responsáveis pelos processos de demarcação da Funai para contribuir com a aceleração, produção de informação de qualidade e conclusão dos processos. Concomitantemente, investimos na articulação interinstitucional com SDS, MMA, ICMBio, Incra, Iteam e outros programas estaduais e federais, cujas iniciativas são afins, para estimular e garantir a elaboração de uma proposta participativa de Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro. Processo que culminou na realização do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro, organizado com o apoio da Rede Rio Negro (RRN).

O evento teve repercussão local maior que a esperada. A Cooperativa de Piaçabeiros do Alto e Médio Rio Negro (Copiaçamarin) e Colônia de Pescadores local, com o apoio de vereadores da Câmara Municipal de Barcelos, agitaram a cidade com protestos contra a demarcação de Terras Indígenas e criação de Unidades de Conservação. Os manifestantes, ora agressivos, e sempre em grande número deram um tom tenso ao seminário e prejudicaram o desenvolvimento das apresentações e, especialmente, dos trabalhos em grupos, nos quais propúnhamos um exercício cartográfico que exigia um número limitado de participantes, representando as organizações e comunidades. Apesar disso, o II Seminário foi bastante importante e positivo para o decorrer do processo de ordenamento territorial. Os protestos, bem como os dados dos exercícios cartográficos (em processo de sistematização e edição final para divulgação), revelaram divergências de interesses entre os atores sociais envolvidos e intersecções positivas e negativas de agendas, próprias de um debate democrático. Debate este que deve continuar, com o apoio da RRN, na tentativa de articular iniciativas e planejar o ordenamento territorial do médio rio Negro sem sobreposições.



Mobilização Geral dos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro.

- Apoio às organizações indígenas para articulação interinstitucional para elaboração de uma proposta participativa de Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- Apoio para o fortalecimento institucional e político das novas associações indígenas de base que se iniciam nos afluentes do Rio Negro: Preto (Acirp), Padauiri (Aifp) e Aracá (Aibad);
- Apoio à Acimrn para a organização dos cadastros de associados indígenas e à Asiba para realização de recadastramento dos associados e levantamento socioambiental;
- Apoio à Asiba, Acimrn e Comagept para implementação dos projetos aprovados pelo Território da Cidadania;
- Apoio à Asiba para implementação do projeto aprovado pelo PDPI;
- Apoio à Acimrn, juntamente com pesquisadores do Projeto Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (Pacta) - IRD/Unicamp, para articulação regional e formulação de um dossiê da proposta protagonizada pela própria Acimrn para registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como patrimônio imaterial brasileiro, por meio de um projeto aprovado pelo Iphan.

## Perspectivas

### ▶ Produtos

- Recadastramento das famílias indígenas e Levantamento Socioambiental das comunidades de Barcelos;
- Aprovação de projetos para fortalecimento institucional das associações indígenas;
- Mini Mapa-livro para a região do Rio Preto, Rio Padauiri, Rio Aracá e Rio Dementi;
- Dossiê Sistema Agrícola do Rio Negro: um patrimônio invisível;
- Oficina de Artesanato nas comunidades do Rio Preto e Padauiri para ampliação da rede de artesãos;
- Boletim Rio Negro Socioambiental, número 03, com resultados do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;

### ▶ Assessoria

- Apoio às organizações indígenas locais para elaboração e gestão de projetos institucionais;
- Apoio às organizações indígenas para a participação no processo de criação das TIs;
- Apoio às comunidades e associações indígenas para a formulação de acordos de uso de recursos e conflitos potencializados pelo processo de criação das TIs;

## Melhores momentos

- ▶ Realização do Levantamento Participativo Socioambiental nas comunidades de Barcelos.
- ▶ Oficinas de mapeamento de áreas de uso e de conflito e elaboração preliminar de Termos de Conduta.
- ▶ Mobilização Geral dos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro.
- ▶ II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro;
- ▶ Comemoração dos 10 anos da Asiba;
- ▶ Participação da Acimrn no Seminário do PACTA: Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados e realização de Exposição itinerante de fotos da pesquisa no município de Santa Isabel do Rio Negro;

# São Gabriel da Cachoeira - Espaço Público

## O que é

O Espaço Público foi criado pelo ISA para fomentar o intercâmbio cultural entre os 22 povos indígenas do Alto Rio Negro e a sociedade brasileira, em ambiente de respeito aos direitos coletivos e difusos dos povos, conforme estabelece a Constituição Federal, para valorização do conhecimento tradicional e do conhecimento científico interdisciplinar disposto ao diálogo intercultural. Possui três ambientes em funcionamento:

- Telecentro comunitário, chamado de Telecentro Socioambiental, onde qualquer pessoa tem acesso gratuito à internet, composto por sete estações com plataforma Ubuntu (Linux). O Telecentro é fruto de uma parceria do ISA com o Ministério das Comunicações, por meio do Programa Gesac-Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão, que disponibiliza conectividade via satélite para iniciativas de inclusão digital desde 2004.

- Biblioteca com títulos que abrangem temáticas socioambientais, povos indígenas, educação e literatura estrangeira e brasileira. A biblioteca é de acesso público, aberta em horários definidos de funcionamento.

- Salão/auditório destinado a eventos culturais, projeções audiovisuais, palestras, oficinas e seminários. Desde março de 2008, o Espaço Público está projetando filmes para a comunidade, por meio da parceria ISA e Secretaria do Audiovisual nos projetos Cine Mais Cultura.

- Vendas e doações também são realizadas no Espaço Público, assim como o controle de estoque de publicações, entrada e saída de acervo.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ► Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000.

### ► Parcerias

Brasil Arquitetura; GAD Engenharia; Promon Engenharia; Reka Iluminação; Tok&Stok.

## Equipe

Andreza Andrade; Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Elizabete Moraes; Francimar Lizardo (Sucy); Joás Rodrigues da Silva (Mocotó).

Colaboradores: André Lino Romero (Coripaco); Roseli Nakagawa; Sérgio Villaça (Sound Design).

## O que foi feito

### ► TELECENTRO

Em 2009 o número de novos usuários cadastrados foi de 159 pessoas sendo 81 do sexo feminino e 78 do sexo masculino. A média anual de acesso variou entre 300 e 400 acessos por mês entre os usuários já cadastrados e os novos.

Continuamos com o mesmo perfil de usuários: com faixa etária entre 12 e 25 anos, estudantes sua grande maioria. As razões que os levam ao telecentro são pesquisas escolares, leitura e envio de e-mail, sites de relacionamento, entretenimento e notícias. As restrições de acesso continuam como: proibição do acesso a sites pornográficos, a sites de jogos, bate-papo ou sites que incitem a violência ou crimes. Curiosamente as mulheres foram as que mais usaram o telecentro em 2009.

Recebemos como estagiária por 15 dias no mês de outubro, a estudante do ensino médio da Escola Indígena Tuyuka Utapinozona, Dulce Barreto Pimentel da etnia tuyuka.

### - Balanço geral de usuários do telecentro:

- Desde 2006 foram 8.103 acessos, 1.398 pessoas cadastradas, sendo 656 do sexo feminino e 713 do sexo masculino.

- 2006 a 2009 por etnia: 330 baré, 74 baniwa, 150 tukano, 44 tariano, 32 piratapuaia, 31 desano, 15 wanano, 6 arapaso, 1 tikuna, 1 aripunã, kubo, 2 yanomami, 1 barasana.

Em novembro de 2009, o Programa Rio Negro adquiriu 4 computadores novos e mais um monitor para *upgrade* no telecentro.

Consideramos como ação do Telecentro Socioambiental a realização de uma oficina de Inclusão Digital realizada em fevereiro para as associações indígenas de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. E oficina de informática básica durante o mês de julho para a Escola Municipal Indígena de Yawawira.

### ► BIBLIOTECA

A biblioteca da subsele do ISA São Gabriel da Cachoeira, continua sendo referência na região para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, principalmente em relação aos temas povos indígenas do Rio Negro e do Brasil e meio ambiente.

A biblioteca faz empréstimos de livros ao público externo, porque ainda não existe um banco de dados digitalizado e um programa de gerenciamento. Mesmo assim, quando o empréstimo é solicitado por meio de ofício, no caso de instituições parceiras, pesquisadores associados, associações indígenas e pessoas conhecidas os livros saem do acervo.

Continuamos recebendo doações pontuais de publicações de editoras, pesquisadores, estudantes, universidades e etc.

### ► CINEMA NO ISA

Em 2009 continuamos com nossas sessões de cinema aos sábados. Agora elaboramos relatórios minuciosos de exibições e enviamos para a monitoria dos Cine Mais Cultura. Esta equipe de monitoria agora está renovada, muito mais presente junto aos cine. Vale ressaltar que mais uma vez o Ministério da Cultura mudou a nomenclatura dos cinemas., Primeiro se chamavam "pontos de difusão audiovisuais", depois "pontos de exibição audiovisuais" e agora, Cine Mais Cultura.

O ISA exibiu programas da Programadora Brasil em janeiro (12 programas) e em novembro (20). O gênero variou entre filmes infantis, históricos, documentários, animações, comédias, dramas, suspense etc. Todos são produções nacionais e estão devidamente cadastrados no acervo do ISA São Gabriel da Cachoeira. Também adquirimos 40 títulos da Cinemateca Veja – filmes que marcaram época ou fizeram grande sucesso na atualidade.

Em relação ao número de espectadores, em 2009 tivemos 564 ao longo do ano. Sendo o mês de agosto com maior baixa (15) e o mês de outubro com maior alta (136) devido uma programação mensal dedicada às crianças. Isso comprova que o maior público continua sendo o infanto-juvenil.

A programação das exibições é feita mensalmente e é anunciada na cidade por meio de cartazes que elaborados pelo ISA e também por meio de anúncios de rádios nas duas rádios da cidade: Municipal AM e A Crítica, que veiculam os anúncios gratuitamente.

As principais dificuldades estão na falta de novidades no acervo para atrair principalmente o público infantil e recursos para manter o cinema, o acervo, a propaganda e o pessoal responsável para se dedicar especificamente a esta atividade

#### ▶ **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

- Registro de eventos que envolvem a participação do ISA e parceiros;
- Prefeito de São Gabriel da Cachoeira dá posse aos conselheiros do Plano Diretor Municipal (04/03/2009)
- Escola Tuyuka forma primeira turma do ensino médio (12/08/2009)

#### ▶ **PLANO DIRETOR DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

- Posse do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial. Acompanhamento e articulação para que o prefeito Pedro Garcia oficializasse a composição do CMDT por meio de decreto;
- Posse da diretoria executiva do CMDT: Salomão Moreira de Aquino (Conde), representante da Associação Comercial de Micro Pequenos e Médios Empresários de São Gabriel (presidente); Miguel Maia, à época secretário de Meio Ambiente e Turismo (vice-presidente) saiu dois meses depois; e Andreza Andrade jornalista do ISA (secretária executiva).
- Elaboração do Regimento Interno do CMDT de maio a agosto. Aprovação do regimento em outubro;
- Reuniões regulares para reunir os conselheiros-membro do CMDT para formulação de agenda de atuação em 2009;
- Tentativa frustrada de articular apoio financeiro junto à prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, para realizar a Pactuação dos Temas Prioritários para as Regiões Administrativas, como parte do processo de elaboração dos Planos Diretores Regionais;
- Realização da Pactuação dos Temas Prioritários para as Regiões Administrativas, em dezembro, porém com apoio financeiro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Horizont3000.
- Ainda em relação às políticas públicas do município que envolvem o Plano Diretor, o ISA participou efetivamente da Comissão de Estudos Impactos de Resíduos Sólidos que visava, junto com o poder público, apontar soluções para o lixo na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

#### ▶ **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**

- Participação em diversas reuniões e eventos organizados pelo Território Rio Negro da Cidadania Indígena, Conselho Municipal de Educação, Plano Estratégico Funai-Foim-ISA;
- Participação na implementação dos Pontos de Cultura Indígena na região do Rio Negro junto com a Associação Cultura e Meio Ambiente-Acma, Foim e ISA. Essa iniciativa está sendo financiada pela Funai e pelo Minc;
- Participação em Brasília na reunião que definiu o grupo de instituições chamadas de "cabeças-de-rede" para formulação de instalações de novos telecentros para a região do Rio Negro.

## Indicadores

- Capacidade de interlocução com diversos públicos;
- Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro;
- Espaço Público estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual;
- Desde 2006 foram 8103 acessos, 1398 pessoas cadastradas, sendo 656 do sexo feminino e 713 do sexo masculino;
- Banco de dados contendo o perfil dos usuários do Telecentro e Biblioteca Socioambiental;
- Aumento de freqüentadores da Biblioteca;

- Implementação de uma programação fixa de cinema aberta à comunidade;

## Avaliação

#### ▶ **TELECENTRO**

- Continuamos com problemas nas estações do telecentro devido à variação de energia elétrica resultante da má distribuição de energia da Central de Energia do Amazonas (Ceam).
- O jornal mural do telecentro precisa ser melhor explorado;
- Acreditamos que o *up-grade* do telecentro a partir das aquisições de novas máquinas, tenha melhorado ainda mais os serviços que oferecemos para a comunidade;
- Em 2009, o ISA quase não recebeu estagiários e avalia que é preciso melhorar esta política dentro do Espaço Público.

#### ▶ **BIBLIOTECA**

- Ainda não temos uma forma de cadastro dos visitantes da biblioteca. Sendo assim, não temos como mensurar a quantidade de acessos e o nível de interesses dos nossos visitantes. Precisamos implementar esse cadastro em 2010;
- Apesar de recebermos rico material de doações de grandes editoras, a biblioteca ainda carece de publicações referentes a povos indígenas e Amazônia;
- Muitos livros do acervo sumiram e não conseguimos recuperá-los;
- Não está liberado o empréstimo de publicações para serem levadas das dependências do ISA, por não haver sistema de controle de entrada e saída de livros. Portanto, as consultas continuam sendo somente locais.

#### ▶ **CINEMA NO ISA**

- A falta de acervo é nosso maior problema atualmente. O cinema no ISA não tem projeto que financie suas ações e isso dificulta não só a aquisição de acervo, como também, ampliar a divulgação da programação, sobretudo via carro de som (que é pago) e ampliação das ações do cinema por falta de mais uma pessoa para apoiar as projeções;
- O espaço não é climatizado, deixando os espectadores desconfortáveis em virtude do calor que faz em São Gabriel na maior parte do ano;
- Temos sido procurados por escolas da cidade para fazermos projeções especiais durante o dia para turmas de alunos. Isso poderia ser feito se a infraestrutura permitisse. Por exemplo: não tem como escurecer a sala de projeção durante o dia, mesmo fechando todas as portas. E mesmo que se consiga isso em um futuro próximo, se não houver climatização, fica difícil a exibição, pois o espaço ficaria muito quente e abafado;
- Para fazer uma divulgação mais efetiva, precisaríamos de mais recursos. Por exemplo, precisamos fazer cartazes para as projeções, entretanto não temos computador potente instalar programas de diagramação. Necessitaríamos de impressora A3, cartuchos de tinta colorida, e papel A3;
- Não conseguimos realizar a oficina de cineclubismo prevista para o início de 2009, porque o Tela Brasilis (organização responsável) não conseguiu agenda para estar em São Gabriel quando combinado.

## Perspectivas

#### ▶ **CINEMA NO ISA**

- Transformar a sala de cinema do ISA – SGC num cineclube, a partir de 2010;
- Adquirir mais acervos audiovisuais para o Cinema no ISA via Programadora Brasil, Conselho Nacional de Cineclubistas (CNC) e outros em 2010;



- Transformar o Cinema no ISA em ponto de exibição das produções audiovisuais realizadas pelo Pontão de Cultura da Foirn nos próximos anos;
- Continuar apoiando o movimento de cinema entre jovens indígenas da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

#### ▶ BIBLIOTECA

- Implementar cadastro de usuários da biblioteca.

#### ▶ TELECENTRO

- Manter estágios voluntários em 2010;
- Continuar realizando oficinas de Informática Básica e Inclusão Digital na região do Rio Negro;
- Continuar o funcionamento do telecentro socioambiental.

#### ▶ OUTROS

- Continuar apoiando o processo de implementação do Plano Diretor / e elaboração dos Planos Diretores Regionais em 2010;
- Continuar acompanhando as reuniões do Colegiado do Territórios da Cidadania Indígena;
- Continuar apoiar o Plano Estratégico Funai, Foirn e ISA. E agora apoiar o processo de reestruturação da Funai, a partir das demandas do movimento indígena do rio Negro;
- Continuar nos movimentos urbanos quando a temática é solução para resíduos sólidos (lixo).

## Melhores momentos

- ▶ Posse dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial;
- ▶ Realização do evento da Pactuação dos Temas Prioritários, processo de elaboração;
- ▶ Assinatura do termo de cooperação para desenvolvimento do Plano Estratégico Funai Foirn e ISA;
- ▶ Visita de Alex Atala e Pascal Barbot para conhecer a rica agrobiodiversidade do Rio Negro;
- ▶ Participação efetiva do ISA em todas as reuniões efetuadas pela prefeitura municipal, quando a temática envolvia Plano Diretor.



Andreza Andrade/ISA

Alex Atala (Restaurante D.O.M), ao centro, e o chef francês Pascal Barbot (três estrelas do guia Michelin) visitaram São Gabriel da Cachoeira para conhecer os ingredientes da culinária local, retirados da rica agrobiodiversidade do Rio Negro.

# Subsede São Gabriel da Cachoeira

## O que é

A subsede em São Gabriel da Cachoeira (SGC), atua na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do Programa Rio Negro. Em SGC, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas de suporte a equipes em atividades de campo, que atuam nas quatro calhas de rios: Tiquié, Uaupés, Içana e Rio Negro. Executa a manutenção de instalações e equipamentos, realiza representação institucional em eventos na cidade, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados, assessora as associações indígenas parceiras e à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Possui uma infraestrutura composta por três casas, uma delas onde está implantado o espaço público, salão audiovisual, biblioteca e disponibiliza de seis apartamentos para hospedar integrantes da equipe e eventuais convidados e colaboradores. As outras instalações são ocupadas pelo escritório administrativo e seus anexos como sala de trabalho da equipe, sala de vídeo e um apartamento. Outra, uma garagem para barcos e motores e um almoxarifado. A casa de hóspedes foi desativada e demolida em 2009 e no segundo semestre o ISA comprou a casa ao lado para servir como espaço residencial.

## Parcerias e fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000; RFN Fundação Rainforest da Noruega.

## Equipe local

Andreza Andrade; Elizabete Moraes; Francimar Lizardo dos Santos; Joás Rodrigues da Silva; Margarida Murilo Costa.

## O que foi feito

- ▶ Trabalho de pesquisa junto com os wanano no período de 7 a 15 de janeiro, com a Kristine Stenzel;
- ▶ Reunião de planejamento estratégico da Foirn, entre os dias 26 a 30 de janeiro, com a participação do Luciano Padrão e Beto Ricardo;
- ▶ Empréstimo de dois motores 40 HP para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), para apoio emergencial a saúde indígena no Alto Rio Negro e afluentes;
- ▶ Apoio logístico ao encontro de conhecimentos tradicionais, realizado em SGC;
- ▶ Realização da Oficina de Sistematização Agrícola do Rio Negro, na Maloca da Foirn, com a participação de Manuela Carneiro da Cunha e Laure Emperaire;
- ▶ Oficinas pedagógicas do Médio Uaupés;
- ▶ Capacitação de projetos das associações indígenas contempladas pelos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI);
- ▶ Reunião de ordenamento territorial em Barcelos, no Baixo Rio Negro;
- ▶ Seminário de arrancada do Projeto de Formação Superior Indígena;
- ▶ Oficina pedagógica com os Waikanã do Papuri;
- ▶ Oficina de práticas digitais para Pontos de Cultura Indígena parceria ACMA/Rede Povos da Floresta, Foirn e ISA;

- ▶ Encontro Canoita no Alto Tiquié com a participação das comunidades indígenas do Brasil e Colômbia;
- ▶ Oficina Introdutória de Informática, para a comunidade baniwa de Itacoatiara Mirim;
- ▶ Oficina de Arquitetura na Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC), com o arquiteto Almir de Oliveira;
- ▶ Oficina de áudio e vídeo na Escola Wanano, Alto Rio Uaupés, com Marcos Wesley de Oliveira;
- ▶ Oficina de linguagem e temática cinematográfica com a comunidade Itacoatiara Mirim;
- ▶ Viagem a EIBC da equipe de projeto de Energia Alternativa em parceria com a Ajuda da Igreja da Noruega;
- ▶ Oficina de edição gráfica na Escola Tuyuka, com Renata Alves;
- ▶ Apoio logístico às equipes de campo, preparação de viagem e envio de materiais para atender as demandas das atividades em área;
- ▶ Apoio a questões burocráticas entre ISA-SP e Foirn, como recolhimento de assinaturas, entrega de documentos, sedex e outros;
- ▶ Construção de uma palhoça no anexo do escritório e manutenção das dependências da casa de pedra e da sede;
- ▶ Reforma da Toyota Bandeirante em São Paulo;
- ▶ Aquisição de uma moto Biz de 100cc;
- ▶ Aquisição de três turbinas geradoras de energia pelo projeto de Energia Alternativa importadas do Vietnã;
- ▶ Instalação da nova central telefônica na sede ISA-SGC;

## ▶ APOIO A ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Com o objetivo de fortalecer as associações de base do Rio Negro, o ISA-SGC presta assessoria em diversas questões às organizações parceiras, filiadas à Foirn. Dentre os principais beneficiários dessas ações destacam-se:

- Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart) - Apoio para compra de materiais em Manaus e SGC, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, manutenção de equipamentos, prestação de contas junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
- Associação Escola Indígena Tuyuka (Aeitu) - Apoio na elaboração da contabilidade completa anual, na conciliação bancária, arquivamento de documentos oficiais necessários para auditoria e prestação de contas no projeto de educação e do projeto do PDPI. Também auxiliamos nas compras de materiais, pagamentos diversos e prestação de contas para a comunidade sobre a destinação dos recursos da Associação. Envio de combustível, rancho, material pedagógico;
- Associação das comunidades Indígenas do Médio Tiquié (Acimet) - Apoio na elaboração de projeto junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
- Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri (Aeity) - Apoio para compra de materiais em Manaus, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, prestação de contas junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e material pedagógico;
- Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) - Apoio no transporte de artesanatos (cestarias de arumã) e apoio logístico em traslado de materiais de viagem e ajuda na prestação de contas junto ao projeto do PDPI.

- A Foirn contou com apoio logístico, empréstimos de embarcação e uso do espaço físico do ISA, para as reuniões.

## Indicadores

- ▶ Apoio nas atividades logísticas das equipes de campo;
- ▶ Qualidade da infraestrutura para o trabalho das equipes do programa;
- ▶ Assessoria às comunidades e associações indígenas do Alto Rio Negro;
- ▶ Relação de reciprocidade com as instituições locais.

## Avaliação

O ISA e a Foirn em São Gabriel da Cachoeira são referências aos povos indígenas e diariamente recebemos demandas por apoio logístico, questões institucionais das associações de base e sempre buscamos solucionar ou encaminhar para setores competentes.

Proporcionamos condições de infraestrutura para receber nossa equipe, pesquisadores associados e colaboradores em geral. Na medida do possível, cumprimos as atividades e atendemos as solicitações e demandas das equipes que estão em área, com compra e envio de materiais, muitas vezes com urgência.

Buscamos ajudar as associações indígenas que estão executando projetos próprios, na compras de materiais, equipamentos e prestações de contas junto aos seus fornecedores.

A equipe está sempre disponível para atender e executar as demandas que diariamente surgem e buscando o aprimoramento para atender melhor a todos.

## Perspectivas

- ▶ Manutenção da parte de pintura externa e portas da subsede;
- ▶ Construir um depósito para os livros, publicações e cartilhas das escolas indígenas;
- ▶ Comprar novos motores de popa, coletes e refazer os kits de ferramentas para viagens;
- ▶ Fazer funcionar a oficina de motores;
- ▶ Planejar o uso do espaço da antiga casa de hóspedes, que foi demolida.

## Melhores momentos

- ▶ Visita dos cozinheiros Ivo Ribeiro, Mara Sales e Leonardo, do restaurante Tordesilhas de São Paulo;
- ▶ Visita de Suprabha Seshan (Gurukula Botanical Sanctuary);
- ▶ Visita de Arne Dale e Johanmes Fjell Hojem, (Energia Alternativa);
- ▶ Visita dos cozinheiros Alex Atala (São Paulo) e Pascal Barbot (Paris).

# Rio Içana

## O que é

O trabalho do Programa Rio Negro junto às comunidades Baniwa e Coripaco na bacia do Içana parte do princípio de que é necessário contribuir para que se fortaleça um ambiente virtuoso de idéias e práticas que visem reconhecer, sistematizar, debater, valorizar e intercambiar conhecimentos e formas de atuação e de organização relevantes para a segurança alimentar, para a economia, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida, e que fortaleçam a auto-estima, a governança indígena sobre seu território e as boas práticas de manejo, respeitando a diversidade socioambiental da bacia e estabelecendo o diálogo e cooperação entre os conhecimentos tradicionais e outras formas de conhecimentos com os quais seja possível interagir.

Na Bacia do Içana, o ISA tem como principais parceiros a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), a Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), que por sua vez representa outras 12 associações e, sobretudo, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC-Pamáali), que recentemente passou a coordenar uma Rede de Escolas Baniwa e Coripaco que se estende por 63 comunidades do Médio e Alto Içana, Ayari e Cuiari. As atividades desenvolvidas atingem mais diretamente uma população indígena de 6 mil pessoas em 93 comunidades, distribuídas numa área que cobre 2.747.186 ha de terras que essa bacia ocupa no lado brasileiro.

Atualmente essa atuação se dá em cinco frentes de ação:

**Apoio e Assessoria ao Fortalecimento do Ambiente Institucional na Bacia do Içana:** apoiando atividades de planejamento estratégico, de negociações com o estado e com a sociedade civil, de discussão sobre os arranjos e rumos de processos e de organizações indígenas da bacia e apoiando a captação de recursos. Essa ação concentra-se, sobretudo no apoio e cooperação institucional com EIBC-Pamáali, no apoio à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, à CABC e à Oibi.

**Manejo Ambiental:** contempla as ações de pesquisa e projetos que visam acionar um amplo conjunto de atores e de conhecimentos tradicionais indígenas e ocidentais, no sentido de traçar e implementar estratégias para diagnosticar a situação de uso, conservação e manejo de recursos, ambientes e relações importantes para viver e estar bem na bacia do Içana e no mundo.

**Atlas do Içana (Cartografia):** constitui-se de parte essencial de um processo de acúmulo e divulgação de informações-diagnóstico com vistas à apoiar a gestão territorial da bacia, baseando-se, sobretudo na produção de mapas contextualizados e na sistematização de informações em uma base georreferenciada que possa resultar num atlas cumulativo, elaborado e atualizado de forma participativa, e que promova a circulação dessas informações nas escolas, organizações e entre os diferentes atores, seja da sociedade civil organizada ou do estado, dedicados ao processo de desenvolvimento sustentável na bacia do Içana. Os seguintes interesses temáticos vêm sendo trabalhados: 1) Territorialidade e Sociodiversidade; 2) Biodiversidade e Manejo Ambiental; 3) Geografia Mítica e Histórica; 4) Economia e Organização Sócio-Política; 5) Demografia, Saúde e Educação.

**Alternativas Econômicas (Arte Baniwa), Inovação Tecnológica e Inclusão Digital:** concentra-se principalmente em facilitar o acesso ao mercado pela marca Arte Baniwa, sobretudo dedicando-se a promover a comercialização da milenar cestaria de arumã. Mais recentemente também dedica-se a apoiar a comercialização da pimenta Baniwa e busca atuar prospectando oportunidades e analisando os potenciais geradores de renda para outros produtos

da bacia, incluindo a análise de oportunidades derivadas de possíveis pagamentos por serviços socioambientais, do uso de imagem e também dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Promove e apóia a formação de jovens baniwa em gestão de negócios e empreendedorismo, e também busca promover o acesso à tecnologia apropriada para a região, concentrando as ações no desenvolvimento de um piloto com energias alternativas, na experimentação de inovações na arquitetura de taipa e no fortalecimento do processo de inclusão digital dos Baniwa e Coripaco.

**Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali:** a escola está no centro de nossa cooperação com os Baniwa e Coripaco, e é nosso parceiro privilegiado, com a qual colaboramos, desde 1999, no cumprimento da missão de "Desenvolver a Formação dos cidadãos Baniwa e Coripaco com metodologia de ensino-pesquisa participativo com base nos princípios e valores interculturais para serem protagonistas no desenvolvimento sustentável de suas comunidades e na construção da Política de Educação Escolar Indígena no Rio Negro".

**Rede de Escolas Baniwa e Coripaco:** concentra-se no apoio à consolidação de espaços de formação e autoformação de professores, viabilizando as práticas pedagógicas apropriadas. Fazem parte da rede 9 escolas das regiões do rio Içana e Ayari, que atendem a 63 comunidades e cerca de 1.200 alunos. Tem como princípio os valores tradicionais e novos conhecimentos, que apoiem o desenvolvimento de ensino de qualidade e a concretização do Programa de Educação Baniwa e Coripaco

**Projeto Podáali:** Assessoria à Associação Cultural Indígena Casa de Conhecimento e às iniciativas socioeducativas desenvolvidas pelo grupo do mestre Luis Laureano Baniwa na Maloca Casa de Conhecimento, localizada na comunidade de Itacoatiara-mirim, na Zona Especial de Interesse Agroflorestal (Zona Comunitária Indígena), na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Essa frente visa valorizar e promover a cultura baniwa na sede do município, o intercâmbio entre os baniwa da cidade e os baniwa e outros povos da bacia do Içana e de outros sítios do Alto Rio Negro, bem como apoiar a elaboração de um plano diretor comunitário para essa importante zona especial do município de São Gabriel da Cachoeira.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore; Instituto Arapyau, RFN Fundação Rainforest da Noruega, Fapeam.

### ▶ Parcerias

Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC-Pamáali), Foirn (Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro), Acep (Associação do Conselho da Escola Pamáali).

## Equipe

Adelson Lopes da Silva (Biólogo e Ecólogo em carga horária de meio período de janeiro a setembro/2009); Laise Lopes Diniz (Pedagoga em carga horária de meio período desde janeiro de 2009), Renata Aparecida Alves (Analista de Geoprocessamento), Gustavo Tosello (Administrador de Empresas).

**Colaboradores:** Aimas, lideranças e professores associados à Oibi, à EIBC/Pamáali e à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco; Adailton dos Santos Alves

(consultor pedagógico—UNEMAT); **Andreza Andrade** (jornalista-ISA); **Almir de Oliveira** (arquiteto); **Carmen do Vale** (Cientista Social); **Carol Da Riva** (fotógrafa); **Dylan Gloss** (fotógrafo); **Eduardo Petta** (jornalista); **Francimar Lizardo Santos** (Sacy-administrador-ISA); **Glenn Shepard Jr.** (antropólogo e ecólogo, Inpa); **Joás Rodrigues** (logístico-ISA); **Jorge Nava** (IPA); **Judite Albuquerque** (consultora); **Juliana Stropp Carneiro** (doutoranda da Utrecht University); **Marcelo Calegari** (consultor técnico-Maribondo e Sambaquieiros); **Luiza Garnelo** (antropóloga-Fiocruz-AM); **Renata Eiko Minematsu** (zootecnista, mestranda da UFAM); **Vera Feitosa** (editora de arte-ISA), **Deise Lucy Montardo** (antropóloga do Museu Amazônico/UFAM), **Petrônio Freire de Lorena** (cineasta).

## O que foi feito

### ▶ APOIO E ACESSORIA AO FORTALECIMENTO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL

- Apoio a tramitação de projetos (PDPI, Apoio Institucional da Natura a EIBC);
- Apoio ao planejamento estratégico da EIBC-Pamáali e Oibi;
- Apoio a elaboração de projetos de pesquisas relacionadas ao manejo ambiental nas escolas Maadzero e Kayakaapali;
- Participação na elaboração do projeto “Cultura e Alimentação entre os Baniwa do Alto Rio Negro. Pesquisa-ação para promover a soberania alimentar e a valorização da cultura”, em parceria com a Fiocruz, Escola Kalidzamai e Escola Pamáali;
- Articulação de uma proposta e negociação com a SEDUC de um modelo alternativo de construção das futuras instalações da EIBC— Equipe de professores-EIBC, Acep e assessoria ISA;
- Manejo Ambiental:
  - Fatiamento de Paisagens com base em informações de campo integrando as informações a imagens de satélite LandSat (em andamento);
  - Apoio ao replanejamento das ações do Kophé Koyanaale: Manejo Pesqueiro na Bacia do Içana e elaboração de um amplo dossiê sobre as ações empreendidas até 2009.
  - Apoio na elaboração de 24 monografias indígenas sobre manejo ambiental pela escola indígena Kayakaaplai, Alto Içana, baseando-se em experiência anterior desenvolvida na EIBC.
  - Finalização da pesquisa Pimentas na Bacia do Içana-Ayari apoiada pela Fapeam/Programa Jovem Cientista Amazônica.
  - Participação na comitiva Rio Negro e apresentação de comunicação de pesquisas realizadas na bacia do Içana no XII Congresso da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC).
  - Continuidade da manutenção e digitalização de novas informações que alimentam as bases de dados ambientais da bacia do Içana.
  - Dez pesquisadores indígenas JCA (Jovem Cientista Amazônica) formados para monitorar a sustentabilidade da produção de pimentas na bacia.

### ▶ ATLAS DO IÇANA (CARTOGRAFIA)

- Seleção e revisão de textos das monografias dos alunos da EIBC para o atlas;
- Mobilização de pesquisadores que atuaram no Içana e/ou com temas relacionados com os Baniwa e Coripaco para escreverem artigos que serão publicados no atlas.
- Seleção, limpeza e vetorização de 1.100 imagens e ícones para o Atlas Baniwa e outras publicações que agora estão com extensões para uso cartográfico, impressão e publicação digital.
- Reunião de revisão geral da base de dados da publicação e acertos sobre o projeto editorial.

### ▶ ALTERNATIVAS ECONÔMICAS (ARTE BANIWA), INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL:

- Análise da situação e elaboração de recomendações à gestão do Arte Baniwa.
- Apoio à compra de embalagens e a testes de mercado da Pimenta Baniwa.
- Apoio à elaboração da proposta de instituição do Núcleo de Gestão e Empreendedorismo associado ao ensino médio integrado da EIBC-Pamáali.
- Organização e realização da I Oficina de Arquitetura da EIBC-Pamáali com foco na implantação das Casas da Pimenta.
- Apoio à captação de recursos, compra de equipamentos, e realização de oficina em parceria com o IPA para adaptar e instalar na EIBC-Pamáali o primeiro gerador experimental movido a óleo vegetal puro descartado em cozinhas de Manaus e SGC.
- Realização de campanha de doação de óleo vegetal para abastecimento do gerador nestes dois municípios.
- Articulação junto aos representantes da ONG Zero para apoio ao investimento numa experiência piloto a energia alternativa (fotovoltaico ou hidrocíntrica) na EIBC-Pamáali.

### ▶ ESCOLA INDÍGENA BANIWA E CORIPACO PAMÁALI

- Acompanhamento ao processo final de negociação do projeto enviado ao PDPI: Panheexoopa Peemaka Matsia: Formação Profissional para o Desenvolvimento Sustentável no rio Içana. Assim como acompanhamento da capacitação de uso de recurso do PDPI e apoio a execução das atividades;
- Apoio na formulação do projeto emergencial para reforma das casas junto a SEMEC;
- Acompanhamento as atividades do apoio institucional da Natura à EIBC-Pamáali
- Apresentação da proposta pedagógica da Escola Pamáali com a Gerência de Educação Escolar Indígena, equipe da Seduc e do CEEI-AM, resultando na aprovação do PPP no CEEI-AM;
- Discussão de alternativas arquitetônicas para a escola, visando uma solução para questões relativas a durabilidade, manutenção, conforto ambiental e acabamento dos ambientes construídos da escola.
- Formulação de projeto para financiar parte do Projeto de Arquitetura da Escola Pamáali, elaborado pelo arquiteto Almir de Oliveira juntamente

Acervo/ISA



Escola Pamáali adapta motor para gerar energia elétrica a partir de óleo vegetal puro.

com os professores e alunos da EIBC, assessores do ISA e lideranças;

- Articulação junto a Seduc para a aprovação do Projeto de Arquitetura da Escola Pamáali, que propõe a reformulação do conceito de arquitetura implementado até então para a construção de escolas na região do Alto Rio Negro (em andamento).
- Apoio nas atividades de pesquisa-ação, visando o desenvolvimento de estratégias de manejo da bacia.
- Participação ativa na discussão da pauta relacionada com os seminários-consulta que vêm se dando no intuito de formular o futuro programa de formação superior indígena no Rio Negro (projeto Arapyau).

#### ▶ REDE DE ESCOLAS BANIWA E CORIPACO

- Apoio ao planejamento estratégico da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco;
- Realização da oficina sobre propostas metodológicas ao ensino de matemática realizada na comunidade Vista Alegre/Cuiyari, envolvendo as escolas Maadzero, Kalidzmai e Paraattana da região do médio Içana;
- Apoio na reunião de planejamento e encontro de formação dos professores Coripaco da Escola Kayakaapali;
- Apoio na atuação dos API's da região do médio e alto Içana para viagem de articulação e acompanhamento das escolas indígenas;

#### ▶ PROJETO PODÁALI:

- Apoio à organização e tramitação de documentação junto ao MinC para o gozo da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).
- Assessoria na análise e negociação de contrato de patrocínio com a Petrobras através do Programa Petrobras Cultural e utilizando o mecanismo de Mecenato (art. 18) da Lei Rouanet.
- Apoio à captação de recursos e planejamento das comemorações do Dia do Índio realizadas na Maloca Casa de Conhecimento.
- Atualização e divulgação de dossiê-denúncia apontando passivo ambiental provocado pela atuação depredadora da Comara em área de relevante interesse da Zona Comunitária Indígena (Itacoatiara-mirim).
- Apoio às coberturas jornalísticas dessa iniciativa socioeducativa realizadas pela Rede Record (Domingo Espetacular), Rede Globo (Jornal Hoje e Jornal Nacional) e também pela equipe da Revista Pororoca.
- Mediação e participação nas apresentações do "caso Podáali" dentro da série de seminários do projeto Conhecimentos Tradicionais e Novas Tecnologias realizado em Parceria com o PPDS.
- Apoio na compra de equipamentos e execução da primeira parcela dos recursos destinados pelo patrocínio Petrobrás Cultural.
- Apoio à realização da I Oficina de Informática e Inclusão Digital para a comunidade de Itacoatiara-mirim realizada no Telecentro Comunitário do ISA.
- Apoio à formação de equipe de consultores e organização da I Oficina de Linguagem e Técnica Cinematográfica do Projeto Podáali na Maloca Casa de Conhecimento.

## Indicadores

- ▶ EIBC Pamáali atende a 76 jovens Baniwa e Coripaco, pertencentes a 33 comunidades do médio e alto rio Içana, rio Ayari e rio Cuiari;
- ▶ No período de 2000 a 2009 a EIBC-Pamáali formou quatro turmas, totalizando 62 jovens formados no ensino fundamental completo. O número de alunos formados equivale ao número de monografias produzidas, com temas relacionados à cosmologia baniwa e coripaco, história, organização social e manejo ambiental;
- ▶ Dois novos apoios institucionais importantes para a EIBC (PDPI e Natura).

- ▶ 38 monografias específicas sobre manejo ambiental de recursos e ambientes importantes para a viver e estar bem na bacia do Içana em fase de conclusão.

## Avaliação

Neste ano, a Acep e Escola Pamáali deram continuidade a diversas atividades que requeriam conhecimento técnico com muita independência, principalmente, por estas terem sido internalizadas e dominadas por todo o processo de formação desenvolvido nos últimos 9 anos de parceria com o ISA.

O intercâmbio de experiências e visões sobre educação escolar indígena, gestão territorial e manejo ambiental tem sido os temas que estimulam os atores que compõe a Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, tendo a Escola Pamáali como a principal articuladora e que coloca questões desafiadoras e traz inovações para enriquecer debates e propor caminhos para inspirar boas iniciativas para a região socioambiental na bacia do Içana. As atividades desenvolvidas pelas escolas em parceria com o ISA contribuem no desenvolvimento de experiências inovadoras, consolidado no ensino fundamental e em construção no ensino médio indígena na região do Içana. Entretanto, a assessoria do ISA tem sido constantemente sobrecarregada com a ampliação do leque de atores enredados com as iniciativas em curso e com o volume de materiais e processos para serem encaminhados.

## Perspectivas

#### ▶ PRODUTOS

- Publicação do Atlas, das monografias sobre Manejo Ambiental e do livro sobre Pimentas na Bacia do Içana-Ayari.
- Consolidação do Núcleo de Gestão e Empreendedorismo junto ao ensino médio na EIBC.
- Contratação pela SEDUC de projeto de implantação das novas instalações da EIBC.
- Participação nos seminários de construção do programa de formação superior indígena no Rio Negro e na série de publicações temáticas relacionados a eles.

#### ▶ ASSESSORIA

- Contratação de mais membros para a equipe do Içana.

## Melhores momentos

- ▶ Oficina de Arquitetura e elaboração do Projeto de Arquitetura Alternativa para a Escola Pamáali;
- ▶ Apoio institucional a Escola Pamáali e atividades da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco pela Natura;
- ▶ Participação na comitiva Rio Negro e apresentação de comunicações de pesquisas realizadas na bacia do Içana no XII Congresso da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC).
- ▶ I Oficina de Linguagem e Técnica Cinematográfica realizada na Maloca Casa de Conhecimento, em Itacoatiara-mirim.
- ▶ Síntese feita por Eduardo Viveiros de Castro no seminário final do Projeto Conhecimentos Tradicionais e Novas Tecnologias, na Maloca Casa de Conhecimento, em Itacoatiara mirim.
- ▶ Adaptação de gerador para início de experiências com geração de energia alternativa na EIBC importação de micro-turbinas vietnamitas para início de experiência com geração de energia hidrelétrica.

# Rio Tiquié - Calendário

## O que é

Os povos Tukano Orientais concebem o universo como em constante movimento leste-oeste. Há um paralelo entre o curso dos grandes rios da região (como o Negro, Uaupés e Tiquié), o eixo longitudinal da maloca e o equador celeste. Essa associação procede da própria trajetória de origem desses povos, concebida como a subida do Rio de Leite desde o Lago de Leite (o oceano) até a transformação no alto curso dos rios, onde habitam atualmente. Pode-se dizer que, assim como as pedras, cachoeiras, os próprios rios e serras são marcas da trajetória de origem na Terra – nessa camada –, as estrelas e constelações são também sinais dessa fase na esfera celeste. Os ciclos de vida, como as migrações de peixes e aves, são evidenciados já nessas narrativas, e seguem acontecendo. São ciclos que cabe manejar por meio de procedimentos rituais e do trabalho cotidiano. A partir de 2005, um conjunto de observações e registros diários, estudos e seminários de pesquisa vêm sendo desenvolvido no Rio Tiquié com foco no calendário. Vários aspectos estão sendo abordados, de forma mais ou menos sistemática: calendário astronômico (identificação e nomeação das constelações), ecológico (descrição dos ciclos de vida de animais, plantas, paisagens), econômico (atividades relacionadas à agricultura, pesca, caça, coleta de frutos e pequenos animais – que podemos denominar de manejo indígena dos ecossistemas) e sociocultural (ciclos de festividades, dabuscuris e rituais, trabalhos comunitários, visitas, viagens, doenças).

Simultaneamente, várias iniciativas culturais estão em curso, seja no incentivo à retomada ou fortalecimento de práticas rituais, ao registro e aprendizado dos conhecimentos dos mais velhos, aos fluxos de informações entre as comunidades do Tiquié e desse com outras regiões do noroeste amazônico. A Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona (Aeitu) está desenvolvendo um projeto de gestão cultural com várias atividades, realização de cerimônias e oficinas.

Com algumas diferenças de ênfase, esse assunto está sendo abordado pelos Tukano, Desana e Miriti-tapuya do Médio Tiquié, pelos Tuyuka, Bará e Makuna do Alto Tiquié, e também pelos Tukano do Alto Tiquié. Existem três grupos de pesquisa principais:

(1) agentes indígenas de manejo ambiental da Associação Revista em Tukano sobre calendário astronômico e socioeconômico das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié (Acimet) e Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri (Aeity), alguns alunos e professores da Escola Tukano Yupuri, no Médio Tiquié; (2) e alunos e professores da primeira turma de ensino médio da Escola Tuyuka. (3) alunos, professores, lideranças e conhecedores da Escola Tukano Yepa pirô porã, Alto Tiquié. Simultaneamente, os assessores-pesquisadores do ISA ou associados participaram do desenho dessa pesquisa, assim como da elaboração dos dados e sua edição.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

### ▶ Parcerias

Acimet; Acirc; Aeitu; Aeity; Atriart; Aeitypp, Foirn.

## Equipe

Agentes indígenas de manejo ambiental e voluntários da pesquisa (Acimet; Aeitu; Aeity; Atriart, Aeitypp); Aloisio Cabalzar; Melissa Santana de Oliveira; Pieter Jan van der Veld;

*Colaboradores:* Marcos Wesley de Oliveira (Som nas Aldeias); Renata Alves de Souza (Designio); Walmir Tomazzi Cardoso (PUC-SP).

## O que foi feito

- ▶ Diários de observações do calendário ecológico e socioeconômico de 20 pesquisadores indígenas;
- ▶ Oficina de sistematização dos diários de observações dos agentes indígenas de manejo ambiental (maio);
- ▶ Descrição do ciclo anual;
- ▶ Viagem ao Tiquié de representantes das etnias Tatuyo, Taiwana, Makuna e Barasana do Pirá-paraná, da Colômbia, que foram recebidos e acompanhados por representantes das associações Acimet, Aeity, Aeitypp e Aeitu. Ao longo da viagem os Tatuyo e Taiwana refizeram parte de sua trajetória de origem e ocorreram discussões sobre lugares sagrados, manejo territorial e ambiental (agosto).
- ▶ Oficina de edição fonográfica na Escola Tuyuka (fev);
- ▶ Oficina de edição gráfica na Escola Tuyuka (nov).
- ▶ Elaboração e edição de um livro (140 páginas) em Tukano sobre benzimentos dos tukano Yepapirôporã do Alto Tiquié (nov, no prelo);
- ▶ Elaboração e edição de livro em Tuyuka sobre adornos cerimoniais (nov, no prelo);
- ▶ Elaboração, edição e publicação de cartazes sobre o ciclo de constelações dos tukano e desana do Médio Tiquié (agosto)
- ▶ Elaboração de material em Tukano sobre mitos de origem de constelações, da lua e do sol e da via láctea;
- ▶ Participação de dois representantes do Tiquié e um representante da equipe Tiquié/ISA, na VI Reunión de Canoa Grande em Leticia, na Colômbia, que abordou a construção de uma visão comum sobre manejo ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia. (agosto)

## Indicadores

- ▶ Publicações em português e nas línguas indígenas;
- ▶ Diários de registro dos agentes indígenas de manejo;
- ▶ Registro e disponibilização para pesquisa nas escolas indígenas de conhecimentos rituais.

## Perspectivas

- ▶ Publicação em português sobre calendário no noroeste amazônico
- ▶ Elaboração de projeto para realizar o registro audiovisual de um ciclo anual

## Melhores momentos

- ▶ Publicação de cartazes nas línguas tukano e português sobre o ciclo de constelações dos tukano e desana do Médio Tiquié.

# Rio Tiquié - Rios e peixes

## O que é

Desenvolvimento de modelos de manejo sustentável dos peixes na bacia do Rio Tiquié, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados, por meio de parceria direta com associações indígenas. Tem duas linhas de ação:

- ▶ Elaboração, implementação e avaliação de medidas de manejo sustentável dos peixes. Construir e implementar experiências de manejo dos peixes.
- ▶ Monitoramento de práticas e produção da pesca com pesquisadores locais: os agentes de manejo e voluntários.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore e Projotops Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI (associações indígenas).

### ▶ Parcerias

Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetikap, Atriart, Cipac, Coitua, Oibv, Oids, 3Tiic; Atriart; Foim.

## Equipe

Agentes indígenas de manejo ambiental e voluntários da pesquisa sobre pesca (Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetypp, Aetikap, Atriart, Cipac, Oibv, Oids, 3Tiic; Atriart); Aloisio Cabalzar; Pieter van der Veld.

*Colaboradores:* Renata Eiko Minematsu, Flavio CT Lima.

## O que foi feito

- ▶ Registro diário da produção de pesca em unidades domésticas do Tiquié e afluentes, em conjunto com os agentes de manejo (atualmente há 39 agentes de manejo e mais de 100 voluntários);
- ▶ Implementação de banco de dados com mais de 12 mil registros de pescarias de 166 pescadores em 39 comunidades;
- ▶ Verificação dos registros desse Banco de Dados.
- ▶ Realização de encontros nas comunidades com os voluntários e AIMA's (agentes indígenas de manejo) envolvidos nessa pesquisa;
- ▶ Realização da pesquisa "Opinião sobre a pesca no Tiquié", que foi executada entre maio e agosto de 2009. Nessa pesquisa foram entrevistados 529 pescadores (38 % de todos os pescadores do Tiquié e afluentes) de 57 comunidades;
- ▶ Realização do terceiro encontro de Manejo dos Peixes na Bacia do Tiquié, com representantes das associações do Tiquié, para diagnosticar as causas da escassez do peixe e propor medidas que devem resultar em um Plano do Manejo dos Peixes para a bacia; os resultados da pesquisa "Opinião sobre a pesca no Tiquié" foram apresentados durante esse encontro.

## Indicadores

- ▶ Planos de manejo dos recursos pesqueiros formulados pelas associações;

- ▶ Oficinas sobre manejo sustentável dos peixes nos rios, lagos e outros ambientes aquáticos;
- ▶ Publicações de apoio ou com base nessas iniciativas;
- ▶ Número de lagos submetidos a um período de repouso/reserva;
- ▶ Número de comunidades e pesquisadores indígenas (AIMA's e voluntários) envolvidos na pesquisa;
- ▶ Número de fichas de pesquisa preenchidas e digitalizadas no banco de dados da Pesquisa de Pesca;
- ▶ Relatórios e Notícias Socioambientais com análises dos dados da pesquisa.

## Avaliação

### ▶ ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MEDIDAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL DOS PEIXES

O terceiro encontro do Manejo dos Peixes na Bacia do Tiquié foi bem-sucedido com a participação de lideranças de várias associações. A apresentação dos resultados da pesquisa "Opinião sobre a pesca no Tiquié" foi bem recebida pelos líderes indígenas e propiciou muita discussão. Além disso, o encontro possibilitou a elaboração de uma proposta do projeto "Manejo sustentável de recursos naturais do Rio Tiquié". A proposta contempla a continuação de todas as atividades de manejo de recursos naturais (não somente peixe mas também recursos florestais) que já estão acontecendo no Tiquié, aprofundamento das pesquisas, treinamento de AIMA's, integração das escolas indígenas nas atividades e registro de dados climatológicos.

### ▶ MONITORAMENTO DE PRÁTICAS E PRODUÇÃO DA PESCA

O monitoramento dos voluntários pelos agentes de manejo está melhorando, embora esteja ainda precário. Cabe à assessoria manter contato com os voluntários e verificar os registros. Em 2009 entraram novos AI-

Aloisio Cabalzar



O pescador Domingos Marques recolhe peixes de seu jequi (Cachoeira Caruru, Alto Tiquié).



MAs e voluntários de regiões que não tinham participado de pesquisas e discussões anteriores sobre manejo de peixes (Baixo Tiquié, Pari Cachoeira e Alto Tiquié). A assessoria do ISA no Tiquié está sobrecarregada, resultando em acompanhamento insuficiente dos novos voluntários. Em alguns casos a falta de cadernos de fichas ou erros na metodologia de anotar, foi tardiamente detectada, prejudicando a pesquisa. A digitalização dos cadernos de ficha de pesca está sendo feita em São Gabriel da Cachoeira por uma estagiária, mas há necessidade de muitas revisões e aprimoramentos do banco de dados, o que vem atrasando a elaboração das primeiras análises. Por outro lado, os AIMAs veteranos deram bastante treinamento aos novos, por meio de vários encontros regionais (por trecho de rio), sem

participação da assessoria.

### Perspectivas

- ▶ Elaboração de relatório com as primeiras análises de pesquisa sobre a produção da pesca, com dados de 2007 até 2010.

### Melhores momentos

- ▶ Produção do relatório “Opinião sobre a pesca no Tiquié” e de notícia socioambiental para o site, além de apresentação da pesquisa para os líderes indígenas durante o encontro de manejo dos peixes.

# Rio Tiquié - Paisagens florestais

## O que é

Um levantamento etnoecológico das paisagens florestais no Alto e Médio Tiquié, em conjunto com o ensino médio da Escola Tuyuka e os AIMA's (Agentes Indígena de Manejo Ambiental) associados às associações Aeity, Acirc e Acimet, formando os alunos e os AIMA's por meio de pesquisa participativa. Os dados coletados podem servir como plataforma de discussão sobre a gestão territorial e manejo de recursos florestais. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar.

## Parcerias e Fontes de Financiamento

### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

### ▶ Parcerias

Aeitu, Aeity, Acirc, Acimet.

## Equipe

Conhecedores tradicionais Tuyuka e Tukano (Aeitu e Acimet); AIMA's das associações Aeity e Acimet; Professores e alunos do Ensino Médio Tuyuka, Aloisio Cabalzar, Marcos Schmidt, Pieter van der Veld.

## O que foi feito

▶ Levantamento ecológico e etnobotânico do caranazal *mukāsaro makā mui boa*, paisagem de onde são extraídas, pelas comunidades do Alto Tiquié, as folhas de caraná que servem para cobrir os tetos das casas. O caraná encontrado na área da pesquisa foi contado e agrupado em categorias definidas pelos conhecedores indígenas. Outras plantas lenhosas encontradas na área da pesquisa também foram contadas e medidas. Através dessa pesquisa foram tratadas as mais diversas matérias: o sistema de coordenadas geográficas, técnicas de desenho (em escala, 2-D e 3D) e matemática. Os velhos ensinaram aos jovens o uso de cada planta encontrada.

▶ Avaliação de um experimento de manejo de caraná, que compara dois tipos diferentes de corte das folhas: o corte tradicional e um corte abusivo (remover todas as folhas da caraná).

▶ Levantamento ecológico e etnobotânico das capoeiras de diferentes idades, dividido em dois períodos de pesquisa. No primeiro período aconteceu o estudo dos estágios de restauração florestal, de capoeiras jovens até capoeiras que quase são idênticas à mata original. Durante o segundo período da pesquisa a ênfase da pesquisa foram as capoeiras jovens e as plantas pioneiras dessas capoeiras.

▶ Levantamento ecológico e etnobotânico do igapó, uma floresta ciliar que fica inundada durante as enchentes. Houve dois períodos de pesquisa. No primeiro período aconteceu um registro de conhecimento tradicional, com os velhos ensinando os AIMA's sobre essa paisagem, elaboração de etnomapas de trechos de rios com suas paisagens e visitas ao igapó. No segundo período da pesquisa foi feito um treinamento em técnicas de pesquisa florestal e um inventário florestal (contagem e medição das plantas lenhosas) de uma parcela de igapó.

## Indicadores

- ▶ Pesquisadores indígenas (alunos e professores do ensino médio Tuyuka, AIMA's) aperfeiçoados nas técnicas de representação das paisagens florestais e formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- ▶ Relatórios de pesquisa;
- ▶ Etnomapas
- ▶ Plano de manejo de paisagens;
- ▶ Materiais publicados nas línguas indígenas.

## Avaliação

Os alunos do ensino médio Tuyuka estão muito interessados e participam da pesquisa com entusiasmo. É uma forma adequada de descrever as paisagens florestais, aliando conhecimentos indígenas e científicos ocidentais.

O experimento parece indicar que o corte radical (tirando todas as folhas) causa a morte de 1/4 até 1/3 das palmeiras. Já as palmeiras que foram submetidas ao corte tradicional não mostram mortalidade. Quinze meses depois do corte, a recuperação das palmeiras de corte tradicional foi de 65%; já a recuperação das palmeiras sobreviventes do corte radical foi de 55%. O experimento confirma a sabedoria do manejo tradicional. Embora o corte radical resulte em uma colheita das folhas mais abundantes em curto prazo, resulta em um impacto considerável na população e em uma recuperação mais lenta. O experimento parece confirmar a observação dos tuyuka de que o tempo para uma população de caraná se recuperar depois da coleta é de dois anos.

O estudo de igapó está no início e deve continuar nos próximos anos para que seja mais completo.

## Perspectivas

- ▶ Continuar a pesquisa de paisagens Tuyuka, terminando o estudo das caranazais, capoeiras e igapó; publicar esses estudos; propor estratégias de manejo das paisagens, a serem discutidas em encontros intercomunitários.

## Melhores momentos

- ▶ Estudo em escala mais detalhada de capoeiras, igapós e caranazais.
- ▶ Experimento de corte de caraná confirmando a sabedoria de manejo tradicional.

# Rio Tiquié - Geração de renda

## Inventário florestal de matéria-prima de artesanato

### O que é

Trata-se de um inventário florestal da sorva (*Couma utilis*), utilizado na confecção do banco tukano (*kumurō*), artesanato ritual carregado de simbologia, que também é produzido para o mercado. O inventário da sorva é uma pesquisa participativa, que tem como objetivo estudar a densidade, a distribuição, a fenologia e a regeneração dessa árvore e avaliar qual o impacto de sua exploração para a comercialização do banco. Os resultados dessa pesquisa devem levar a recomendações para chegar a um manejo sustentável dessa matéria-prima.

### Parcerias e Fontes de Financiamento

#### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

#### ▶ Parcerias

Atriat, Aeitu, Aeity, Acirc, Acimet.

### Equipe

AIMA's das associações Atriat, Aeitu, Aeity, Acirc e Acimet; Conhecedores tradicionais; Marcos Schmidt, Pieter-Jan van der Veld.

### O que foi feito

Foram feitos dois períodos de campo, com duração de um mês cada um, para fazer o inventário, que aconteceu no Alto Tiquié, no trecho do Médio Tiquié perto da comunidade Pirarara poço, no trecho do Médio Tiquié entre e as comunidades São Luiz e Santa Luzia, e no igarapé Castanha.

Durante esses levantamentos foram também visitadas e avaliadas áreas de plantação experimentais de sorva, implantadas por alguns artesãos.

No final do primeiro período da pesquisa, houve um encontro dos artesãos de banco Tukano e os pesquisadores indígenas para discutir os primeiros resultados e a continuação da pesquisa. As discussões entre artesãos, técnicos indígenas, assessores e consultores não indígenas resultaram em uma proposta de plano de manejo.

### Indicadores

- ▶ Pesquisadores indígenas formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- ▶ Relatório de pesquisa;
- ▶ Imagens de satélites com registro das sorvas;
- ▶ Plano de manejo de sorva em fase de elaboração;
- ▶ Sorvas plantadas pelos artesãos.

### Avaliação

Em geral, a sorva é uma árvore bastante rara no Tiquié, seja porque foi muito explorada há algumas décadas, no período de extrativismo do látex. Foram encontrados valores em torno de 0,25 árvores por hectare (próximo da comunidade São Domingos Sávio) e 0,5 árvore por hectare (próximo da comunidade Duhtura). Em alguns trechos do igarapé Castanha foram encontradas densidades bem maiores.

O gráfico de estrutura indica tratar-se de uma população em desequilíbrio. Um projeto comercial terá um impacto considerável, se não forem tomadas as devidas providências.

### Perspectivas

- ▶ Buscar fontes de financiamento para continuar o inventário florestal da sorva, incluindo novas áreas da pesquisa.

### Melhores momentos

- ▶ Sucesso da plantação de sorva feito por alguns artesãos.
- ▶ Descoberta de áreas com uma densidade relativamente alta de sorva no igarapé Castanha.
- ▶ Discussão sobre o plano de manejo de sorva, que avançou bastante.

Pieter van der Veld



Os artesãos Francisco e Cleoson, da etnia Tukano, fazem a medição da sorva.

# Rio Tiquié - Bem estar das comunidades

## Segurança alimentar - produção alternativa

### O que é

Trata-se do desenvolvimento de modelos de produção alternativa: piscicultura, avicultura, meliponicultura e manejo agroflorestal. O objetivo é aumentar a segurança alimentar de comunidades e escolas indígenas, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa das organizações indígenas, com foco nos agentes de manejo, alunos e professores das escolas indígenas, diretores das associações locais. A produção alternativa é uma linha de ação complementar ao manejo sustentável dos recursos naturais. Além disso, a produção alternativa serve como um instrumento de ensino na educação indígena diferenciada.

### Parcerias e Fontes de Financiamento

#### ▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

#### ▶ Parcerias

3Tiic; Aatizot; Acimet; Aeitu; Aeity; Aeitypp; Atriart; Cipac; Foirn; Instituto Iraquara; Oids.

### Equipe

Alunos de Ensino Médio Tuyuka (Aeitu); Coordenador agrícola (Aeity); Fernando de Oliveira (Instituto Iraquara); Monitores (3Tiic, Aatizot, Acimet, Aeitu, Aeity, Aeitypp, Atriart, Cipac, Oids); Técnicos indígenas (Atriart); Aloisio Cabalzar; Pieter van der Veld.

### O que foi feito

- ▶ Aumento geográfico da atividade de piscicultura, de uma atividade originalmente restrita à área de Alto Tiquié (atuação da Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart)), em uma atividade que abrange a maior parte do Tiquié (da parte Alto Tiquié Colombiano até o Médio Tiquié), com envolvimento de dez associações e três escolas indígenas;
- ▶ Produção de alevinos em dois lugares, a Estação Caruru e a Escola Tuyuka;
- ▶ Estágios em piscicultura na Estação Caruru;
- ▶ Oficinas de construção de açudes de engorda de peixe em três lugares, com participantes de dez associações do Médio e Alto Tiquié;
- ▶ Produção de três informativas sobre atividades agrícolas alternativas (piscicultura, avicultura e manejo agroflorestal), pela Escola Tukano Yupuri;

### Indicadores

- ▶ Quantidade de alevinos produzidos;
- ▶ Quantidade de unidades de reprodução em funcionamento;
- ▶ Quantidade de açudes de engorda em funcionamento;
- ▶ Quantidade de novos açudes em construção;
- ▶ Quantidade de estagiários de piscicultura na Estação Caruru;
- ▶ Quantidade de oficinas de produção agrícola alternativa;

- ▶ Quantidade de meliponários e quantidade de colméias em cada meliponário;
- ▶ Quantidade de galinheiros comunitários e escolares e a quantidade de galinhas mantidas nesses galinheiros.

### Avaliação

A assessoria da ISA esta cada vez menos envolvida nas atividades de produção alternativa. A coordenação e execução dessas atividades ficam na maior parte sob a responsabilidade de técnicos indígenas, professores e alunos das escolas indígenas diferenciadas e líderes locais. O apoio técnico da assessoria do ISA acontece esporadicamente. Em 2009, a assessoria ficou mais ocupada pelos pesquisas florestais e as pesquisas da pesca, além ajudar as associações indígenas na gestão administrativa de seus projetos.

Os técnicos da Atriart estão oferecendo assistência aos piscicultores de dez associações indígenas, do Alto Tiquié colombiano até o Médio Tiquié. A participação do ISA se restringiu ao acompanhamento da gestão administrativa do Projeto da estruturação de piscicultura do Alto e Médio Tiquié, apoiado pelo PDPI.

A prefeitura de São Gabriel da Cachoeira começou a pagar salários aos dois técnicos da estação em julho 2008, mas parou depois das eleições de novembro. O prefeito eleito retomou o compromisso no início de 2009, mas interrompeu depois. Isso causou uma crise na estação, porque a divisão das tarefas baseava-se na certeza de que alguns técnicos seriam pagos pela prefeitura.

Várias construções da estação, especialmente a casa de hospedagem e o depósito/sala de rádio, estão em estado precário. Não há recursos no projeto apoiado pelo PDPI para a reforma dessas construções e é necessário fazer um remanejamento.

A Escola Tuyuka conseguiu uma produção de alevinos. Já a Escola Tukano Yupuri não conseguiu. Os sucessos e fracassos das mini-unidades escolares de reprodução de peixes mostram claramente as vantagens e desvantagens desse sistema de reprodução. Por um lado, a Escola Tuyuka demonstrou que é possível fazer reprodução de pós-larvas praticamente sem custos, havendo a infraestrutura necessária. Por outro lado, o fato de a produção depender somente da desova natural contém um risco: não há muita margem para erro. A Estação Caruru, que opera com uma série de métodos de captura de ovas durante a desova natural até desova induzida, não corre tantos riscos. Se a desova natural falha, ainda pode usar a indução. Entretanto, manter uma equipe técnica permanente, manter um plantel de peixes reprodutivos e distribuir alevinos somente é possível se algum órgão ou projeto puder pagar as despesas.

A meliponicultura escolar de ano 2009 foi catastrófica. Aconteceu a reprodução de colméias em ambas as escolas mais depois houve muita fuga das abelhas, que prejudicou a atividade, ameaçando o futuro da meliponicultura no Tiquié.

Atualmente existem quatro grandes galinheiros (comunitários ou escolares) no Alto Tiquié, três no Médio Tiquié e um no Igarapé Castanha. O manejo das galinhas nesses lugares é na maior parte precária ou até



Pieter Jan van der Veldt/ISA

Galinheiro (atividade do projeto PDPI da escola Tukano Yupuri), Comunidade Duhtura, Igarapé Castanha, Terra Indígena Alto Rio Negro.

inexistente. A alimentação das galinhas é um problema grave. No Alto Tiquié, a Atriart tem a possibilidade de comprar milho por meio do projeto do PDPI. Ainda não existe solução a longo prazo, para quando acabar o projeto, em 2010). As tentativas de plantar milho no Alto Tiquié brasileiro falharam, embora a produção de milho exista na parte colombiana. No Médio Tiquié a safra de milho não é suficiente para manter galinhas em um regime semi-intensivo.

### Perspectivas

- ▶ Três oficinas em piscicultura, com participantes de dez associações, executado pela Atriart;
- ▶ Treinamento de pessoas de outras associações em piscicultura, por meio de estágios na Estação Caruru;
- ▶ Remanejamento e prorrogação do projeto PDPI de Atriart.

### Melhores momentos

- ▶ Produção de frutas e nozes (castanha de Pará) do pomar agroflorestal da Escola Tuyuka.

# Rio Uaupés - “Repensando a relação entre gentes (*masá*) e a natureza (*marî katisé*)” Manejo ambiental, educação, fortalecimento institucional e registro/valorização do patrimônio cultural

## O que é

Trata-se de uma iniciativa de ampliação de pontos de diálogo com as populações indígenas advinda da experiência do ISA no distrito de Iauaretê relacionadas a três pontos: manejo ambiental, educação e afirmação/registro cultural.

Repensar a relação entre as gentes e a natureza, tomada como um programa de ações, significa criar esferas de diálogo e registro das experiências na interface entre a cosmologia, os conhecimentos tradicionais indígenas, suas instituições sociais e a cosmologia ocidental/científica, suas técnicas e estruturas políticas e sociais. Estas esferas de diálogo são assembleias, reuniões, programas de pesquisa com moradores da região e assessores externos, produção de livros, imagens e filmes além de mapeamentos participativos com conteúdos que expressem a visão de mundo dos povos do distrito de Iauaretê e sua reflexão original sobre as relações com os brancos.

Garantir o acesso da população indígena aos seus direitos legais e informar-lhes de seus deveres também faz parte de uma revisão da inserção da população e das organizações indígenas nas políticas de assistência social e de desenvolvimento do Estado. Em outras palavras, é preciso assegurar, além do usufruto das terras, os seus direitos à especificidade cultural e social e à liberdade de expressão em seus próprios termos.

Para tanto, o componente Uaupés se apoia solidamente na criação de espaços públicos onde os temas tomados como prioritários pela população indígena possam ser debatidos, registrados e encaminhados de maneira que as distinções entre produção/registro cultural, educação disciplinar/diferenciada e parentesco/política representativa possam ser minimizadas através da legitimação do discurso indígena e do empoderamento das associações de base em um processo que garanta a expressão de seus projetos e problemas locais em seus próprios termos.

Atualmente esta linha de ação propõe desempenhar iniciativas integradas que enfrentem e amenizem alguns dos problemas mais graves que a região enfrenta atualmente, quais sejam: a falta de peixes nos rios, a dependência exagerada de produtos industrializados e assessoria externa no desenvolvimento de iniciativas de produção de alimentos e renda, bem como a desvalorização dos conhecimentos tradicionais por parte dos jovens.

## Equipe

André Martini (antropólogo).

**Colaboradores:** Lúcia Alberta (Antropóloga/ISA); Adão Oliveira Tariana (Antropólogo/Semec), Ivo Fontoura Tariana (Antropólogo/Cetam); Gilton Mendes (Antropólogo/Ufam); Carlos Dias Jr. (Antropólogo/Ufam); Vincent Carelli (Antropólogo/Cineasta, Vídeo nas Aldeias); Ana Guita de Oliveira (Antropóloga/Iphan); Geraldo Andreello (Antropólogo/UFSCar); Geraldo Veloso Tukano (Educador/Cepi, Escola São Miguel); Marta Azevedo (Antropóloga/Unicamp).

## Parcerias e Fontes de financiamento

Foin; Coidi; Cerci; Escola Estadual Indígena São Miguel; Neai/Ufam; Iphan; PDPI/MMA; Fundação Gordon e Betty Moore; Vídeo nas Aldeias, Estação de Piscicultura de Iauaretê.

## O que foi feito

### ► ESTAÇÃO DE PISCICULTURA DE IAUARETÊ/MANEJO AMBIENTAL

- Este ano os técnicos indígenas de piscicultura estão investindo na construção de novas unidades familiares. Com isso 15 famílias foram atendidas com a construção/reforma de viveiros de piscicultura e deverão receber, até novembro de 2009, alevinos de Araripirã e Aracu.
- Consolidação da equipe técnica indígena como referência local no tratamento de questões relativas à produção agrícola e à criação animal em cativeiro (peixes e aves). Por meio de acordo entre a Funai e a Coidi, os técnicos da estação de piscicultura de Iauaretê estão participando de algumas iniciativas do setor de assistência social do órgão federal, inclusive ajudando na operação de incubadoras elétricas doadas para a Coidi.
- Incorporação de técnicas tradicionais de pesca e manejo na produção de peixes na estação de piscicultura: por meio de oficinas de conhecimentos tradicionais em parceria com o PDPI, foram incorporados cinco tipos de armadilhas na captura de matrizes nos rios da região, o que tem o potencial de substituir as malhadeiras em todas as atividades de pesca de matrizes da estação a médio prazo.
- Manejo de espécies de peixes que não exigem procedimentos laboratoriais para reprodução em cativeiro, o que diminui a dependência de insumos e recursos externos contribuindo para a sustentabilidade econômica e social do projeto.
- Criação de um novo padrão de relatórios narrativos que valorizem a experiência dos técnicos indígenas e que, por isso, servirá como material de referência em reuniões de avaliação/debate e como material de formação de novos agentes de manejo ambiental. Em parceria com o PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), além de um informativo semestral, estão sendo preparadas cartilhas técnicas incorporando as conclusões dos relatórios para servirem de material didático nas escolas da região.
- Descentralização administrativa da Estação de Piscicultura: o gerente da estação de piscicultura dividiu as tarefas e relatórios em setores; dessa forma, todos os técnicos indígenas são responsáveis por organizar atividades, gerir patrimônio e fazer relatórios narrativos, contribuindo para a capacitação em gestão e para uma administração mais igualitária. A decisão sobre investimentos e distribuição de alevinos ainda passa por discussão com representantes da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Negro (Coidi) e de outros projetos de Iauaretê através do Conselho Gestor de Projetos, criando sinergias entre as iniciativas e melhorando o aproveitamento de equipamentos e materiais, além de potencializar o controle social.
- Os trabalhos comunitários (*wayuris*) têm se tornado o principal meio de manutenção da estação de piscicultura. Este ano, por pelo menos 10

vezes, piscicultores (cerca de 35 famílias) se reuniram para reformar as instalações da Estação de Piscicultura (laboratório, casa de forno, depósito e instalação hidráulica). Com a realização das oficinas do projeto manejo pesqueiro do PDPI na estação, alunos e seus pais têm se envolvido nas atividades de trabalho comunitário, o que melhorou consideravelmente as instalações e a participação social no projeto, diminuindo a dependência de recursos externos.

- Incremento da produção de alimentação no interior da estação: cada família de técnicos indígenas criou uma pequena roça na área da estação de piscicultura; agora ali são produzidos alimentos para essas famílias, para os trabalhos coletivos da estação e para alimentar os peixes e aves que são criados. Além disso, com a construção de uma grande casa de forno, os técnicos passaram a produzir farinhas locais para substituir a ração importada de centros urbanos, diminuindo o impacto dos custos de manejo de animais em cativeiro.

- Doação de matrizes pelos piscicultores familiares a fim de incrementar o plantel de reprodutores da estação, o que diminui a necessidade de pesca nos rios para abastecer o projeto.

- Prestação de serviços especializados a piscicultores: além das visitas de manutenção aos viveiros e da distribuição de alevinos, os piscicultores têm procurado os técnicos para serem orientados na criação de novas espécies de peixes e para fazer reproduções artificiais exclusivas; nesses casos, a estação sempre fica com uma porcentagem do resultado do processo.

- Investimento em engorda de peixes como forma de trazer sustentabilidade financeira para a Estação de Piscicultura: os técnicos decidiram engordar 500 alevinos de Araripirá em uma represa para usar como alimento durante oficinas e wayuris na estação. O excesso de produção será comercializado no povoado a preços subsidiados e a renda será revertida para a equipe indígena do projeto de manejo pesqueiro.

#### ► EDUCAÇÃO/ ESCOLA SÃO MIGUEL

- Assessoria na formulação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena São Miguel, que passou para a gestão indígena. O objetivo dos gestores indígenas é manter a educação disciplinar para possibilitar que parcelas de jovens tenham formação superior mas, ao mesmo tempo, inserir conteúdos culturais especializados no ensino (línguas, agricultura

tradicional, mitos, danças e cantos, técnicas e regras de conduta para caça e pesca, artesanato e culinária). A escola atende mais de 1.200 alunos indígenas de toda a região.

- Em parceria com o PDPI, foram realizadas apenas este ano cinco oficinas temáticas para alunos da Escola São Miguel:

- 1 – Construção de cercado tradicional em Igarapé;
- 2 – Construção de casa com cobertura de caranã;
- 3 – Reprodução artificial de peixes;
- 4 – Construção de instalações para manejo de aves;
- 5 – Construção de armadilhas de pesca em miniatura (matapi, matapi de lua, caia);

Nessas oficinas, cerca de 60 alunos foram diretamente beneficiados. Além disso, cinco conhecedores tradicionais (Kumua e pescadores) e cinco professores da Escola São Miguel se envolveram nas atividades – o que permitiu o intercâmbio de idéias entre conhecedores tradicionais, educadores, técnicos de piscicultura e alunos da escola e a relação de ensino/aprendizado baseado em atividades totalmente práticas.

Todas as oficinas têm registro audiovisual feito por pesquisadores/cineastas indígenas.

- Dos materiais audiovisuais gerados nas oficinas, serão produzidos materiais didáticos a serem aproveitados em duas disciplinas da Escola São Miguel (Agricultura e Artesanato), possibilitando que mais de mil alunos tomem contato com o resultado das oficinas que valorizam os conhecimentos tradicionais da região, além de apresentar os conhecimentos técnicos apropriados pelos especialistas indígenas.

- Novamente em parceria com o PDPI, foi montada uma videoteca e uma biblioteca interculturais no povoado. Com aproximadamente 120 títulos escritos e 40 dvd's, trata-se da biblioteca mais completa à disposição da comunidade. Em seu acervo existem títulos que vão desde mitologia do noroeste amazônico até descobertas científicas do século XX. O objetivo é fornecer o máximo de informação possível, tanto para os especialistas rituais (kumua) quanto para os professores e pós-graduados presentes em lauretê, dando elementos para que intelectuais e estudantes indígenas pensem seu contexto e as relações sociais de que participam.

- Em parceria com o projeto Revitalização Cultural do PDPI, foi formalmente aberto um cineclubes no povoado. Na sessão de abertura foi exibido o filme *O Pianista*, de Roman Polanski, em homenagem aos 70 anos da II Guerra Mundial. Antes da exibição do filme, foi feita uma palestra sobre o tema, ministrada por assessor do ISA. Tudo aconteceu no novo centro cultural São Miguel, em lauretê, para mais de 80 pessoas.

- Publicação conjunta com o Cerci de um livro ilustrado "Pamiri Masã" sobre mitologia na língua tukano, voltado para alunos do primeiro ciclo da Escola São Miguel e demais escolas indígenas de toda a região.

- Criação do Centro de Pesquisadores Indígenas de lauretê (Cepi), com dez alunos secundaristas selecionados pela escola e a preparação de um espaço físico com equipamentos (computadores, impressoras, GPS, gravadores digitais, câmeras fotográficas) para apoiar suas atividades. A primeira pesquisa sobre população e pesca chegou ao final da fase de entrevistas em novembro de 2009. De janeiro a agosto de 2010, está prevista a fase de processamento e organização dos dados, o que deve gerar uma publicação sobre o tema.

#### ► REGISTRO/VALORIZAÇÃO CULTURAL

- Repatriamento dos ornamentos sagrados: depois de longa negociação envolvendo a Foirn, o Iphan e a assessoria do ISA, parte dos ornamentos de dança (*basá-busá*) que foram retirados pelos padres salesianos dos



André Martini

Alunos da Escola Estadual Indígena São Miguel tendo aulas de piscicultura com técnicos indígenas da Estação.

líderes indígenas da região, finalmente, voltaram para lauretê após 70 anos. Uma grande cerimônia com *bayara* Desana, Tariana e Tukano marcou o retorno dos enfeites, cujo uso deve ser compartilhado pelas diversas etnias de lauretê e região. Nesta ocasião, os grupos de dança usaram os enfeites repatriados que estão sendo restaurados no povoado.

- Envolvimento dos kumua do projeto de revitalização cultural em projetos educativos e produtivos como instrutores remunerados, o que ampliou o poder de diálogo dos conhecedores tradicionais e sua participação política, além de ter dado mais chances para os jovens tomarem contato com os conhecimentos tradicionais de sua região por meio de oficinas, aulas e palestras.

- Participação de comitiva de lauretê e do Tiquié no 1º Encontro Binacional Mapeo e elaboração de projeto de reconhecimento do patrimônio cultural indígena: representantes da Coidi e da Foirn, com assessoria do ISA, se reuniram em Letícia, na Colômbia, com representantes do Ministério da Cultura e Iphan do Brasil, e do Ministério da Cultura e Departamentos de Parques Naturais da Colômbia para debater um projeto de reconhecimento e registro binacional dos lugares sagrados dos povos do noroeste amazônico (Arawak, Tukano e Maku), baseado no caso da Cachoeira de lauretê (considerado patrimônio imaterial). Foi gerado um documento de acordo entre as partes e está sendo construído um projeto com ações voltadas para o tema.

#### ► FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COIDI/FOIRN

- Manutenção do comitê gestor de projetos com um membro da Coidi, um membro da Escola São Miguel, um membro da Estação de Piscicultura de lauretê e um membro do Centro de Estudos e Revitalização das Culturais Indígenas de lauretê (Cerci). Estes representantes coordenam as demandas, atividades e resultados de diversos projetos realizados no povoado de lauretê. Foram realizadas quatro reuniões deste comitê em 2009.

- Conquista do prédio de antigo hospital e transformação em Centro Cultural: em parceria da Coidi com ISA e Iphan, após longa negociação, a diocese de São Gabriel da Cachoeira cedeu os direitos de uso permanentes de um antigo hospital em lauretê. Além de espaço para laboratórios de áudio e vídeo, o escritório da Coidi e outras associações de lauretê (Cerci, Atidi, Cepi, representação da Funai), ali foram instalados uma sala de cinema, a biblioteca e a videoteca do Cerci. Dessa forma, começa a se desenhar um grande centro cultural e administrativo das lideranças indígenas de lauretê. Já está em negociação a restauração do prédio, de 1939, por meio do Iphan.

## Avaliação

Se no ano anterior o objetivo era, em conjunto com educadores, especialistas e conhecedores tradicionais indígenas, desenhar um modelo institucional que permitisse a afirmação do conhecimento e da política indígena por meio de um espaço plural, o que resultou na emergência de um "Comitê Gestor de Projetos", em 2009 a operação do conselho forneceu muitos resultados positivos.

Pela primeira vez, durante todo o ano, foi preciso que especialistas indígenas em piscicultura ouvissem a opinião de conhecedores tradicionais e professores antes de tomar as decisões em suas atividades e suas condutas com a comunidade. O mesmo pode-se dizer dos kumua, que passaram a ter que colaborar com a educação formal em lauretê, ou mesmo com a criação artificial de peixes em cativeiro. Ou seja: o comitê tem sido uma arena onde as redes sociais de diversos projetos temáticos se encontram para avaliar e planejar suas atividades.

Cabe lembrar que o diálogo entre essas partes era bastante restrito, pois cada tipo de especialista se legitimava apenas sobre seu conhecimento específico, formando assim uma rede especializada de colaboradores. Por exemplo, na Escola São Miguel, apenas conteúdos disciplinares ocidentais eram valorizados, pois, na opinião de alguns pais de alunos, eram eles que "poderiam dar uma chance de futuro melhor para os jovens" – uma frase muito comum na região. Isso fazia com que especialistas rituais e técnicos indígenas não tivessem participação na instituição, limitando o contato dos jovens com seus conhecimentos.

Agora, com a inserção de conteúdos técnicos (piscicultura, avicultura) e tradicionais (mitos de origem, benzimentos, conhecimento dos ciclos naturais) na estrutura curricular da escola, pode-se observar uma grande mobilização e interesse dos jovens nessas novas atividades. Ao que parece, existe uma tendência crescente de que os conhecimentos dos mais velhos sejam valorizados como uma "profissão", equivalente a dos brancos, antes o único sonho da geração urbana de lauretê. Esse deve ser apenas o começo de um longo processo.

Essa nova abertura foi possível, em primeiro lugar, graças às oficinas temáticas (parceria com PDPI) que demonstraram aos jovens os efeitos imediatamente observáveis dos conhecimentos tradicionais dos mais velhos – por exemplo, como erguer uma casa sem depender de pregos, ferragens e telhas de alumínio, e, por consequência, do dinheiro dos brancos. Por outro lado, tendo contato com os mais velhos, os jovens têm aprendido que o comportamento das pessoas é determinante para a manutenção dos ciclos naturais na região, e, assim, pela oferta de peixes, frutos silvestres e animais terrestres, que, ao lado de vegetais e minerais dos rios e das florestas, são tão importantes em sua sobrevivência.

Para que se avalie com propriedade o valor desta convivência entre conhecedores tradicionais e jovens em oficinas, cabe salientar algo bastante destacado pela teoria antropológica contemporânea: que a cosmologia e a moralidade de cada grupo indígena se expressa e se atualiza em atividades práticas. Ao contrário da técnica ocidental, que, para ser aplicada, não exige conhecimento de seus fundamentos teóricos e filosóficos, o desempenho de técnicas indígenas exige que o indivíduo conheça a origem mítica de seu grupo, daquela técnica específica e as regras de comportamento necessárias para que ela funcione. Dessa forma, para que um aluno aprenda a fazer uma armadilha de pesca, ele necessariamente precisa aprender elementos das narrativas de origem, do xamanismo e da moralidade aplicada na relação com os peixes – o que se traduz em um modelo de manejo específico.

A participação de outros especialistas indígenas, como técnicos e professores, promove o intercâmbio entre estes conhecimentos especializados regionais com outros adquiridos através do estudo nas escolas e universidades ocidentais, criando um ambiente propício para a experimentação com diversos signos (e técnicas envolvidas).

O desafio atual é de escala: como transformar a experiência das oficinas (que envolveu a participação de 60 jovens) em algo que alcance uma fatia bem maior dos cerca de 3.500 moradores de lauretê, e, mesmo, das comunidades próximas (7.500 pessoas)?

Para isso apostamos na publicação de informativos e cartilhas e na edição de vídeos voltados para o público da região, a ênfase do último período do projeto da Fundação Moore. O primeiro informativo foi lançado em outubro, com tiragem aproximada de 500 exemplares, financiado também pelo PDPI. Os primeiros vídeos deverão ser finalizados até março de 2010.

Os debates sobre o comportamento dos moradores da região – bastante influenciados por um estilo urbano e monetarizado – e sua relação com o





André Martini

Bayaroa Tukano dançando com os enfeites repatriados durante festa na maloca do Cerci.

meio ambiente deverão ganhar um grande subsídio com a publicação dos resultados da pesquisa de população, economia e pesca promovida pelo Centro de Pesquisadores Indígenas de Iauaretê, financiado pela Moore. Este material deve ser editado até o final de 2010.

Com base nessa produção escrita e audiovisual, esperamos que mais lideranças indígenas dos rios Uaupés e Papuri sejam incorporadas ao Comitê Gestor de Projetos e que outras instâncias políticas, como o Conselho de Líderes de Iauaretê, se dediquem a debater as conclusões do levantamento, discutindo a possibilidade de estabelecer regras de conduta e acesso aos recursos naturais da região. Tudo isso com uma influência ampliada e espaço de expressão garantido aos conhecedores tradicionais que, em Iauaretê, quase nunca participam diretamente da política representativa.

## Indicadores

### ► PISCICULTURA

- Participação e mobilização social nas atividades (reuniões, wayuris, oficinas)
- Número de famílias e comunidades atendidas pelo projeto (assessoria técnica + recebimento de produção)
- Capacidade de articulação entre atividades de piscicultura, agricultura tradicional e atividades sociais, educacionais e de reafirmação cultural;
- Número de alevinos produzidos;
- Qualidade da participação da equipe técnica indígena;
- Articulação com as lideranças indígenas, comunidades e famílias no raio de ação do projeto, em especial no desenvolvimento de uma agenda conjunta de prioridades;
- Capacidade de responder às prioridades da comunidade e das lideranças indígenas.
- Elaboração de atividades que visem à formação de novos agentes locais disseminadores de conhecimentos de manejo de peixes e pesca.

### ► MANEJO AGROFLORESTAL

- Produção de parte dos alimentos e insumos para alimentação da equipe técnica e dos animais criados dentro da estação de piscicultura;
- Capacidade de articulação entre atividades de agricultura aplicada à produção animal, agricultura tradicional e atividades sociais e educacionais;

### ► ACESSORIA ANTROPOLÓGICA

- Efetividade da gestão administrativa e financeira pela associação indígena;
- Efetividade do controle social das comunidades.
- Efetividade da articulação social entre atividades produtivas, assessoria técnica indígena, escolas e outras instituições públicas e demandas das lideranças, comunidades e famílias envolvidas no processo.
- Testar a capacidade de articulação entre conhecimentos técnicos voltados para a produção e conhecimentos tradicionais, em especial os que envolvem relação com os animais e o meio ambiente.

- Produzir formas alternativas de combinação entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais que auxiliem as atividades de manejo ambiental e a dinâmica social na região do Rio Uaupés.

- Defender a expressão dos conhecimentos indígenas e o seu respeito na elaboração de projetos e políticas públicas;
- Promover a participação direta das lideranças indígenas em instâncias decisórias e de produção de conhecimento;
- Auxiliar nos processos de inovação/incorporação dos conhecimentos tradicionais à processos sociais e econômicos heterogêneos (comércio, educação formal, produção, extrativismo).
- Auxiliar o acesso das populações indígenas a conhecimentos científicos, políticos e acadêmicos, além de garantir o conhecimento dos direitos e deveres legais que essas populações possuem.

## Perspectivas

- Integração de atividades de produção de alimentos, de formação de agentes locais de manejo e de reunião de conhecimentos tradicionais com participação de diversos setores da comunidade de Iauaretê e das comunidades mais próximas (técnicos indígenas, xamãs, lideranças representativas, professores e alunos de escolas, assessores externos) por meio da ação contínua do Comitê de Projetos e da Coidi.
- Finalização da primeira pesquisa do CEPI/Iauaretê e publicação dos dados relativos à população e à pesca na região;
- Realização de debates sobre a relação com os peixes incorporando aspectos xamânicos, ecológicos e jurídicos;
- Desenvolvimento de técnicas e unidades de piscicultura mais adaptadas ao contexto socioambiental regional, apostando em técnicas menos invasivas e de menor dependência externa, em especial criação de peixes que não demandem controle reprodutivo (desova espontânea)
- Aumento da quantidade de viveiros e de piscicultores familiares em Iauaretê e outras comunidades da bacia;
- Implantação de piscicultura em nível comunitário em alguns bairros de Iauaretê;
- Iniciar experimentação com alimentação alternativa (frutos e farináceos) na manutenção de peixes e aves na Estação Iauaretê.

- ▶ Conclusão do PPP da Escola São Miguel e garantia da participação de conhecedores tradicionais na formação dos alunos.
- ▶ Publicação e disseminação de coletâneas com conteúdos que expressem e defendam os conhecimentos tradicionais indígenas, elaborados por meio de pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores indígenas, assessores e conhecedores tradicionais;
- ▶ Fortalecimento da capacidade operacional e política da Coidi para influenciar processos de formulação de projetos e políticas públicas no distrito de Iauaretê.

## Melhores momentos

- ▶ Reuniões do conselho gestor de projetos, unindo redes sociais dispersas em diferentes projetos, referenciais de parentesco e conhecimentos num mesmo espaço de reflexão e execução de atividades, investimentos e diálogo, abarcando assim um leque maior de perspectivas críticas sobre a realidade social do povoado;
- ▶ Realização de cinco oficinas temáticas, onde especialistas rituais e técnicos indígenas em manejo ambiental e piscicultura apresentaram, lado a lado, seus conhecimentos e interpretações sobre diversos temas, todos relacionados ao manejo ambiental e a sustentabilidade no povoado;
- ▶ Montagem e abertura ao Público da Biblioteca e Videoteca do Cerci, incluindo a inauguração do cineclubes de Iauaretê, com mais de 80 espectadores;
- ▶ Retorno dos ornamentos de dança (*basá-busá*), o que causou grande comoção no povoado, uma intensa reflexão sobre o estilo de vida urbano de Iauaretê e um maior envolvimento na retomada de práticas rituais por diversos grupos étnicos ali residentes.

# Pró-Yanomami

## O que é

Em janeiro de 2009 o Programa Rio Negro (PRN) passou a gerenciar os projetos até então desenvolvidos pela Comissão Pró-Yanomami (CCPY) que durante 30 anos se dedicou à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami. Nesse sentido, o PRN assumiu a missão da CCPY e incorporou sua equipe e financiamentos, dando continuidade às ações que se organizam em duas frentes: o Projeto de Educação Yanomami (PEY) e o Projeto Gestão Territorial Yanomami (GT).

O PEY busca o reconhecimento oficial da rede escolar Yanomami multi-lingüística que respeite os processos próprios de aprendizagem, as propostas pedagógicas, que possua subsídios didáticos próprios e que seja formada por um quadro de docentes yanomami e mantida pelo governo brasileiro. Suas ações são voltadas principalmente à formação e certificação dos professores yanomami, ao apoio às escolas, à produção de materiais didáticos bilíngues e a referenciar políticas públicas educacionais adequadas ao contexto yanomami.

O GT busca promover a reflexão sobre a ocupação territorial da Terra Indígena Yanomami (TIY) e entorno, desenvolvendo ações de manejo agroflorestal, piscicultura e apicultura; elaborando diagnósticos socioambientais; promovendo a fiscalização e vigilância territorial; e acompanhando as políticas públicas, especialmente sobre saúde e mineração.

O ISA Pró-Yanomami tem como seu principal parceiro a Hutukara Associação Yanomami (HAY), organização fundada em 2004 e presidida pelo líder Davi Kopenawa Yanomami.

A presença do ISA em Roraima inaugura também sua inserção gradual na co-gestão da Bacia do Rio Branco para além da TYI, visando um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Roraima que seja baseado na sustentabilidade socioambiental.

## Equipe

**Marcos Wesley de Oliveira** (indigenista, coordenador do GT), **Lídia Montanha Castro** (pedagoga, coordenadora do PEY), **Ana Maria Antunes Machado** (pedagoga, assessora do PEY), **Ana Paula Souto Maior** (advogada, PPDS), **Clarisse do Carmo Jabur** (antropóloga, assessora do PEY), **Dafran Gomes Macário** (biólogo, assessor do GT), **Giseli Deprá** (historiadora, assessora PEY), **Hanna Cibele Lins Rocha Limulja** (antropóloga, assessora do PEY), **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, analista de administração), **Sidinaldo Lima dos Santos** (auxiliar administrativo), **Marcolino da Silva** (motorista), **Lucineide Veras Lima** (auxiliar de serviços gerais).

**Colaboradores:** **Bruce Albert** (antropólogo, diretor de pesquisa no Institut de Recherche pour le Développement e pesquisador associado do ISA), **Ciro Campos** (biólogo, bolsista (PCI-DTI/CNPq), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - núcleo Roraima), **Érika Magami Yamada** (advogada, ISA/PPDS), **François-Michel Le Tourneau** (geógrafo, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique da França, pesquisador associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e pesquisador associado do ISA), **Helder Perri Ferreira** (lingüista), **Judite Gonçalves Albuquerque** (educadora, Universidade do Estado do Mato Grosso Unemat), **Luis Antonio Garcia** (matemático), **Luis Fernando Pereira** (antropólogo, falecido em 2008), **Márcio Santilli** (filósofo, ISA/PPDS), **Maria Cristina Troncarelli** (educadora), **Maurice Tomioka Nilson**

(geógrafo, INPA), **Mauro Cornacchioni Lopes** (engenheiro de pesca), **Ralme Gischewski Borges** (apicultor), **Rogério do Pateo** (antropólogo, ISA/Monitoramento).

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Parceiras

Hutukara Associação Yanomami (HAY), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Fundação Rainforest dos Estados Unidos, Survival International, Núcleo Inskiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Fundação Moore.

### ▶ Fontes de Financiamento

Fundação Rainforest da Noruega, Embaixada da Noruega, Funai/CGEI, Ajuda da Igreja da Noruega (AIN).

## O que foi feito

### ▶ PROJETO DE EDUCAÇÃO YANOMAMI (PEY)

Neste ano foi concluída a formação da primeira turma de professores yanomami, composta de 16 pessoas, no ensino fundamental e médio, modalidade normal, categoria magistério indígena. Iniciada em 2001, contou com 12 cursos intensivos e diversos acompanhamentos pedagógicos e intercâmbios. A proposta curricular referente a essa formação tem o nome de Magistério Yarapiari. Foi elaborada inicialmente pela CCPY e está sendo finalizada pelo ISA Pró-Yanomami. Atualmente está sendo encaminhada toda a documentação necessária para a certificação dos professores, que se dará possivelmente pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (Ceforr), conforme acordo entre a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Roraima (SECD/RR), o Ceforr e o ISA. Outros 56 professores fazem parte do Magistério Yarapiari e devem concluir a formação até 2012.

As ações realizadas pelo PEY em 2009 foram:

- Dois cursos intensivos de formação dos professores yanomami, cada um de 300 horas;
- Nove acompanhamentos pedagógicos em seis regiões assistidas pelo PEY: Auaris, Alto Catrimani, Kayanau, Parawau, Toototobi e Demini;
- Participação nas cinco reuniões (27/5, 02/9, 15/9, 22/9, 29/9) da comissão interinstitucional criada pela SECD/RR para viabilizar a certificação dos Yanomami que concluíram o Magistério Yarapiari;
- Com o Ceforr, 10 reuniões (10/9, 18/9, 22/9, 1º/10, 6/10, 28/10, 11/11, 30/11, 3/12, 9/12) que resultaram na elaboração de um plano de trabalho para 2010 e a solicitação para 2011, com projeções para ainda mais dois anos. A partir de 2010 o Magistério Yarapiari passará a compor o quadro de ações da SECD/Ceforr, configurando-se como um curso específico de formação de professores yanomami, tendo o ISA Pró-Yanomami como executor e responsável pela concepção educacional e organização das ações formativas;
- Encaminhamento de documentação e acompanhamento do processo que resultou na criação de mais oito escolas yanomami, totalizando 32 até o momento, e na recontração dos 32 professores yanomami que haviam sido contratados no ano anterior (2008);

- Sistematização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas yanomami e conclusão do PPP do Projeto Yarıpiari.
- Tradução de quase a totalidade dos seis cadernos de matemática para as línguas yanomama e sanõma.
- Para atualizar os dados sobre os alunos yanomami alfabetizados e também apresentar para a SECD/RR uma alternativa de avaliação, classificação e adequação na progressão escolar dos alunos yanomami, desenvolveu-se e aplicaram-se avaliações diagnósticas sobre alfabetização em mais de 70% dos alunos.
- O governo do Estado de Roraima extinguiu 10 escolas Yanomami em 2/7. O PEY assessorou a Hutukara Associação Yanomami (HAY) na representação ao Ministério Público Federal (MPF) que resultou na revogação do decreto estadual.
- O PEY promoveu Conferências Locais de Educação no Toototobi (12/2), Kayanau (6/3), Parawau (16/3), Auaris (24/3) além de uma grande Conferência Yanomami na região do Catrimani (9/5) com a participação de 80 professores. Em seguida um grupo de 17 professores yanomami e a coordenação do PEY participaram da Conferência Regional de Educação Indígena, realizada em Boa Vista (1º a 6/6); da Conferência Nacional de Educação Indígena realizada em Luziânia (16 a 20/11), com a presença de cinco representantes yanomami e a coordenação do PEY.
- Associadas às conferências, o Ministério da Educação, por meio da Secad/MEC, iniciou a discussão do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana. Durante a Conferência Regional os Yanomami e Ye'kuana propuseram a criação de um Território Etnoeducacional próprio. A SECD/MEC apoiou a iniciativa e realizou uma reunião com a presença do representante Gersem Baniwa para discutir a implementação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana (3/11).
- Produção de 11 jornais nas línguas yanomami e distribuição para 30 comunidades.

#### ► PROJETO GESTÃO TERRITORIAL YANOMAMI (GT)

Boa parte dos esforços do GT é direcionada à região de Auaris, onde vivem os sanõma (um sub-grupo yanomami) e os Ye'kuana, com população total de aproximadamente 2.000 pessoas. As ações visam diminuir a pressão sobre os recursos naturais promovendo, por um lado, ações de manejo agroflorestal e piscicultura e, por outro, a reflexão sobre o processo de centralização e sedentarização desencadeado nos últimos 30 anos e uma possível volta à mobilidade com a dispersão das comunidades e dos serviços de saúde e educação.

As ações realizadas pelo GT em Auaris no ano de 2009 foram:

- Diagnóstico socioambiental de Auaris abordado e aprofundado em duas oficinas (julho e agosto), nos cursos de formação de professores (maio e outubro) e nas escolas sanõma (acompanhamentos pedagógicos de março, julho e agosto), quando ampliou-se a base de dados sobre Auaris e foram produzidos materiais de formação sobre os recursos ambientais.
- Participação de dois sanõma no intercâmbio da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) realizado no Acre sobre o tema Manejo Territorial.
- Duas oficinas de viabilidade para a criação de peixes com participação de consultor especializado (abril e dezembro).
- Reforma dos quatro tanques de piscicultura pelas comunidades sanõma e ye'kuana e início da criação dos peixes com a introdução dos alevinos de tambaqui e a atividade de alimentá-los diariamente.
- Oficina de manejo agroflorestal em agosto com a participação das lideranças e professores de Auaris, quando passaram a atuar como monitores locais na realização de levantamentos, diagnósticos e oficinas relaciona-

das ao projeto.

Além das ações realizadas em Auaris, o GT atua juntamente com a Hutukara na vigilância da TIY que têm como principais problemas o aumento do garimpo ilegal e a permanência de fazendeiros na região do Ajarani. Nesse sentido, em 2009 foram realizadas as seguintes atividades:

- Diagnóstico socioambiental das regiões do Ajarani e Apiaú realizado em parceria com a Hutukara, quando se iniciou o reconhecimento do limite leste da TIY entre as comunidades do Ajarani e Apiaú, com informações sobre a ocupação no entorno que apontam locais de maior vulnerabilidade e proximidade das frentes de expansão bem como de pontos de apoio ao garimpo.
  - Elaboração de documentos sobre garimpo e reuniões com Funai, Polícia Federal e Ibama.
  - Elaboração de documentos e participação em diversas reuniões sobre o caos sanitário na TIY e a necessidade de se criar a Secretaria Especial de Saúde Indígena, retirando da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a responsabilidade sobre a saúde indígena.
- O GT também publicou o livro *URIHI A – A Terra-Floresta Yanomami*, de Bruce Albert, William Milliken e Gale Gomez, no final de dezembro com distribuição prevista para março de 2010.

#### ► Outras iniciativas para além da TIY

- Energia Eólica

Em 2009 o ISA Roraima realizou o estudo "Demandas e Potencialidades para o Aproveitamento de Energia Limpa de Origem Eólica nas Comunidades Indígenas de Roraima", visando a implantação de um projeto piloto que aproveite a abundante oferta dessa energia no estado, como apontado no Atlas do Potencial Eólico Brasileiro. De acordo com a publicação, a maior parte do potencial eólico existente na Amazônia brasileira está em Roraima, especificamente nos campos e serras da região do Lavrado, nas Terras Indígenas Raposa-Serra do Sol e São Marcos.

O estudo aponta para a viabilidade do empreendimento e a expectativa de assim diminuir a dependência e os custos da geração a diesel e, consequentemente, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de ampliar a oferta de energia para regiões mais isoladas.

Em 2010 serão realizados estudos complementares de medição dos ventos nos locais que apresentam ventos mais favoráveis e, ao mesmo tempo, são de interesse das comunidades indígenas. As ações serão desenvolvidas em parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR).

- Diagnóstico Socioambiental de Roraima

Em 2009 foi elaborado o projeto Diagnóstico socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços ambientais no extremo norte da Amazônia brasileira, que recebeu o apoio financeiro da Fundação Moore, com início previsto para fevereiro de 2010. O objetivo do projeto é elaborar um diagnóstico amplo e atualizado capaz de subsidiar iniciativas de gestão territorial com responsabilidade socioambiental e contribuir na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico com justiça social e valorização dos serviços ambientais em Roraima.

## Indicadores

- A primeira turma de professores yanomami formada no ensino fundamental e médio, modalidade normal, categoria magistério indígena;
- 70% dos alunos yanomami passaram pelo processo de avaliação da alfabetização;
- 11 jornais nas línguas yanomami publicados;

- ▶ PPP do Magistério Yariapiari finalizado;
- ▶ Assinado e publicado o decreto de criação de oito escolas yanomami;
- ▶ Renovado o contratado temporário dos professores selecionados em 2008;
- ▶ Elaborada a proposta para criar o Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana;
- ▶ Traduzidos os livros de matemática para as línguas yanomama e sanõma;
- ▶ Quatro viveiros de piscicultura funcionando em Auaris;
- ▶ Publicado o livro Urihi a – A Terra Floresta Yanomami;
- ▶ Diagnóstico socioambiental do Ajarani/Apiaú elaborado;
- ▶ Elaborado o estudo “Demandas e Potencialidades para o Aproveitamento de Energia Limpa de Origem Eólica nas Comunidades Indígenas de Roraima”;
- ▶ Aprovado pela Fundação Moore o projeto Diagnóstico Socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços.



Participantes do XII curso de formação de professores yanomami, Magistério Yariapiari. Núcleo Insikiran – UFRR

## Avaliação

O ano de 2009 ainda foi considerado como um período de transição dos projetos que eram mantidos pela CCPY e que passaram a ser executados pelo ISA, embora desde janeiro a responsabilidade já fosse integralmente do ISA. Nessa perspectiva de transição, avalia-se que ao final de 2009 esta etapa foi concluída satisfatoriamente, com o ISA Pró-Yanomami interagindo diretamente com todos os departamentos e instâncias da organização e vice versa.

As metas previstas para o ano foram atingidas e as atividades programadas foram realizadas a contento, embora no caso da retirada dos invasores da TIY, diga-se fazendeiros e garimpeiros, a atuação do ISA em parceria com a Hutukara não logrou em ações dos órgãos competentes – Funai e Polícia Federal – que expulsassem definitivamente os invasores.

Já no caso da assistência à saúde indígena, as denúncias e mobilizações impulsionadas pelo ISA Pró-Yanomami, juntamente com a Hutukara, resultaram, num primeiro momento, na não aceitação de convênio entre a Funasa e a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (Sesau) e, posteriormente, na criação do decreto que torna autônomos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

- ▶ Que os órgãos competentes retirem os invasores da TIY – garimpeiros e fazendeiros.

## Melhores momentos

- ▶ Realização do XII Curso de Professores Yanomami quando foi concluída a formação da primeira turma, composta de 16 pessoas, no ensino fundamental e médio, modalidade normal, categoria magistério indígena.
- ▶ Conclusão do PPP do Magistério Yariapiari.
- ▶ Aprovação do projeto enviado ao MEC, para dar continuidade à formação dos professores Yanomami, e do projeto enviado à Moore para a elaboração de um diagnóstico socioambiental de Roraima.
- ▶ Formalização da proposta dos Yanomami e Ye'kuana de criação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana durante a Conferência Regional de Educação Indígena.
- ▶ Introdução da primeira leva de alevinos nos tanques de piscicultura em Auaris/TIY.
- ▶ Realização do diagnóstico socioambiental do Ajarani e Apiaú/TYI.
- ▶ Publicação do livro *Urihi a - a Terra Floresta Yanomami*, de Bruce Albert e Willian Miliken.

## Perspectivas

Em 2010 espera-se:

- ▶ Certificar os professores yanomami formados.
- ▶ Concluir a formação de mais 20 professores yanomami.
- ▶ Concluir e publicar os PPPs das escolas yanomami.
- ▶ Publicar os seis livros de matemática em quatro línguas yanomami.
- ▶ Realizar a primeira despesca nos tanques de piscicultura em Auaris.
- ▶ Realizar uma oficina de construção de canoa em Ajarani
- ▶ Realizar um levantamento da ocupação yanomami na região de Surucucu.
- ▶ Obter um diagnóstico técnico das condições para a implantação de um projeto piloto de geração de energia eólica no Lavrado de Roraima.



Indígenas promovem ato em frente à Funasa de Roraima (07/07/2009).

# VALE DO RIBEIRA

## O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira – que abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná –, ganha ainda mais importância no atual contexto das Mudanças Climáticas, por conservar com suas florestas, rica biodiversidade e sociodiversidade, um importante manancial de água para a região mais populosa do país.

O objetivo do programa é auxiliar a construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, naturais e comunidades tradicionais. Para tanto, faz um monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualiza e disponibiliza as informações produzidas, capacita atores locais e planeja ações e projetos visando à formação de uma agenda positiva voltada ao desenvolvimento sustentável da região.

O ISA, por meio do Programa Vale do Ribeira (PVR), participa de Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação estaduais e federais como o Mosaico Juréia e o Mosaico Jacupiranga. Participa também do Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica; Comitê Regional de Bacias (CBH) do Rio Ribeira de Iguape, do Comitê Federal de Bacias, da Coordenação da Campanha contra a Construção de Barragens no Rio Ribeira de Iguape e da Coordenação da Campanha Cílios do Ribeira, pela recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira.

O PVR desenvolve projetos-piloto de diagnóstico, planejamento e desenvolvimento socioambiental, fortalecimento organizativo e geração de renda em 14 comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira. Com o projeto de Inventário de Referências Culturais quilombolas, o programa incorporou mais quatro comunidades no seu trabalho, atingindo 18 no total.

## Equipe

**Nilto Ignácio Tatto** (Coordenador); **Raquel Pasinato** (Bióloga, Coordenadora Adjunta); **Anna Maria Andrade** (Antropóloga); **César Pegoraro** (Técnico plano de manejo, até junho de 2009); **Claudia Macedo Reis** (Técnica plano de manejo, até junho de 2009); **Ivy Wiens** (Relações Públicas, Assessora da Campanha Cílios do Ribeira); **João Paulo Santos Lima** (Contabilista, assessor administrativo); **Karin Ingrid Retzl** (Administradora, assessora de comercialização); **Luca Fanelli** (Historiador, Cooperante estrangeiro Mais/Rete); **Marcos Froes** (Engenheiro florestal, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental, até novembro de 2009); **Maria Fernanda do Prado** (Bióloga, Assessora em Geoprocessamento); **Martino Noce** (Estagiário, Cooperante estrangeiro Mais/Rete); **Marya Nasser** (Estagiária, até dezembro 2009); **Maurício de Carvalho Nogueira** (Biólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Náutica Pupo Pereira de Morais** (Auxiliar de serviços gerais); **Paola Posta Colombo** (Engenheira Florestal, Cooperante estrangeira Rete); **Reinaldo Gomes Ribeiro** (técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Renato Flávio Rezende Nestleher** (técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Rosely Alvim Sanches** (Técnica plano de manejo, até junho de 2009); **Silvani Cristina Alves** (Auxiliar administrativa); **Willians Zorzan** (Advogado, assessor jurídico).

**Colaboradores:** Clodoaldo Armando Gazzetta (Instituto Ambiental Vidúga, biólogo); Cristina Adams (Pesquisadora da USP/Leste); Lucia Munari (Mestranda do IB/USP); Cecília Matheus (Banco de Alimentos de Campinas); Ednei Bueno (Redetraf/Rede Nacional de Turismo na Agricultura Familiar); Felipe Leal (fotógrafo, Núcleo Oikos); Gabriela Segarra Martins Paes (Itesp, Assessora de desenvolvimento); Iara Rossi (Itesp, Assessora de capacitação); Nivaldo Maia (Banco de Alimentos de Campinas); Maria Elisa de P. E. Garavello (Esalq/USP, Doutora em Ciências Sociais); Martha Negrão (Itesp, engenheira florestal); Sydnei Santana e Silva (Itesp, engenheiro agrônomo); Robertson Fonseca de Azevedo (promotor do Ministério Público Estadual do Paraná); Altair de Matos Pereira (Instituto Fundação de Terras do Estado de São Paulo); Marcos Roberto Viotti (Instituto Fundação de Terras do Estado de São Paulo); Clóvis José Fernandes de Oliveira Junior (Pesquisador, Instituto de Botânica, SMA); Eduardo Pereira Cabral Gomes (Pesquisador, Instituto de Botânica, SMA); Francisca Alcivânia de Melo Silva (Pesquisadora Unesp/Registro).

## Parcerias e fontes de financiamento

► **Parceiros locais:** Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Bairro Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Bairro Mandira; Associação Quilombo Bairro Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo do Bairro Poça; Associação Quilombo Abobral Margem Esquerda; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo Maria Rosa; Associação Quilombo Praia Grande

► **Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais**

**Aecid Agência Espanhola de Cooperação Internacional:** apoio financeiro; **AIN Ajuda da Igreja da Noruega:** apoio financeiro; **Associação Núcleo Oikos:** apoio financeiro e parceria na execução de atividade do projeto Inventário de Referências Culturais Quilombolas; **Asstraf Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul (PR); Banco de Alimentos da Prefeitura de Campinas:** parceria na implementação de atividades; **Cese Coordenadoria Ecumênica de Serviço:** apoio financeiro; **Conab Companhia Nacional de Abastecimento:** parceria na comercialização de bananas; **Diocese de Registro:** parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar e Campanha contra o Tráfico de Seres Humanos (TSH); **Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí:** parceria na execução das atividades e campanha contra o Tráfico de Seres Humanos; **Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira,** parceria na implementação das atividades; **Esalq/USP Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - Deptº de Economia, Administração e Sociologia:** cooperação técnica no projeto artesanato; **Moab Fehidro/CBH-RB Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul:** apoio financeiro; **Frigorífico Marba Ltda:** apoio financeiro; **FF-SMA-SP Fundação Florestal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente:** parceria na implementação de atividades; **Fundação Banco do Brasil:** apoio financeiro; **IB Instituto de Botânica do Estado de São Paulo:** apoio técnico; **Iniciativa Verde / Banco Real/Aymoré Financiamentos:** apoio financeiro e parceria na implementação de atividades do Projeto "Rio Pedro Cubas"; **Instituto**

**Ambiental Vidágu:** parceria na implementação das atividades; **Ital Instituto de Tecnologia dos Alimentos:** apoio técnico na implementação de atividades; **Itesp Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva”:** parceria na implementação de atividades; **Mais/Reite: Movimento per l’Autosviluppo, l’Interscambio e La Solidarietà, Rete di Tecnic:** apoio financeiro; **MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário:** apoio financeiro; **Ministério da Cultura/ Ponto de Difusão Digital:** contribuição na forma de bens e serviços; **Ministério das Comunicações/Programa Gesac Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão:** contribuição na forma de bens e serviços; **MMA/FNMA: Ministério do Meio Ambiente / Fundo Nacional do Meio Ambiente:** apoio financeiro; **MMA/PDA Ministério do Meio Ambiente/ Subprograma de Projetos Demonstrativos:** apoio financeiro; **Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega:** apoio financeiro; **Petrobras S.A./Ministério da Cultura/ Lei de Incentivo à Cultura:** apoio financeiro; **Prefeitura da Estância Turística de Eldorado; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida; Prefeitura Municipal de Iporanga; Proter Programa da Terra:** parceria na implementação de atividades; **Rede Juçara:** parceria na execução de atividades do projeto em rede sobre Palmeira Juçara; **UE União Européia:** apoio financeiro; **Unicamp:** parceria na execução de atividades do Plano de Manejo Mosaico Juréia; **USP / EACH Universidade de São Paulo/ Escola de Artes, Ciências e Humanidades:** apoio técnico.

## O que foi feito

O Programa Vale do Ribeira desenvolveu projetos e ações nos seguintes temas:

- Desenvolvimento Sustentável Local
- Monitoramento Socioambiental Regional
- Educação e Cultura

## Parcerias

No Vale do Ribeira há uma série de organizações locais e movimentos sociais que trabalham no desenvolvimento de projetos e atuam em temáticas locais e regionais na luta pela observância dos direitos adquiridos relacionados às questões ambientais, sociais, culturais e fundiárias. O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas destas instituições com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados.

Nesse sentido, avalia-se que as parcerias foram reforçadas positivamente em 2009 melhorando as relações regionais do Programa e aumentando o espectro de ações na região.

Ainda há considerável dificuldade das associações quilombolas em relação à falta de infraestrutura e recursos humanos com disponibilidade e algum grau de escolaridade para atuarem na administração físico-financeira dos projetos em parceria com o ISA e outras instituições. Em 2009, o ISA trabalhou a temática do Fortalecimento Organizativo das associações de forma transversal e integrada nos projetos.

Outro ponto de atenção que teve continuidade em 2009 foram sobreposições de atividades e projetos de diferentes instituições atuantes no vale do Ribeira. O ISA vem discutindo, dialogando e incentivando a instalação de parcerias com o objetivo de fortalecer as organizações, potencializar as oportunidades e melhorar a eficiência e eficácia das ações e projetos propostos.

## Indicadores

### LINHA DE AÇÃO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

- ▶ Econômicos: Capacidade de Produção; número de pessoas envolvidas na atividade; geração de renda pessoa/ano;
- ▶ Sociais: índice de participação da comunidade nas atividades; Nº de pessoas vinculadas à associação; Número de famílias da comunidade;
- ▶ Ambientais: Número de produtores que usam defensivo agrícola; Número de roças abertas com licença; Número de roças abertas sem licença; Infrações ambientais por comunidade.

### LINHA DE AÇÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA

- ▶ Acesso ao site “Quilombos do Ribeira”; Número de vídeos produzidos pelo ISA; Número de variedades de sementes levantadas; Número de crianças quilombolas que participam dos eventos propostos pelo ISA; Número de eventos culturais/educacionais propostos pelo ISA; Número de quilombolas formados em cursos de segundo grau; Número de quilombolas formados em cursos universitários; Número de jovens quilombolas que participam de Fóruns orientados para a formulação ou revisão de políticas públicas.

### LINHA DE AÇÃO: MONITORAMENTO SOCIOAMBIENTAL REGIONAL

- ▶ Número de parceiros; Diversidade de parceiros (número de parceiros/ área de atuação); Número de sugestões de representantes do ISA aprovadas nos diferentes Fóruns; Quantidade de processos de titulação mapeados e titulados; Acesso ao site “Cílios do Ribeira”; NSAs produzidas.

## Produtos

- Catálogo do Artesanato Quilombola
- Cartilha de recuperação de Matas Ciliares;
- Folder Cílios do Ribeira
- Boletim campanha Cílios do Ribeira

## Campanhas

- Contra a Construção de Barragens
- Cílios do Ribeira, pela recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira

## Avaliação

O Vale do Ribeira tem importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a UNESCO lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta. Em 2009 o programa avançou nas discussões internas sobre a gestão, a produção de indicadores e a centralidade dos trabalhos. Algumas ações locais já tiveram seu ciclo encerrado, outras ainda estão em andamento.

O PVR também teve impactos em suas ações devido a dificuldades financeiras, decorrentes da finalização de alguns contratos e da falta de prioridade de investimento na região da Mata Atlântica.

Foram propostos alguns caminhos para alteração na legislação de licenciamento de roças e sobre a Lei de sementes e mudas florestais., que tem influência sobre a vida das comunidades quilombolas e do Vale como um todo.

Com as políticas públicas de PAA (??) e merenda escolar há importantes oportunidades para os quilombolas desenvolverem sua agricultura para geração de renda e aumento da segurança alimentar. As comunidades,

mais do que nunca, precisarão de apoio técnico e fortalecimento organizativo de suas associações.

Por outro lado, há algumas potencialidades e desafios relacionados às questões climáticas, que se refletem no trabalho do programa.

Em uma análise inicial da atuação do programa, constata-se que as ações estão contribuindo no sentido de mitigar alguns impactos, por meio das atividades da Campanha Cílios do Ribeira, dos viveiros comunitários, de recuperação de áreas degradadas e nascentes, bem como o apoio a iniciativas de gestão territorial dos recursos naturais e aos programas de manejo das UCs, que mantêm a biodiversidade da Mata Atlântica, além de contribuírem na regulação do fluxo de chuvas e conservação do solo.

O incentivo às práticas agrícolas sustentáveis como os SAFs, a apicultura, orgânicos, produtos da roça tradicional também contribuem para que a região preste serviços ambientais. Entende-se que a base para a construção de novos modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, mais resistentes e mais adaptados às novas condições climáticas reside nos conhecimentos acumulados através dos séculos por gerações de experimentados agricultores, comunidades tradicionais e povos indígenas e na articulação entre esses conhecimentos e o que está sendo desenvolvido por acadêmicos e cientistas de todo o mundo.

O desafio está posto e o PVR está construindo estratégias de trabalho neste sentido.

## Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará, em 2010, com a implantação, consolidação e acompanhamento das atividades acima descritas. E, para isto, conta com projetos já aprovados, projetos encaminhados e outras fontes de apoio que poderão ser acessadas. Em 2010 serão implantadas novas áreas de recuperação de matas ciliares, resultado da mobilização da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR irá ampliar sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais, na elaboração de planos de manejo do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, no grupo de trabalho da Resolução 16 da SMA/SP sobre o manejo do palmito Juçara que irá reformular a regulamentação do manejo dos frutos da palmeira Juçara (polpa e sementes). Até hoje, apenas o manejo do palmito está documentado na Resolução 16. Isto tem efeito direto no desenvolvimento da cadeia produtiva da Juçara.

Há grande expectativa na implementação do projeto piloto de Planejamento Territorial Estratégico no Quilombo de São Pedro, próximo passo da Agenda Socioambiental quilombola.

Para dar continuidade ao processo, a etapa seguinte tem como objetivo apoiar os comunitários na pesquisa de alternativas de equacionamento de suas demandas e no processo de avaliação do impacto destas alternativas para a fisionomia de seu território no futuro. E, desta forma, possibilitando uma forma de pensar sistêmica sobre seu território que considere as relações entre indivíduos, grupos sociais e sua referência cultural e proporcionando um sentimento de pertencimento dentro de um dado espaço geográfico, um espaço coletivo que reforça as interações sociais e a identidade do grupo ou comunidade.

O Planejamento Territorial Estratégico pretende desenvolver ferramentas de auxílio à tomada de decisão e a elaboração de um plano de ação orientado para o equacionamento das demandas das comunidades. Isso se fará por meio de modelos e cenários que possam auxiliar os comunitários nos processos de tomada de decisão para a seleção de atividades a serem implantadas nas comunidades, e também na avaliação e proposição de

políticas públicas mais afinadas com suas expectativas e realidade. Este processo também pretende auxiliar as comunidades no equacionamento daquelas demandas que resultem em interferência e alteração nas formas de uso da terra.

Em 2010 serão realizados alguns seminários e atividades específicos para discussão de temáticas e formulação de propostas, como por exemplo, as regulamentações da Lei da Mata Atlântica; incidindo principalmente no manejo das roças de subsistência dos quilombolas; identificação da Reserva Legal e áreas de Proteção Permanentes (APPs) nos territórios quilombolas.

O programa vai iniciar estudos para entender as vulnerabilidades do Vale do Ribeira em relação às mudanças climáticas. A região de atuação do Programa é uma reserva importante de Mata Atlântica para o Estado de São Paulo, o qual já está desenvolvendo uma política estadual de redução de emissões, via um projeto de lei. Além disto, a região localiza-se entre duas grandes capitais, São Paulo e Curitiba, que usufruem dos serviços prestados por esta floresta, como água e muitos outros recursos naturais, ainda que extraídos ilegalmente, caso do palmito Juçara, por exemplo.

## Melhores momentos

- Mutirões de plantio da Campanha Cílios do Ribeira; e mutirões de plantio em Pedro Cubas;
- Produção de mudas nativas nos viveiros e cursos de Capacitação de Viveiristas;
- Participação das comunidades quilombolas com viveiros e artesanatos na Expo Garden 2009, em São Paulo;
- Seminário regional sobre a Lei da Mata Atlântica;
- Seminário Regional sobre Agrofloresta e Pagamento por Serviços Ambientais;
- II Feira de trocas de sementes das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
- Plano de Manejo do Mosaico da Juréia com a concretização de três oficinas participativas e grande número de representantes de moradores locais das comunidades da Juréia e a crescente integração e envolvimento de pessoas na elaboração do Zoneamento e programas do Mosaico.
- Oficinas de Planejamento Participativo e inventários turísticos para consolidação do Circuito Quilombola de Turismo de base comunitária;
- Oficinas do Inventário de Referências Culturais Quilombolas;
- Oficinas de Manejo Apícola em Porto Velho;
- vVenda da banana orgânica do Quilombo de Ivaporunduva para Conab e Ceasa.
- Oficina de Elaboração de projetos com estudantes universitários quilombolas



# Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

### O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando à formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

### Parcerias e fontes de financiamento

Asstraf - Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul -PR; Fehidro/CBH-Ribeira; Cemp - Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas/Secretaria de Educação de São Paulo); parceria na implementação de atividades; Diretorias Regionais de Ensino dos municípios de Miracatu, Registro e Apiaí; Eaacone - Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras); Instituto Ambiental Vidágua; Moab - Movimento dos Ameaçados por Barragens; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado - SP; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

### Equipe

Raquel Pasinato; Maria Fernanda do Prado; Mauricio de Carvalho Nogueira; Ivy Wiens; Nilto Ignácio Tatto; Silvani Cristina Alves.

### O que foi feito

- ▶ Representação do ISA no Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-Ribeira) e na Câmara Técnica de Planejamento do CBH-Ribeira;
- ▶ Participação na discussão da montagem do Conselho da APA Quilombos do Médio Ribeira;
- ▶ Representação no Comitê Gestor do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica;
- ▶ Apoio na articulação da Campanha contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, com a sociedade civil organizada do Vale do Ribeira, em especial o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab);
- ▶ Atualização do site da Campanha contra Construção de Barragens no Rio Ribeira;
- ▶ Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Tijuco Alto e das questões levantadas junto ao Instituto Chico Mendes;
- ▶ Coordenação das atividades da Campanha de Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira, com formalização de Comitê de Acompanhamento e realização de plantios nas áreas definidas pelos municípios;
- ▶ Apoio à realização de eventos regionais sobre a Campanha contra Construção de Barragens no Ribeira;
- ▶ Participação na elaboração dos planos de manejo do Mosaico da Juréia;

### Indicadores

- ▶ Número de comunidades e organizações locais participantes da Campanha contra barragens;

- ▶ Acessos ao site da Campanha na página do ISA;
- ▶ Número de municípios e áreas delimitadas para recuperação das matas ciliares dentro da Campanha Cílios do Ribeira;

### Avaliação

#### ▶ Pontos Fortes

Inserção do ISA na região do Vale do Ribeira, além da questão quilombola, unindo esforços com outras instituições que buscam o desenvolvimento sustentável da região.

#### ▶ Pontos de Atenção

A ampliação do escopo de ações do Programa frente às dificuldades de acesso e falta de recursos e investimentos para a Mata Atlântica e suas populações tradicionais.

### Perspectivas

A tendência é que o PVR, apesar de sua pequena equipe, aumente sua participação em busca do desenvolvimento sustentável e conservação ambiental regional. Prevê-se que em 2010, deverá intensificar-se a luta contra as barragens. Por isso, deve aumentar o desafio ao PVR: ser um dos protagonistas desse movimento e ao mesmo tempo, dialogar com atores regionais e locais favoráveis à construção da barragem, mas simpáticos à Campanha Cílios do Ribeira, de recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira.

Além destas questões, o Vale do Ribeira enfrenta situações de vulnerabilidade perante as mudanças climáticas e o Programa vai envidar esforços para captar recursos para estudos e proposições de ações mitigadoras e adaptativas para a região.

### Melhores momentos

- ▶ Plano de Manejo do Mosaico da Juréia;
- ▶ Manifestações contra as Barragens.



Cláudio Tavares/ISA

Manifestação contra a Hidrelétrica Tijuco Alto, promovida pelo Moab, no Dia Mundial de Luta contra Barragens.

# Diagnóstico e Delimitação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá

## O que é

Este projeto busca apoiar a elaboração de um diagnóstico ambiental da área de proteção e recuperação da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá. Também contempla a definição e formatação de instrumentos cartográficos (geral e temáticos) e uma abordagem preliminar de itens do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPA. Além disto, será realizado o esboço da proposta de lei específica a serem usados como instrumentos de referência para a Câmara Técnica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço (CT – APRM), e para o próprio Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape (CBH-RB) que serve para o desempenho de suas atribuições nos termos da Lei nº 9866/97.

## Parcerias e Fontes de financiamento

- ▶ Prefeituras de Juquitiba e de São Lourenço da Serra e Câmara Técnica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais Alto Juquiá-São Lourenço (CT-APRM AJ-SL); Vitae Civillis.

## Equipe

Maria Fernanda Prado; Nilto Tatto

*Colaboradores:* Laboratório de Geoprocessamento do ISA: Cícero Augusto, Rose Rurico Sacó, Alexandre Degan; Marcelo Cardoso (Coordenador executivo Vitae Civillis)

## O que foi feito

- ▶ Participação em várias reuniões, dentre elas:
  - Vitae Civillis: para planejamento preliminar do projeto e definição das atividades da primeira e segunda tarefas do TR, do projeto da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM); Câmara Técnica
  - APRM: para apresentação do ISA, do projeto e dos serviços cartográficos a serem prestados
  - Instituto Pólis e Vitae Civillis: para organizar as atividades de análise dos dados da APRM e para estruturação dos dados referentes à evolução do uso do solo e processos de ocupação da área;
  - Câmara Técnica PRM Alto Juquiá-São Lourenço para apresentação dos resultados preliminares da atividade 1;
  - Reunião da Câmara Técnica Alto Juquiá-São Lourenço: apresentação e validação dos resultados;
  - Vitae Civillis: para planejamento das próximas atividades (atividades dois e três do TR);
  - Preparação dos produtos da primeira tarefa do TR;
  - Visita ao IPT para levantamento de dados para APRM;
  - Elaboração do relatório parcial de atividades do projeto da APRM AJ-SL;
  - Trabalho de campo em Juquitiba e São Lourenço para checagem dos dados de uso e ocupação do solo;
  - Coleta de dados levantados junto a Prefeitura de Juquitiba;
  - Organização dos dados do banco do ISA para a área da APRM;

- Levantamento de dados nos principais órgãos e instituições (IPT, IG, IGC, IBGE, DAEE, Sabesp, Cetesb, Prefeituras, MMA etc.);
- Criação dos limites espaciais do limite da APRM, a partir da hidrografia e curvas de nível;
- Nova delimitação da APRM ajustada com os parâmetros definidos em reunião com CT-APRM AJ-SL;
- Registro de duas imagens de satélite Landsat TM do ano de 2008 para realização do mapeamento de uso e ocupação do solo;
- Treinamento em laboratório para classificação das imagens de 1990, 1999 e 2008 da área da APRM;
- Classificação do uso e ocupação do solo da APRM AJ-SL para os anos de 1990, 1999 e 2008.

## Indicadores

- ▶ Participação dos atores envolvidos nas reuniões da Câmara Técnica;
- ▶ Qualidade dos dados – constatada por meio das atividades de campo.

## Avaliação

- ▶ Pontos fortes
  - Temas tratados (vetores indutores de ocupação, uso do solo etc.);
  - Acúmulo de conhecimentos sobre a região de Juquitiba, São Lourenço e Ibiúna;
  - Presença no Comitê por meio da Câmara Técnica – Área de Proteção e Recuperação de Mananciais Alto Juquiá-São Lourenço.
- ▶ Pontos de Atenção
  - Projeto de baixa prioridade para os parceiros (de forma geral);
  - Atividades planejadas não foram executadas, o que torna o projeto isolado e descontínuo no Comitê;
  - Baixo envolvimento do restante da equipe do PVR, o que também o torna isolado no Programa;
  - Projeto elaborado com previsão de muito tempo de trabalho de laboratório e pouco para articulação, trabalho de campo etc.

## Perspectivas

Não foram escritos projetos de continuidade o que limita o planejamento de atividades futuras e torna o projeto descontínuo. Para 2010, a perspectiva é finalizar as atividades iniciadas (ainda falta a validação dos dados pela comunidade e eventuais ajustes) e entregar o relatório final. É fundamental pensar em projetos futuros que se enquadrem nesse contexto uma vez que o tema é pertinente e as informações já estão organizadas.

## Melhores momentos

Trabalhos de campo nos quais houve a troca de conhecimentos com membros das Prefeituras e reuniões da CT - APRM AJ-SL que são espaços importantes para o diálogo.

# Assessoria Jurídica para Defesa dos Direitos Territoriais Coletivos dos Quilombos do Vale do Ribeira

## O que é

O projeto tem o objetivo de prestar assessoria jurídica na defesa dos direitos territoriais coletivos das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, seguindo as estratégias metodológicas da advocacia popular, que valoriza o intercâmbio de saberes e orienta aqueles que representam, no sentido de emancipação e não de dependência ou subalternização. As principais atividades previstas são: (i) monitoramento dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos em curso; (ii) produção de subsídios para as comunidades quilombolas sobre seus direitos territoriais; e (iii) articulação permanente entre os quilombos e os respectivos órgãos públicos responsáveis pelo reconhecimento e defesa de seus direitos territoriais. Os resultados esperados são: (i) maior autonomia e qualificação na defesa dos direitos coletivos territoriais e na relação com os órgãos públicos em demandas territoriais; (ii) aproximação dos quilombos do sistema de justiça, compreendendo como seus direitos são processados e como podem intervir; (iii) construção de precedentes judiciais positivos, visando criar jurisprudência que reforce a defesa dos direitos coletivos dos quilombolas; e (iv) conferir maior segurança jurídica às comunidades quilombolas quanto ao reconhecimento de seus territórios tradicionais.

## Parcerias e fontes de financiamento

- ▶ Eaacone – Equipe de Articulação e Apoio às Comunidades Negras do Vale do Ribeira: parceria nas atividades; Moab – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira: parceria nas atividades; União Européia: apoio financeiro; Associações Quilombolas: parceiras na execução de atividades; PDA/Rede Juçara: Apoio financeiro.

## Equipe

Willians Zorzan; Nilto Tatto; Raquel Pasinato

**Colaboradores:** Maria Sueli Berlanga (Moab, Eaacone), Silvani Cristina Alves (ISA), Ocimar Bin (Pq. Jacupiranga), Clayton Lino (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), Josenei (Pq. Jacupiranga), André Moraes (Eaacone), Claudia Chida (Fundação Florestal); **Equipe de Quilombos do Incra, Itesp, Fabio Tomas** (Pq Petar); **Roberto Rainha** (Rede Social Justiça e Direitos Humanos); **Ronaldo Ribeiro** (Cetesb); **Sandra Leite** (Fundação Florestal), **Raul Telles do Valle** (ISA); **Danilo Angeluci Amorim** (Cetesb), **Marcos Gamberini** (Prefeitura Municipal de Registro/SP).

## O que foi feito

- ▶ Monitoramento de sete processos judiciais em curso, versando sobre posse e disputa pela terra e território quilombola;
- ▶ Identificação e monitoramento dos procedimentos administrativos em trâmite nos órgãos de terra Incra e Itesp;
- ▶ Sistematização das informações levantadas;
- ▶ Produção de subsídios jurídicos para defesa dos direitos territoriais dos quilombos;



Participantes do Seminário Regional sobre a Lei da Mata Atlântica, Registro (SP).

- ▶ Identificação e apoio às novas demandas por política pública das comunidades;
- ▶ Assessoramento jurídico em duas reuniões entre representantes quilombolas e Secretaria do Meio Ambiente, relacionada à comunidade Bombas, cujo território foi sobreposto por Unidade de Conservação de proteção integral;
- ▶ Participação no Simpósio Estadual Quilombos de São Paulo: Regularização Fundiária e Ações Afirmativas para o Desenvolvimento, realizado pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e Fundação Itesp;
- ▶ Organização de Seminário Regional sobre a Lei da Mata Atlântica e sua influência no modo de vida das populações quilombolas;
- ▶ Realização de três reuniões com as comunidades quilombolas para discussão da minuta de resolução proposta pelo Estado para o Licenciamento de roças tradicionais;
- ▶ Elaboração de Relatório Narrativo Intercalar para o financiador.

## Indicadores

- ▶ Presença da maioria dos representantes quilombolas nas atividades;
- ▶ Qualidade da participação, capacidade de argumentação das lideranças comunitárias;
- ▶ Todas as comunidades são beneficiadas com as atividades;
- ▶ Sistematização das informações levantadas em banco de dados;
- ▶ Relatório semestral realizado

## Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
  - Maior capacidade de posicionamento de alguns grupos perante os conflitos verificados;
  - Participação expressiva das comunidades em reuniões específicas sobre temas urgentes;
  - Lastro de confiança junto às comunidades.

#### ▶ Pontos de Atenção

- Acesso às comunidades considerado insuficiente;
- Dificuldade para conciliação de agendas dos parceiros e comunidades;
- Não previsão de recursos para realização de oficinas;
- Fraca participação e atuação do Incra;

### Perspectivas

- ▶ Continuar acompanhando, analisando, e informando os quilombos sobre os processos judiciais em curso;
- ▶ Atenção especial à atividade de monitoramento dos procedimentos administrativos;
- ▶ Intensificar as novas demandas por políticas públicas aventadas pelas comunidades, relacionadas ao componente jurídico territorial e ambiental.
- ▶ Continuar a assessorar a revisão dos estatutos das associações quilombolas; ajuda-los a entender os processos da legislação de comercialização dos produtos pelas associações;
- ▶ Continuar apoiando as comunidades quilombolas para o encaminhamento da minuta de licenciamento para roças de subsistência, considerando as regulamentações da Lei da Mata Atlântica; as diferentes posições de pesquisadores sobre o modelo da roça de corte e queima e as necessidades de segurança alimentar dos quilombolas;
- ▶ Realizar seminário sobre a Lei da Mata Atlântica e o manejo da palmeira juçara;

### Melhores momentos

- ▶ Participação nas reuniões sobre a APA dos Quilombos do Médio Ribeira e nas reuniões sobre a comunidade quilombola de Bombas, cuja área foi sobreposta por UC de proteção integral;
- ▶ Seminário Regional sobre a Lei da Mata Atlântica.



## Campanha Cílios do Ribeira Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira

### O que é

O projeto parte de parceria entre o Instituto Socioambiental, o Instituto Ambiental Vidáguia e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eacone) para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes para a recuperação e conservação ambiental das Áreas de Preservação Permanente (APP's) da bacia hidrográfica, em especial as matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, para preservar os recursos hídricos.

O objetivo principal é garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, essenciais para a qualidade de vida da população que habita a região, maior área contínua de Mata Atlântica do País.

### Equipe e colaboradores

Nilto Tatto, coordenador (ISA); Clodoaldo Gazzetta (Vidáguia); Maurício de Carvalho, técnico de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental (ISA); Ivy Wiens, secretária executiva (Vidáguia), Assessora técnica da campanha (ISA); Renato Flávio Rezende Nestlehner, técnico de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental (ISA).

**Apoio:** Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do ISA: Cícero Augusto, Carolina Born (até maio de 2009); Maria Fernanda do Prado; Marcos Rosa (Vidáguia). **Imprensa e website:** Comunicação ISA: Maria Inês Zanchetta, Alex Piaç, Eduardo Massaaki Utima; Katarini Miguel, coordenadora de Comunicação, (Vidáguia)

**Colaboradores:** Informática ISA: Adriana Araujo dos Santos, Antenor Bispo de Moraes, Informática; Claudio Aparecido Tavares, Documentação (ISA); Fernanda Ribeiro De Franco, coordenadora de Educação Ambiental, (Vidáguia); João Vicente Cóffani Nunes, conselheiro (Vidáguia); Jonas Costa Rangel, coordenador de Fomento Florestal (Vidáguia); Karin Ingrid Rettl (ISA); Lázara Maria Gomes Gazzetta, bióloga do Programa Mata Atlântica (Vidáguia); Marcos Rogério Diniz, engenheiro florestal, assessor técnico (Vidáguia, até junho de 2009); Náutica Pupo Pereira de Moraes (ISA), Ocimar Bim, conselheiro (Vidáguia); ISA: Raquel Pasinato, Reinaldo Gomes Ribeiro, Rosimeire Rurico Sacó, Silvani Cristina Alves, Vera Feitosa.

### Parcerias

► **Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira:** Eacone (Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira); Sintravale (Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul); Asstraf (Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Cerro Azul); Abavar (Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira); Amavales (Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista); Prefeitura de Registro; Prefeitura de Ilha Comprida; Sabesp; Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape/Litoral Sul; Instituto Ambiental do Paraná; Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo); Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SP;

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-PR/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral); ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade); Diretoria de Ensino de Miracatu; Diretoria de Ensino de Registro; Instituto Socioambiental (ISA); Instituto Ambiental Vidáguia, Idesc (Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira); Unesp (Universidade Estadual Paulista) e Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (Cedeia).

### Fontes de financiamento

► Fundo Estadual dos Recursos Hídricos - Comitê Bacias Hidrográficas/Rio Ribeira de Iguape; Secretaria Estadual Meio Ambiente; Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente.

### O que foi feito

- Reunião do Conselho Gestor permanente para definição de metas da Campanha;
- Fórum de Desenvolvimento Agroflorestal e Serviços Ambientais no Vale do Ribeira;
- Estudo da situação das APPs da Bacia no Paraná;
- Publicação de atlas com mapeamento completo das matas ciliares - São Paulo e Paraná;
- Prospecção de áreas para recuperação: Cerro Azul, Iporanga, Cajati, Barra do Turvo, Eldorado, Registro, Ilha Comprida, Apiaí, Iguape;
- Início do projeto de recuperação de 10 hectares no Quilombo Porto Velho, em Iporanga, utilizando metodologia participativa, com a finalidade de ampliar a oferta de água e aumentar a produção apícola;
- Atualização periódica do site – [www.ciliosdoribeira.org.br](http://www.ciliosdoribeira.org.br);
- Monitoramento e avaliação de plantios feitos em Eldorado, Apiaí, Registro e Ilha Comprida;
- Reflorestamento de áreas degradadas em Eldorado (2.000 mudas) e Registro (1.000 mudas);
- Edição de sete vídeos sobre a Campanha;
- Apoio a eventos no Vale do Ribeira, destaque para palestra no Fórum Município Verde, em Cananéia;
- Produção de boletim informativo da campanha;
- Capacitação da comunidade de Nhunguara sobre coleta de sementes, demarcação de matrizes e fitossanidade;
- Produção e distribuição do folder da Campanha;
- Apresentação da Campanha em pôster no I Encontro Paulista de Biodiversidade, premiado em 3º lugar como melhor iniciativa;
- Adequação do viveiro de mudas da Campanha, no município de Ilha Comprida, com 250.000 mudas em produção em dezembro de 2009;
- Apoio a outras iniciativas de recuperação de Matas Ciliares, Amavales, prefeituras, secretarias, escolas;
- Troca de experiências com as bacias Tietê-Jacaré, Piracicaba-Capivari-Jundiá e Mogi, durante Seminário do PDA, em Sorocaba (SP);

- ▶ Participação no CBH-RB, na discussão sobre cobrança pelo uso da água e relatório de situação da bacia;

## Indicadores

- ▶ Número de participantes nas atividades da campanha, como oficinas, reuniões, reflorestamentos;
- ▶ Acordos realizados;
- ▶ Participação no “Fale conosco” do site da campanha;
- ▶ Envolvimento das comunidades quilombolas.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Reconhecimento da iniciativa pela população local da região;
  - Disponibilidade de mudas e suporte financeiro de R\$1.000,00/hectare;
  - Envolvimento dos atores locais e regionais;
- ▶ **Pontos de Atenção**
  - Manter viva a articulação do Conselho Gestor;
  - Aprimorar a metodologia de recuperação de áreas degradadas;
  - Envolver os demais técnicos do programa nas atividades da Campanha.

## Perspectivas

- ▶ Elaboração do Plano Diretor de Matas Ciliares ; Articulação da Bacia Ribeira de Iguape/Litoral Sul no PR e SP (ISA);
- ▶ Estabelecimento de acordos com os produtores/proprietários rurais para a recuperação das áreas em APP;
- ▶ Finalização do projeto Fundo Nacional do Meio Ambiente - (Vidágua) até outubro de 2010.
- ▶ Aprimorar o programa de monitoramento das áreas de plantio piloto;
- ▶ Inserir o debate sobre as mudanças climáticas no âmbito da Campanha Cílios do Ribeira.



Mutirão para plantio de mudas de espécies nativas na comunidade de Pedro Cubas.

## Melhores momentos

- ▶ Encontro do Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira em Registro;
- ▶ Realização do Fórum de Desenvolvimento Agroflorestal e Serviços Ambientais no Vale do Ribeira;
- ▶ Prêmio recebido pela campanha durante o I Encontro Paulista de Biodiversidade.

# Projeto Plano de Manejo do Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins - Fase II

## O que é

Elaboração do plano de manejo participativo do Mosaico de Unidades de Conservação de Mata Atlântica denominado Juréia-Itatins.

## Parcerias e fontes de financiamento

Fundação Florestal, coordenação executiva geral; Unicamp, coordenação técnica; Petrobrás, apoio financeiro.

## Equipe

Nilto Tatto (coordenador geral); Rosely Alvim Sanches (responsável técnica); Carolina Toffoli (técnica em geoprocessamento, até maio de 2009); Paola Colombo Posta (colaboradora, cooperante italiana/Rete, até setembro de 2009); Marcos Samuel Macedo (estagiário); César Pegoraro (técnico de campo); Claudia Reis (técnica de campo); Raquel Pasinato (técnica de campo).

**Colaboradores:** Conselhos gestores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Despraiado e Barra do Una; Associação dos Moradores do Despraiado; Associação dos Moradores da Barra do Una; Associação União dos Moradores da Juréia (UMJ), Conselhos Gestores das UCs de proteção integral do Mosaico Juréia-Itatins.

## O que foi feito

- ▶ Planejamento e realização de duas oficinas de zoneamento participativo com as comunidades do Mosaico da Juréia;
- ▶ Planejamento e realização de uma oficina de programa participativo com as comunidades do Mosaico da Juréia;
- ▶ Planejamento e realização de cinco mini-oficinas participativas de zoneamento nas comunidades do Mosaico;
- ▶ Participação de reuniões técnicas do plano de manejo e de reuniões dos conselhos gestores das Unidades de Conservação do Mosaico;
- ▶ Articulação local para planejamento das oficinas participativas;
- ▶ Apoio às atividades culturais complementares planejadas pelas comunidades, para as oficinas dos planos de manejo;
- ▶ Apresentação do trabalho do plano de manejo no Simpósio de Pesquisas Anuais do Instituto Mamirauá, em Tefé (AM).

## Indicadores

- ▶ Número de participantes das oficinas de trabalho nas comunidades (homens e mulheres) por Unidade de Conservação;
- ▶ Número de pessoas capacitadas para elaboração e disseminação das etapas do plano de manejo;
- ▶ Disseminação de informações por meio de materiais impressos, boletins e imprensa sobre o plano de manejo.

## Avaliação

### ▶ Pontos fortes

- Articulação e integração das comunidades residentes nas UCs de proteção Integral na elaboração do plano de manejo;
- Comunidade das Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis melhor informadas e capacitadas para o plano de manejo;
- Maior integração entre instituições da coordenação do plano de manejo e com a comunidade.

### ▶ Pontos de atenção

- Mesmo envolvendo famílias das Unidades de Conservação de proteção integral e associações no plano de manejo há fortes conflitos com o Estado que dificultam os acordos a serem estabelecidos no plano de manejo;
- Capacitar novas pessoas para participação do plano de manejo;
- Superar grau de animosidade e envolver uma ONG local de grande importância no plano de manejo.

## Perspectivas

- ▶ Dar continuidade ao plano que foi interrompido por uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade);
- ▶ Contribuir para o diálogo ente os atores envolvidos na elaboração do novo Projeto de Lei do Mosaico.

## Melhores momentos

As oficinas de Zoneamento, tema amplamente discutido também nas mini-oficinas locais e acordado com as comunidades, apesar de muitos embates.



Acervo ISA

Mapeamento participativo e troca de saberes (temas da cultura local) para compor o diagnóstico da RDS Despraiado durante a segunda oficina "Território".

# Projeto Rede Juçara: O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica

## O que é

O projeto tem o objetivo de promover ações em rede para geração de conhecimentos e experiências que subsidiem a construção de programas e políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da polpa de Juçara, aliado com a formação da identidade socioambiental do produto e com o fortalecimento do protagonismo de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Bioma Mata Atlântica.

O projeto está condicionado à atuação de 13 instituições parceiras, governamentais e não governamentais e de pesquisa, que desenvolvem ações efetivas com o uso sustentável da palmeira Juçara e produção de polpa, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

## Parcerias e fontes de financiamento

PDA Mata Atlântica, apoio financeiro; Ipema Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica, coordenação técnica do projeto; Agua Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Guapiruvu, parceiro na execução de atividades; Akarui Associação para Cultura, Meio Ambiente e Cidadania, parceiro na execução de atividades; Anama Ação Nascente Maquine, parceiro na execução de atividades; Cemear Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, parceiro na execução de atividades; CE Centro Ecológico, parceiro na execução de atividades; Acevam Associação dos Colônos Ecologistas do Vale do Mampituba, parceiro na execução de atividades; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo – Esalq/USP, parceiro na execução de atividades e apoio técnico; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, apoio técnico; Prefeitura Municipal de Ubatuba (Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca), parceiro na execução de atividades; Ministério do Meio Ambiente/Departamento de Florestas – Plano de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (Pensaf), apoio técnico; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Rio Grande do Sul, parceiro na execução de atividades.

## Equipe

Marcos Froes (até novembro de 2009); Willians Zorzan; Raquel Pasinato  
*Colaboradores:* ISA: Karin Ingrid Rettl, Maria Fernanda Prado, Reinaldo Gomes Ribeiro; Luciano Corbelini (Ipema), Letícia Troian (Anama); Gilberto Otta (Água), Wagner Porfírio (FF); Marcos Gamberini (Prefeitura Municipal de Registro/SP); Luca Fanelli (Mais).

## O que foi feito<sup>1</sup>

- ▶ Participação em duas reuniões ordinárias da rede, respectivamente em São Luiz do Paraitinga (SP) e Dom Pedro de Alcântara (RS);

- ▶ Participação em reunião na Secretaria do Meio Ambiente para discussão sobre regulação da atividade de exploração sustentável da palmeira Juçara;
- ▶ Participação em três reuniões do GT Legislação da Rede;
- ▶ Participação em uma oficina sobre a atividade de diagnóstico e monitoramento das parcelas;
- ▶ Levantamentos preliminares da legislação ambiental concluídos e sistematizados;
- ▶ Iniciado o levantamento em campo, nos pólos da rede, e a articulação junto aos gestores públicos locais (São Paulo e Rio de Janeiro);
- ▶ Consultoria jurídico-ambiental, via e-mail, à Rede Juçara;

## Indicadores

- ▶ Presença da maioria das organizações parceiras na reunião da rede;
- ▶ Banco de dados;
- ▶ Contribuição das análises jurídicas para o fortalecimento da estratégia da Rede Juçara.

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
  - Acúmulo institucional e melhor capacidade de posicionamento perante os conflitos verificados;
  - Participação expressiva dos parceiros nas reuniões ordinárias da rede, fortalecimento do movimento da rede no Bioma Atlântico;
  - Grande potencial de manejo sustentável da polpa da Juçara nas comunidades.
- ▶ **Pontos de Atenção**
  - Nem todos os parceiros acessam com facilidade a ferramenta de comunicação pela internet;
  - Há uma dificuldade para conciliação de agendas entre os parceiros;
  - A rede precisa iniciar diálogo com segundo setor.

## Perspectivas

- ▶ Concluir a atividade de levantamento da legislação ambiental;
- ▶ Realizar três oficinas sobre a legislação ambiental nos pólos da Rede;
- ▶ Concluir a atividade de diagnóstico e monitoramento das parcelas implantadas nos quilombos de Ivaporunduva e Sapatu;
- ▶ Apoiar as demais atividades do projeto;
- ▶ Participar das reuniões ordinárias da Rede.

## Melhores momentos

- ▶ Participação em reunião realizada na Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, para discussão e proposição de política pública sobre o manejo da palmeira Juçara;
- ▶ Oficina de capacitação sobre a atividade de diagnóstico e monitoramento das parcelas.

<sup>1</sup> Há outras atividades realizadas no projeto que são de responsabilidade das outras instituições envolvidas. Aqui descrevemos somente as que o ISA foi responsável ou teve participação.



# EDUCAÇÃO E CULTURA

## O que é

Esta linha de ação tem várias atividades dentro de projetos diferentes, e é pensada de forma transversal.

Trata-se de ações de apoio ao desenvolvimento educacional e cultural nas comunidades quilombolas que é realizado em cinco frentes:

1. Apoio aos jovens quilombolas que ingressaram no curso superior;
2. Implantação de telecentros nas comunidades quilombolas;
3. Inventário de referências culturais quilombolas;
4. Apoio à gestão do site das comunidades quilombolas;
5. Fortalecimento das sementes tradicionais quilombolas.

## Equipe

Anna Maria Andrade; Carolina Tofolli (até maio de 2009); João Paulo Santos Lima; Luca Fanelli; Raquel Pasinato; Silvani Alves

*Apoio institucional:* equipe da área de Informática do ISA na instalação dos telecentros, manutenção do site quilombos do Ribeira e capacitação para os usos.

*Colaboradores:* André Moraes, coordenador do BB Educar, programa de alfabetização de adultos da Fundação Banco do Brasil, nas comunidades Quilombolas; Centro de Educação, Profissionalização e Cultura Empreendedora – Cepce, Pólo Metodista Eldorado; Dominique Gallois (Iepé/USP); Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira; Élson Alves da Silva, mestrando em Educação PUC/SP; Karin Ingrid Rettl (ISA), apoio técnico na elaboração de projetos; Nupaub/USP Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Grupo de estudos em Educação e Cultura); Simone Toji (Iphan); Slow Food, ONG de âmbito internacional que trabalha para promover a ecogastronomia (www.slowfood.com), apoio técnico na Feira de Sementes Quilombolas.

## Parcerias e fontes de financiamento

AIN/OD Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega, apoio financeiro; Mais/Rede Movimento per l'Autosviluppo, l'Interscambio e la Solidarietà/ Rete di Tecnici, apoio financeiro; Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apoio técnico na metodologia INRC; Petrobrás, apoio financeiro; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Batatal e Boa Esperança; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Abobral; Associação Quilombo Praia Grande; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo Maria Rosa; Banco do Brasil; Programa Gesac/Ministério das Comunicações; Diretoria Regional de Ensino de Registro; Rede Mocambos.

## O que foi feito

### PROGRAMA DE APOIO AOS JOVENS QUILOMBOLAS UNIVERSITÁRIOS

- ▶ Realização de uma oficina voltada à capacitação em elaboração de projetos;
- ▶ Realização de seis reuniões voltadas ao fortalecimento organizativo do grupo de estudantes universitários; troca de experiências acadêmicas; troca de saberes e estabelecimento de estratégias de monitoramento e implementação das demandas referentes ao tema Educação, presentes na Agenda Socioambiental Quilombola.
- ▶ Assessoria permanente aos estudantes universitários, referente às atividades por eles desenvolvidas no âmbito de suas bolsas de estudo (orientação de leituras; aquisição de bibliografias; orientação aos projetos de iniciação científica; revisão de trabalhos de conclusão de cursos; concessão e supervisão de duas vagas de estágio não remunerado, em consonância com as atividades previstas como estágio obrigatório aos respectivos cursos superiores).
- ▶ Acompanhamento dos telecentros nas comunidades quilombolas: Realizadas visitas de assessoria, manutenção e acompanhamento dos telecentros de Ivaporunduva e Pedro Cubas.

### PROJETO INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUILOMBOLAS

- ▶ Levantamento do patrimônio cultural imaterial de 18 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira por meio da aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, desenvolvido no âmbito do plano de salvaguarda do patrimônio imaterial. Etapas realizadas em 2009:

1) Entre os meses de setembro a novembro de 2009, foram realizadas reuniões de apresentação do projeto nas 16 comunidades participantes do inventário. Nestas reuniões foram definidos os membros que atuarão como agentes culturais. As comunidades visitadas foram: Poça, Abobral, Praia Grande; Bombas; Nhunguara; Ivaporunduva, Morro Seco, Galvão, Pedro Cubas, Maria Rosa, Pilões, Mandira, Porto Velho, Cangume, Sapatu e São Pedro. O objetivo destas reuniões foi retomar a conversa sobre o projeto, realizada com as comunidades em 2007.

2) ISA e Iphan realizaram, na pousada da comunidade quilombola de Ivaporunduva (Eldorado/SP), uma oficina de capacitação para a equipe que vai participar do projeto.

- ▶ Apoio à gestão do site das comunidades quilombolas: Atualização do site com notícias do blog quilombola e inserção do catálogo digital do artesanato no site;
- ▶ Fortalecimento para conservação das sementes tradicionais quilombolas:
  - Articulação e visita de outros atores relacionados à agricultura familiar: visita à Cooperafloresta, reuniões com a Articulação Paulista de Agroecologia, reunião com Henry Novion/ISA Brasília;
  - Três reuniões do Grupo de Trabalho da Roça para organização da Feira de troca de sementes;
  - Organização logística da feira e articulação com parceiros;
  - Divulgação da feira: apresentação no Convívium de Slow Food de S. Paulo e durante participação no Seminário de Construção do Conhecimento

Agroecológico em Viçosa/MG;

- Discussões com o Grupo de Estudantes sobre pequenas ações concretas para aproximar os jovens ao trabalho da roça;
- Realização da II Feira de troca de sementes tradicionais quilombolas, em Eldorado/SP, com a participação de 16 comunidades do Vale do Ribeira; e 84 agricultores.

## Indicadores

- ▶ Participação dos estudantes universitários nas reuniões e oficinas: (lista de presença/fotos: quantitativo; relatórios: qualitativo);
- ▶ Participação maciça das comunidades nas atividades do inventário cultural;
- ▶ Elevado grau de interesse em abordar o tema patrimônio imaterial;
- ▶ Participação de 16 comunidades na Feira de trocas de sementes tradicionais quilombolas; 84 agricultores; 78 variedades presentes; 199 participantes;
- ▶ Acesso dos jovens quilombolas à internet;
- ▶ Número de acessos e contatos do site [www.quilombosdoribeira.org](http://www.quilombosdoribeira.org)

## Avaliação

- ▶ **Pontos fortes:**
  - Elaboração do projeto de continuidade das ações do grupo de estudantes em oficina participativa;
  - Surgimento de iniciativas autônomas do grupo de estudantes universitários para trabalhar com o tema Educação Diferenciada para comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
  - Formação de uma coordenação do grupo visando organizar as atividades em 2010.
  - Retomada da discussão sobre a importância das sementes para as roças tradicionais e conseqüentemente a preocupação com a segurança alimentar das famílias quilombolas;
  - Possibilidade de fortalecimento cultural das comunidades por meio da realização do inventário;
  - Definição dos agentes culturais por parte de comunidades que não tem histórico de trabalho conjunto com o ISA;
  - Possibilidade de diálogo com equipe de outro inventário em andamento (Guarani) e com as contribuições de especialistas no tema do patrimônio cultural;
  - Envolvimento ativo dos participantes da Feira de sementes (relação entre mobilização e participação positiva);
  - Envolvimento dos parceiros Itesp e FF na Feira, com contribuição significativa;
  - Contribuição relevante das comunidades para as refeições (o almoço foi realizado com receitas de chefs e produtos das comunidades).
- ▶ **Pontos de Atenção:**
  - Motivação para participar do grupo de estudantes, em muitos casos, inspirada pela concessão de bolsas de estudo, acarretando em falta de compromisso com as ações empenhadas pelo grupo;
  - Falta de recursos específicos que assegurem a sustentabilidade do grupo de estudantes, a continuidade das ações por eles implementadas, a concessão de mais bolsas de estudo e a contratação de técnico especialista em educação com dedicação integral ao tema;
  - Problemas gerados na educação básica (de baixa qualidade) que limitam o acesso dos quilombolas à universidade;



II Feira de troca de sementes tradicionais quilombolas, em Eldorado/SP

- A gestão autônoma do site pelos quilombolas ainda é um desafio devido à falta de qualificação e às dificuldades de aprendizagem para operar a ferramenta;
- Questionamentos por parte de membros de algumas comunidades sobre os benefícios do projeto de Inventário Cultural – dificuldade de entender o tema;
- Dificuldade em realizar acompanhamento cotidiano com os agentes de todas as comunidades;
- Complexidade das fichas do Iphan e a dificuldade de compreensão dos agentes;
- A Feira não teve o impacto na geração de renda (venda) esperado;
- Como não tem acompanhamento no seguimento, após a Feira, o impacto na melhoria da produção é limitado; (acompanhamento no seguimento?)
- Ausência de participação/ apoio do poder público local;

## Perspectivas

- Finalização dos recursos da AIN para apoio às bolsas; realização de avaliação do programa de apoio;
- Autonomia do grupo de estudantes com sua coordenação e menos participação do ISA;
- Apoios pontuais no que diz respeito: a) aos conteúdos que envolvem o tema Educação e Cultura (com apoio do Nupaub/USP); b) à implementação de políticas públicas regionais para Educação e Cultura (Diretoria de Ensino de Registro e Secretaria de Cultura de Eldorado) e; c) políticas do setor privado (Pólo Metodista de Eldorado), referentes ao programa de bolsas de estudo e possibilidades de programas de cultura e extensão universitária em parceria com as comunidades quilombolas;
- Retomada da discussão para realização de um primeiro seminário sobre Educação Diferenciada para comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, em parceria com Nupaub/USP;
- Reduzir a complexidade das fichas do Iphan para apropriação dos agentes culturais; realizar com a comunidade o levantamento e descrição dos bens;
- Realização da III Feira, contando com uma forte mobilização autônoma das comunidades e a participação/ apoio de parceiros (Itesp, FF, MDA);
- O apoio à manutenção e gestão dos telecentros será viabilizado por outros parceiros, com a ampliação de parcerias com redes locais; o apoio à gestão do site ainda será fomentado pelos técnicos do ISA; buscaremos outros financiamentos para capacitar melhor os quilombolas.

## Melhores momentos

- ▶ Oficina com o grupo de estudantes para elaboração de projeto de continuidade das atividades do grupo e apoio às bolsas;
- ▶ II Feira de trocas de sementes tradicionais das comunidades quilombolas;
- ▶ A oficina de capacitação dos agentes culturais para aplicação da metodologia do INRC foi um momento importante de articulação intercunitária e celebração do patrimônio cultural. Pela primeira vez, o ISA implementa uma ação mais direta focalizada no fortalecimento cultural e memória.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

# Projeto Artesanato

### O que é

O projeto tem como objetivo promover alternativas de desenvolvimento, sustentabilidade socioeconômica, cultural e educacional que possibilitem a permanência dos jovens dos quilombos em suas comunidades, reduzindo o risco de exclusão e marginalização dessa população ao migrar para outras regiões. Para tanto, o artesanato de palha de banana e o artesanato tradicional quilombola podem se tornar uma alternativa de geração de renda.

### Equipe

Karin Ingrid Rettl ; Raquel Pasinato.

Colaboradores: Gabriela Serrana (Itesp); Iara Rossi (Itesp); Marta Negão (Itesp); Maria Elisa de P. E. Garavello (Esalq/USP).

### Parcerias e fontes de financiamento

AIN/OD Ajuda da Igreja da Noruega; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo de Sapatu; Associação Quilombo de André Lopes; Esalq/USP Depto. de Economia, Administração e Sociologia; Fundação Banco do Brasil; Grupo Raízes da Cultura Quilombola; Itesp; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário; Mais/Rete Movimento per l'Autosviluppo, l'Interscambio e la Solidarietà/Rete di Tecnici, apoio financeiro.

### O que foi feito

- ▶ I Oficina de padronização das peças- Sapatu;
- ▶ II Oficina de Costura (almofada) Ivaporunduva;
- ▶ I Oficina de reforço de costura - Sapatu
- ▶ I treinamento sobre controle de estoque - Sapatu;
- ▶ Participação na Expogarden 2009 – São Paulo – Ivaporunduva e Sapatu;
- ▶ Contatos de comercialização de peças para Sapatu e Ivaporunduva;
- ▶ Catálogo Digital de artesanato quilombola no site [www.quilombosdo-ribeira.org](http://www.quilombosdo-ribeira.org)

### Indicadores

- ▶ Rendimentos econômicos obtidos pelas comunidades com a comercialização do artesanato no quilombo de Sapatu e Ivaporunduva respectivamente;
- ▶ Número de artesãos envolvidos na comercialização de artesanato de palha de bananeira;
- ▶ Melhoria na padronização das peças artesanais; peças diferenciadas;
- ▶ Melhoria da organização do grupo de artesanato de Sapatu;
- ▶ Realização de vendas em feiras e novos contatos;
- ▶ Aumento dos contatos de vendas pelo site;

### Avaliação

#### ▶ Pontos fortes

- O aumento da autonomia de grupos mais antigos;
- Mais artesãs motivadas a participarem de feiras de comercialização;
- Site como ferramenta importante de comercialização

#### ▶ Pontos de Atenção

- Dificuldades de implementar ações do planejamento dos grupos por falta de recursos do projeto MDA que estava em negociação de remanejamento;
- Problemas com fungos e brocas ainda existem;
- Desinteresse constante dos jovens pelo artesanato tradicional;
- Preocupação com manejo de recursos florestais da Mata Atlântica para artesanato;
- Em 2009 tivemos dificuldades financeiras que inviabilizaram um acompanhamento mais próximo das atividades dos grupos de artesanato. No entanto, reforçamos a busca de comercialização dos produtos.

### Perspectivas

Com a autorização de remanejamento do projeto liberada no início de 2010, pretende-se dar continuidade à consolidação das ações desenvolvidas em Sapatu, André Lopes e Ivaporunduva e às ações desenvolvidas em outras sete comunidades visando:

- 1 - Intensificar o acompanhamento dos grupos;
- 2 - Fortalecer a relação dos grupos de artesãos com suas associações;
- 3 - Fortalecer os grupos objetivando sua autonomia;
- 4 - Estabelecer contratos de comercialização de longo prazo para o artesanato;
- 5 - Continuidade das pesquisas e capacitação dos artesãos para a resolução ou minimização dos problemas causados por fungos e insetos na palha da bananeira;
- 6 - Fortalecer o artesanato tradicional quilombola e encontrar alternativas para geração de renda com este artesanato por meio do inventário cultural;

### Melhores momentos

- ▶ Oficinas de costura
- ▶ Catálogo Digital de Artesanato Quilombola



Artesanato quilombola, stand do ISA na Expo Garden 2009, Centro de Exposições Imigrantes, São Paulo.

# Projeto Conservação recuperação e uso sustentável da palmeira Juçara em comunidades quilombolas Vale do Ribeira

## O que é

Visa à implementação do Programa Regional de Repovoamento do palmito Juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, com a participação efetiva de representantes comunitários na implantação e monitoramento das atividades de repovoamento realizadas em mutirões, implantação de módulos de sistemas agroflorestais, reforma e construção de viveiros de mudas comunitários, e distribuição das mudas. O projeto também busca fomentar espaços de discussão sobre o uso múltiplo do palmito Juçara para geração de renda nas comunidades, promovendo a conscientização de forma a diminuir sua exploração clandestina na Mata Atlântica.

## Equipe

Marcos Froes (até novembro de 2009); Nilto Tatto; Reinaldo Gomes Ribeiro (técnico agropecuário e gestor ambiental); Renato Flávio Rezende Nestleher (técnico agropecuário); Raquel Pasinato.

**Colaboradores:** Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Pedro Cubas de Baixo; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo São Pedro; Ipema Instituto de Permacultura da Mata Atlântica; Agua Associação Comunidade do Guapiruvu; Marcos Gamberini (Prefeitura Municipal de Registro/SP).

## Parcerias e fontes de financiamento

AIN/OD Ajuda da Igreja da Noruega, apoio financeiro; FF Fundação para Conservação e Produção Florestal para o Estado de São Paulo – SMA-SP, parceria na implementação de atividades; IF Instituto Florestal – SMA-SP; Itesp Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; Mais/Rede Movimento per l'Autosviluppo, l'Interscambio e la Solidarietà/Rede di Tecnici, apoio financeiro; Martha Negrão (Itesp); PDA – Subprograma de projetos demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente, apoio financeiro; Rede de sementes florestais Rio-São Paulo; Wagner Portílio (FF-SMA-SP).

## O que foi feito

- ▶ Compra de seis toneladas de sementes de Juçara dos quintais das comunidades quilombolas para o repovoamento na mata;
- Repovoamento de Juçara por semeadura a lanço em 12 comunidades quilombolas;
- ▶ Mapeamento participativo das áreas repovoadas com Juçara nos territórios quilombolas;
- ▶ Divulgação do projeto na Fia Flora – feira de paisagismo em São Paulo;
- ▶ Reunião do Conselho Gestor da Juçara;

- ▶ Participação no Grupo de Trabalho Misto (Sociedade Civil e Poder Público) na revisão da Resolução 16 que trata do manejo sustentável do Palmito Juçara;
- ▶ Oficina de avaliação final do projeto PDA Juçara;
- ▶ 1.150 hectares de mata repovoados ao final do projeto PDA;
- ▶ Reuniões com organizações locais sobre manejo da polpa de Juçara nos quintais;
- ▶ Abertura do diálogo sobre o manejo de palmito e o corte clandestino, apresentando novas perspectivas para lidar com a questão.

## Indicadores

- ▶ Representantes comunitários participando do Conselho Gestor do Programa de Repovoamento ;
- ▶ Quantidade de famílias beneficiadas pela venda de sementes;
- ▶ Renda gerada nas comunidades com venda das sementes de Juçara;
- ▶ Quantidade de pessoas participantes dos mutirões de repovoamento;
- ▶ Mutirões de repovoamento realizados;
- ▶ Número de reuniões do Conselho Gestor realizadas;
- ▶ Viveiros construídos.

## Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Produção de mudas de espécies nativas nos viveiros comunitários;
- Difusão da idéia do uso múltiplo da Juçara, especialmente, o aproveitamento do fruto para produção de polpa;
- Satisfação, por parte dos participantes, na medida em que está sendo devolvido para a mata aquilo que durante muitos anos foi só retirado;

Ivy Wiens/ISA



Participantes da oficina de avaliação do programa repovoamento de palmito juçara, comunidade de Ivaporunduva, Eldorado (SP).

#### ▶ Pontos de Atenção

- Falta maior envolvimento de algumas associações nas atividades do projeto;
- Fortalecimento para representatividade do Conselho Gestor no monitoramento das áreas repovoadas em suas comunidades;
- Término do financiamento do PDA para compra de sementes e realização de mutirões, o que pode desmotivar algumas comunidades;

### Perspectivas

- ▶ Realizar mais oficinas de produção de polpa de Juçara;
- ▶ Captar recursos para sustentabilidade do projeto;
- ▶ Fortalecer o Comitê Gestor das áreas repovoadas;
- ▶ Formar acordos comunitários de gestão das áreas repovoadas;
- ▶ Conclusão de pré-inventários das áreas repovoadas;
- ▶ Pesquisa da densidade populacional da Juçara nos territórios quilombolas;
- ▶ Pesquisa da vulnerabilidade da espécie às mudanças climáticas;
- ▶ Ampliar as parcerias para pesquisa das potencialidades da cadeia produtiva da Juçara;
- ▶ Contribuir com a reformulação da Resolução SMA 16 sobre manejo sustentável da Juçara;
- ▶ Contribuir para a discussão e proposição de diretrizes às políticas públicas para a Juçara (regularização do manejo da polpa, legislação sanitária, comercialização, logomarca Juçara) no âmbito do projeto em Rede.

### Melhores momentos

- ▶ Oficina de avaliação final do projeto PDA Juçara;
- ▶ Mutirões de repovoamento.

# Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

## O que é

Em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva, o projeto busca apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida das famílias locais. A ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção de artesanato, repovoamento do palmito Juçara e ecoturismo, para que, no médio prazo, estes produtos possam ser comercializados observando as normas legais e ambientais.

## Equipe

Karin Ingrid Rettl; Maurício de Carvalho; Paola Colombo Posta (cooperante italiana Mais/Rete, até setembro); Raquel Pasinato; Reinaldo Ribeiro.

*Colaboradores:* Maria da Guia Rodrigues; Carlos Ribeiro; Felipe Leal; Olavo Pedroso Filho; Paulo Sílvio Pupo; Sydnei Santana e Silva; Erica Helena da Silva Pedroso; Benedito Alves da Silva; Neire Alves da Silva; Cristiano Furquim; Maria Lúcia Pupo.

## Parcerias e fontes de financiamento

AIN/OD Ajuda da Igreja da Noruega, apoio financeiro; Associação Quilombo Ivaporunduva; Banco de alimentos da Prefeitura de Campinas; Conab Companhia Nacional de Abastecimento; Itai Instituto de Tecnologia de Alimentos; Itesp Instituto de Terras do Estado de São Paulo; PDA - Subprograma de projetos demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente; IBD Instituto Biodinâmico; Apta Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios; Cati Casa de Agricultura de Eldorado; Esalq/USP Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

## O que foi feito

- ▶ Georreferenciamento e mapa dos bananais orgânicos e APPs do quilombo;
- ▶ Renovação do certificado de produção orgânica de banana de 42 produtores;
- ▶ Dia de campo como capacitação na retirada de amostra de solo para análise;
- ▶ Apoio à gestão técnica e administrativa do manejo agroecológico e comercialização da banana orgânica do quilombo;
- ▶ Pelo quinto ano consecutivo foi renovado o contrato de comercialização da banana orgânica certificada para o Banco de Alimentos de Campinas. Trata-se de parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa-Campinas e Companhia Nacional de Abastecimento, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Governo Federal;
- ▶ Venda de banana e outros produtos para o Ceasa de São Paulo;
- ▶ Palestras de orientação sobre crédito agrícola (Pronaf);
- ▶ Palestra sobre a importância dos documentos necessários para o produtor (DAP, Nota do Produtor);

- ▶ Dia de campo de aprimoramento da qualidade da banana;
- ▶ Treinamento do grupo de trabalho da comunidade para acompanhamento na atividade da produção orgânica;
- ▶ Treinamento do grupo de trabalho do projeto PDA Consolidação na prestação de contas ao financiador;
- ▶ Dia de campo para capacitação de produção de biofertilizantes;
- ▶ Treinamento do grupo de trabalho do projeto PDA Consolidação na rotina de organização do escritório da associação;
- ▶ Palestra sobre o uso e importância da adubação verde;
- ▶ Apoio para comercialização do artesanato;
- ▶ Mutirão de repovoamento de Juçara pelo oitavo ano consecutivo;
- ▶ Inventário de pontos turísticos para circuito quilombola e elaboração de material de divulgação do turismo cultural da comunidade.

## Indicadores

- ▶ Rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização da banana orgânica; com a comercialização do artesanato da fibra da bananeira e com o turismo em Ivaporunduva;
- ▶ Número de produtores envolvidos no processo de certificação da banana.

## Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
  - Aprovação dos recursos para finalizar a unidade de processamento de doce de banana e capacitação da comunidade para a gestão técnica e administrativa da atividade;
  - Aumento do número de produtores orgânicos na comunidade;
  - Aumento da produtividade da banana;
  - Produtores motivados a participarem do programa da Conab;
  - Grupo de trabalho escreveu o projeto Conab de forma mais autônoma;
  - A pousada de Ivaporunduva recebeu eventos promovidos por instituições locais, e turistas que visitaram as organizações parceiras;
  - A atividade turística está ganhando qualidade no quilombo.
- ▶ **Pontos de Atenção**
  - Baixa autonomia da comunidade nos processos administrativos do contrato Conab;
  - Dificuldades da Associação para mobilizar a participação das pessoas nas atividades;
  - Observar e compreender os desdobramentos da política interna da comunidade;
  - Fortalecer a atividade artesanal por meio do acompanhamento do plano de trabalho participativo;
  - Fortalecer a gestão e monitoramento das áreas repovoadas com palmito Juçara;

## Perspectivas

- ▶ Intensificar o acompanhamento do andamento dos grupos;
- ▶ Fortalecer a relação dos grupos da produção orgânica com a associação;
- ▶ Fortalecer os grupos objetivando sua autonomia;
- ▶ Estabelecimento de contratos de comercialização de longo prazo para a banana orgânica certificada;
- ▶ Iniciar a produção e comercialização dos derivados de banana;
- ▶ Potencializar a atividade turística do quilombo com o desenho do Circuito Quilombola de turismo comunitário;
- ▶ Estruturação da atividade artesanal como fonte efetiva de renda;
- ▶ Finalização do mapeamento das áreas repovoadas em sete anos e conclusão do inventário florestal do palmito para futuro plano de manejo da espécie;

## Melhores momentos

- ▶ Comercialização de produtos agrícolas para Ceasa/São Paulo;
- ▶ Fechamento do contrato com a Conab;
- ▶ Venda de artesanato para encomendas;
- ▶ Mutirão de repovoamento da palmeira Juçara.



# Projeto de Desenvolvimento da Atividade Apícola nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

## O que é

Desenvolvimento de atividades para incremento da produção de mel dos quilombolas, que contribuam para o aumento da segurança alimentar e como alternativa de geração de renda para as famílias das comunidades envolvidas.

## Equipe

Renato Flavio Nestleher; Karin Ingrid Rettl.

Colaboradores: Altair Matos Pereira (Itesp); Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Cangume; Pronato Mel e Derivados; Roberto Moraes (Ital); José Gasparino (Ital); Marcos Roberto Viotti (Itesp); Prefeitura Municipal de Iporanga; Prefeitura Municipal de Itaóca; ART URB, design do gráfico ao espaço.

## Parcerias e fontes de financiamento

Itesp, parceria na execução de atividades; Fundação Banco do Brasil, apoio financeiro; Mais/Rete Movimento per l'Autosviluppo, l'Interscambio e la Solidarietà / Rete di Tecnici, apoio financeiro; Ital Instituto de Tecnologia de Alimentos, apoio técnico.

## O que foi feito

- ▶ Visita do Ital para medições da área onde será construída a Casa do Mel da comunidade de Porto Velho; durante a visita algumas informações foram levantadas como a quantidade de colméias e a água da comunidade;
- ▶ Projeto da Casa do Mel elaborado pelo Ital;
- ▶ Oficina para criar uma identidade visual para a comunidade de Porto Velho e logotipo para seus produtos visando sempre a produção de mel;
- ▶ Oficina para elaborar em conjunto com a comunidade, a planilha de custos atuais da atividade apícola, considerando a realidade do momento. Fluxo ideal de produção elaborado na oficina anterior com a comunidade e apostila de formação de preço para apicultura;
- ▶ Continuação da Oficina de Preço com a formação final do preço e discussão das regras do Fundo de Reserva do grupo;
- ▶ Demarcação das áreas para aumento do pasto apícola e para recuperação das matas ciliares;
- ▶ Oficina sobre elaboração de projeto para o Programa de Aquisição de Alimentos – Conab;
- ▶ Atividade de campo com o grupo de mel e os técnicos da Fundação Itesp: “Capturar colméias e transportar para nova área de pasto apícola”;
- ▶ Oficina em conjunto com a prefeitura e a Fundação Itesp sobre o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) da qual participaram ISA, Itesp e a Prefeitura de Iporanga. Na oportunidade foram sanadas dúvidas relativas à importância do DAP e também da Nota Fiscal do Produtor;
- ▶ Levantamento topográfico do terreno para realizar a terraplanagem da área para a construção da Casa do Mel. A topografia também ajudará

no licenciamento da área junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária para a certificação do mel;

- ▶ Reunião na comunidade de Praia Grande, para a apresentação do projeto Casa do Mel do qual o quilombo faz parte;
- ▶ Dia de campo para melhoramento do manejo nos apiários;
- ▶ Mutirão para melhoramento das condições dos apiários;
- ▶ Acompanhamento periódico dos manejos nos apiários para dar mais qualidade e organizar os grupos de trabalho;
- ▶ Colheita de 1.500 kg de mel para venda a comerciante de São Paulo;
- ▶ Entrega das melgueiras nos apiários após a colheita do mel;
- ▶ Capacitação de Manejo de apiário na comunidade de Cangume;
- ▶ Avaliação das condições dos apiários, condições das caixas, controle de formigas, manutenção dos cavaletes, produção das rainhas nos quadros ninhos;
- ▶ Dia de campo para divisões de enxame nos apiários.

## Indicadores

- ▶ Participação dos apicultores nos cursos e oficinas (lista de presença);
- ▶ Interesse dos jovens da comunidade de Porto Velho em trabalhar com apicultura;



fotos: Felipe Leal/ISA



Apicultor da comunidade quilombola de Porto Velho.

- ▶ Nível de organização da associação;
- ▶ 90% das famílias da comunidade envolvidas com o projeto.

## Avaliação

### ▶ Pontos Fortes

- Avanço na negociação com proprietários vizinhos e aumento da área de pasto apícola;
- Organização da associação e união da comunidade em torno de objetivos comuns;
- Ótimo desempenho nas tarefas atribuídas.

### ▶ Pontos de Atenção

- 70% do território da comunidade ainda está na mão de terceiros;
- Necessidade de ampliar o pasto apícola e falta de área para isto;
- Captar recursos complementares para construção da Casa do Mel;
- Captar recursos complementares para capacitação das comunidades de Cangume e Praia Grande;

## Perspectivas

- ▶ Construção da Casa do Mel, com a certificação federal do SIF e certificação orgânica do mel, ampliando a possibilidade de garantir incremento na geração de renda para todas as famílias da comunidade;
- ▶ Ampliação do projeto para mais duas comunidades (Praia Grande e Cangume).

## Melhores momentos

- ▶ Oficinas de Manejo Apícola e Oficina final de logomarca;
- ▶ Ampliação do pasto apícola.

# Recuperação do rio Pedro Cubas

## Programa de Revitalização Ambiental – Todos Juntos pelo Vale do Ribeira

### O que é

Recuperação ambiental de 12,5 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APPs) no Rio Pedro Cubas com geração de renda para as comunidades que irão produzir mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. As mudas serão produzidas nos viveiros instalados nas comunidades quilombolas por meio do Projeto de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável do Palmiteiro Juçara nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.

### Equipe

Renato Flávio Nestleher; Reinaldo Gomes Ribeiro; Marcos Froes (até novembro de 2009); Martino Noce (cooperante italiano Mais/Rete até novembro de 2009).

**Colaboradores:** Itesp (apoio técnico); Maria Fernanda do Prado (ISA); Maurício de Carvalho (ISA); João Vicente Coffani (Unesp); Magno Castelo Branco (Iniciativa Verde); Ivy Wiens (Vidágua).

### Parcerias e Fontes de Financiamento

Associação Quilombo de Pedro Cubas; Associação Quilombo de Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo de Nhunguara; Associação Quilombo de Cangume; IV Iniciativa Verde, parceria na execução das atividades; Unesp/campus Registro, parceria na execução de atividades; Aymoré Financiamentos, apoio financeiro; Instituto Ambiental Vidágua, parceria na execução de atividades; Campanha Cílios do Ribeira, parceria na execução de atividades.

### O que foi feito

As atividades realizadas estão divididas em dois estágios: o primeiro, com os viveiros na produção de mudas nativas da Mata Atlântica e o segundo estágio é o plantio para a recuperação da mata ciliar do Rio Pedro Cubas, na comunidade de Pedro Cubas.

- ▶ Realizada uma avaliação do estado de recuperação das áreas com propostas de melhorar o monitoramento;
- ▶ Foram plantadas 11 mil mudas nativas cumprindo mais uma etapa do cronograma de atividade do projeto;
- ▶ Foram realizadas capacitações para os grupos de trabalho dos viveiros quilombolas sobre fitossanidade das mudas e controle natural, com a participação das comunidades de Cangume, Nhunguara de Baixo e de Cima e Abobral;
- ▶ Participação dos viveiros na Feira Expogarden 2009, jardinagem e paisagismo, realizada em São Paulo.

### Indicadores

- ▶ Desempenho na produção de mudas nativas;
- ▶ Grande procura para adquirir mudas;
- ▶ Número de mutirões realizados nos viveiros.

### Avaliação

#### ▶ Pontos Fortes

- Grande potencial alternativo de renda para os quilombolas com a produção de mudas de espécies nativas;
- Exemplo dados pelas comunidades quilombolas no trabalho de recuperação de APPs.

#### ▶ Pontos de Atenção

- Sistema de monitoramento da área de recuperação;
- Fortalecer a organização e envolvimento da comunidade no projeto de recuperação;
- Buscar outros focos de comercialização de mudas nativas para os viveiros;
- Licenciamento dos viveiros pendentes.

### Perspectivas

- ▶ Aumento das áreas de recuperação com as mudas produzidas nos viveiros, regularização e registro dos viveiros das comunidades; continuidade nas atividades de capacitação e acompanhamento técnico, e oportunidades de comercialização para as mudas nativas produzidas pelas comunidades; plantio de 10 mil mudas para finalizar o projeto.
- ▶ Capacitação para a comunidade de Pedro Cubas a ser realizada em 2010 sobre técnicas de plantio de recuperação e monitoramento das áreas plantadas.

### Melhores momentos

- ▶ Avaliação dos plantios;
- ▶ Cursos de capacitação de viveiristas e mutirões de plantio..



Carol Froes

Transporte de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para plantio comunitário do Projeto Rio Pedro Cubas.

# Projeto Circuito Quilombola

## O que é

O projeto tem como objetivo atender as demandas da agenda quilombola, relacionada aos arranjos produtivos do turismo, por meio do fomento de um circuito turístico integrado, envolvendo, informando e formando as comunidades locais e contribuindo para geração de renda e qualidade de vida das famílias.

## Equipe

Maurício de Carvalho; Maria Fernanda do Prado.

*Colaboradores:* ISA: Reinaldo Gomes Ribeiro, Anna Maria Andrade, Silvani Cristina Alves, Nilto Tatto, Raquel Pasinato; Olavo Pedroso (Ivaporunduva); Odacilio (André Lopes).

## Parcerias e fontes de financiamento

Instituto Ambiental Vidágua, parceria na implementação das atividades; Eacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira, parceria na implementação das atividades; Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, apoio financeiro; Prefeitura Municipal Eldorado, parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Cananéia, parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Iporanga, parceria na implementação de atividades; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Pedro Cubas

## O que foi feito

- ▶ Seis trabalhos de planejamento do projeto com as comunidades;
- ▶ Dez reuniões de trabalho e implantação do projeto;
- ▶ Seis trabalhos de campo para levantamento dos atrativos.

## Indicadores

- ▶ Grupo de turismo organizado em cada uma das seis comunidades participantes do projeto;
- ▶ Número de atrativos naturais e culturais, georreferenciados, registrados em questionário, fotos e vídeo;
- ▶ Participação dos jovens quilombolas nas atividades.

## Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
  - Envolvimento da comunidade;
  - Tornar o turismo alternativa de desenvolvimento sustentável;
  - Jovens e mulheres participando do processo.
- ▶ **Pontos de atenção**
  - Definir público para o turismo de base comunitária;
  - Cuidados com o que pode vir agregado ao turista (drogas, por exemplo).

## Perspectivas

- ▶ Realizar as outras metas do projeto;
- ▶ Capacitar agricultores familiares para o turismo rural;
- ▶ Oficinas de capacitação sobre turismo nas comunidades quilombolas e monitoria socioambiental;
- ▶ Realização de Visita Técnica para elaboração dos pacotes turísticos;
- ▶ Encontro de Turismo Sustentável em Comunidades Quilombolas.
- ▶ Elaborar plano de divulgação do Circuito Quilombola
- ▶ Confecção de seis mapas do circuito turístico de cada comunidade com atrativos e trilhas e um mapa do circuito integrado;
- ▶ Folder;
- ▶ Páginas do circuito quilombola no site: [www.quilombosdoribeira.org.br](http://www.quilombosdoribeira.org.br).

## Melhores momentos

- ▶ Inventários turísticos, trabalhos de campo nas 06 comunidades.

# XINGU

## O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

Auguri Promoções e Eventos Ltda.; Avon/Fundo Viva o Amanhã; Afras Associação de Franquias Sustentáveis; Cafod Agência Católica para o Desenvolvimento; Casa Centro de Apoio Socioambiental; CE Comissão Européia; Cervejaria Premium; ED Defesa do Meio Ambiente; ED/Blue Moon; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; ED/Fundação Robertson; Embaixada da Noruega; Fundação Blue Moon; Fundação Doen; Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Icatu Hartford; Instituto HSBC Solidariedade; MDA/SAF Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar; MinC/FNC Ministério da Cultura/Fundo Nacional da Cultura; MMA/FNMA Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional do Meio Ambiente; MMA/PDA/Padeq Ministério do Meio Ambiente/Subprograma Projetos Demonstrativos/Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas; Natukapilar; Natura, RFN Fundação Rainforest da Noruega; TDH Terra dos Homens-Holanda; Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Projeto Criança Esperança; Usaid Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

### ▶ Parcerias

83 MM Multimídia; Agropecuária Fazenda Brasil, Agropecuária Rica, AIK Associação Indígena K sêdjê; Aimci Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng; Aliança da Terra; ANA Agência Nacional de Águas; Ansa Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Asfax Associação dos Fazendeiros do Araguaia e Xingu; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo; Associação Iakiô Panará; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Yarikayu Yudjá; Atix Associação Terra Indígena Xingu; ATV Associação Terra Viva; Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu; CPT-Araguaia Comissão Pastoral da Terra-Araguaia; Dseix Distrito Sanitário Especial do Xingu; Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Emfaque Escola Municipal Família Agrícola de Querência; Fazenda Bang Bang, Formad Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Fundação Nacional do Índio Funai/AER Xingu; FVPP Fundação Viver, Produzir e Preservar; Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; ICMBio Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade; ICV Instituto Centro de Vida; IF-SP Instituto Florestal de São Paulo; Instituto EcoSocial; Ipam Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Laet Laboratório Agroecológico da Transamazônica; MMA/Sema/AquaBio Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Estado do Meio Ambiente de MT/Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia; Mopic Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; MPF Ministério Público Fe-

deral; NBS Comunicação; Prefeitura Municipal de Canarana/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Projeto Vídeo nas Aldeias; Saga Sociedade Amigos do Garapu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; Sindicato Rural de São José do Xingu; Unemat Universidade do Estado de Mato Grosso; Unifesp Universidade Federal de São Paulo/Departamento de Medicina Preventiva.

## Equipe

André Villas-Boas (indigenista, coordenador); Paulo Junqueira (psicólogo, coordenador adjunto); Rodrigo Gravina Prates Junqueira (engenheiro agrônomo, coordenador adjunto); Adriana C. G. de Figueiredo (advogada, assistente da coordenação); Angelise Nadal Pimenta (psicóloga, técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental, até agosto); Cassiano Marmet (técnico agrícola, assessor técnico em restauração florestal); Cleudemir Peixoto (educadora, auxiliar administrativa); Cristina Velasquez (engenheira florestal, assessora técnica em pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Eduardo Malta Campos Filho (biólogo, coordenador técnico da restauração florestal); Eric Deblire (estudante de Administração, gestor financeiro); Erica leglli (auxiliar de serviços de gerais); Francisco Fortes (economista, técnico em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); Francinaldo Ferreira de Lima (a partir de março), Heber Queiroz (biólogo, analista em sensoriamento remoto); José Nicola Costa (biólogo, técnico responsável pela facilitação da Rede de Sementes); Kátia Ono (ecóloga, assessora técnica do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Letícia Soares de Camargo (cientista social, técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental); Luciano Langmantel Eichholz (engenheiro florestal, assessor técnico em restauração florestal); Marcelo Hercowitz (economista, consultor técnico); Marcelo Salazar (engenheiro de produção química, analista de desenvolvimento e pesquisa socioambiental); Márcio Luis Silva Souza (a partir de março); Marcus Vinicius Chamon Schmidt (engenheiro florestal, coordenador do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis, até setembro); Marisa Gesteira Fonseca (bióloga, analista de geoprocessamento desde março); Osvaldo Luis de Sousa (engenheiro agrônomo, assessor técnico de restauração florestal); Paula Mendonça de Menezes (pedagoga, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Rafael Fernando Honório (estudante de Geografia, estagiário, até abril); Renata Barros Marcondes de Faria (bióloga, assessora técnica em desenvolvimento e pesquisa socioambiental do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Rosana Gasparini (geógrafa, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Sadi Elsenbach (motorista e auxiliar de serviços gerais); Sara Nanni (jornalista, assessor de comunicação do Programa Xingu – Campanha 'Y Ikatu Xingu, até abril); Vanderley da Costa e Silva (viveirista, desde julho).

*Colaboradores e pesquisadores associados:* Amintas Nazareth Rossete (geólogo, coordenador do Núcleo de Análise Ambiental do campus Nova Xavantina da Unemat); Arnoldo Luchtenberg, Ana Cíntia Valéria Vasconcelos (consultora, UFSCar); Ana Paula Souza (FVPP); Antônia Melo (FVPP); Antonilson O. Rodrigues (técnico em meliponicultura); Boris César (Ibama/Direc); Bruna

**Franchetto** (linguista, Museu Nacional); **Cristiano Tierno** (educador, UFSCar); **Daniel M. P. De Castro** (ICMBio); **Daniel Pentead** (ICMBio); **David Rogers** (antropólogo, Museu Nacional); **Douglas Rodrigues** (médico, Unifesp); **Geraldo Mosimann Silva** (agrônomo, Universidade da Flórida); **Dr. Marco Antônio Delfim**; **Gelsama Santos** (linguista, UFRJ); **Hermanus Meijeirink** (economista, Núcleo Maturi); **Januária Mello** (educadora); **Jerônimo Villas-Boas** (ecólogo); **Lauro Rodrigues** (engenheiro agrônomo); **Lea Tomas** (antropóloga, UnB); **Lino Viveiros** (ICMBio); **Lucas Nogueira** (profissional da Comunicação); **Marcela Coelho** (antropóloga, UnB); **Maria Cristina Troncarelli** (educadora); **Mauricio Torres** (pesquisador, USP/Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); **Natália Macedo Ivanauskas** (engenheira agrônoma, IF-SP); **Pablo Quirino Ribeiro de Amorim** (economista, Quirino de Amorim Consultoria Econômica Ltda); **Padre Androni** (Prelazia do Xingu); **Patrícia Greco Campos** (ICMBio); **Rafael Nonato** (linguista, MIT Massachusetts Institute of Technology, Departamento de Linguística e Filosofia); **Regina Erisman** (EcoSocial); **Regis Bueno** (engenheiro agrimensor); **Roberto Scarpari** (Ibama); **Rocio Chacchi Ruiz** (bióloga); **Dr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva** (MPF); **Simone Athayde** (bióloga, Universidade da Flórida); **Sofia Mendonça** (médica, Unifesp); **Stephan Schwartzman** (antropólogo, ED); **Suzi Lima** (linguista, University of Massachusetts); **Walber Feijó** (ICMBio).

## Linhas de ação

- ▶ Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas, caboclas e agricultura familiar;
- ▶ Apoio à qualificação das escolas indígenas e das iniciativas educacionais comunitárias no Baixo e Médio Xingu do Parque Indígena do Xingu (PIX) e Terra Indígena (TI) Panará;
- ▶ Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas e das populações extrativistas;
- ▶ Apoio às iniciativas indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
- ▶ Proteção e fiscalização dos limites do Parque Indígena Xingu;
- ▶ Diagnóstico e gestão socioambiental, ordenamento territorial dos formadores do Rio Xingu;
- ▶ Campanha 'Y Ikatu Xingu: proteção dos recursos hídricos e recuperação das nascentes e matas ciliares ;
- ▶ Formação e educação agroflorestal nas cabeceiras do Xingu
- ▶ Articulação de parcerias
- ▶ Consolidação e gestão integrada do Mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da Bacia do Rio Xingu.

Com a nova organização do trabalho da equipe no Parque Indígena do Xingu e na TI Panará, cujo foco passou a ser o desenvolvimento de atividades nas etnias, optamos por reorganizar o relatório de atividades, dividindo-o dessa mesma forma, como abaixo:

- ▶ Coordenação;
- ▶ Parque Indígena Xingu e Terra Indígena Panará;
- ▶ Terra do Meio e Pará;
- ▶ Entorno e Cabeceiras da Bacia Xingu, Mato Grosso.

# Coordenação do Programa

## O que é

A coordenação é responsável pelo planejamento estratégico do Programa Xingu e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com os projetos do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Bacia do Xingu. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; pequenos, médios e grandes agricultores; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. A coordenação acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a implantação dos projetos e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos e analíticos pelas equipes e a articulação de suas atividades, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ▶ Financiadores

CE; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Doen; RFN.

## Equipe

André Villas-Boas; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina Prates Junqueira.

## O que foi feito

- ▶ Coordenou Consórcio Governança Florestal nas cabeceiras do Xingu, integrado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas de Rio Verde, apoiado pela Comunidade Européia;
- ▶ Elaborou Termo de Referência, seleção de consultor/avaliador, sistematização de informações do Programa Xingu e participação na rodada de entrevistas da avaliação institucional do programa, juntamente com a Rainforest da Noruega;
- ▶ Coordenou processo de consulta informada sobre mudanças climáticas, pagamento de serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolve as etnias do Parque do Xingu, TI Panará e TIs Kaiapó;
- ▶ Coordenou negociação contratual com a empresa Natura e produtores rurais sobre as condições para implantação das áreas de restauração florestal em propriedades localizadas na região das cabeceiras do Xingu, destinadas a neutralização de carbono da empresa, referente às suas emissões de 2008;
- ▶ Elaborou Projeto para o Fundo Vale visando apoio complementar às atividades desenvolvidas na Terra do Meio (PA);
- ▶ Ampliou articulações e fortaleceu parcerias criando condições para o crescimento da mobilização em torno da agenda de licenciamento da UHE de Belo Monte e o debate sobre questões relacionadas à insustentabilidade socioambiental da obra;
- ▶ Elaborou projeto para concorrer em novo edital da empresa Natura, destinado à neutralização de suas emissões de carbono, ocorridas no ano de 2009;
- ▶ Articulou parceria junto à empresa Guarany para apoiar atividades relacionadas ao controle e combate do fogo dentro do Parque Indígena do Xingu;

- ▶ Participou na articulação de consórcio e elaboração de projeto para Usaid, juntamente com TNC e ICV, voltado ao desenvolvimento de atividades que promovam governança florestal e adequação da produção agropecuária em municípios da Bacia do Xingu e da Amazônia;
- ▶ Coordenou Grupo de Trabalho do ISA para elaboração de projeto institucional para o Fundo Amazônia;
- ▶ Realizou articulação com fazendeiros filiados à Asfax para apresentação de proposta preliminar de criação de fundo rotativo de incentivo à restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), voltado ao mercado de carbono;
- ▶ Elaborou relatórios e projetos para Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Terra Dos Homens-Holanda (TDH), Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Defesa do Meio Ambiente (ED), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Conservação da Natureza (TNC) Ministério da Educação (MEC), Instituto HSBC Solidiedade, Comunidade Européia, Fundação Gordon & Betty Moore,, Fundação Doen, Natura e Afras;
- ▶ Participou da agenda de reuniões do grupo de critérios da Mesa Redonda da Soja Responsável, Grupo de Trabalho (GT) da Pecuária Sustentável e da Iniciativa Brasileira sobre Verificação da Atividade Agropecuária;
- ▶ Realizou palestras e trabalhos sobre a Campanha Y Ikatu Xingu em diversos fóruns agropecuários;
- ▶ Participou do processo de reestruturação da Associação Terra Indígena Xingu (Atix);
- ▶ Articulou pactos de adequação socioambiental junto aos municípios de Canarana, Querência e S. José do Xingu;
- ▶ Participou do Grupo de Trabalho que elaborou proposta de Programa de REDD (Redução do desmatamento e degradação) para o Estado de Mato Grosso;
- ▶ Coordenou análises e articulações regionais para o estabelecimento de parâmetros técnicos e participação das audiências públicas do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado do Mato Grosso;
- ▶ Assegurou atualização da infraestrutura de transporte, comunicação e alojamento do Programa Xingu nas bases de apoio dentro do Parque Indígena do Xingu (PIX) e na cidade de Altamira;
- ▶ Realizou articulações, coordenou e participou das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- ▶ Articulou e elaborou junto ao Ministério da Cultura projetos de ponto de cultura dentro do PIX e TI Panará;
- ▶ Desenvolveu esforços junto ao Ministério das Comunicações para colocação de antenas Gesac de acesso à internet no PIX;
- ▶ Coordenou processo de discussão dentro da equipe no sentido de definir conceito de processo formativo voltado aos gestores indígenas;
- ▶ Acompanhou as atividades de articulação política voltadas para a garantia de políticas públicas para escolas indígenas do PIX e Panará;
- ▶ Acompanhou processos de reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional dos Ikpeng e Kisêdjê;
- ▶ Articulou a participação do Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) para assessoria jurídica aos Kaiabi no acompanhamento dos processos de reconhecimento territorial;
- ▶ Coordenou processo de contratação e integração de três novos assessores para a equipe do programa;

- ▶ Participou da agenda do Conselho Político da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) e do encontro anual e do intercâmbio da RCA.

## Indicadores

- ▶ Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e dos Panará;
- ▶ Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu;
- ▶ Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento; porcentagem de captação de recursos de fontes diversificadas
- ▶ Capacidade de promover sinergia entre as diferentes equipes técnicas do programa;
- ▶ Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- ▶ Grau de empoderamento e fortalecimento da equipe para assumir suas funções e tarefas com responsabilidade;
- ▶ Avanço no processo de regularização do Mosaico da Terra do Meio.

## Avaliação

- ▶ O processo de consulta e informação às etnias do corredor Xingu, composto pelas TIs PIX, Panará e Kayapó avançou no sentido de consolidar um entendimento entre elas sobre a relação dos seus territórios com a questão climática, a importância dos estoques de carbono que abrigam, sua relação com o mercado de carbono e a necessidade de se organizarem para dialogar com estas questões..
- ▶ O Programa Xingu conseguiu avançar na estruturação de seus trabalhos na Terra do Meio, no sentido de compor uma equipe local, fortalecer parcerias e captar recursos, criando condições para aprofundar e dar consequência às suas intervenções na região.
- ▶ Participação e apoio ao Movimento Xingu Vivo para Sempre no sentido de qualificar e divulgar debate socioambiental sobre os impactos de Belo Monte, por meio da mobilização de um painel de especialistas que avaliaram o EIA da obra.
- ▶ Esforço político no sentido de iniciar a construção programas de adequação socioambiental na escala municipal, com ênfase nos municípios de São José do Xingu, Querência e Canarana.
- ▶ Início da implantação de piloto na região das cabeceiras do Xingu, nos seus aspectos políticos e jurídicos, voltado a canalizar incentivos do mercado voluntário de carbono (sequestro), através do edital de neutralização de emissões da empresa Natura, para impulsionar as iniciativas de restauração florestal na região do Xingu.
- ▶ Canalizar o acúmulo técnico alcançado no âmbito das iniciativas de restauração florestal da Campanha Y Ikatu Xingu para dar início a processo de formação de técnicos em restauração florestal para atender crescente demanda regional.
- ▶ Ampliação da Rede de Sementes como um instrumento importante de valorização do manejo de recursos florestais capaz de trazer benefícios econômicos concretos às populações indígenas e pequenos agricultores da região.
- ▶ Reconhecimento, divulgação e disseminação das técnicas de restauração florestal mecanizada desenvolvidas no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu.
- ▶ Processo de reestruturação da Atix foi aprovado pelas lideranças do PIX criando condições para fortalecê-la como organização representativa dos povos do PIX e liderar a discussão e gestão de projetos voltados ao pagamento de serviços ambientais.

- ▶ Fortalecimento dos investimentos voltados ao desenvolvimento de novas alternativas econômicas para as comunidades do PIX por meio dos projetos de meliponicultura, sementes florestais e óleos vegetais.

- ▶ O avanço das políticas educacionais voltadas às populações indígenas, destacando especialmente a qualidade da participação dos professores do PIX na agenda de eventos políticos, com ênfase na Conferência Nacional de Educação Indígena, amadureceu politicamente o tema educação entre as lideranças do PIX e as possibilidades de uma gestão deste tema com maior grau de autonomia das etnias.

## Perspectivas

- ▶ Apoiar e promover processos de Adequação Socioambiental em diferentes escalas (propriedades e municípios na Bacia Hidrográfica do Xingu) potencializando as iniciativas existentes e promovendo estratégias de disseminação e aprendizagem, na perspectiva de construir modelos de desenvolvimento territorial que aliem produção econômica com conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.
- ▶ Apoiar e animar a disseminação da Campanha Y Ikatu Xingu reforçando seu conceito de responsabilidade socioambiental compartilhada e de coalizão ativa de interesses, direcionado à proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da região das nascentes do Rio Xingu no Mato Grosso, por meio da promoção de um conjunto articulado de ações voltadas ao planejamento e gestão florestal, pesquisa e desenvolvimento de técnicas de restauração florestal, organização de redes de produção e comercialização de sementes florestais, comunicação eficiente sobre temas socioambientais e ações de educação agroflorestal.
- ▶ Desenvolver um conjunto articulado de ações voltadas a aumentar a sustentabilidade e promover a adaptação das populações do PIX e Panará, frente a situações de restrições provocadas pelo processo de mudanças climáticas, confinamento territorial, sedentarismo das comunidades e aumento populacional, apoiando o protagonismo político dos povos indígenas no enfrentamento dessas questões e no diálogo com o contexto regional, marcado por um modelo de desenvolvimento predatório e culturalmente excludente que pode comprometer de forma irreversível os recursos naturais da região e o futuro desses povos.
- ▶ Desenvolver ações voltadas a consolidar o mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, que veio completar a formação do corredor de sociobiodiversidade do Xingu, com extensão de 28 milhões de hectares interligando o cerrado com a floresta amazônica. Com ênfase nas Reservas Extrativistas do Xingu, Riozinho do Anfriso e Iriri, o trabalho visa promover a sustentabilidade social, cultural e econômica das populações que ali residem, com a valorização dos serviços ambientais voltados à manutenção da diversidade biológica, produção de recursos hídricos e manutenção dos estoques de carbono de forma associada às suas práticas de manejo tradicional.



# Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

## O que é

O Programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena Xingu e da Terra Indígena Panará na formulação e implantação de um conjunto articulado de projetos que buscam: aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos índios com a sociedade envolvente; ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover seu fortalecimento cultural e a capacitação para a gestão dos recursos naturais tradicionais, assim como a proteção e fiscalização das suas fronteiras.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

ED/Fundação Gordon&Betty Moore; Embaixada da NoruegaMinC/FNC; RFN; TDH.

### ► Parcerias

AIK; Associação Iakiô Panará; Associação Moygu Comunidade Ikipeng; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Yarikayu Yudja; Atix; Conselho de Educação do Médio e Baixo Xingu; Dseix; Funai/AER Xingu; IF SP; Instituto Caititu, Projeto Vídeo nas Aldeias; Unifesp.

## Equipe

Adriana C. G. de Figueiredo; Ana Carolina Pinto Rezende; André Villas Boas; Angelise Nadal Pimenta; Francisco Fortes; Kátia Ono; Letícia Soares de Camargo; Marisa Gesteira; Marcus Vinicius Chamon Schmidt; Paula Mendonça; Paulo Junqueira; Renata Barros Marcondes de Faria e Rosana Gasparini.

*Colaboradores:* Angela Chagas, Antonilson O. Rodrigues; Bruna Franchetto; David Rogers; Douglas Rodrigues; Hélio Ricardo, Ingrid Lemos, Jessica Livio, Jerônimo Villas Boas; Lauro Rodrigues; Lea Tomas; Marcela Coelho; Namaste Messerschmidt, Natalia Ivanuskas; Osvaldo Luis de Sousa; Pablo Amorim; Sofia Mendonça; Stephan Schwartzman; Suzi Lima e Wemerson Ballester.

*Pesquisadores associados:* Geraldo Mosimann Silva; Simone Athayde.

## O que foi feito

► **APOIO À INICIATIVAS DE PROTEÇÃO TERRITORIAL E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NAS TIS PIX E PANARÁ, VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE LOCAL, À SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS DE USO TRADICIONAL E À SEGURANÇA ALIMENTAR.**

### ► Monitoramento e proteção territorial

- Assessoria e apoio material à coordenação de fiscalização na Atix para execução das atividades, relação com órgãos públicos e solução de conflitos;
- Coleta de peixes na Terra Indígena Wawi e proximidades para análise em laboratório para verificar a presença de agrotóxicos, originados de fazendas adjacentes à Terra Indígena Wawi (TIW), nos peixes consumidos pelos índios da etnia Kisêdjê;
- Assessoria à comunidade Yudja no planejamento e execução das atividades de fiscalização, com introdução do Google Earth como instrumento de planejamento dessas atividades;
- Disponibilização de mapas de apoio as expedições;

### ► Desenvolvimento de alternativas ao óleo diesel para geração de energia

- Desenvolvimento de curso voltado aos povos Kawaiwete, Yudja, Panara, Kisêdjê e Ikipeng de formação em instalação e manutenção de sistemas solares fotovoltaicos;
- Atualização dos sistemas solares nas associações Atix, Yarikayu e AIK e na Escola Indígena Diauarum;
- Levantamento florestal de macaúba (*Acrocomia aculeata*) e tucum (*Astrocaryum aculeatum*) no Posto Indígena Diauarum, envolvendo revisão bibliográfica; inventário florestal das palmeiras em áreas do Parque Indígena do Xingu; e levantamento do potencial de produção de óleo dessas palmeiras, localizadas nas áreas inventariadas para uso como óleo combustível.

### ► Uso controlado do fogo

- Parceria firmada com a empresa Guarany para fornecimento de equipamentos e formação de brigadas de incêndio em cinco aldeias;
- Revalidação e construção dos planos de trabalho e monitoramento de sua execução nas aldeias Tuba Tuba e Paksamba, do povo Yudja, Nãsepotiti Panará e Tuiararé, Capivara, Maraká, Ilha Grande Moitará e Onze de Setembro do povo Kawaiwete e Moygu do povo Ikipeng;
- Gravação e distribuição de programa de rádio sobre os riscos do fogo descontrolado e o bom manejo do fogo;
- Experiências de práticas de prevenção de incêndios com jovens Yudja, da aldeia Tuba-tuba e Paksamba em roça experimental para merenda e queima controlada em área de pasto para implantação de quintais no entorno da aldeia;
- Troca de informações e estratégias de prevenção a incêndios, entre os alunos do curso "Reconhecimento e valorização das iniciativas socioambientais indígenas".

### ► Manejo de recursos estratégicos para a cultura material e segurança alimentar

- Assessoria e acompanhamento do projeto Mikatá de roça experimental: a proposta envolve a vitalização do trabalho de recuperação de recursos e



Projeto Mikatá: recuperação de recursos e de conhecimentos sobre a roça Yudja.

conhecimentos associados à roça Yudja, a construção de experiências de recuperação de terras e de práticas preventivas a incêndios florestais;

- Apoio e acompanhamento da execução do Projeto Hwini: coleta de sementes e replantio de pequi na área de produção de frutas indígenas do Povo Kisêdjê. Assessoria ao Projeto Ngô Ndêt Hwisy Kre de restauração de mata ciliar, com plantio de mudas e sementes em mutirão para a recuperação da mata ciliar da Represa da Fazenda Comunitária Ronkô;

- Assessoria e acompanhamento do projeto “No lugar do pasto sem o boi, frutas, flores e sombra”. O projeto pretende recuperar pastos abandonados nas aldeias Tuba Tuba e Paksamba dos Yudja, com apoio do Fundo Xingu para iniciativas de restauração agroflorestal e educacional ambiental na Bacia do Xingu;

- Assessoria e acompanhamento ao resgate de variedades de mandioca do povo Kawaiwete na roça experimental da Aldeia Onze de Setembro, envolvendo apoio à busca de variedades em outras aldeias; registro de regras de conduta relacionadas ao plantio de mandioca; levantamento das variedades de mandioca conhecidas pelo ancião da aldeia e acordos comunitários de cuidados com o fogo;

- Incremento e ampliação de sistema agroflorestal implantado em 2008 no Posto Pavuru envolvendo agentes de manejo Ikpeng, com implantação de sistema de irrigação para as variedades menos resistentes ao período da seca e novos plantios;

- Levantamento inicial de sistemas de classificação de ambientes e uso dos recursos naturais pelos Ikpeng, envolvendo: principais formações identificadas nas áreas dos rios Jatobá e Ronuro: denominações supragenéricas e qualitativas; ambientes sujeitos a inundação periódica classificação de ambientes em tipos florestais em áreas de terra firme; formações de campos, savanas ou cerrados; zonas de transição ou contato; acidentes geográficos na classificação das paisagens para os Ikpeng; classificação dos tipos de solo, pelas características edáficas e ambientes sucessionais, relacionados ao ciclo agrícola;

- Levantamento inicial de informações sobre a distribuição de todas as roças das famílias da aldeia Nãsepotiti e das etnovarietades cultivadas pelo povo Panará;

- Coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de consultor contratado pela Atix para o Projeto Awasi Rerojewya, da aldeia Capivara Kawaiwete que envolve resgate e conservação in situ de variedades de milho Kawaiwete e experiência de recuperação de terras agricultáveis com plantas classificadas pelos índios como “donas da capoeira”.

**▶ DESENVOLVER ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E PARÂMETROS ADEQUADOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS, VISANDO SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR NA COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.**

**▶ Apicultura**

- Formação de novos apicultores no Parque Indígena do Xingu, envolvendo os povos Kawaiwete, Kisêdjê, Yudja, Ikpeng e Trumai, em oficinas específicas para cada um, com monitoria dos apicultores já formados;

- Oficina com a Atix para levantar os custos de produção e comercialização do mel dos índios do Xingu e assessoria e acompanhamento na renegociação do preço do produto na rede de supermercados Pão de Açúcar, a partir dos resultados alcançados;

- Reuniões com a aldeia Tuiararé para a produção de mel organizada por grupos familiares.

**▶ Meliponicultura**

- Acompanhamento técnico da meliponicultura nas aldeias Moitará, Sobradinho, Três Patos e Maraká do povo Kawaiwete e aldeia Tuba Tuba



Ação de recuperação de solos: assessoria ao Projeto Capivara.

do povo Yudja, envolvendo avaliação das colônias, colheita de mel e ampliação dos meliponários por meio da formação dos meliponicultores em reprodução de colônias e apoio material.

**▶ Artesanato**

- Assessoria na estruturação de parceria entre entreposto indígena de comercialização de artesanato, Atix, Yarikayu, Tapawia e AIK.

**▶ Comercialização de sementes nativas**

- Assessoria técnica para exploração comercial de sementes de espécies florestais das aldeias Tuba Tuba, Paksamba e Pequizal (Yudja), Moygu (Ikpeng), Nãsepotiti (Panará), Ilha Grande e Tuiararé (Kaiabi), visando a participação indígena na Campanha Y'ikatu Xingu;

- Realização da 1ª Reunião da Rede de Coletores Indígenas de Sementes do Xingu, no Posto Indígena Diauarum, com representantes das quatro aldeias envolvidas com comércio de sementes florestais no PIX (Tuiararé e Ilha Grande (dos Kawaiwete), Tuba Tuba Yudja e Moygu dos Ikpeng) e da Associação Terra Indígena Xingu. A reunião serviu para avaliação das atividades e necessidades dos coletores do PIX, para fortalecer os laços e responsabilidades dos participantes da Rede de Sementes e para estabelecer cronograma de atividades;

- Acompanhamento aos representantes indígenas dos povos Kaiabi, Ikpeng e Panará no Encontro da Rede de Sementes do Xingu;

- Acompanhamento técnico e em gestão aos povos Yudja e Panará;

- Duas oficinas de identificação de espécies vegetais e técnicas de coleta e beneficiamento de sementes florestais com participantes das aldeias Ilha Grande e Tuiararé;

- Oficina de pesagem e controle da saída de sementes na aldeia Nãsepotiti;

- Apoio técnico para a estruturação e organização da exploração comercial de sementes florestais pelas aldeias Tuiararé, Ilha Grande e Moygu;

- Planejamento da coleta de sementes de mogno, açaí, copaíba e cumaru da safra 2009 pelos Panará;

- Visita às famílias Yudja para avaliação da experiência de coleta e venda de sementes e continuidade da proposta;

- Desenvolvimento com as associações locais de processos de controle da produção, estoque, materiais, insumos e pagamentos para atividades de meliponicultura e venda de sementes florestais;

- Oficinas e acompanhamento das atividades nas aldeias Tuiararé e Ilha Grande, dos Kawaiwete, e Moygu Ikpeng voltadas para: a organização do

trabalho; o aprimoramento das técnicas de coleta e beneficiamento de sementes; o controle da qualidade e gestão da comercialização;

- Oficina para elaboração de relatório do projeto Copaíba (Fundo Dema) do povo Panará.

#### ▶ Óleos vegetais

- Realização de estudo de Qualificação do Mercado de Oleaginosas – Análise das Cadeias de Valor de Óleos Vegetais e subprodutos do Parque Indígena do Xingu – com vistas ao potencial de óleo de pequi e buriti entre os Kisêdjê;

- Prospecção da disponibilidade e distribuição da copaíba na TI Panará, com vistas ao mercado de óleos e sementes;

- Três expedições de prospecção de óleo de copaíba, envolvendo identificação e marcação de novas matrizes na aldeia Nãsepotiti Panará.

#### ▶ FORTALECER AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DO MÉDIO E BAIXO XINGU E DA TI PANARÁ

E DESENVOLVER PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE AGENTES LOCAIS DE FORMA A AUMENTAR O PROTAGONISMO E AUTONOMIA NA GESTÃO DE SEUS INTERESSES

##### ▶ Formação de gestores

- Finalização do curso “Reconhecimento e valorização das iniciativas socioambientais indígenas”: os 25 participantes trocaram e aprofundaram conhecimentos sobre territorialidade articulada à sustentabilidade; práticas de bom manejo dos recursos naturais; sensibilização, prevenção e controle do fogo descontrolado. Apoiou ainda técnica e materialmente iniciativas dos participantes. No contexto do curso foi realizado um intercâmbio de 15 jovens Ikpeng com a comunidade do assentamento ENA, com trocas sobre contrastes de realidades, formas de subsistência, práticas agroflorestais e culturais;

- Realização de seminário com a equipe do Programa Xingu, pesquisa bibliográfica e consulta a especialistas para prospecção de temas, conteúdos e expectativas para a formulação conceitual, pedagógica e curricular de um curso voltado à formação de gestores indígenas no PIX e TI Panará;

- Reunião com diretores da Atix e lideranças para debater as bases da proposta de formação em gestão;

- Participação em Seminário sobre Ensino Superior Indígena no Rio Negro;

- Participação em encontro da RCA no Acre sobre Gestão Territorial em Terras Indígenas;

- Atualização da infraestrutura de formação no Parque indígena do Xingu com a construção de uma cozinha e reforma de alojamento no Posto Indígena Diauarum e construção de casa para equipe e consultores no Posto Indígena Pavuru e aldeias Tuiararé e Nãsepotiti.

##### ▶ Assessoria técnica, política e administrativa de forma contínua

- Realização de uma oficina e assessoramento contínuo à participação dos representantes dos povos indígenas do PIX na audiência pública do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, em Sinop;

- Assessoria e atualização fiscal junto aos órgãos competentes e escritórios de contabilidade da Atix, Yarikayu, Tapawia, AIMCI, Yakio e AIK;

- Apoio à estruturação da sede da AIK na aldeia Ngojhwêrê;

- Apoio na elaboração de documentos em geral;

- Realizada reunião com todos os presidentes das associações parceiras locais no PIX;

- Assessoria ao processo de reestruturação da Atix, a partir de demanda apresentada na assembleia realizada em dezembro de 2008. Envolveu assessoria política e jurídica ao GT formado para a construção da proposta, que foi apresentada e aprovada na assembleia geral da Atix, em dezembro de 2009;

- Assessoria para o planejamento, realização e registro das assembleias da ATIX, AIK, Yarikayu, Tapawia e AIMC

##### ▶ Apoio à elaboração e gestão de projetos

- Assessoria na revisão do Plano de Trabalho e relatórios 2009 para a Fundação Rainforest da Noruega e na elaboração do plano de trabalho 2010;

- Assessoria à Atix na negociação e gestão de projetos junto ao Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) quanto ao Projeto Awasi rerojewya, e ao Ministério da Cultura, em relação ao Projeto Jowosi Kaiabi, na aldeia Sobradinho, no Parque Indígena Xingu;

- Assessoria na elaboração de projeto de revitalização de artesanato encaminhado ao Fundo Canadá;

- Apoio à regularização da Associação Yarikayu junto ao Programa Agroextrativismo na Amazônia;

- Apoio à Associação lakiô na gestão do projeto Copaíba no Fundo Dema;

- Assessoria à AIMC na prestação de contas de projeto “Mawo ewri – Casa da Cultura Ikpeng”, junto à Petrobrás.

- Assessoria na elaboração de Projeto para PPPECOS – Apicultura e sementes no povo Ikpeng, e PDPI “Mawo ewri – Casa da Cultura Ikpeng”.

#### ▶ CONSOLIDAR ESCOLAS INDÍGENAS DIFERENCIADAS E ESPECÍFICAS PARA OS POVOS DO PARQUE DO XINGU E TI PANARÁ, VALORIZANDO SUAS LÍNGUAS MATERNAS E SEUS MECANISMOS TRADICIONAIS DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

- Conferência Nacional de Educação: em 2009 o MEC junto ao Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e à Funai organizou a primeira Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei), antecedida por conferências locais (nas aldeias e escolas) e por uma conferência regional – a do PIX foi realizada no Posto Indígena Pavuru, em junho;

- Participação nas reuniões do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso para organizar as conferências locais e a regional do PIX;

- Participação das articulações na Rede de Cooperação Alternativa (RCA) para organização da Coneei;

- Coordenação da comissão interna do PIX para a organização e execução das conferências locais, incluindo acompanhamento em todas;

- Realização de um encontro preparatório para os delegados xinguanos que representaram seus povos na Conferência Nacional, para retomar e avaliar prioridades entre os pontos levantados na Conferência Regional;

- Participação da equipe como delegados da Conferência Regional do Parque Indígena do Xingu e da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

Paula Mendonça/ISA



I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

### ► Avaliação sociolinguística

O Programa consolidou uma metodologia de diagnóstico sociolinguístico finalizando sua aplicação junto aos Yudja e Kawaiwete. Iniciada em 2008 com a participação de seis povos a avaliação foi realizada a partir da aplicação e análise de questionários com toda a população presente nas aldeias e em 2009 oficinas foram realizadas para análise dos dados, levantamento de informações ortográficas e desenho de estratégias para lidar com os conflitos e dificuldades apresentadas:

- Revisão, tabulação e análise dos dados dos questionários e oficina com professores Ikpeng para análise dos resultados no Posto Pavuru;
- Oficina pedagógica com professores Kawaiwete para revisão dos acordos ortográficos estabelecidos para a língua, que resultou na inauguração de campanha de revitalização da língua Kawaiwete e na pactuação de seis novos acordos;
- Acompanhamento da Campanha Kamena Ikia, de fortalecimento da língua Yudja escrita, destacando a revisão, pelos professores Yudja, das estratégias de alfabetização, alterando o Projeto Político Pedagógico (PPP), que previa a alfabetização em português nas primeiras etapas e incentivando a alfabetização na língua.

### ► Ações de fortalecimento e a qualificação das escolas indígenas

- Orientação pedagógica na Escola Estadual Indígena Kamadu, do povo Yudja, para apoio no planejamento e execução de aulas e apropriação do PPP;
- Oficina pedagógica para elaboração de regimento escolar da Escola Kamadu;
- Acompanhamento da diretoria da escola na relação com a Secretaria Municipal de Educação de Marcelândia;
- Oficina pedagógica Kawaiwete, realizada no Posto Indígena Diauarum, com a participação de professores, alunos e lideranças para discutir as diretrizes para a elaboração do PPP para a escola;
- Finalização da primeira versão dos projetos políticos pedagógicos Yudja, Ikpeng e Kawaiwete.

## Indicadores

- Participação e avaliação feita pelos alunos e consultores sobre o primeiro encontro do curso de formação de gestores socioambientais indígenas;
- Informações sociolinguísticas dos povos Ikpeng e Kaiabi levantadas para subsidiar ações de revisão das ortografias e fortalecimento da língua falada;
- Capacidade de articulação da equipe com os diversos agentes indígenas, lideranças e órgãos de governo para a apresentação de uma proposta de política pública para a educação indígena no âmbito da Conferência Nacional de Educação Indígena;
- Envolvimento e participação das comunidades nas atividades propostas;
- Quantidade e qualidade dos projetos elaborados, aprovados e em execução pelas associações;
- Cumprimento dos cronogramas de execução e prestações de contas dos projetos, aprovadas pelos financiadores;
- Planejamento, avaliações e relatórios de execução de projetos realizados pelas associações;
- Retomada, pelos mais jovens, de atividades tradicionais relacionadas a músicas e cultura material;
- Capacidade dos povos de organizarem espaços tradicionais de transmissão de conhecimentos e de criação de novos espaços, por meio das associações e escolas para a transmissão de práticas tradicionais;

- Interesse e mobilização da comunidade nas atividades de pesquisa e resgate dos recursos tradicionais através da elaboração de projetos comunitários;
- Maior participação das mulheres e dos jovens em geral nas atividades de manejo de recursos naturais, em oficinas e práticas de campo;
- Quantidade de colônias de abelhas sem ferrão instaladas e de mel colhido;
- Diminuição dos focos de incêndios florestais no Parque.

## Avaliação

O segundo semestre do ano foi marcado por medidas de prevenção, tomadas pelo sistema de saúde local e pelos índios, para evitar a chegada da gripe H1N1 ao Parque, incluindo-se entre as medidas a não entrada de não índios até que todas as medidas de precaução fossem tomadas e a não realização de atividades que juntassem muitos índios em um mesmo local, o que diminuiu a permanência da equipe em campo. Mesmo assim, o ano foi marcado por importantes realizações em todas as áreas de atuação. A convocação pelo MEC, da primeira Conferência Nacional de Educação Indígena, levou a equipe promover uma intensa mobilização dos índios, envolvendo professores, alunos, pais e anciãos, no debate sobre a finalidade, avanços e desafios da educação escolar indígena, incluindo reuniões com conselheiros de educação, diretorias das escolas e conferências locais com todos os povos do Alto, Médio e Baixo Xingu.

A realização das conferências locais se deu por um esforço de articulação do ISA e dos professores indígenas, de construção das condições para sua realização. E essa atuação foi responsável por ter sido essa a única área indígena onde todas as comunidades realizaram as conferências locais e também pela qualidade das propostas apresentadas na Conferência Nacional. O trabalho possibilitou a articulação dos Conselheiros Indígenas de Educação com os membros das nove Diretorias de Escolas Centrais para a realização de 20 conferências locais, integrando todas as escolas do PIX e de seus povos, envolvendo diretamente 710 pessoas entre professores, alunos, pais e anciãos, que puderam conversar sobre a finalidade, avanços e desafios da educação escolar indígena.

A realização das conferências locais reaproximou também as lideranças e professores do Alto Xingu do Programa Xingu, de cujas atividades não participavam desde 2004. Do ponto de vista do apoio, consolidou-se uma metodologia participativa de diagnóstico sociolinguístico que possibilitou aos professores Yudja e Kawaiwete a revisão dos acordos ortográficos estabelecidos e o desenho estratégico de uma série de ações voltadas ao fortalecimento do uso da língua indígena, tanto falada como escrita. O curso "Valorização e fortalecimento de iniciativas socioambientais" possibilitou aos alunos a mobilização comunitária para o desenvolvimento de um conjunto significativo de práticas sustentáveis de manejo de recursos naturais e serviu como importante fonte de referência para a construção da proposta de um curso mais abrangente, voltado à formação de gestores indígenas. Os resultados da conscientização para os perigos e cuidados necessários ao uso do fogo não podem ser adequadamente aferido, já que o período de chuva se estendeu por mais tempo do que em outros anos, o que impediu o alastramento de queimadas. É notório, entretanto, o envolvimento de um conjunto significativo de aldeias mobilizadas para o uso de boas práticas de manejo do fogo, com ações construídas de forma participativa.

Também por conta da gripe H1N1, foram adiadas para 2010 as ações de formação de brigadas indígenas de controle de incêndios florestais. A implantação, pela Seduc-MT, de antenas de internet nas escolas centrais

possibilitou ao Programa Xingu trabalhar o uso da internet, facilitando aos índios e suas associações a comunicação e articulação de ações. Entre os Yudja foi possível também introduzir o Google Earth no planejamento das atividades de fiscalização. Entre as atividades voltadas ao desenvolvimento de atividades econômicas, destacam-se: o significativo número de colônias de abelhas nativas manejadas pelos índios, o que permitirá ingressar em nova fase do projeto, atentando-se para a consolidação de um produto, tanto para o mercado interno quanto para o externo; e o aumento de comunidades envolvidas no fornecimento de sementes florestais, que teve o mérito de fortalecer, entre os Ikpeng, o protagonismo das mulheres. Iniciou-se ainda uma série de atividades voltadas a futura substituição do óleo diesel para a geração de energia. Por fim, pensando na sustentabilidade futura das atividades desenvolvidas para a gestão do Parque, foi elaborada uma proposta conceitual e técnica que subsidie a construção de um projeto de REDD (Redução do Desmatamento e Degradação) pelos índios, apresentado a todos os povos, estabelecendo-se ainda uma agenda de consultas para sua efetiva construção.

## Perspectivas

- ▶ Assessorar as comunidades indígenas e suas lideranças na elaboração dos planos de gestão do Parque Indígena do Xingu e da TI Panará, buscando valorizar os serviços ambientais associados a esses territórios e seus benefícios para a questão climática, contemplando as demandas dessas comunidades, necessárias a manutenção dos seus estoques de carbono, buscando alavancar recursos nos fundos de doação e/ou mercado de carbono para assegurar a sustentabilidade dos planos de gestão;
- ▶ Desenvolver processo formativo de pessoas indígenas de diferentes etnias no qual possam se apropriar de conceitos, temas e assuntos relacionados à sustentabilidade do Parque Indígena do Xingu e TI Panará e suas interfaces com a sociedade que as envolve, criando condições para auxiliarem seu povo e suas lideranças a desenvolverem planos de gestão e lidarem com questões contemporâneas e globalizadas do mundo, considerando temas como serviços ambientais e mudanças climáticas;
- ▶ Identificação de tecnologias alternativas de geração de energia que aproveitem os recursos locais com potencial para biocombustível, considerem o alto nível de insolação da região, a realidade sócio-cultural e infraestrutura das comunidades do PIX e da TI Panará, visando a substituição gradual das fontes de energia movidas a óleo diesel por fontes mistas, envolvendo óleos vegetais e sistemas fotovoltaicos.
- ▶ Aprofundar o diálogo com os índios sobre a disponibilidade de terras férteis para produção de alimentos, as estratégias de manutenção da agrobiodiversidade, a recuperação de solos por meio de sistemas agroflorestais e controle das queimadas;
- ▶ Ampliar o processo de conscientização e o desenvolvimento de ações voltadas ao controle do fogo pelas comunidades, com pelo menos quatro grupos de controle organizados;
- ▶ Avançar nas atividades relacionadas ao projeto de sementes florestais envolvendo as aldeias do povo Kisêdjê e no Alto Xingu, a aldeia Pyulaga do povo Waurá;
- ▶ Atualizar a infraestrutura do entreposto de mel da Atix, a fim de melhorar as condições de seu processamento no Diauarum, envase e rotulagem de todo o mel produzido no Médio e Baixo Xingu;
- ▶ Investir no desenvolvimento de técnicas de colheitas e envase do mel de abelhas sem ferrão e na estruturação de um produto de acesso ao mercado inicialmente interno, mas com perspectivas de acesso ao mercado externo;

Arquivo/ISA



Curso sobre sistemas de energia fotovoltaica no Parque Indígena do Xingu.

- ▶ Dar continuidade ao processo de avaliação sociolinguística e implementar ações voltadas a qualificar a atuação dos professores para a alfabetização nas línguas maternas;
- ▶ Estabelecer novas parcerias no âmbito do projeto de educação, com instituições especializadas nos processos de qualificação de escolas;
- ▶ Aprofundar os estudos voltados à prospecção comercial de óleos vegetais junto ao povo Kisêdjê;
- ▶ Aprofundar estudos de viabilidade de substituição do óleo diesel por óleo de macaúba no Posto Indígena Diauarum;
- ▶ Apoiar as iniciativas de resgate, revitalização e registro de manifestações culturais das associações e comunidades do Alto, Médio e Baixo Xingu e TI Panará.

## Melhores momentos

- ▶ Valorização da prática alimentar tradicional na merenda e do papel da merendeira como agente educacional para o ensino e preparo de pratos típicos da culinária Yudja;
- ▶ Regimento escolar elaborado pelos Yudja estabeleceu as regras de funcionamento da escola, com base em calendário flexível, carga horária distribuída entre práticas culturais, pesquisas e aulas teóricas e elegendo as assembleias comunitárias como principal espaço de decisão;
- ▶ Formação dos índios em instalação e manutenção de sistemas solares foto voltaicos, atualização dos sistemas em associações e escolas, e estudos sobre a possibilidade de uso de óleo vegetal, voltados à substituição de combustíveis fósseis para geração de energia;
- ▶ Curso “Reconhecimento e valorização das iniciativas socioambientais indígenas”;
- ▶ 200 colônias de abelhas sem ferrão manejadas no Parque;
- ▶ Mobilização das comunidades para a realização das conferências locais e da Conferência Regional de Educação Indígena e elaboração de documento com 100 recomendações à Conferência Nacional;
- ▶ Reestruturação da Atix;
- ▶ 658 quilos de sementes de mais de 45 espécies fornecidas pelos índios, apoiando os processos de restauração nas cabeceiras do Xingu
- ▶ 13 aldeias aderindo às estratégias de controle de queimadas.

# Adequação socioambiental da Bacia do Rio Xingu

## O que é

Trata-se de um conjunto articulado de estratégias socioambientais que tem como ação prioritária a Campanha 'Y Ikatu Xingu, uma coalizão ativa de interesses para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais do uso e da ocupação desse território. Articulam-se em três eixos: planejamento e gestão territorial, pesquisa e desenvolvimento de técnicas em restauração florestal e educação agroflorestal. Todos contribuem efetivamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que alie a produção e a conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.

## Parcerias e fontes de financiamento

### ► Financiadores

Afras, Auguri; Casa Centro de Apoio Socioambiental; Comunidade Europeia; Cervejaria Premiun; Fundação Blue Moon; Fundação Doen; Icatu Hartford; Instituto HSBC Solidariedade; MMA/FNMA; MMA/PDA/Padeq; MDA/SAF; Natukapilar; Natura; RFN; Usaid.

### ► Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; Aliança da Terra; ANA Agência Nacional de Águas; Ansa Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Asfax Associação dos Fazendeiros Xingu e Araguaia; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisédjê; CPT, MMA/Sema/AquaBio; Atix; Embrapa; Escola Municipal Família Agrícola de Querência; Fazenda Bang Bang; Formad; ICV; Instituto EcoSocial; Ipam; NBS; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Prefeitura Municipal de Canarana; Sindicato Rural de São José do Xingu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; TNC; Unemat.

## Equipe

André Villas-Boas; Cassiano Marmet; Cleudemir Peixoto, Cristina Velasquez; Eduardo Malta Campos Filho; Erica leggli; Heber Queiroz; José Nicola Costa; Luciano Langmantel Eichholz; Marcelo Hercowitz; Osvaldo Luis de Sousa; Rodrigo Junqueira; Sadi Elsenbach; Sara Nanni (até abril).

*Pesquisadores associados:* Giselda Durigan; Natalia Macedo Ivanauskas.

*Retaguarda institucional:* Equipes de manejo e educação do Parque Indígena do Xingu; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva.

## O que foi feito

### ► RESTAURAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E MATAS CILIARES

- Produção e lançamento do livro *Plante Árvores do Xingu e Araguaia*, que tem como objetivo apoiar o processo de identificação, coleta e beneficiamento de sementes bem como as técnicas de plantios de florestas.

- Articulação e apoio técnico e material para o cercamento, plantio de espécies florestais e a implantação de sistemas agroflorestais. Na área das cabeceiras do Rio Xingu, 2 mil hectares estão sendo recompostos em

terras de grandes produtores e agricultura familiar, sendo 1.293,3 hectares de áreas isoladas e em regeneração natural, 463,5 há por semeadura direta de sementes e 41,2 hectares por plantio de mudas. Nesse processo estão envolvidas áreas de cinco municípios das cabeceiras do Xingu;

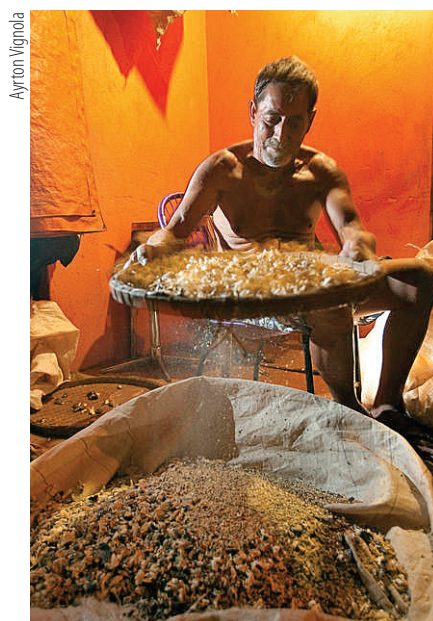
- A fim de atender a demanda crescente para novas restaurações, foi estabelecida uma estrutura para fornecimento de sementes nativas da região, a Rede de Coleta de Sementes do Xingu, que reúne hoje cerca de 300 pessoas de 17 municípios (Nova Xavantina, Água Boa, Querência, Canarana, Bom Jesus do Araguaia, São José do Xingu, Confresa, São Félix do Araguaia, Cláudia, Marcelândia, Alta Floresta, Feliz Natal, Nova Mutum, Santa Cruz do Xingu, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte e Lucas do Rio Verde), que se organizam por meio de núcleos de coleta de sementes. No ano de 2009, foram coletadas 15 toneladas de sementes, de mais de 234 espécies de árvores. Os viveiros de Canarana e São José do Xingu e os miniviveiros do PA Jaraguá e PA Brasil Novo concentraram sua produção de mudas naquelas espécies cujas sementes não podem ser armazenadas por longos períodos;

- Cerca de 120 espécies do Cerrado e 100 espécies da floresta de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica estão sendo transacionadas. Os participantes da Rede são acompanhados por técnicos do ISA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), Instituto Centro de Vida (ICV) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde;

- Articulação, contratação e plantio de 116 hectares no âmbito do Projeto Natura para neutralização de 40.000 toneladas de CO2 equivalente;

- Início da articulação junto às lideranças do Programa Municipal de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), no município de Querência;

- Execução das iniciativas e projetos do Fundo Xingu de Pequenos Projetos, criado com recursos da empresa de seguros Icatu Hartford, que apoiou



Darci Batista de Oliveira separando sementes de tamburi em Canarana (MT). A família toda vive da coleta e venda de sementes impulsionada pela Campanha Y Ikatu Xingu.

cinco projetos *ad hoc* por mérito e envolvimento junto às estratégias da Campanha 'Y Ikatu Xingu. O investimento foi de R\$ 5 mil a 10 mil junto a parceiros;

- Assessoria no planejamento e execução das atividades do Projeto Embrapa Xingu, que realizou uma série de atividades, como dois dias de campo e plantios em APPs. A iniciativa é importante dentro da estratégia da campanha de priorizar os grandes produtores como público-alvo. O projeto é desenvolvido por uma instituição que tem credibilidade no segmento e traz componentes de transferência de tecnologia e disseminação de práticas sustentáveis, temas de interesse na região.

#### ▶ FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

- Realização e Conclusão do Processo de Formação de Agentes Socioambientais Manito na Bacia do Xingu, em Marcelândia, que formou 42 agentes de oito municípios do oeste da região;
- Acompanhamento das iniciativas de educação ambiental, implantação de viveiros, agroflorestas e áreas de recuperação estão entre as atividades "entremódulos" desenvolvidas pelos formandos;
- Conclusão da formação de Agentes Educadores Socioambientais com 44 professores da rede pública e privada de seis municípios do leste da Bacia;
- Conclusão do Processo de Formação "Reconhecimento e valorização das iniciativas socioambientais indígenas", realizado no PIX, e que reuniu 35 professores e agentes de manejo de cinco diferentes etnias;
- Acompanhamento das iniciativas de cada etnia em desenvolvimento no Parque Indígena do Xingu (PIX);
- Plantio de um Sistema Agroflorestal (SAF) nas dependências da Emei Novo Lar Ensino Fundamental (Casa da Criança), que se tornou uma área demonstrativa de plantios e técnicas agroflorestais em Canarana;
- Conclusão do Processo de Formação de Lideranças Sociais, Programa Germinar, em parceria com o Instituto EcoSocial, realizado com 26 participantes de toda a região das cabeceiras do Xingu, técnicos de organizações parceiras;
- Realização de dois encontros gerais da Rede de Sementes do Xingu em Porto Alegre do Norte com a participação dos representantes dos núcleos de coleta, parceiros financiadores e colaboradores.
- Lançamento e execução de iniciativas e projetos do Fundo Xingu Educadores de Pequenos Projetos, criado com recursos da empresa de seguros

Icatu Hartford, que encerrou seu segundo edital com dez iniciativas aprovadas em dez escolas de cinco municípios. O investimento de R\$ 30 mil foi distribuído nas escolas municipais e estadual para ações de recuperação de nascentes e matas ciliares e educação socioambiental com investimento de até R\$ 3 mil.

#### ▶ PLANEJAMENTO, GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DA ÁGUA

- Acompanhamento das audiências públicas e do processo de finalização do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do MT;
- Elaboração das bases cartográficas para a realização do processo de adequação socioambiental do município de Canarana e São José do Xingu;
- Estabelecimento de Pacto Socioambiental do município de S. José do Xingu;
- Participação da Agência Nacional de Águas (ANA) na realização do monitoramento da água em pontos da Bacia.

#### ▶ ADEQUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS

- Participação ativa no grupo de critérios da Mesa Redonda da Soja Responsável com o intuito de formular critérios socioambientais que condicionem a existência de uma chamada soja responsável;
- Participação no GT da Pecuária Sustentável, uma iniciativa liderada pelo International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, para definir parâmetros para regular a produção da carne, especialmente na Amazônia;
- Participação na Iniciativa Brasileira que busca definir critérios comuns para a sustentabilidade da Agropecuária liderada pela Amigos da Terra – Amazônia.

#### ▶ ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- Consolidação da AXA (Articulação Xingu Araguaia) enquanto espaço de troca de experiências e influência política na região do Araguaia Xingu reunindo sete organizações da sociedade civil organizada;
- Estabelecimento de parceria com a Afras para o plantio de 1.500 árvores na região do Xingu;
- Programa de rádio semanal na Rádio Vida Nova FM, em Canarana, para tratar de questões referentes à Campanha Y Ikatu Xingu e temas/assuntos socioambientais;
- Início da reformulação total do site da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Início da elaboração do site da Rede de Sementes do Xingu.



Muvuca de sementes na Fazenda Schneider (MT).

## Indicadores

- ▶ Aumento da área sob planejamento para conservação e uso sustentável de recursos naturais na região das nascentes do Rio Xingu;
- ▶ Maior número de parceiros mobilizados e envolvidos nos processos de conservação, recuperação e gestão ambiental da região das nascentes do Rio Xingu;
- ▶ Número de hectares em processo de restauração florestal por intermédio de diferentes métodos;
- ▶ Quantidade e qualidade de sementes coletadas pela Rede de Sementes do Xingu;
- ▶ Número de projetos aprovados e/ou negociados que contribuem para proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes;
- ▶ Melhoria da qualidade das águas e das matas da Bacia do Rio Xingu;
- ▶ Estruturação e fortalecimento de diferentes processos que contribuem para a governança florestal nas cabeceiras do Xingu;
- ▶ Quantidade e qualidade de iniciativas socioambientais em andamento.

## Avaliação

Passamos por uma fase de consolidação do novo arranjo institucional do Programa iniciado em 2008, com respaldo e reconhecimento técnico nos processos de restauração florestal em pequenas, médias e grandes propriedades privadas. Destaque para um arranjo institucional integrador da diversidade, a Rede de Sementes do Xingu, que gera renda efetiva por meio da valorização da floresta.

Estabelecer uma parceria para restauração de nascentes e matas ciliares de dois dos três maiores e principais grupos agropecuários da região foi uma conquista dentro da estratégia de estabelecer referências de atores formadores de opinião, juntamente com a realização da expedição Restauração Florestal na região e o estágio profissionalizante. O fechamento de contrato com uma grande empresa de cosméticos para a comercialização de carbono permitiu experimentar um incentivo concreto na viabilização da restauração de APPs.

No campo da educação agroflorestal ocorreu a finalização dos ciclos de formação de agentes socioambientais ao longo da Bacia, completando o gesto do ciclo básico formativo na perspectiva da valorização da cultura (agro)florestal.

Paralelamente a isso, tomou forma e relevância a AXA (Articulação Xingu Araguaia) junto a cinco organizações do campo dos movimentos sociais na direção de apoiar e aproximar a lógica das organizações desse campo ao ISA, aliado ao aumento da densidade do cordão de projetos financiados pelo Fundo Xingu.

No campo das políticas públicas estaduais, merece destaque o acompanhamento do processo de audiências públicas do ZSEE do MT, instrumento de planejamento poderoso para a definição dos incentivos e (des)incentivos em relação ao uso e ocupação do solo.

## Perspectivas

- ▶ Monitorar de forma qualificada o Balanço da Bacia (degradação x reflorestamento), definindo uma estratégia de divulgação e disseminação;
- ▶ Implantar o De Olho no Xingu para assessorar o controle social da gestão florestal municipal por parte de parceiros;
- ▶ Consolidar e disseminar estratégias de recuperação em larga escala sobretudo a metodologia de restauração por plantio direto de sementes florestais;
- ▶ Criar instrumentos econômicos e financeiros para dar escala aos projetos de restauração florestal criando um “Balcão de projetos” e viabilizando projetos de sequestro e neutralização de carbono;
- ▶ Consolidação e profissionalização da Rede de Sementes do Xingu, com a implantação de dezenas de núcleos regionais ao longo da Bacia;
- ▶ Dar continuidade ao estágio profissionalizante em restauração florestal;
- ▶ Acompanhar os desdobramentos do ZSEE bem como as políticas ambientais do Estado de Mato Grosso, contribuindo para torná-lo mais factível e para que atenda a um conjunto de demandas e interesses representativos de diferentes setores da sociedade;
- ▶ Promover e facilitar o processo de adequação socioambiental municipal por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas Municipais de Restauração Florestal de APPs;
- ▶ Mapear os ativos florestais da região e seus respectivos estoques de carbono, e promover o entendimento local e regional sobre sua importância na manutenção dos serviços ambientais fundamentais à região, com destaque para a questão climática, e sua relação com as metas nacionais e estaduais de redução das emissões de carbono;

Ayrton Vignola



Ivan Loch, técnico em agropecuária, no Viveiro Municipal de Canarana (MT).

- ▶ Fortalecer ações de comunicação regional, buscando intensificar produção de informações e difusão de iniciativas socioambientais, relacionando-as a serviços ambientais, questões climáticas e a importância da manutenção dos estoques de carbono florestais da região;
- ▶ Promover processo informativo/formativo junto ao Ministério Público do estado, com foco nos promotores da região, sobre iniciativas e possibilidades técnicas de restauração florestal, visando melhorar instrução nos processos de delitos ambientais, relativos aos passivos florestais.

## Melhores momentos

- ▶ Elaboração, negociação e contratação do primeiro projeto de comercialização de créditos de carbono da restauração de APPs na região;
- ▶ Aperfeiçoamento, aprimoramento e consolidação de métodos inovadores de restauração florestal, como o plantio mecanizado de sementes florestais e adubação verde, diminuindo os custos financeiros e adequando à realidade regional;
- ▶ Lançamento e distribuição do livro *Plante as Árvores do Xingu e Araguaia*,
- ▶ Apresentação da Campanha e dos seus projetos em eventos do meio rural;
- ▶ Processo de formação dos agentes socioambientais indígenas, não indígenas e comunidade escolar;
- ▶ Fortalecimento da Rede de Sementes do Xingu como uma realidade para o fornecimento de sementes e para o fomento da cultura florestal e agroflorestal na região;
- ▶ Articulação técnica e política para a participação da população da região do Araguaia Xingu no processo de consultas públicas e finalização do Zoneamento Socioeconômico Ecológico.



# Terra do Meio - Pará

## O que é

O Programa Xingu atua em parceria com diversas instituições governamentais, não governamentais e associações e comunidades da Terra do Meio, no Pará, na formulação e implantação de um conjunto articulado de ações nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Busca com isso aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos extrativistas com a sociedade; promover instalação de infraestrutura básica nas Reservas Extrativistas (Resex); ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover condições para identificação e registro das práticas de manejo dos recursos naturais tradicionais, além de contribuir com ações para o processo de regularização fundiária nas áreas protegidas.

## Equipe

André Villa-Boas (coordenador); Marcelo Salazar (coordenador adjunto); Márcio Souza (acompanhamento de Manejo de Recursos Naturais nas Resex); Francinaldo Lima (acompanhamento da organização das associações em Altamira).

*Retaguarda institucional:* Adriana Figueiredo; Adriana Ramos; Ana Carolina Pinto Rezende; Antenor Moraes; Biviane Rojas Garzón; Claudio Aparecido Tavares; Cristina Velásquez; Eric Deblire; Érika Yamada; Francisco Fortes; Margareth Nishiyama; Maria Inês Zanchetta; Marisa Gesteira; Moises Pangoni; Raul Telles do Valle; Rosemeire Rurico Sacó.

*Colaboradores:* Antônia Melo, Ana Paula Souza, Antônia Martins, Arnaldo Lutchemberg, Cristiano Tierno, Daniel Penteadó, Daniel Castro, Flávio Barros, Jeferson Straatmann, Lino Viveiros, Marcelo Dias, Márcio Halla, Maria Cristina Troncarelli, Maurício Torres, Patrícia Cota Gomes, Renata Pinheiro, Sérgio Cantuária, Stephan Schwartzman, Vivian Zeidemann.

## Parcerias e Fontes de financiamento

RFN Fundação Rainforest da Noruega; Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Environmental Defense (ED)/Fundação Gordon & Betty Moore; DED Deutscher Entwicklungsdienst – Serviço de Cooperação do Governo Alemão; FVPP Fundação Viver Produzir Preservar; MMTCCA Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Altamira; ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ibama Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis; Ipam Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia; MPF/Altamira Ministério Público Federal; Ibens Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis; Imaflora; Funai Fundação Nacional do Índio – Escritório de Altamira; GTZ Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit – Cooperação Técnica Alemã; Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira; Secretaria de Educação do Município de Altamira; Secretaria de Saúde do Município de Altamira.

## O que foi feito

### ► GESTÃO TERRITORIAL

- Organização e realização do Seminário Perspectivas sobre a Terra do Meio, em parceria com FVPP e ED em Altamira;
- Apoio na logística e organização de duas reuniões dos conselhos deliberativos das Resex do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio;

- Revisão dos planos de manejo das Resex do Iriri e Anfrísio e participação de uma reunião para discussão do plano de Manejo da Resex do Rio Xingu;
- Participação de reunião do conselho da Flona Trairão, em Itaituba, em maio;
- Subsídio a ações de contestação de projetos de lei pedindo diminuição de áreas da Esec Terra do Meio e Parna Serra do Pardo e qualificação da situação da grilagem na região;
- Finalização do processo de legalização das três associações comunitárias das Resex do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu e apoio à criação de Associação dos Extrativistas da Maribel;
- Formação em gestão para lideranças das associações.

### ► CIDADANIA

- Organização de expedição de saúde, documentação e educação nas Resex do Iriri, Anfrísio e Xingu em parceria com FVPP e FVPP/Secretaria Municipal de Saúde;
- Diagnóstico de educação realizado nas Resex do Iriri e Anfrísio e desenho de curso de formação de professores ribeirinhos e processos de formação em gestão territorial para extrativistas;
- Apoio à instalação de três novas escolas de ensino fundamental nas Resex do Iriri e Anfrísio – apoio à construção e logística para levar professores e material.

### ► BELO MONTE

- Articulação para formação de grupo de especialistas de diversas instituições para análise do EIA-Rima, reunindo 39 pesquisadores de diversas instituições;
- Acompanhamento de audiências públicas da UHE Belo Monte em Altamira e divulgação de informações;
- Apoio à organização e participação de diversas reuniões com lideranças indígenas, extrativistas, agricultores familiares em Altamira, Volta Grande do Xingu, TI Capoto-Jarina, Belém e Brasília;

Marcelo Salazar/ISA



Dr. Fábio Rangel (centro), promotor de Justiça, que fez documentos para moradores da região da Resex Rio Iriri (PA).

- Produção de notícias diversas, gravação de entrevistas e preparação de material sobre Belo Monte para jornalistas e diversas reuniões das quais representantes do movimento social participaram, inclusive com Lula;
- Suporte ao Ministério Público Federal de Altamira com informações para ações de qualificação ao processo de licenciamento.

#### ▶ ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Acompanhamento de comunitários em reuniões com compradores de castanha e seringa de Belém e Altamira e dois contratos fechados com empresas (borracha e copaíba). Reuniões realizadas e dois processos de comercialização fechados, um com a empresa Michelin de pneus e outro com a empresa Atina Ativos Naturais;
- Entrada de 20 novas famílias no Projeto Renascer da Seringa;
- Proposta de organização regional da produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros elaborada, com a contratação de dois estudos complementares, um estudo de mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), realizado pelo Ibens e de arranjos produtivos para PFNM na Terra do Meio contratado pela GTZ;
- Realização de reunião com representantes da sociedade civil, governo e empresas em São Paulo em julho e realização de seminário mais amplo em agosto, em Altamira;
- Estudo das oleaginosas concluído com expedições de campo realizadas no Parque do Xingu, assentamentos e Resex do Rio Iriri.

#### Indicadores

- ▶ Revisão do plano de ações elaborado em 2008 e elaboração de um novo plano para a região;
- ▶ Participação de 18 seringueiros em projeto para reabertura de seringais e produção de cerca de 2000 kg de borracha prensada;
- ▶ Experiências comerciais realizadas com a venda de borracha nas Resex do Iriri e Riozinho do Anfrísio, de copaíba na Resex Riozinho do Anfrísio e de castanha nas Resex do Iriri e Anfrísio;
- ▶ Duas escolas entraram em funcionamento nas Resex do Iriri e Anfrísio;
- ▶ Estudo de mercado e proposta de organização da produção regional não madeireira realizada.

#### Avaliação

O ano de 2009 foi de organização das atividades e bem sucedida captação de recursos para projetos na Terra do Meio. Isso garantirá a implantação de projetos que há muito tempo vinham sendo conversados nas Resex, principalmente. Foi um ano bastante atropelado pelo acirramento do debate em torno do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, demandando um bom tempo da equipe na organização de reuniões, análise de documentos e contribuições nas ações judiciais. Nas Resex do Iriri, Anfrísio e Xingu, um marco importante foi a consolidação dos planos de manejo. O ano também foi marcado pelo diálogo sobre cadeias produtivas e experiências de comercialização de borracha, copaíba e castanha. As experiências com castanha só não foram melhor sucedidas pois a castanha armazenada não conseguiu bom preço no final do ano devido aos altos estoques e baixo preço do produto. Havia uma expectativa de todos de acessar a política de preços mínimos, mas devido à falta de reconhecimento das Resex pelo Inbra, isso não foi possível.



Audiências públicas de Belo Monte sob pressão dos movimentos sociais.

#### Perspectivas

- ▶ Avaliar os serviços ambientais prestados pela região da Terra do Meio, com destaque para a manutenção dos estoques de carbono, considerando o crescimento populacional das Resex e ameaças predatórias que pesam sobre essa região (estradas, grilagem de terras, AHE Belo Monte, retirada ilegal de madeira, garimpos);
- ▶ Promover a importância das populações extrativistas residentes nas Resex na manutenção dos estoques de carbono e outros serviços ambientais, assegurando a titularidade das mesmas sobre esses estoques e na prestação desses serviços nos contratos de concessões firmados pelo ICMBio com suas associações;
- ▶ Produzir subsídios para elaboração de proposta de gestão territorial vinculada a prestação dos serviços ambientais pela população das Resex com ênfase na manutenção dos estoques de carbono abrangente às Unidades de Conservação que integram o mosaico da Terra do Meio;
- ▶ Fortalecimento das associações das Resex por meio da assessoria política, técnica, administrativa e de formação de seus dirigentes, promovendo sua autonomia na elaboração dos projetos de interesse das comunidades, na gestão administrativa e financeira dos mesmos e no desenvolvimento dos planos de gestão territorial;
- ▶ Assessoria técnica, apoio material e cartográfico às associações das Resex no desenvolvimento de atividades preventivas de proteção territorial, no diálogo com os proprietários vizinhos em relação à segurança desses



Barco com 1900 quilos de borracha produzidos nas comunidades do Riozinho do Anfrísio.

limites e integridade da área e na interlocução com os órgãos públicos afins, na solução de conflitos;

- ▶ Publicar periodicamente informe digital “De Olho no Xingu”, como uma ferramenta de monitoramento do desmatamento regional e dos focos de calor no município de Altamira, disponibilizando informações em formato acessível aos parceiros locais e autoridades afins, fortalecendo o controle social local sobre ilícitos ambientais;

- ▶ Promover o acesso das populações das Resex a serviços públicos de qualidade voltados para a atenção à saúde e educação básica diferenciada, considerando suas especificidades culturais, de forma a reverter o quadro histórico de exclusão social vivenciado por essas populações nos últimos 30 anos;

- ▶ Desenvolver a sustentabilidade econômica das populações das Resex, por meio da valorização da produção extrativista (seringa, castanha, óleos vegetais etc.), da organização associativa da produção, de novas tecnologias de beneficiamento e armazenamento, de apoio à consolidação de parcerias comerciais e estratégias de comercialização que agreguem mais valor a essa produção;

- ▶ Realizar estudo de viabilidade para implantação de sistemas de energias alternativas nas Resex adaptados à realidade local e ao potencial de recursos existentes na região.

## Melhores momentos

- ▶ Ingresso de seringueiros do Iriri e Anfrísio no projeto Renascer da Seringa;
- ▶ Conclusão dos Planos de Manejo das Resex do Iriri, Anfrísio e Xingu;
- ▶ Regularização das três associações das Resex e criação de mais uma;
- ▶ Construção de dois barracões de castanha e comercialização de 5237 kg de castanha fora da safra, diretamente em Altamira;
- ▶ Venda de 104 litros de copaíba para compradores de São Paulo;
- ▶ Reunião da Rede Terra do Meio;
- ▶ Contratação de novos professores para as Resex do Iriri e Anfrísio;
- ▶ Expedição de educação, saúde, documentação e produção com presença do procurador do MPF e defensor público de Altamira;
- ▶ Seminário de Produtos Florestais Não Madeireiros em Altamira.

TEMA



# POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

## O que é

O tema Povos Indígenas no Brasil é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Mantém, desde o início da década de 1980, uma ampla rede de colaboradores e, paralelamente, estabelece trocas cotidianas com os programas do ISA, principalmente aqueles que trabalham em parceria com as associações indígenas (Xingu e Rio Negro). Essa rede contribui com informações para as publicações e os sites do tema.

Vem suprir uma grande lacuna ao disponibilizar à sociedade brasileira e ao público lusófono e anglófono um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas. O site *Povos Indígenas no Brasil* pode ser acessado a partir do portal do ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)) ou diretamente em (<http://pib.socioambiental.org>)

Informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil, onde estão, quantos são, quem são, que línguas falam, modos de vida, direitos e organizações, projetos e parcerias e as questões que envolvem a demarcação de Terras Indígenas são algumas das seções do site. Além dos aspectos mais atuais, o site traz mais de 170 verbetes que descrevem a história e os modos de vida específicos de cada povo.

A série *Povos Indígenas no Brasil*, publicada desde o início dos anos 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe e evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações (veja também o relatório do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas).

## Fontes de financiamento

- Embaixada da Noruega
- Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento

## Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alicia Rolla (geógrafa, analista de Geoprocessamento); Gabriella Contoli (bacharel em Ciências Sociais, produtora web); Ana Cecília Venci Bueno (antropóloga, analista de pesquisa socioambiental); Julia Trujillo Miras Costa (bacharel em Ciências Sociais, analista de pesquisa socioambiental até dezembro de 2009); Major Fávero Gongora (antropóloga, analista de pesquisa socioambiental); Rogério Duarte do Pateo (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental).

Colaboradores: Julio Cezar Melatti; Marcos Rufino; Renato Sztutman

## O que foi feito

### SITE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL MIRIM (PIB MIRIM)

#### ► Primeiro site para crianças sobre os povos indígenas no Brasil

Criado em junho de 2009, o PIB Mirim (<http://pibmirim.socioambiental.org/>) é o primeiro site voltado ao público infanto-juvenil sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

A construção do site surgiu da demanda das próprias crianças, que enviavam e-mails à equipe do site Povos Indígenas no Brasil com perguntas sobre o tema.

Em linguagem apropriada ao público a quem se destina, os objetivos dessa iniciativa são mostrar a diversidade dos povos indígenas de maneira educativa e lúdica; romper com os estereótipos amplamente difundidos; e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no país.

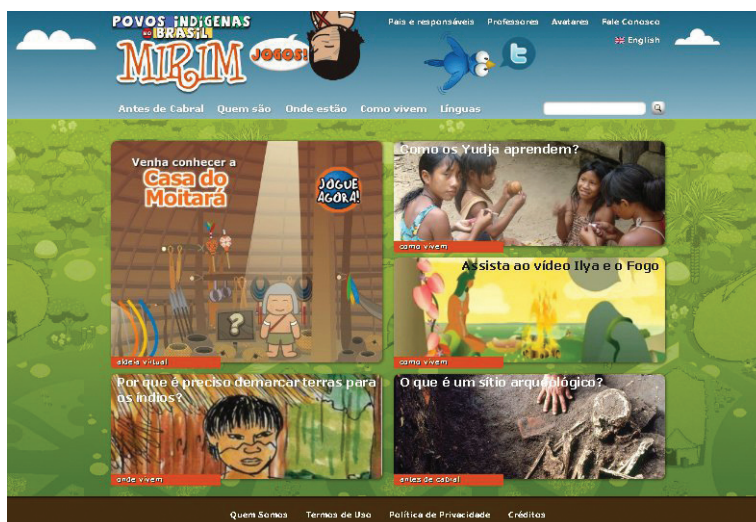
Os conteúdos do PIB Mirim também servem de suporte para os professores abordarem a temática indígena em sala de aula, visto que, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio.

#### ► Como o site está organizado

Para criar e organizar os conteúdos do site foi fundamental levar em consideração as expectativas, dúvidas e interesses das crianças diante do tema. Com base nesta ideia, a elaboração dos textos do PIB Mirim partiu de questões que apareceram nos e-mails enviados pelas crianças. Os conteúdos giram em torno de cinco grandes eixos: *Antes de Cabral*, *Quem são*, *Onde estão*, *Como vivem* e *Línguas*. Cada um deles se subdivide em seções, cujos assuntos se desdobram em uma série de perguntas e respostas encadeadas, de fácil entendimento.

A equipe realizou inúmeras pesquisas bibliográficas, aliadas às conversas com especialistas em antropologia, arqueologia e educação, entre outras áreas de conhecimento. Uma constante pesquisa audiovisual tem enriquecido o site com fotos, mapas, desenhos e vídeos.

O PIB Mirim busca dar espaço aos conteúdos produzidos pelos próprios indígenas ou em parceria com eles. Conta com vários conteúdos elaborados pelas comunidades com as quais o ISA desenvolve projetos, caso de



populações da região do Alto Rio Negro e do Parque Indígena do Xingu. Vídeos sobre brincadeiras e línguas indígenas, textos sobre jogos, alimentação, divisão das tarefas cotidianas, além de diversos desenhos são alguns dos exemplos.

Paralelo a esse trabalho, a equipe, junto com a 8D Games, empresa especializada em jogos e interação digital, criou o espaço Aldeia Virtual.

#### ► Aldeia Virtual

Aldeia Virtual é um espaço interativo que explora a diversidade cultural dos povos indígenas de maneira a conciliar diversão e aprendizado. Para a equipe, era fundamental a criação de um ambiente virtual que mostrasse as diferenças entre os povos, isto é, aquilo que os particulariza, afastando assim o estereótipo do “índio genérico”.

No jogo, o primeiro contato do participante com o diferente se dá quando ele faz o cadastro. Além de preencher os dados convencionais, é necessário escolher um avatar (personagem), com o qual brincará. Os avatares são desenhos criados a partir de referências reais sobre sete povos indígenas: Ashaninka, Asurini do Xingu, Karajá, Krahô, Matis, Xikrin Kayapó e Yanomami. Logo no início, o jogador se depara com desenhos de índios muito diferentes entre si, pois destacam estéticas singulares: um usa um longo manto, outros possuem pinturas corporais e cortes de cabelo específicos, outros, ainda, trazem junto ao corpo ornamentos marcantes.

Depois de escolher uma etnia e nomear o avatar, a criança está pronta para entrar na aldeia, conversar com as outras pessoas que ali estiverem e participar do jogo Corrida de Toras, o único que existe atualmente.

O ambiente é livremente inspirado no Cerrado brasileiro e a aldeia é circular, seguindo o formato característico de alguns povos que vivem na região central do País. Lá, os participantes encontram informações sobre algumas plantas, conversam por meio da ferramenta de bate-papo, trocam impressões sobre o site e o jogo e fazem amizades.

A novidade da Aldeia Virtual é a Casa do Moitará, onde é possível trocar os pontos ganhos na Corrida de Toras por objetos virtuais produzidos por diferentes populações indígenas e aprender como eles são feitos, quais são os materiais utilizados e para qual finalidade são usados. A Casa do Moitará foi criada a partir do modelo de habitação dos Ikpeng, que vivem no Parque Indígena do Xingu. Muitos povos dessa região, especialmente os do Alto Xingu, realizam um evento conhecido como moitará (troca em Tupi-Guarani), no qual são trocados objetos e produtos entre as casas de uma mesma aldeia ou entre comunidades distintas.

#### ► Parcerias

- Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE): produção e disponibilização dos conteúdos da seção “Antes de Cabral”;
- SESC São Paulo: disponibilização de parte dos vídeos e conteúdos da publicação Jogos e brincadeiras do povo Kalapalo (2006) e divulgação do PIB Mirim em seu hotsite. ([www.sescsp.org.br/kalapalo](http://www.sescsp.org.br/kalapalo));
- Projeto BIRA: disponibilização de parte de sua pesquisa sobre brincadeiras de crianças indígenas, extraída do livro Giramundo e outros brinquedos e brincadeiras dos meninos do Brasil (2007).

#### ► Divulgação e tradução

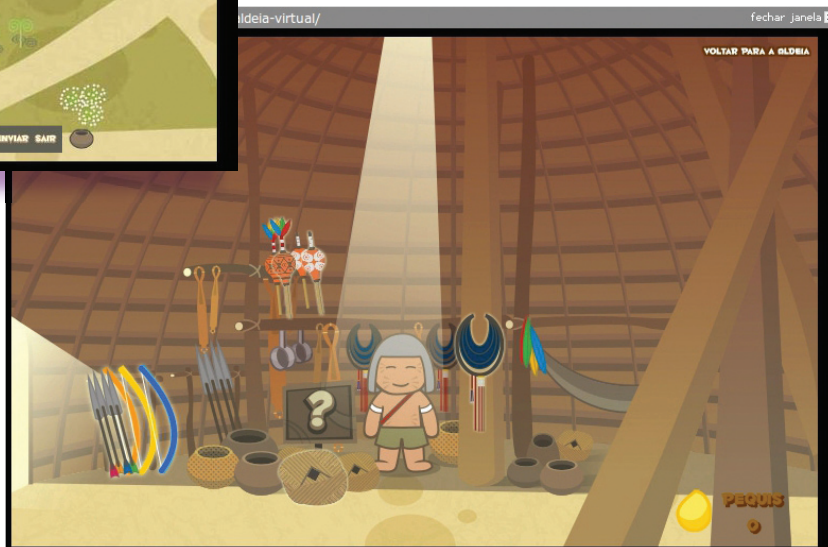
- Ações para o lançamento do site em junho de 2009:
  - Notícia Socioambiental publicada no site do ISA e divulgada para *mailing* de instituições e jornalistas;
  - Divulgação via Twitter (PIB e ISA);
  - Imprensa: entrevistas à Rádio Nacional de Brasília e Rádio Nacional da Amazônia; publicações na Revista Pororoca, Noticeb (Ribeira do Pombal–Bahia) e Revista Nosso Amiguinho; e divulgação no programa “A´uwe” exibido na TV Cultura.
- Outras atividades:
  - Participação do Curso de Formação Continuada do Centro de Estudos da Escola da Vila (São Paulo) e divulgação do site nesse encontro que reuniu mais de 400 professores de todo o país.

- Publicação do artigo “Sem estereótipo: site direcionado ao público infanto-juvenil mostra diversidade de povos indígenas” na Revista *Avisa Lá* (nº 40, novembro), editada pelo Instituto Avisa Lá, cujo foco é a formação de professores de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em agosto de 2009, o PIB Mirim ganhou uma versão em inglês e assim ampliou ainda mais o seu alcance.



Telas do Pibinho com jogo Corrida de Toras na Aldeia Virtual.



## PIB MIRIM EM NÚMEROS

A participação das crianças tem crescido de forma significativa. Já são mais de **2.000 pessoas cadastradas no jogo Aldeia Virtual** e mais de **300 comentários postados no site!**

Na conta do **PIB Mirim no Twitter (@pib\_mirim)**, há **96 seguidores**.

No período de junho de 2009 a dezembro de 2009 computamos um total de **49.679 visitas (representando 158.871 pageviews)** – considerando neste período férias escolares (julho).

(fonte: Relatórios Google Analytics)

### ▶ Próximos passos

- Criação de uma galeria única para áudio, vídeo e imagem que junte os materiais publicados nos sites PIB, PIB Mirim e Unidade de Conservação;
- Desenvolvimento da seção Sala dos Professores: criação de um espaço interativo para educadores e pessoas que tenham interesse em compartilhar experiências relacionadas ao ensino da temática indígena (propostas pedagógicas, atividades didáticas etc.);
- Produção de novos conteúdos;
- Criação de novas aldeias em outros biomas (Mata Atlântica, Amazônia etc.) e novos jogos, ilustrando assim a diversidade de ambientes e de povos no Brasil. Para tanto, ainda é necessário encontrar uma fonte financiadora;
- Criação de um espaço virtual dentro do jogo, que funcionará como uma biblioteca conectada aos conteúdos do site, tornando-o ainda mais educativo e interessante. Assim como no item anterior, necessitamos de recursos financeiros para viabilizar essa ideia.

### ▶ Avaliação

O site PIB Mirim é mais uma das contribuições do ISA para a disseminação de informações de qualidade sobre os povos indígenas - aqui o foco está nas novas gerações. O site apresenta a temática indígena de forma educativa e interessante tanto para crianças de 7 a 12 anos (público alvo inicial), quanto para jovens e educadores. Todos eles receberam o site como uma importante fonte de informação para suas pesquisas.

Apesar de estar no ar há menos de um ano, vem aumentando os acessos provenientes dos mais diferentes estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e Bahia.). Com a tradução dos conteúdos para o inglês, o site alcança o público de outros países (Brasil, Estados Unidos, Portugal, Alemanha e Reino Unido).

Em todas as páginas do site há um espaço aberto para a publicação de comentários e toda semana, são postados inúmeros recados com perguntas, observações e elogios ao PIB Mirim. O público é bem diverso: são crianças que entram primeiro na Aldeia Virtual e acabam passeando pelas seções do site; outras procuram informações para fazer seus trabalhos escolares; há também educadores que utilizam o site em suas atividades de sala de aula etc.

No fim de agosto uma experiência realizada na Bahia levou o PIB Mirim para dentro da sala de aula. A professora Tereza Cristiana do Colégio Evênia Brito em Ribeira do Pombal (BA) desenvolveu um projeto com seus alunos no qual abordava questões de História e as relacionava com o tema da diversidade. Após conhecer o site e entrar em contato com a nossa equipe, decidiu fazer algumas atividades no PIB Mirim. Tereza enviou um e-mail contando os primeiros resultados da vivência: *“Foi uma experiência significativa na aprendizagem de meus alunos da 5ª série. A partir das pesquisas construímos um texto e agora partiremos para uma palestra sobre os índios”*.

## VEJA ALGUNS RECADOS POSTADOS PARA O PIBINHO



“Acho os jogos do PIB Mirim super legais! Além de já ter me ajudado a fazer uma atividade de escola. Gosto do que dizem sobre as línguas e os lugares em que os índios vivem. Adorei aquele texto que fizeram sobre as brincadeiras indígenas”. (Julia Monteiro Nalles)

“Gostei do site é bom de pesquisar. Bom, tinha muita coisa que eu não sabia e aprendi! Adorei!!!” (Gabriel)



“Amei o site e irei indicar aos meus alunos para conhecerem e aprofundarem os estudos que estamos fazendo sobre a ocupação das terras brasileiras e as consequências para os povos indígenas”. (Edileia)

“Amo esse portal! Acho maravilhoso o trabalho que desenvolveram para explicar em uma linguagem acessível e atrativa para crianças sobre as populações indígenas. Além de ter um filho no ensino fundamental que adora ler o site, atualmente curso o doutorado em Ciências Sociais e acho que nunca vi um projeto tão lúdico e ao mesmo tempo denso, com capacidade de fazer a ponte poucas vezes conseguida pelo universo acadêmico. Parabéns! Já divulguei o endereço para a escola onde meu filho estuda e para professores do Ensino Básico”. (Camila AMS)





Lançado em 1997, o site Povos Indígenas no Brasil passou por duas reformulações: a primeira em 2002 e a segunda em 2008. Com nova interface gráfica, distribuição e visualização de conteúdo, o site teve aumento considerável em seu número de acessos.

Em maio de 2009, o número de visitas dos cinco últimos meses do antigo site foi comparado com os cinco primeiros da nova versão. Observou-se o crescimento de cerca de 1.000% no número de visitantes únicos:

- De 1º/08/2008 a 30/11/2008: **33.200**

- De 1º/12/2008 a 23/04/2009: **377.216**

De maio a junho de 2009, o número de visitantes continuou crescendo, atingindo a marca de 210.916 (representando 639.647 pageviews) em dois meses.

De julho de 2009 a dezembro de 2009 este número chegou a 387.093 visitantes (representando 1.053.366 pageviews). (Fonte: *Relatórios Google Analytics*)

O crescimento no número de acessos deve-se a diferentes ações adotadas em relação ao site. A conta no Twitter (@povosindigenas) (<http://www.twitter.com>) – aberta no início de 2009 – conta, atualmente, com 753 seguidores e mais de 150 Tweets e Retweets.

Ainda como parte da estratégia de comunicação para o site, nos dias 18 e 19 de março 2009, foi realizada a transmissão streaming das sessões do julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (exibido na TV Senado) com comentários enviados via Twitter. Mesmo que a divulgação desta ação tenha sido baixa, foi possível atingir 9.240 visitas (durante a transmissão) e cerca de 700 interações destes participantes. No dia 20 de março, uma nova ação com base nesse mesmo modelo: direto da sede do ISA em SP foi transmitida uma entrevista com o líder indígena Davi Koppenawa Yanomami. O resultado foi 3.744 acessos ao site Povos Indígenas no Brasil durante o evento.

Mantendo o foco em ações na Internet, foram construídas importantes parcerias em 2009. A primeira se deu com a criação do blog do ISA no portal Globo Amazônia, (<http://colunas.globoamazonia.com/isa>). Apesar do caráter institucional do blog, que entrou no ar em dezembro de 2009, os temas ali discutidos também incorporam assuntos relativos aos povos indígenas da Amazônia, possibilitando a inserção regular de discussões pertinentes aos diferentes grupos.

Também foi iniciada a no site a inserção dos vídeos do projeto Vídeo nas Aldeias (<http://www.videonasaldeias.org.br>). Por enquanto está disponível uma série de seis curtas-metragens que apresenta a produção de realizadores indígenas de várias partes do Brasil (grupos: Kuikuro, Ashaninka, Guarani, Kisêdjê e Hunikui).

Os textos do site Povos Indígenas no Brasil também estão passando por modificações. Iniciada em 2009, a revisão geral do conteúdo tem possibilitado a criação de padrões de edição, além de ajudar a identificação dos textos que precisam ser atualizados.

### ► Avaliação

No ano de 2009, foi possível aumentar significativamente o conteúdo, as parcerias e o público do site Povos Indígenas no Brasil, reafirmando sua posição como fonte privilegiada de informação sobre os povos indígenas. Em 2009 foram mais de mil e-mails recebidos por meio do site. Além disso, a tradução de seu conteúdo para o inglês e o início da tradução para o espanhol tem possibilitado maior visibilidade dos povos indígenas em diferentes países.

### ► Perspectivas

- Desenvolver um novo projeto para a home do site que possibilite melhor apresentação dos conteúdos antigos, novos e outros que merecem ser destacados;

- Criar uma galeria única para áudio, vídeo e imagem que junte os materiais publicados nos sites PIB, PIB Mirim e Unidade de Conservação (UC);

- Publicar duas novas seções: a primeira sobre a ocupação humana no período pré-cabralino cujo título provisório é “Índios antes do Brasil” e a segunda sobre a História dos Índios no Brasil. Com tais conteúdos, almejamos levar ao grande público informações gerais e específicas sobre a longa história das populações indígenas no continente americano e no território que veio a se chamar Brasil. A primeira seção será feita em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE), que produziu importante material sobre a temática, Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial.

- Ampliar a parceria com o projeto “Vídeo nas Aldeias”, inserindo mais vídeos dos realizadores indígenas.

## ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A Enciclopédia, disponível no site Povos Indígenas no Brasil há quase 13 anos, traz 176 verbetes sobre 195 povos indígenas que vivem atualmente no País. A obra ainda não está completa. Faltam verbetes sobre cerca de 40 etnias.

Essa iniciativa, cujo objetivo é divulgar na internet a diversidade socio-cultural dos índios, conta, para a elaboração dos conteúdos, com o vasto acervo de documentos, imagens e mapas do ISA, e com sua rede de colaboradores. Os textos abordam temas relativos aos modos de vida, à organização social, ao histórico do contato, à língua, às terras e outros aspectos culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos.

A Enciclopédia é resultado de um processo permanente de sistematização e atualização de informações provenientes de diferentes fontes. Esse esforço muitas vezes é acompanhado por alguns desafios, a saber:

- Quadro dos Povos

A questão da etnicidade é um dos desafios na atualização desse quadro dinâmico que mostra a sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particularmente, a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão e conseqüentemente, estabelecer os critérios que diferenciam um “povo” de uma “comunidade” ou de um “subgrupo” é algo arbitrário e nem sempre consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, classificar e contabilizar o número de povos indígenas acarreta imprecisão e implica constante revisão e atualização.

Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações, de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos pelos colaboradores indígenas e não-indígenas do ISA.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas “identidades emergentes” (ou “índios ressurgidos”, ou “índios resistentes”). Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passam a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígena. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo,

um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferenciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

- Edição

A maior parte dos verbetes hoje disponíveis no site foi elaborada por pesquisadores, geralmente antropólogos ou linguistas, com conhecimento específico sobre um determinado povo. Mesmo quando um texto é construído com a colaboração direta do autor, a tarefa de edição não costuma ser fácil. Os pesquisadores estão normalmente envolvidos em inúmeras atividades e, por esse motivo, a equipe realiza vários contatos até finalmente concluir todas as etapas necessárias para a publicação do verbete (revisão e edição, retorno para o autor, seleção de fotos, levantamento de dados sobre população e localização, edição em web, aprovação do autor e publicação).

Atualmente por causa da pouca disponibilidade dos especialistas para redigir os verbetes, estamos investindo cada vez mais na edição a partir de conteúdos preexistentes encontrados em teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne o material, existente muitas vezes no acervo do ISA, e o edita em formato de verbete, destacando itens como "nome", "língua", "localização", "população", "histórico da ocupação e do contato", "organização social", "cosmologia", "rituais", "atividades produtivas", "situação atual", "notas sobre as fontes" e "fontes de informação". Depois disso, uma primeira versão é encaminhada para o(s) autor(es)

para que faça(m) acréscimos e correções que julgar(em) necessários. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores.

Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois representa a oportunidade de reunir o melhor conteúdo produzido sobre um povo específico em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.

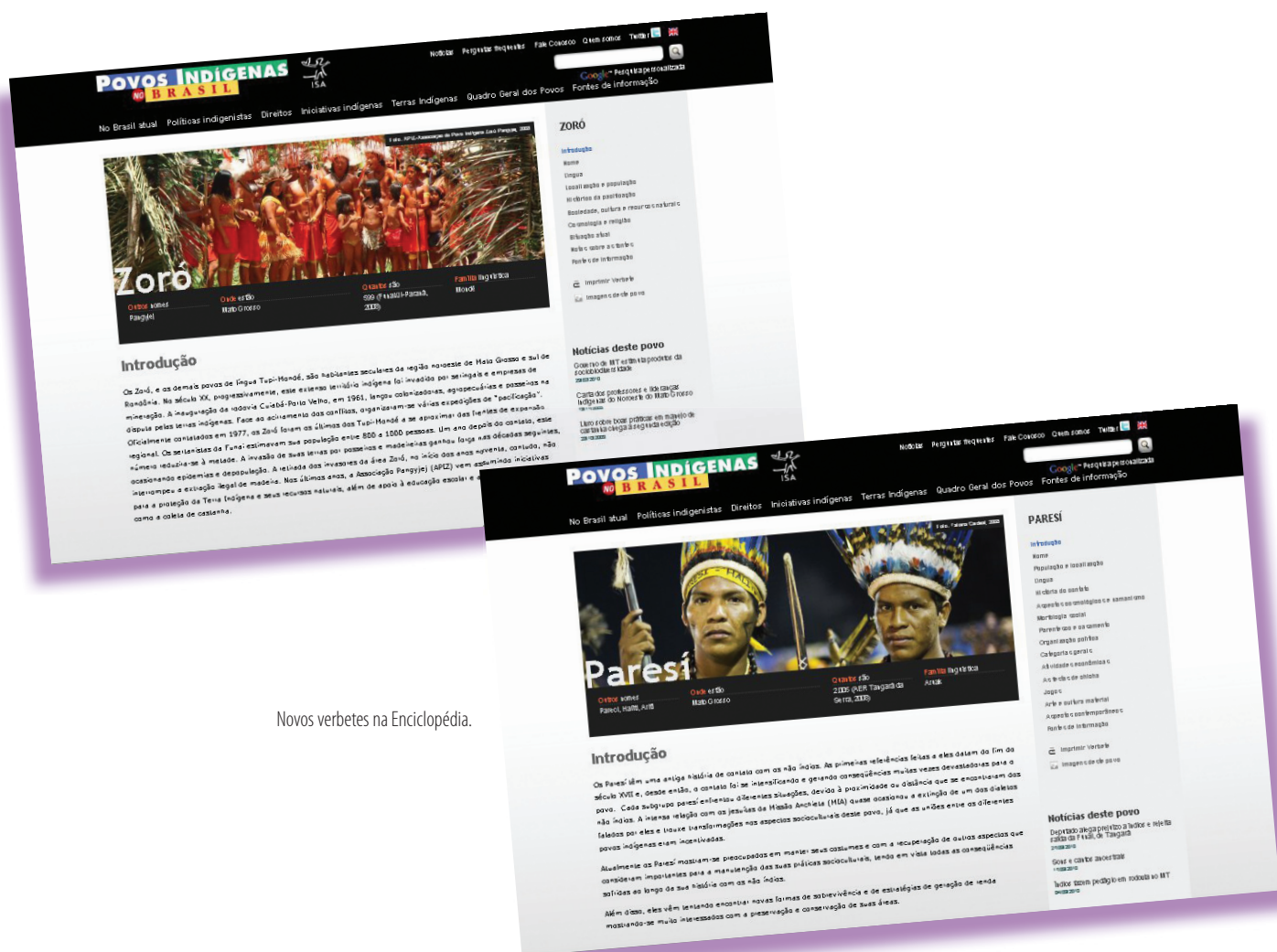
► O que foi feito

Iniciada em 2009, a revisão geral do conteúdo da Enciclopédia tem possibilitado a criação de padrões de edição, além de ajudar na identificação dos textos que precisam ser atualizados, especialmente os dados referentes à demografia e localização.

Nos meses de outubro e novembro, foi feita uma revisão no item "Localização" de todos os verbetes da Enciclopédia Virtual. Esta medida visa excluir do texto informações que sofrem constante alteração e que já estão contempladas de forma dinâmica na Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas no Brasil - banco com dados atualizados permanentemente. Ademais, foram realizadas atualizações de cinco (5) verbetes: Katukina Pano, Apiaká, Javaé, Kwazá e Enawenê-Nawê.

Foi feito também um estudo comparativo dos principais linguistas no Brasil, para identificar os principais pol (?), na classificação das línguas nos verbetes da Enciclopédia dos Povos Indígenas.

Além disso, foram publicados 11 verbetes inéditos – Guató, Kalankó, Kaixana, Kaxarari, Karuazu, Kuntanawa, Mura, Paresi, Umutina, Xukuru e Zoró. Vale ressaltar que sete verbetes foram feitos em colaboração direta com especialistas e os demais foram elaborados pela equipe de edição.



Novos verbetes na Enciclopédia.

#### ► Perspectivas

- Publicação de verbetes inéditos: Kaxuyana, Kulina Pano, Pataxó, Poyanawa, Tupinambá de Olivença, Tsohom Dyapá, Turiwara, Xukuru Kariri, entre outros;
- Atualização de verbetes: Paumari, Fulni-ô, Guajajara e Karajá, entre outros.
- Revisão dos verbetes já publicados nos últimos dez anos, com o objetivo de corrigir problemas e identificar seções fora do padrão, chamando atenção para alterações necessárias e inclusão de conteúdos complementares.
- Identificação de possíveis autores e bibliografias para a elaboração dos verbetes que faltam para concluir a Enciclopédia (cerca de 40, sem contar os verbetes de cada uma das etnias do Noroeste Amazônico, que hoje estão representadas em quatro verbetes: Etnias do Uaupés, Etnias do Xié, Etnias do Içana e Etnias Maku).

#### SÉRIE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A Série Povos Indígenas no Brasil é a herança mais sólida que o ISA recebeu do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), particularmente de seu Programa Povos Indígenas no Brasil. A conformação desse trabalho remonta ao início dos anos 1970. Naquela época, a situação dos índios era desconhecida por parte da opinião pública, do Estado responsável pelas políticas públicas e da própria antropologia, cujos especialistas dispunham de informações desatualizadas, parciais e desiguais sobre um número reduzido de povos indígenas da Amazônia.

Foi nesse contexto que começou a se consolidar uma extensa rede de colaboradores voluntários, não só para “colocar os índios no mapa do Brasil”, mas também para apoiá-los em seus projetos de futuro. São pesquisadores, indigenistas, missionários, indígenas, médicos, jornalistas, fotógrafos, entre outros, que seguem apoiando o ISA em ações que deem visibilidade aos povos indígenas por meio de informações qualificadas.

A tarefa de tecer, periodicamente, painéis tão abrangentes, é como montar quebra-cabeças de milhares de peças, sem a imagem-guia. Fazê-la a partir da sociedade civil – e não do Estado – tem exigido o aprimoramento dos contatos com a rede voluntária de colaboradores do ISA e a persistência da equipe de pesquisadores, que traça uma linha editorial baseada em estratégias participativas e cumulativas.

Já foram publicados pelo ISA dois grandes volumes Povos Indígenas no Brasil que correspondem aos seguintes períodos: 1996/2000 e 2001/2005.

#### ► Perspectivas

A nova edição do livro Povos Indígenas no Brasil será elaborada a partir de maio de 2010 e reunirá análises e reflexões sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil, tratando de temas como política indigenista e indígena, legislação, conflitos, situação (jurídica e de fato) das Terras Indígenas, saúde, educação e projetos econômicos. O período a ser considerado será de 2006 a 2010.